



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

Pedro Oliveira

O ESPETÁCULO DA SEGURANÇA NO REINO DA FOLIA

**As redes de segurança, os padrões de expressividade corporal e as
práticas de policiamento de multidão no Carnaval de Salvador**

Pedro Oliveira

O ESPETÁCULO DA SEGURANÇA NO REINO DA FOLIA

As redes de segurança, os padrões de expressividade corporal e as práticas de policiamento de multidão no Carnaval de Salvador

Tese de doutorado apresentada a Pós-Graduação de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, (FFCH/UFBA) para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Paes Machado

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Pedro

O espetáculo da segurança no reino da folia: as
redes de segurança, os padrões de expressividade
corporal e as práticas de policiamento de multidão
no Carnaval de Salvador / Pedro Oliveira. --
Salvador, 2019.

248 f. : il

Orientador: Eduardo Paes-Machado.

Tese (Doutorado - DOUTORADO EM SOCIOLOGIA) --
Universidade Federal da Bahia, UNIVERSIDADE FEDERAL
DA BAHIA, 2019.

1. Carnaval. 2. Ordem pública . 3. Gestão de risco
. 4. Segurança . 5. Rede nodular. I. Paes-Machado,
Eduardo. II. Título.

PEDRO OLIVEIRA

**O ESPETÁCULO DA SEGURANÇA NO REINO DA FOLIA:
AS REDES DE SEGURANÇA, OS PADRÕES DE EXPRESSIVIDADE
CORPORAL E AS PRÁTICAS DE POLICIAMENTO DE
MULTIDÃO NO CARNAVAL DE SALVADOR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Ciências Sociais, e, aprovada em 04 de julho de 2019, pela Comissão formada pelos professores:



Rafael Aguiar Arantes (FFCH - UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia



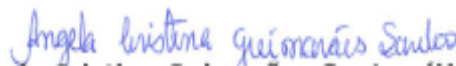
Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF)

Doutora em Ciências Políticas pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro



Cléber da Silva Lopes (UEL)

Doutor em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo



Angela Cristina Guimarães Santos (UNEB)

Doutora em Saúde Pública pela UFBA



Eduardo Paes Machado (FFCH-UFBA)

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Essa tese de doutorado é o resultado de um grande esforço coletivo.

Agradeço à minha família, em nome de minha mãe, Ednalva dos Anjos, minhas irmãs, Rita e Roseane, meus irmãos, Raimundo e Diogo e minhas sobrinhas, Natália e Rafaela, por todo carinho e apoio. Agradeço a minha companheira, Joseane Ramos, e a minha filha, Letícia Oliveira, pela compreensão, pelo amor e cuidado e por proporcionar novas descobertas e ensinamentos. Agradeço aos meus amigos, Roberto, Suzana, Herbert, Michele, Vinícius, Carolina e Rodrigo, pela valiosa estima familiar. A confiança depositada deu-me segurança para trilhar a minha caminhada acadêmica. A crença de todos no meu sucesso inspirou-me a fazer o melhor.

Meu muito obrigado aos sujeitos da pesquisa – foliões, auxiliares e agentes da segurança dos blocos de trio, agentes da Guarda Municipal, da Polícia Civil e Militar e da Superintendência Municipal de Saúde –, pela atenção e boa vontade com que forneceu as preciosas informações.

Meu grande agradecimento aos meus colegas e amigos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica da Bahia, Campus Santo Amaro e Camaçari, que me proporcionaram grandes debates. Fosse sobre o tema da pesquisa, fosse sobre assuntos transversais, com os calorosos debates, alcancei um primordial amadurecimento intelectual, que inspirou, substancialmente, as problematizações recentes desse trabalho. A companhia de Adilson Paz, Ademir Sousa, Alex Ivo, Bruno Moreira, Cledson Mesquita, Igor Gomes, Márcio Estevam, Nadson Santos, Nívea Serqueira, Rafael Wanderley e Teresinha Quadros foram fundamentais nesse processo.

Agradeço aos companheiros e companheiras do LASSOS (Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade), especialmente, a Ana Márcia Nascimento, Angela Santos, Ceci Noronha, Emanuelle Fernandes, Fátima Cardoso, Juliana Maltez, Odilza Lines e Thiago Neri pelo fundamental apoio, suporte e contribuições teóricas importantes. Em especial, agradeço à Josair Telles pela colaboração na geração e análise dos dados e sua valiosa amizade.

Devo agradecimentos especiais ao Prof^o Cléber e Paulo Miguez, pelas importantes contribuições teóricas e metodológicas na qualificação do projeto de pesquisa.

E um especial agradecimento ao meu orientador Prof^o Eduardo Paes Machado que me recebeu, desde o primeiro contato com acolhimento e confiança. Ele que, com mestria, contribuiu significativamente para minha formação pessoal e profissional. Durante as disciplinas ministradas na graduação e pós-graduação, orientação da monografia e dissertação e, agora, orientando a tese de doutorado, ele me mostrou o trabalho artesanal que envolve o fazer científico e aguçou a construção de uma postura centrada e arrojada diante da vida acadêmica.

Enfim, a todos vocês, mestres, do meu caminhar acadêmico O Meu Muito Obrigado!

Cabelo Raspadinho

Chiclete Com Banana

Cabelo Raspadinho, estilo Ronaldinho
Cabelo pintado ou V-O
Cabelo embaraçado, encaracolado,
Rastafari, Rock`n Roll (2x)
Tranquilidade na cabeça,
quem é da paz tem sangue bom
É do cabelo à raiz, é da cabeça feliz
Fazer a paz, fazer amor, fazer o som
É do cabelo à raiz, é da cabeça feliz
Fazer a paz, fazer amor, fazer o som
Qual é a sua, meu rei
Eu só quero passar
Bota a mão na cabeça e deixe o corpo rodar
Eu quero ouvir o índio, cantando
Fumando o cachimbo da paz
E a sua cabeleira, que beleza
É xik , xik , xik demais

RESUMO

O presente estudo busca compreender o papel das redes formais e informais de segurança e das práticas de policiamento na manutenção da ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador. O trabalho de campo foi realizado entre 2013 e 2017, em dois circuitos oficiais do Carnaval (Dodô e Osmar), contabilizando 206 horas de observação direta e participante. De forma complementar, 27 entrevistas semiestruturadas foram realizadas: 17 com foliões, 5 com policiais e 5 com operadores da segurança dos blocos. Também foram analisados vídeos na internet e na mídia social e matérias jornalísticas. A pesquisa demonstrou que a multidão carnavalesca não é um aglomerado desordenado ou informe de foliões. Ao contrário, trata-se de um agrupamento estruturado em função do aproveitamento das oportunidades festivas recreativas e predatórias. É a predominância da fruição das oportunidades recreativas sobre as predatórias que confere uma ordem à multidão carnavalesca. Entre as oportunidades festivas, temos os encontros significativos fundados na curtição, na aventura e na folia. Os encontros, focados e desfocados, entre conhecidos e desconhecidos, envolvem afeto, troca, satisfação e provisão de segurança. Ao tempo que brincam o Carnaval, os foliões promovem a gestão de risco e cooperam com outros atores para a provisão de segurança. Ao lado disso, a festa carnavalesca se caracteriza pelas manifestações de violência, uma vez que para muitos foliões o que interessa são as oportunidades predatórias que acompanham esses encontros. Com efeito, a manutenção da ordem pública não está restrita apenas às práticas de policiamento estatal de controle e gestão de multidão. Além das forças policiais, a preservação da ordem festiva é feita por redes plurais que incluem os foliões, os artistas e os vigilantes dos blocos. A gestão de risco realizada por esses atores plurais visa contrabalançar a elevação da tensão, desconfiança e violência decorrente das práticas repressivas do policiamento estatal. O estudo conclui que a ordem pública festiva da multidão carnavalesca é estabelecida pela supremacia dos foliões que buscam a fruição das oportunidades festivas. Aponta que os encontros significativos têm a função de reduzir a complexidade e controlar a contingência, assim como produzir a ordem festiva na multidão carnavalesca. Por fim, enfatiza o papel das redes formais e informais na provisão de segurança para a multidão carnavalesca.

Palavras-chave: Salvador. Carnaval. Ordem pública. Gestão de Risco. Segurança. Rede nodular.

ABSTRACT

This study aims at understanding the role of formal and informal security networks and police practices in maintaining public order during the multitudinous Carnival celebrations in Salvador. The fieldwork was undertaken from 2013 to 2017 in two official Carnival circuits (Dodô and Osmar), with a total of 206 hours of direct and participatory observation. Complementarily, 27 semi-structured interviews were performed: 17 with revelers, 5 with police officers, and 5 with *bloco* security operators. In addition, videos on the internet and social media and newspaper articles were analyzed. The research demonstrated that Carnival multitudes are not disorderly or shapeless agglomerations of revelers. On the contrary, they are groups structured according to the common purpose of taking advantage of festive, recreational, and predatory opportunities. It is the predominance of the enjoyment of recreational opportunities over predatory ones that provides order to Carnival multitudes. Among the festive opportunities are significant encounters based on enjoyment, adventure, and revelry. The focused or unfocused encounters among acquaintances or strangers involve affection, exchanges, satisfaction, and providing security. As the revelers enjoy the Carnival, they promote risk management and cooperate with other actors in providing security. Simultaneously, Carnival is characterized by demonstrations of violence, since what interests many revelers are the predatory opportunities that accompany such encounters. In effect, the maintenance of public order is not limited to the practices of state policing, control, and management of the multitudes. In addition to police forces, the preservation of the festive order is accomplished by plural networks that include revelers, artists, and *bloco* guards. The risk management undertaken by these plural actors aims at countering the rise in tension, distrust, and violence resulting from the repressive practices of state policing. The study concludes that the festive public order of Carnival multitudes is established by the supremacy of revelers who aim at enjoying festive opportunities. It points out that significant encounters serve to reduce complexity and control contingencies, as well as to produce a festive order in Carnival multitudes. Finally, it emphasizes the role of formal and informal networks in providing security for Carnival multitudes.

Keywords: Salvador. Carnival. Public order. Risk management. Security. Nodular network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Avaliação de risco de predação	147
Diagrama 2 – As esferas de preservação da ordem pública	150

ESQUEMA

Esquema 1 – Constituição dos nódulos das redes identitárias	154
---	-----

FIGURAS

Figura 1 – Trajeto do Circuito Osmar	74
Figura 2 – Trajeto do Circuito Dodô	75
Figura 3 – Custo médio dos blocos de trio	82
Figura 4 – Rede de gerenciamento de informação da Secretaria Municipal de Saúde	208

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Imagem de um confronto-trocação no Circuito Dodô entre foliões do bloco As muquiranas e “pipoca”	113
Fotografia 2 – Imagens da covardia da força numérica perpetrada no Circuito Dodô	117

QUADROS

Quadro 1 – Quadro operacional da pesquisa: conceito de segurança	60
Quadro 1a – Quadro operacional da pesquisa: oportunidades festivas	61
Quadro 1b – Quadro operacional da pesquisa: oportunidades predatórias	61
Quadro 1c – Quadro operacional da pesquisa: rede nodular	62
Quadro 1d – Quadro operacional da pesquisa: policiamento segmentado	63
Quadro 2 – Descrição da amostra dos foliões entrevistados	66
Quadro 3 – Descrição da amostra dos agentes de segurança privada entrevistados	68
Quadro 4 – Descrição da amostra dos agentes de segurança estatal entrevistados	69
Quadro 5 – Quadro operacional dos dados da pesquisa: categorias empíricas	71

Quadro 6 –	Fruição das oportunidades	137
Quadro 7 –	Campos de enquadramento das interações	138
Quadro 8 –	Oportunidades festivas e enquadramento das interações	140
Quadro 9 –	Acumulo de interações e oportunidades predatórias de covardias	146
Quadro 10 –	Módulos Assistenciais e unidades de atendimento médico	209
Quadro 11 –	Práticas de controle da violência policial	212

TABELAS

Tabela 1 –	Registro médico de lesões corporais no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018	103
Tabela 2 –	Registro médico de lesões corporais por arma branca no carnaval de salvador, 2015 a 2018	104
Tabela 3 –	Porcentagem registro médico de lesões corporais por arma branca no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018	106
Tabela 4 –	Registro médico de lesões corporais por dia de festa no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018	107
Tabela 5 –	Registro médico de lesões corporais por período do dia no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018.....	107
Tabela 6 –	Registro médico de lesões corporais por faixa etária no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018	108
Tabela 7 –	Registro médico de lesões corporais por sexo no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018 ..	108
Tabela 8 –	Comparativo entre os registros médicos e os registros policiais de lesões corporais no Carnaval de Salvador	186

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 ESTADO DA ARTE	22
2.1.1 A “invenção” do carnaval: uma perspectiva histórica	22
2.1.2 O Carnaval no Brasil.....	26
2.1.3 Construção do Carnaval da Bahia: um Carnaval dos blocos de trio	28
2.1.4 A violência associada à multidão carnavalesca.....	30
2.1.5 Provisão de segurança e o policiamento na multidão carnavalesca.....	31
2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.2.1 Multidão	33
2.2.2 Governança	37
2.2.3 Segurança	41
2.2.4 Rede nodular e governança da segurança.....	43
2.2.5 Policiamento.....	45
2.2.6 Policiamento de multidão: controle e gestão	48
3 METODOLOGIA	52
3.1 EU E O CAMPO: CURTIÇÃO E PESQUISA	52
3.2 TRABALHO DE CAMPO	55
3.2.1 Cronologia do trabalho de campo.....	56
3.2.2 Redefinição do objeto e dos objetivos da pesquisa	58
3.3 QUADRO OPERACIONAL DA PESQUISA	59
3.4 FONTES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	64
3.4.1 Observação direta e participante	64
3.4.2 Entrevistas.....	66
3.4.3 Coletas de dados em arquivos textuais e vídeos.....	70

3.5 ANÁLISE DOS DADOS	70
4 CARACTERIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR.....	73
4.1 OS CIRCUTOS E OS ESPAÇOS DA FESTA	73
4.2 O CARNAVAL, OS BLOCOS E AS CORDAS.....	77
4.2.1 Erguendo as cordas dos blocos de trio.....	78
4.2.2 O insulamento contensivo-expansivo dos blocos	79
4.2.3 A crise do carnaval-negócio e a queda das cordas.....	81
4.3 A MULTIDÃO CARNAVALESCA COM E SEM CORDAS.....	83
4.3.1 Fracionamento de multidão.....	84
4.3.2 Segregação da folia corporal	86
5 MULTIDÃO CARNAVALESCA E FESTIVIDADE.....	88
5.1 MÚLTIPLOS SHOWS E REGISTRO DOS EVENTOS SIGNIFICATIVOS.....	88
5.2 AS OPORTUNIDADES FESTIVAS.....	90
5.2.1 Azaração e experiência sexual.....	91
5.2.2 Descontração psicoativa	93
5.2.3 Expressividade corporal.....	94
6 AS OPORTUNIDADES PREDATÓRIAS E A AMEAÇA À FESTIVIDADE	102
6.1 OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO CARNAVAL	102
6.2 DESVANTAGEM SITUACIONAL E AS COVARDIAS CARNAVALESCAS	108
6.2.1 A desvantagem situacional simbólica e a covardia da autoridade.....	110
6.2.2 A desvantagem situacional numérica e a covardia da força.....	112
6.2.3 A desvantagem situacional simbólico-numérica e a covardia do assédio.....	121
7 AS OPORTUNIDADES CARNAVALESCAS E A ORDEM PÚBLICA FESTIVA NA MULTIDÃO	124
7.1 A RACIONALIDADE DA MULTIDÃO CARNAVALESCA.....	126
7.1.1 As expectativas recíprocas de curtição e as configurações de estilos de vida.....	126
7.1.2 As configurações de estilos de vida na composição da multidão carnavalesca.....	129

7.2 AS OPORTUNIDADES FESTIVAS E O ENQUADRAMENTO DAS INTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS.....	136
7.3 A ORDEM PÚBLICA FESTIVA E A IMPROBIDADE SITUACIONAL	143
7.4 DESVANTAGEM SITUACIONAL, RISCOS DE PREDACÃO E REDES DE SEGURANÇA.....	144
7.4.1 Experiência de risco	145
7.4.2 Redes plurais de segurança	149
8 PRODUÇÃO DA ORDEM PÚBLICA FESTIVA E REDES INFORMAIS DE SEGURANÇA.....	153
8.1 AS REDES IDENTITÁRIAS E A AUTOGESTÃO DA SEGURANÇA	153
8.1.1 Caracterização das redes identitárias	153
8.1.2 Critérios de avaliação e controle do risco	158
8.1.3 Controle do risco, autogoverno e as tecnologias do corpo	165
8.2 AS REDES ARTÍSTICAS, A FOLIA CORPORAL E A GESTÃO DA SEGURANÇA .	167
8.2.1 Performance, visibilidade e reputação artística	168
8.2.2 Prevenção situacional e contenção de distúrbios	169
8.2.3 Proteção contra violência policial	171
9 PRODUÇÃO DA ORDEM PÚBLICA FESTIVA E REDES FORMAIS DE SEGURANÇA.....	173
9.1 A REDE PRIVADA DE SEGURANÇA E A GOVERNANÇA DOS BLOCOS DE TRIO	173
9.1.1 A segurança dos blocos	173
9.1.2 O agenciamento da força e a performance do insulamento contensivo-expansivo dos blocos	176
9.1.3 A lógica instrumental de segurança e o controle interno dos blocos	179
9.2 A REDE ESTATAL DE SEGURANÇA E POLICIAMENTO DE MULTIDÃO.....	185
9.2.1 Produtividade policial	185
9.2.2 Gestão de multidão	187
9.2.3 Controle de multidão	191

9.2.3.1 Prevenção situacional	192
9.2.3.2 Contenções de distúrbios e repressão de atos ilícitos	198
9.2.3.3 Condução e detenção de foliões	200
9.2.4 O castigo corporal e padrão predatório do policiamento estatal	202
9.3 A REDE DE SAÚDE E A GESTÃO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS.....	207
9.3.1 Organização e caracterização da rede	207
9.3.2 Módulos Assistenciais e unidades de atendimento médico	209
9.3.3 As Fichas de Atendimento e gerenciamento dos registros de ocorrências	211
9.3.4 Os registros de atendimento e as bases para o controle externo informal da violência policial.....	212
10 CONCLUSÃO.....	215
REFERÊNCIA.....	223
APÊNDICE	229

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender os padrões de expressividade corporal, as redes formais e informais de segurança e as práticas de policiamento na preservação da ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador.

O Carnaval é um momento de festa. De todos os festejos brasileiros, ele é considerado o mais criativo e irreverente. O Carnaval é conhecido também como a maior festa de participação popular do mundo. Com uma mistura de costumes e tradições tão distintas, o Carnaval de Salvador é um dos mais famosos do mundo e, todos os anos, atrai um número expressivo de foliões dos diferentes pontos do planeta. Enquanto que os eventos de grandes aglomerações, tais como as torcidas que lotam os estádios de futebol e as manifestações e protestos que tomam as ruas, atingem a escala de centenas milhares, o Carnaval soteropolitano formam concentrações numa escala de milhões de pessoas. Pelos circuitos principais passam diariamente uma média de 500 mil a 1,8 milhões de foliões¹.

Além da criatividade, irreverência e participação popular, o Carnaval é um espetáculo da segurança. Como tal, a segurança sugere duas condições bastante distintas (ZEDNER, 2003): a condição objetiva de estar seguro na multidão, que está intimamente ligada aos níveis de exposição às práticas predatórias, e a condição subjetiva de sentir-se seguro, que pode ou não fazer referência a esses níveis de exposição. Como condição subjetiva, a segurança sugere, de um lado, a condição positiva de sentir-se seguro e a liberdade de ansiedade nas práticas festivas e, do outro, apreensão definida negativamente por referência aos eventos predatórios.

O espetáculo da segurança no reino da folia funda-se na supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias. O aproveitamento das oportunidades festivas consiste em desfrutar de uma liberdade pactuada, uma espécie de licença social para se fazer coisas que no restante do ano são “proibidas” ou ao menos são vistas com estranheza. Essa liberdade compactuada envolve desde beijar pessoas em um curto período de tempo, ter experiências sexuais, fazer o uso imoderado de drogas lícitas e ilícitas, até se expressar corporalmente, livres das censuras imposta as condutas ordinárias. Essas oportunidades

¹ O número de foliões que passam nos circuitos oficiais diariamente aumentou progressivamente entre 2014 e 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2018/noticia/ocupacao-hoteleira-chega-a-96-durante-o-carnaval-de-salvador-18-milhao-de-pessoas-curtiram-folia-na-pipoca-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2018.

festivas ampliadas são mapeadas e aproveitadas pelos foliões com a experiência adquirida em outros carnavais.

Por outro lado, a festa se caracteriza também pelos eventos de violência que acompanham ou permeiam a fruição das oportunidades festivas. Para muitos foliões, o momento festivo é uma oportunidade predatória de assédio, confrontos e covardias. Apesar das cifras ocultas e das subnotificações dos registros de ocorrência, a magnitude da fruição das oportunidades predatórias aparece nos números da violência e criminalidade. Nos registros da violência letal, entre 2015 e 2019, constam 15 mortes relacionadas ao Carnaval. Nesse mesmo período, 41 pessoas foram feridas por arma de fogo. Destaque para os anos de 2015 e 2019, com 21 e 11 pessoas baleadas, respectivamente. Já os 1636 ferimentos por armas brancas, entre 2015 e 2018 foram 1636 ocorrências registradas².

Embora os números absolutos da violência no Carnaval sejam elevados, os números relativos não refletem a violência predatória da vida cotidiana de Salvador. Em 2015, a taxa de homicídios no município foi de 52,8 (por cem mil habitantes)³ – uma média de 4,2 mortes por dia. Num final de semana, em Salvador e Região Metropolitana, a média registrada é de 10 homicídios, com registros eventuais que ultrapassam a cifra 30 assassinatos.

Com efeito, a relação entre os números médios anuais de foliões que passam pelos circuitos oficiais⁴ e as cifras da violência letal e ferimentos por arma de fogo e arma branca revela a predominância da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias. Essa supremacia, por sua vez, indica a evidência de uma ordem pública festiva na multidão carnavalesca. Apesar das ocorrências predatórias, a multidão é expressiva na medida em que predomina o propósito ativo, racional e organizado (GREENBERG, 2010).

Nesse espetáculo da segurança, o policiamento estatal figura como protagonista absoluto. Entre as forças de segurança estatal, o destaque vai para a Polícia Militar. O planejamento estratégico, o efetivo empregado e a atuação dos agentes seriam os responsáveis direto pelo estabelecimento e manutenção da ordem na multidão carnavalesca (MELLO; MELO, 2006). Dessa maneira, tratar-se-ia de uma ordem verticalizada, isto é, produzida de fora para dentro e de cima para baixo.

Entretanto, um conjunto de evidências coloca em questão a condição do policiamento estatal como o responsável pelo estabelecimento da ordem pública festiva e o único provedor de segurança na multidão carnavalesca. As grandes oportunidades predatórias não envolvem

² Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS) da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, 2018.

³ <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8891-1250-170602atlasdaviolencia2017.pdf>

⁴ Tomando como base a média diária de foliões (500 mil a 1,8 milhões) que passam durante seis dias de festas pelos circuitos principais.

somente o uso da arma de fogo e arma branca convencional (faca e estilete) como meio de fruição. Além disso, a relação desproporcional entre a massa de foliões e o efetivo das forças de segurança e a atuação predatória dos agentes também põem em dúvida a tese da ordem pública verticalizada.

Primeiramente, as armas brancas improvisadas e o uso da força física são os recursos mais utilizados nas agressões e ferimentos corporais na multidão. Por um lado, os agentes da Polícia Militar e da Guarda Municipal têm apreendido parte das armas brancas e a presença das patrulhas tende a inibir ações predatorias violentas. Por outro lado, as armas brancas são artefatos improvisados que se encontram dispersos nos circuitos e os foliões não tendem fazer o uso da força física mediante escolha racional.

Com relação às armas brancas, os perpetradores recorrem predominantemente ao uso de artefatos improvisados que possam burlar as abordagens do policiamento estatal. Tais artefatos, que incluem latinha de cerveja, pedra, pau, barra de ferro e garrafa, além de dispersos, encontram-se em abundância nos circuitos e não podem ser banidos completamente da festa.

Já o uso ou não da força física nas agressões corporais não deve ser compreendida como uma escolha racional dos foliões, onde eles avaliam e decidem a hora mais apropriada para usá-la, tendo a presença da polícia como o único elemento do cálculo. Os fatores emocionais também influenciam nas ações e reações violentas dos foliões. Além disso, os foliões que pretendem o aproveitamento das oportunidades predatorias tendem a agir e reagir com disposições diferentes em relação ao uso da força física na presença do patrulhamento ostensivo.

Em segundo lugar, a relação entre a massa de foliões e o efetivo das forças de segurança é extremamente desproporcional. A segurança estatal da festa é feita pela Polícia Civil e Técnica, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guarda Municipal. Segundo os dados oficiais, nos últimos eventos, um efetivo de 26 mil servidores foi destacado para fazer a segurança do Carnaval de Salvador e de outros 29 municípios baianos, incluindo a região metropolitana⁵. Em Salvador, o efetivo de policiais militares estimado de 13 mil⁶ foi distribuído nos circuitos oficiais e no Carnaval dos bairros. Nos circuitos oficiais, a maior

⁵Os dados oficiais do efetivo do policiamento estatal empregado no Carnaval da Bahia são divulgados ao público por meio de coletiva de imprensa. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/carnaval/noticias/1742175-carnaval-de-salvador-tera-reforco-de-mais-dois-mil-policiais>>. Acesso em: 10 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2018/noticia/efetivo-de-seguranca-tera-25-mil-militares-em-carnaval-com-foco-em-tecnologia-de-drones-e-cameras-em-fardas.ghtml>>. Acesso em: 10 out. 2018.

⁶Disponível em: <<https://www.trbn.com.br/materia/16040/efetivo-e-tecnologia-reduziram-violencia-no-carnaval>>. Acesso em: 10 out. 2018.

parte desse efetivo, em torno de 9 mil agentes, foi destinada ao policiamento ostensivo, enquanto que os demais atuaram na supervisão e gerenciamento das atividades operacionais e burocráticas. Para a relação folião por agente estatal de segurança, o referencial é o policiamento ostensivo feito por patrulhas e não pelo número de agentes de serviço. Como cada patrulha tem entre cinco a oito agentes, diariamente circulam entre 1300 a 1600 patrulhas nos circuitos principais para fazer o policiamento de 500 mil a 1,8 milhões foliões. Assim, de acordo com o dia e horário da festa, a relação pode variar entre 400 a 1200 foliões por patrulha.

Por essa via, não é possível afirmar que a ampliação ou redução das oportunidades predatórias oferecidas pela multidão carnavalesca aos foliões mantém uma relação diretamente proporcional com a discrepância ou paridade entre o número de foliões e patrulhas de policiamento. Entretanto, essa relação indica que a supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias não pode ser alcançada tendo o policiamento ostensivo estatal como a única fonte de provisão de segurança, pois se a maioria dos foliões tivesse disposição e se organizasse para o aproveitamento das oportunidades predatórias, talvez não fosse possível a realização da festa mesmo com o aumento do número de policiais. Neste sentido, a disposição e o comportamento dos foliões seriam os elementos que definiriam o efetivo policial empregado, e não o contrário. Ou seja, a mensuração do efetivo depende da capacidade de autogoverno e autogestão dos foliões em situações de tensões, embates e conflitos.

No que tange à atuação, o uso da força por meio de instrumentos define o policiamento ostensivo estatal pelo poder coercitivo de intervir sobre as condutas consideradas como legalmente inaceitável (BAYLEY, 2003; REINER, 2004; BRICEÑO, 2010), porém as queixas de excessos no uso da força como práticas predatórias são frequentes. Uma parte significativa dessas queixas envolve o uso da violência como punição, logo trata-se de uma atuação policial que recorre sistematicamente ao emprego ilegítimo e indiscriminado da força como castigo corporal (BRICEÑO, 2010).

Desse modo, somente a presença e a atuação do policiamento estatal não podem estabelecer a ordem pública festiva e nem ser o único a mantê-la. Verifica-se que em torno da ordem na multidão carnavalesca existe uma dupla confusão: de um lado, confunde-se a ordem pública cotidiana com a ordem pública festiva e, do outro, a instauração com a manutenção da ordem. A ordem pública festiva se caracteriza pelo afrouxamento das regras e normas da vida cotidiana. Com efeito, a ordem pública festiva na multidão carnavalesca não poder ser exógena e verticalizada, isto é, não se trataria de uma ordem estabelecida de fora para dentro e

nem de cima para baixo (DREYFUS; RABINOW, 2010; FOUCAULT, 2012). Além disso, as forças de segurança são necessárias, mas não são suficientes para manter a ordem, pois a fruição das oportunidades festivas não pode ser garantida somente com o policiamento estatal. Assim, a presença e a atuação de outros guardiões capazes de inibir o aproveitamento das oportunidades predatórias são necessárias.

Na dupla confusão fica evidente a associação entre polícia e ordem pública. Trata-se de uma associação que se funda em concepções e práticas de segurança obsoletas, que sobrepõe a razão do Estado e a sua legitimidade aos interesses coletivos e “considera a ordem pública um ‘assunto de responsabilidade exclusiva da polícia’” (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 1997). Contudo a ordem pública festiva emana da disposição organizada da fruição das oportunidades festivas, ou seja, ela se estabelece de dentro para fora. Dessa maneira, a produção e manutenção da ordem pública festiva na multidão carnavalesca indica a existência de outras redes formais e informais de segurança, além da rede formal do policiamento estatal, que inclui os blocos de trio, os artistas e os foliões.

O Carnaval soteropolitano é bastante conhecido pelo tipo de segurança privada que é oferecida pelos blocos de trio elétrico. O surgimento dos blocos revela as demandas particulares das classes abastadas por “segurança”. As condutas predatórias manifestadas por muitos foliões junto com as práticas de policiamento público ostensivo de controle da multidão, pautadas no castigo corporal, geram tensão, desconfiança e insegurança entre os foliões. Com a justificativa de proteção contra as ameaças e perigos colocados pela multidão carnavalesca, inaugurou-se, assim, a era dos blocos de trio, para os foliões que estão dispostos a se associarem às entidades e a pagarem por isso. As entidades desenvolveram práticas de policiamento de multidão que se fundam na segregação da multidão. A corda erguida pelos blocos divide a multidão e concentra uma fração dentro de um espaço delimitado e de restrito acesso (MAIA, 2008). Assim sendo, as entidades introduzem na festa uma nova lógica de organização, baseada no policiamento privado.

A performance artística das atrações musicais inclui uma gestão artística da folia feita em rede. O artista é um nódulo de uma rede composta pela produção, os fãs clubes e os foliões Tiete. Essa rede extrapola os limites das folias corporais do Carnaval. Esses foliões acompanham os artistas nas redes sociais e em seus shows durante o ano. Com isso, muitos artistas e sua produção acumulam informações acerca dos riscos e perigos que envolvem a folia corporal e incorporam em seu repertório os meios para tentar neutralizar os danos potenciais.

Outra marca do Carnaval de Salvador são os encontros entre foliões. Os encontros são tanto oportunidades festivas em si mesmos, como também meios para a sua fruição. Eles ocorrem, entre conhecidos e desconhecidos, mediante interações focadas que requerem dos envolvidos disposição, organização e segurança. Os foliões, individualmente ou em grupos, configuram contatos ativos ou em potencial, formando redes de encontros festivos, autogestão e autopolicamento.

Nas configurações das redes formais e informais, a segurança se volta para a preservação da ordem estabelecida contra ameaça, perigo e distúrbio advindos de dentro ou de fora dessa ordem (SHEARING, 2003). Se no Carnaval de Salvador a segurança, como estado de ser, configura uma condição *a priori* de possibilidades de estar e se sentir seguro na fruição das oportunidades festivas; enquanto meio, a segurança se volta para a preservação da ordem pública desenvolvendo tecnologias e práticas de policiamento. Parte dessas tecnologias e práticas de policiamento estropolam as redes formais de segurança, uma vez que foram desenvolvidas e estruturadas por atores diversos e articuladas em redes plurais e informais.

Com efeito, o trabalho partiu da seguinte pergunta de pesquisa: como as redes formais e informais de segurança e as práticas de policiamento preservam a ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador?

Argumento que a multidão carnavalesca é uma rede de redes formais e informais que estão sobrepostas e interconectadas. A fruição das oportunidades festivas está condicionada à organização de redes informais dos foliões, isto é, elas definem o campo de possibilidades e limites da fruição e, por conta disso, estruturam, ordenam e imprimem racionalidade a multidão, tornando possível as práticas de policiamento das redes formais de segurança.

A compreensão das redes formais e informais de segurança e as práticas de policiamento na preservação da ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador foi seccionada em seis capítulos, que sucedem os da revisão da literatura e metodologia.

No capítulo quatro, intitulado “Caracterização do Carnaval de Salvador”, é feita uma apresentação analítica das características mais relevantes do Carnaval soteropolitano para o estudo. Os principais circuitos e a gestão do espaço, os dois modelos da festa, o tradicional desfile de blocos e a emergente folia “pipoca”, e os tipos de configuração da multidão, segregada e fracionada, são os aspectos que delineiam e delimitam, aqui, o que chamamos de Carnaval de Salvador.

O capítulo cinco, “Carnaval, multidão e oportunidades”, constitui o ponto central para a compreensão do objetivo proposto. Esta seção aborda as oportunidades festivas e as oportunidades predatórias, discutindo sobre os múltiplos shows e registro dos eventos, que

ocorrem durante o desfile dos trios independentes e dos blocos, e as oportunidades ampliadas de encontros significativos e de encontros forçados na multidão carnavalesca.

No capítulo seis, “As oportunidades carnavalescas e a ordem pública festiva na multidão”, é apresentado um modelo teórico-empírico para compreender e interpretar a multidão carnavalesca soteropolitana. A supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias é apresentada como a evidência empírica da racionalidade e da ordem pública festiva da multidão.

O capítulo sete, “Rede informal de segurança e a preservação da ordem pública festiva ‘pipoca’”, trata das redes informais de segurança compostas pelos foliões e artistas. Primeiramente, se discute como a ordem pública festiva, além de estabelecida pelos foliões, é mantida por eles mediante a experiência de risco e o autopolicimento. E, em seguida, como as atrações musicais também contribuem para a preservação da ordem, fazendo a gestão artística da folia corporal.

No oitavo capítulo, “A rede formal de segurança e a manutenção da ordem pública”, apresenta a composição da rede formal de segurança pelo policiamento estatal e o papel da Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal na gestão e controle da multidão carnavalesca.

Por fim, no nono capítulo, “As redes formais e informais de segurança e a ordem pública festiva”, é feita uma discussão acerca da confluência das gestões de risco das redes de segurança, explorando também os padrões disjuntivos de segurança e como estes colocam a ordem pública festiva em disputa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para realizar e atingir o objetivo geral da pesquisa é necessário conhecer os principais elementos que caracterizam o Carnaval e a segurança em rede na multidão festiva.

2.1 ESTADO DA ARTE

Colocar em evidência o caráter constitutivo do Carnaval consiste em, de um lado, realizar uma apresentação da sua construção histórica e as manifestações dentro e fora de época e, por outro, reunir os estudos acerca da violência associada à multidão carnavalesca, da produção de segurança e do policiamento da festa.

2.1.1 A “invenção” do carnaval: uma perspectiva histórica

A festa mais celebrada no Brasil e que, ao longo do tempo, tornou-se elemento da cultura nacional, não configura uma invenção brasileira. A origem do Carnaval tem se constituído em objeto de discussão controvertido. Em busca das raízes históricas da festa, os pesquisadores têm debatido quanto ao momento e o lugar em que se deu o início dos festejos.

Para alguns estudiosos no assunto, antes de ser uma festa, o Carnaval é uma data (FERREIRA, 2004; CAVALCANTE, 2011). “Isso quer dizer que não existe uma forma peculiar de se brincar o Carnaval”. Os festejos carnavalescos que ocorrem em diferentes partes do mundo “têm em comum o fato de se realizarem num determinado período do ano” (FERREIRA, 2004, p. 29).

Segundo Cavalcante (2011), o Carnaval configura um tempo festivo que está presente na história de diferentes sociedades. O tempo festivo carnavalesco,

[...] integra um calendário cosmológico de natureza cíclica que entrecruza o calendário histórico laico e mais linear. Enquanto a contagem sucessiva dos anos nos leva sempre em frente – 2010, 2011, 2012 –, o calendário festivo cíclico no qual o carnaval se insere se reinaugura a cada novo ano, é repetitivo e cheio de conteúdos tradicionais (CAVALCANTE, 2011, p. 82).

A autora enfatiza que a formação desse calendário cíclico festivo possui a sua própria história. Elementos festivos que compõem o Carnaval encontram-se associados a festas que remontam a época do seu nascimento. Entretanto, o Carnaval nasceu na Europa, na fase civilizatória cristã.

Com a decadência do Império Romano, a partir do século IV, o calendário cristão se expandiu e padronizou os usos e costumes das populações em uma grande extensão territorial. Muitos elementos de festas populares pagãs agregaram-se, então nesse nicho temporal imediatamente anterior à quaresma, conformando o carnaval (CAVALCANTE, 2011, p. 83).

Assim, o Carnaval é uma festa inscrita no calendário cristão. Uma data instituída deliberadamente para atender a uma determinada finalidade. Por mais espantoso, irônico e estranho que possa parecer, o Carnaval foi “inventado” pela Igreja Católica (FERREIRA, 2004).

A história do Carnaval começa com a instituição do período conhecido como quaresma pela Igreja. Esse é um determinado período do ano, em que os fiéis devem se ausentar da vida cotidiana para se dedicarem exclusivamente às questões espirituais. A duração de quarenta dias da quaresma faz menção à quantidade de dias de jejum e provações passados por Jesus no deserto. O primeiro dessa sequência de dias passa a ser chamado de Quarta-feira de Cinzas.

A partir daí, estava legalmente decretado que durante os quarenta dias de privações os fiéis deveriam esquecer os prazeres da vida material e dedica-se a elevar o seu espírito a Deus e a meditar sobre Cristo e sua ressurreição, que seria festejada no fim da quaresma, no domingo de Páscoa (FERREIRA, 2004, p. 26).

As privações, nesses quarenta dias, consistem em nada de festa, brincadeiras, namoros, bebidas e comilanças.

Naquela época, que seria conhecida depois como alta Idade Média, o poder da Igreja era muito e seus dogmas não admitiam nenhum tipo de discussão. Ou seja, a proibição de se comer carne ou se envolver com qualquer tipo de divertimento mundano era seguido ao pé da letra, principalmente pela população mais pobre (FERREIRA, 2004, p. 26).

Contudo em oposição a esse período de rígida abstinência, foi-se estabelecendo, nos dias imediatamente anteriores, o costume de realizar muitas festas. A palavra de ordem era esbaldar, ou seja, se esbaldar o quanto possível até a chegada da privação.

Pode-se imaginar o aumento absurdo no consumo das carnes de boi e de porco às vésperas da interdição e a tristeza da população ao pensar que todas aquelas gostosuras não iam mais ser comidas dali a pouco tempo. Esses últimos dias de fartura antes dos quarenta dias de penúria começaram então a ser chamados de dias do “adeus à carne”, que, em italiano, fala-se dias da “carne vale” ou da “carnevale” (FERREIRA, 2004, p. 26).

O Carnaval surge como uma definição do “período do ano onde a comilança e a esbórnica corriam soltas, e que acabaria por se tornar uma espécie de antônimo da quaresma” (FERREIRA, 2004, p. 26). A conclusão lógica, para Ferreira, que se depreende desse fato, é

que se não houvesse a invenção da quaresma, não haveria Carnaval. Dessa forma, se estabeleceu uma oposição ritual fundamental entre o Carnaval e a quaresma.

Do lado do carnaval, estão a alegria, a expansão, a expressão ritual da agressividade, a expressão mais livre dos apetites corporais, da gula, da luxúria. Do lado da quaresma, estão o comedimento, a tristeza, a desolação, os jejuns, a contenção (CAVALCANTE, 2011, p. 83).

Indivíduos, grupos, cidade, cada um brincava do seu jeito, da forma que achava melhor, pois, ao contrário da quaresma, tempo regulado pela Igreja, “durante os dias de Carnaval parecia não existir leis, regras, fórmulas e nem nada que determinasse o que se podia ou se devia fazer” (FERREIRA, 2004, p. 28).

O Carnaval vivenciado nesse primeiro momento, com seus excessos, descontroles e inversões, não configura uma festa distinta das outras que ocorriam durante o ano. Visto que inversões e exageros não são exclusividades da festa carnavalesca, o Carnaval não é o período específico do ano no qual a vida “vira do avesso” ou “fica de cabeça para baixo”. A associação de que qualquer brincadeira, excesso ou inversão de valores ao “Carnaval” é bastante comum é antiga (FERREIRA, 2004).

Ferreira aponta a obra de Bakhtin como uma alternativa ao pensamento que associa as inversões e os excessos dos diversos festejos, que ocorrem durante o ano, ao Carnaval. Para tanto, Bakhtin (2013) nos revela o conceito de carnavalização. Ao examinar a relevância do riso popular, Bakhtin afirma que amplitude e importância da carnavalização na Idade Média e no Renascimento eram consideráveis, na medida em que se opunha à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época. O autor apresenta a cultura popular como o oposto da cultura oficial representada pelo Estado e a Igreja, como algo vinculado à inversão, ao exagero, à caricatura, ao humor (FERREIRA, 2004; BAKHTIN, 2013).

Dessa forma, para Bakhtin, a carnavalização não se encontra vinculada somente aos festejos do período do Carnaval. Um traço marcante da carnavalização é o mundo das inversões (BAKHTIN, 2013).

Para ele [Bakhtin], o mundo carnalizado é o mundo da festa do povo, das festas grosseiras e das inversões típicas das brincadeiras populares do fim da Idade Média. Essa barafunda entre o conceito de “carnaval” e o de carnavalização vai fazer com que as duas idéias acabem se misturando, influenciando alguns estudiosos que acabam por concluir que onde tem festa, onde tem exagero, onde tem inversão também tem carnaval (FERREIRA, 2004, p. 23).

Como já foi dito por Ferreira, não é verdadeiro que onde tem brincadeiras, exageros e inversões, tem Carnaval.

O espírito da carnavalização estudado por Bakhtin, pode se manifestar em qualquer época do ano e em qualquer lugar, seja nas comemorações do final da Segunda Guerra Mundial na Europa ou na festa do Purim entre os Judeus. Já o carnaval é uma coisa diferente e se apresenta como uma festa com data determinada, que acontece em certos países e em determinadas cidades do planeta, como no Recife, no Brasil, ou em Biche, na Bélgica, por exemplo (FERREIRA, 2004, p. 23).

Assim, como propõe o autor, “no Carnaval existe carnavalização, mas nem toda carnavalização é carnaval” (FERREIRA, 2004, p. 23).

Na concepção de Bakhtin (2013), o Carnaval tem como marca o novo, o original e a inversão. Trata-se de um evento cujo centro simbólico é apropriado pelos marginalizados. O espetáculo carnavalesco é uma representação da vida ordinária que ignora as distinções entre atores e espectadores. Nesse mundo às avessas é abolido todas as abscissas entre os atores para substituí-las por uma representação livre e extravasante. É o mundo de produção da liberdade – sem atores, sem palco, sem diretor –, ou seja, que derruba as barreiras hierárquicas, sociais, ideológicas, de idade e de sexo.

Neste mundo às avessas todas as abscissas entre os indivíduos são abolidas e uma atitude carnavalesca de contato livre e familiar é erguida. Segundo Bakhtin (2013), o que se abolia, principalmente, durante o Carnaval era a hierarquia. Os padrões determinantes da ordem cotidiana com as suas leis, proibições e restrições são suspensos. A carnavalização se associa a essa visão vasta e popular de Carnaval que se opõe ao hierárquico e à discriminação.

Ao analisar a dualidade do mundo que contrapunha a cultura popular do riso e a cultura oficial, elevada e erudita produzida pelo Estado e pela Igreja, Bakhtin denominou de realismo grotesco, “ao tipo específico da cultura cômica popular em todas as suas manifestações” (2013, p.27). A cultura cômica, jocosa e sarcástica, ganhava o espaço público durante o Carnaval com a propagação da utopia da liberdade, da universalidade e da igualdade, em oposição às festas oficiais, onde as distinções hierárquicas eram mantidas. Na cultura cômica, o plano simbólico e abstrato, isto é, o sistema de crenças e ideias, se encontra rebaixado ao plano material e corporal, o que confere ao corpo caráter cósmico e universal. Esse mesmo corpo, quando associado às imagens da festa, da alegria e da subversão, resulta, segundo Bakhtin, no “realismo grotesco”, ou seja, na representação da realidade pelo que ela tem de disforme e desconexo, que se mostra por inteiro nos momentos da festa carnavalesca.

2.1.2 O Carnaval no Brasil

O Carnaval brasileiro – ou como prefere alguns autores, os carnavais brasileiros, por conta da diversidade dos festejos carnavalescos no país (CAVALCANTE, 2011) – está entre os principais e mais famosos Carnavais celebrados no mundo contemporâneo e, todos os anos, atrai milhares de turistas dos cinco continentes.

Quando a questão é Carnaval, vimos que as discussões orbitam em torno da inversão e dos excessos cometidos durante os festejos, como se essas categorias representassem a sua essência. Com o Carnaval brasileiro não é diferente. Como defende DaMatta (1997, p. 179), durante o Carnaval, a sociedade abre uma brecha na rotina do cotidiano, transformando os

[...] marginais e inferiores (que, no Brasil, são muito significativamente chamados de “indivíduos”, isto é, alguém sem ninguém e sem posição social) em pessoas, e as pessoas (que não são as donas do sistema) em indivíduos (isto é, numa massa justaposta e indiferenciada de cidadãos, todos com o mesmo direito para cantar, dançar e brincar, algo que é contrário à ideologia hierárquica brasileira).

A perspectiva de inversão de DaMatta tem como princípio a distinção entre indivíduo e pessoa. É por meio desse dualismo que o autor pretende aproximar a sua tese da teoria de Bakhtin. DaMatta visualiza no modelo da carnavalização a possibilidade do diálogo entre as categorias divergentes, rigidamente subordinadas pelas hierarquias no mundo diário (DAMATTA, 1986; 1997). Para o antropólogo, o brasileiro vive um dilema constituído pela oscilação entre duas unidades sociais distintas: o indivíduo, o sujeito definido pelas leis universais e igualitárias que modernizam a sociedade, e a pessoa, o sujeito definido pelas relações sociais que conduzem as dimensões hierarquizadas do sistema (DAMATTA, 1986; 1997).

Nas sociedades modernas, liberais e burguesas espera-se que todos os indivíduos sejam submetidos às mesmas leis, independentemente da condição de classe, raça, gênero etc. Segundo DaMatta (1968; 1997), no Brasil, o indivíduo não seria uma categoria universal e inclusiva como nos Estados Unidos, nem alguém renunciante, como na Índia. O indivíduo entre os brasileiros seria “alguém sem ninguém” que não participa de nenhum sistema de relações pessoais. Já a pessoa tem relações, privilégios, um papel definido e não está submetida às mesmas leis que os indivíduos.

Confuso entre essas duas unidades, o brasileiro não sabe como proceder ante as regras estabelecidas para todos os indivíduos representadas pelo espaço público da rua, uma vez que, elas foram criadas no espaço privado da casa, o espaço da satisfação e das vontades da pessoa

(DAMATTA, 1997). A particularidade do Carnaval, por sua vez, consistiria no fato de a rua tornar-se casa por alguns dias. Uma casa que celebra em praça pública o que em dias normais seria feito dentro dela às escondidas. Paralelamente, a rua transformada em casa subverte as hierarquias que estruturam as relações no espaço público e os indivíduos são transformados em pessoas (DAMATTA, 1997).

Bruhns (2000, p. 95), “sem desmerecer o trabalho do autor”, chama atenção para as complicações que se reveste, a proposta de DaMatta “[...] em tomar o carnaval brasileiro como um rito de unificação da nação”. A autora, a partir de discussões tratadas em outros trabalhos, fica impressionada com o silenciamento de DaMatta em relação às assimetrias e desigualdades sociais que o “simbolismo coletivo do espetáculo disfarça” (2000, p. 94).

Também contra esse silenciamento, Queiroz (1999) defende a não existência de uma ordem subversiva durante a festa e de oposição entre o cotidiano e a festa. Para a autora, a festa caminha aparelhada com a sociedade.

Bruhns dialoga e corrobora parcialmente com Queiroz, embora advirta que “[...] o simbolismo coletivo da festa ou do espetáculo tende a incumbir heterogeneidade”. Já Bruhns (2000, p. 95) permanece “[...] na posição de considerar o Carnaval também um representante da transgressão, da inversão da ordem – não pela ruptura com a rotina, mas por sua posse que excede sua lógica”.

A categoria festa desenvolvido por Bruhns, além de carregar o sentido que comumente conhecemos, é tratada como

[...] “atitude” e “comportamento” expressos pelos indivíduos nas atividades constituintes de evento. Percebido em seu sentido estrutural, o termo festa pode ser empregado, além da concepção original, como diretamente ligado ao acontecimento, ou seja, nas ocasiões em que o preponderante coincide com esta oportunidade de distração e alargamento das fronteiras (2000, p. 95).

A chegada do Carnaval ao Brasil deu-se pela península Ibérica, “[...] e a cidade do Rio de Janeiro funcionou no século XIX e no primeiro quartel do século XX como um disseminador dos folguedos carnavalescos país afora” (CAVALCANTE, 2011, p. 84).

Adotando a periodização indicada por Queiroz (1999) e Cavalcante (2011) realizam uma retrospectiva histórica, dividida em três períodos. Cada período representa a forma predominante de manifestação do Carnaval brasileiro: o entrudo, o grande Carnaval e o Carnaval popular. Primeiramente, a folia se iniciou no século XIX com o entrudo, no período colonial – com os arremessos de baldes d’águas, limões de cheiro entre brincantes pelas ruas da cidade; já nos meados do mesmo século desponta o grande Carnaval – os bailes e as

grandes sociedades espelhados nos carnavais das cidades europeias –, seguindo até aproximadamente a década de 1930, quando surge o Carnaval popular. Este permanece até os dias atuais com os ranchos e os blocos populares.

No último período, Bruhns (2000) acrescenta uma subdivisão: no período que vai da década de 1930 até a década de 1950, a denominação Carnaval popular é conservada. Todavia, para o período posterior à década de 1960, ela propõe a denominação Carnaval-espetáculo.

2.1.3 Construção do Carnaval da Bahia: um Carnaval dos blocos de trio

Na Bahia, as iniciativas tomadas para conter os abusos do entrudo português fizeram surgir os bailes de salão, com grande destaque para as festas à fantasia do teatro São João, o corso, os cordões e blocos diversos.

Até meados do século XX, o Carnaval de Salvador era marcado por uma distinção entre os modos festivos adotados pela elite branca da capital e as manifestações culturais cultivadas pelos negros da cidade.

Essa distinção festiva perdurou até início dos anos de 1950 quando um fato marcante “seria eleito como o ato fundador da folia baiana” (FERREIRA, 2004, p. 23; MIGUEZ, 2014). O fato em questão está vinculado ao surgimento do trio elétrico. E esta criação, segundo Miguez (2014, p. 79), representa o primeiro dos “três cortes importantes experimentados pela festa carnavalesca”, com a introdução da lógica da indústria cultural.

No ano de 1950, numa quarta-feira anterior ao Carnaval, o Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas, entidade carnavalesca do Recife, partiu de Pernambuco para se apresentar no Carnaval do Rio de Janeiro. Na viagem para o Rio de Janeiro, a famosa orquestra de frevos fez escala em Salvador para realizar uma apresentação pública, atendendo ao convite da prefeitura da cidade. Empolgados com a receptividade e animação demonstrada pelo público com o desfile do clube, a dupla elétrica formada por Adolfo Antônio (Dodô) e Osmar Álvares Macedo “improvisaram o primeiro desfile do que veria a ser o trio elétrico” (MIGUEZ, 2014).

A primeira e marcante apresentação ocorreu a bordo de um Ford 1929, com guitarras elétricas e som amplificado por alto-falantes, na tarde do domingo de Carnaval. O desfile aconteceu no Centro da cidade arrastando uma verdadeira multidão. Na verdade, o nome "trio elétrico" só surgiu mesmo no ano seguinte, quando a “dupla convidou o músico Temístocles Aragão para integrar o grupo”. Essa grande invenção provocou uma inovação na forma de se brincar e curtir o Carnaval baiano.

O trio elétrico promove, com seu caráter inovador e renovador, uma profunda e definitiva transformação do carnaval da Bahia. Redefine e torna comum a todos, sem divisão de qualquer natureza, o espaço da rua como o lugar privilegiado da festa – é que numa festa historicamente segmentada, do ponto de vista sócio-racial, o trio elétrico surge inaugurando um espaço absolutamente igualitário, fazendo valer, por onde passa, uma espécie de “democracia lúdica” (MIGUEZ, 2014, p. 82).

O segundo dos cortes acima referidos, explicita Miguez (2014), está localizado nos meados da década de 70 do século XX. “Trata-se do processo batizado por Risério (1981) de ‘reafricanização’ do carnaval”.

No final do século XIX, por volta dos anos 1890, surgiu o Afoxé, um tipo de grupo formado por negros que representavam casas de culto de herança africana e saíam às ruas cantando e recitando sequências de músicas e letras.

Considerados como a “origem” do carnaval afro-baiano, os grupos negros que desfilavam cantando pelas áreas periféricas de Salvador na década de 1890, com roupa e adornos importados da África, como o Embaixada Africana ou os Pândegos da África seriam definidos como os primeiros afoxés baianos (FERREIRA, 2004, p. 389).

O mais famoso afoxé é o "Filhos de Gandhy", criado em 1949 – ano do IV centenário da cidade – por um grupo de estivadores do Porto de Salvador. O nome é uma homenagem ao líder pacifista indiano Mahatma Gandhy, assassinado um ano antes.

Após sua incorporação ao Carnaval oficial dos trios, os afoxés começaram a definir a feição africana da folia baiana, valorizada pelo surgimento do Movimento Negro e pelo conceito de “reafricanização” do Carnaval da Bahia, que estabeleceria uma linha evolutiva capaz de valorizar as origens negras da festa (FERREIRA, 2004, p. 390).

Assim, nos anos 70, o Carnaval presenciou o nascimento de grupos históricos, como o bloco afro Ilê Aiyê, além do renascimento do Filhos de Gandhy. Era o começo do crescimento cultural do Carnaval de Salvador, que passou a enfatizar os conflitos e a protestar contra o racismo.

O último dos cortes indicados teve seu início nos anos de 1980 com o surgimento dos blocos de trio. Por meio de cordas, os blocos privatizaram o espaço do trio elétrico, formando um insulamento, e essa privatização reintroduziu “uma hierarquia social na ocupação do espaço público da festa. Dessa forma, realizam um movimento inverso ao registrado em 1950, quando essa mesma hierarquia foi desarticulada pela participação do trio elétrico” (MIGUEZ, 2014, p. 85).

Da conjunção dos três cortes apresentados, resulta

[...] um carnaval que podemos chamar de “afro-elétrico-empresarial”. Uma festa que é simultaneamente produto e mercado, com uma estrutura e uma

lógica organizacional que se torna cada ano mais complexa, que exibe uma capacidade impressionante de gerar, transformar e realizar múltiplos produtos (música, artistas, organizações e o próprio trio elétrico), articuladas de formas variadas com a indústria cultural, com sistema midiático, com a indústria do turismo e do lazer e com a economia de serviços da cidade, adicionando diversificadas possibilidades de negócios significativamente representativos enquanto fonte de emprego e renda para a cidade (MIGUEZ, 2014, p. 86).

2.1.4 A violência associada à multidão carnavalesca

Embora seja visível, a violência associada à multidão carnavalesca não tem sido uma preocupação acadêmica. São poucos os estudos que tratam das diversas formas e manifestações da violência no Carnaval. Entre os poucos estudos realizados sobre o tema na literatura nacional foi encontrado um trabalho que procura interpretar a violência no Carnaval de Salvador.

Moura (2000) avalia o espaço ocupado na mídia pela violência física em eventos que ocorrem em multidão. Não é a sua presença na mídia a novidade, “e sim sua manifestação crescente no âmbito de práticas frequentemente consideradas apenas lúdicas e integradoras” (MOURA, 2000, p. 55). O autor procura discorrer sobre a violência no universo do Futebol, da Música afro-americana e do Carnaval de Salvador. Em relação à cena carnavalesca, o autor compara “a maneira como se experimenta e/ou administra a violência e a agressividade no âmbito das práticas esportivas e certos movimentos musicais com outras formas de caminhar civilizatoriamente os mesmos conteúdos, ou, pelo menos, conteúdos semelhantes” (MOURA, 2000, p. 61).

A cena carnavalesca de Salvador aparece em foco na mídia. Em destaque estão os blocos de trio mais poderosos, com seus foliões eufóricos e dança e fenótipo uniformes. A segurança desses blocos é garantida por meio de agentes e auxiliares que “mantêm erguida uma cerca” de corda. Em volta da cerca forma uma multidão, que anseia por ver e participar da festa. “A disputa pelo lugar mais próximo resulta em empurrões, quedas cotoveladas e, no limite, conflitos abertos entre os foliões à paisana, de um lado, e segurança dos blocos e policiais, de outro” (MOURA, 2000, p. 61).

No espaço que por vezes surgem entre os blocos, os foliões formam um círculo, que Moura considera “semelhante à roda de samba”.

O pavor e o fascínio se espalham em torno. Quase sempre são homens, mas algumas mulheres se arriscam a participar. Chocam-se ombros, braços, costas, cotovelos e coxas. Não há golpes propriamente. O choque é

tangencial, lubrificado pelo suor que corre em profusão desses guerreiros do carnaval. [...] Ninguém cai, ninguém se fere. A dança pode durar quinze segundos, cinco minutos, 20 minutos. A polícia pode aparecer para apartá-los ou, de repente também, a roda se desfaz (MOURA, 2000, p. 62-63).

Para participar desta dança, os jovens e adolescentes começam a praticar intensamente a musculação, com ou sem suplementos e anabolizantes. A exibição da “corporeidade bélica” ocorre na forma de coreografia, em pleno carnaval (MOURA, 2000). Na visão de Moura, a polícia está muito atenta a estas explosões. Em fila indiana, eles atuam tendo em vista a manutenção da ordem festiva.

O que me motivou mais precisamente a escrever este ensaio foi a pouca preocupação dos policiais com relação à cena descrita acima, se comparada à vigilância com relação ao que pode apontar na direção de um furto ou agressão. “Tem que prestar atenção a tudo que está acontecendo, mas esses malhados brigando na roda não é bem uma briga. Pode até sair uma briga, se tiver uma outra turma na hora, mas é mais uma brincadeira deles” (MOURA, 2000, p. 63).

Moura, analisando a cena protagonizada pelos malhados, assume a perspectiva de que a polícia reconhece de certa forma, a legitimidade da prática. E, admite de forma aberta, que foi o depoimento de um policial fora de serviço, no Carnaval de 1999, que levou o autor a conduzir por esse ângulo a sua interpretação:

É só não ir pro meio, naquela hora. Quem é doido? Quem não souber aquela luta, apanha. Cai ali mesmo. Ou então: Alí, é só mesmo prá quem é daquela turma ou quem a turma aceitou”. [...] “Tá vendo ali? Vai chegar mais uns quatro ou cinco e vai começar a briga, mas não é uma briga mesmo não, parece mais uma roda de Ogum. Eles com aquelas espadas, riscando no espaço, sem ninguém se ferir. É a violência mesmo do pessoal” (MOURA, 2000, p. 63).

Tendo em vista compreender a agressividade coreografada, que caracteriza a dança dos jovens e adolescentes, na cena carnavalesca de Salvador, como uma roda de Ogum, Moura passa em revista uma série de estudos das religiões afro-brasileiras marcadas pelo mistério do transe. Roger Bastide (1976), Pierre Verger (1997), Reginaldo Prandi (1991: 1996), Renato Ortiz (1978) e outros são citados pelo autor, que espera que os vários parágrafos contribuam “para conferir validade à afirmação do policial: ‘é uma roda de Ogum’” (MOURA, 2000, p. 66).

2.1.5 Provisão de segurança e o policiamento na multidão carnavalesca

Os dois mais recentes estudos sobre a segurança no Carnaval de Salvador tiveram focos distintos. O primeiro tratou da segurança estatal (MELO; MELO, 2006), enfatizando a

organização, as ações e as atuações da Polícia Militar. O segundo dedicou-se ao policiamento da segurança privada dos blocos de trio (MAIA, 2008).

O primeiro estudo pretendeu analisar o papel da Polícia Militar da Bahia e sua responsabilidade na preservação da ordem pública no Carnaval de Salvador. Partindo de uma perspectiva de “evento com características de desregramento”, os autores do estudo discutem e relacionam a produção da ordem pública à eficiência e eficácia da atuação da segurança estatal (MELO; MELO, 2006, p. 34).

Na concepção desordenada de multidão, o estudo exclui os foliões do processo de manutenção da ordem na multidão carnavalesca. Em defesa dessa perspectiva, os autores analisam a “gestão da segurança pública” sob a ótica da gestão do espaço hierarquizado, a gestão de pessoas, isto é, do efetivo policial empregado na festa e a gestão operacional de alocação do efetivo e combate à violência. A ênfase dessa gestão consiste na manutenção da ordem e o controle da desordem.

Assim, a “segurança pública”, ao lado da segurança privada, se tornou parte integrante da festa e ampliou a sua importância. No Carnaval-negócio se torna indispensável a presença e o poder dos organismos de segurança pública e privada, pois, os mesmos conseguiriam proporcionar ao evento uma maior visibilidade e reconhecimento. “Nesse sentido, a sensação de segurança traz retorno publicitário rápido e a baixos custos. Ou seja, além de ser belo, espetacular e divertido, tem que ser seguro para conseguir atrair a atenção dos foliões do mundo inteiro” (MELO; MELO, 2006, p. 64).

Para os autores supracitados, no Carnaval de Salvador a principal vitrine, “ao lado da Polícia Civil, dos atores do setor privado e da estrutura da saúde” (MELO; MELO, 2006, p. 64), seria a Polícia Militar, pois conta com a visibilidade da sua presença maciça e da sua atuação nos espaços conflituosos da folia, gerenciado pelo racionalismo e o pragmatismo das organizações empresariais que de alguma forma possuem interesses no evento.

O outro recente estudo sobre produção de segurança e policiamento de multidão no Carnaval (MAIA, 2008) procurou compreender os efeitos da situação de trabalho na multidão e a violência associada ao policiamento. Tendo como foco a saúde no trabalho, a pesquisa abordou as condições de trabalho e as suas consequências para a saúde do trabalhador, de modo que foram apresentados as condições de trabalhos e os perigos derivados.

O estudo abordou a saúde do trabalhador, mas teve como foco a segurança privada dos blocos como um todo. Desse modo, esse estudo focou na saúde do trabalhador com ênfase nos efeitos da situação de trabalho na multidão e na violência associada ao policiamento dos auxiliares de segurança dos blocos carnavalesco, ou seja, os cordeiros das entidades. Embora

tenham sido levados em consideração os perigos para a saúde do trabalhador decorrente do comportamento dos próprios cordeiros, o estudo adotou uma perspectiva que tomou como passiva a atuação dos auxiliares de segurança frente às múltiplas vitimizações sofridas pelos mesmos na multidão carnavalesca (MAIA, 2008).

Ao estudar a multidão como perigo para a saúde do trabalhador, a autora partiu da concepção dos próprios auxiliares sobre a mesma e do esquema de segurança das entidades e o manuseio da corda. “A partir do relato dos auxiliares, foram extraídos a concepção de multidão, os perigos associados, os causadores de confusão e as pessoas vulneráveis”, ao tempo em que se evidencia “que o trabalho dos auxiliares facilita a eclosão de conflitos violento” (MAIA, 2008, p. 154). Nos aspectos relacionados ao trabalho, ela destacou a missão de barrar e controlar o acesso ao bloco e de mover o bloco na multidão. “A abrir caminho ou barrar a entrada significa interagir com uma quantidade de diversidade de pessoas e interesses dentro e fora da entidade” (MAIA, 2008, p. 157).

Os auxiliares de segurança em decorrência do trabalho efetuado sofrem múltiplas vitimização. As agressões apresentadas foram praticadas tanto pelo “público externo” (de fora) como pelo “público interno” (de dentro). “As vitimizações diferem quanto ao tipo (impessoal e coletiva), natureza (física, biológica, verbal e sexual), autor (policial, cordeiro, segurança, folião de dentro e de fora, ... e vândalo)” (MAIA, 2008, p. 180).

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Da questão geral deste escopo se desdobra uma questão de cunho teórico: qual relação que pode ser estabelecida (ou se estabelece) entre as redes formais e informais de segurança e a gestão e o controle de multidão festiva? E dessa questão central, outras questões teóricas ganham corpo: quais os limites e alcances da governança das redes? No que consiste a atuação do policiamento de multidão? Como pensar o policiamento estatal e privado e as influências mútuas entre eles, no contexto de policiamento de multidão? Com efeito, a compreensão do objetivo proposto pressupõe um marco teórico que dê conta dessas questões.

2.2.1 Multidão

As ações coletivas desenvolvidas nos espaços públicos têm sido objeto de grande interesse por parte das Ciências Sociais. Segundo Jesus (2013), as ações de movimentos sociais, sobretudo, aquelas sem uma liderança determinada, têm chamado a atenção dos meios

de comunicação e exigido explicações de especialistas para sua ocorrência. Os especialistas em multidão expressam a dificuldade em entender os fenômenos de massa que não sejam movimentos organizados (BURNS, 2011). Dessa maneira, as multidões e as ações coletivas não podem ser compreendidas da mesma forma que os movimentos sociais,

[...] dada sua amplitude e desvinculação de princípios de afiliação próprios dos movimentos sociais. Utilizar os mesmos parâmetros para entender um e o outro fenômeno leva a entendimentos falaciosos acerca do funcionamento das massas humanas (JESUS, 2013, 494).

Os primeiros estudos sobre multidão foram realizados e sistematizados pela psicologia social. A psicologia das massas tem o indivíduo e os efeitos da multidão sobre o seu comportamento como foco de análise. Atualmente, os estudos têm concebido a multidão como um coletivo de ações, interações e relações e estrutura. McPhail (1991) defende a existência de pelo menos duas psicologias sociais: “psicológica social psicológica”, que investiga a influência da presença de outros na cognição individual, comportamento e emoção dos indivíduos; e a “psicologia social sociológica”, cujo olhar está voltado para as origens, desenvolvimento e consequências de duas ou mais pessoas juntas.

O comportamento individual ou coletivo em multidões tem os seus primeiros registros feitos pela ciência no final do século XIX. As primeiras explicações defendiam que o comportamento apresentado pelas multidões era proveniente de pessoas marginalizadas, possuídas, loucas ou com tendências inatas para o crime (MCPHAIL, 1991).

O francês Gustave Le Bon, em “Psicologia das multidões” (1980), introduziu uma concepção homogênea, desordenada e patológica de multidão. Segundo o autor, embora a multidão seja composta por indivíduos considerados normais, os processos psicológicos coletivos alteram a maneira de sentir, pensar e agir dos que compõem a aglomeração.

O que há de mais impressionante numa multidão é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam quais forem as semelhanças ou diferenças no seu gênero de vida, nas suas ocupações, no seu caráter ou na sua inteligência, o simples fato de constituírem uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo como sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos só surgem e se transformam em atos nos indivíduos em multidão (LE BON, 1980, p. 12).

Para Le Bon (1980), os indivíduos integrados a multidões são incapazes de autogoverno. Isso seria o efeito de três causas determinantes da multidão. A primeira é o desaparecimento do sentimento de responsabilidade dos indivíduos diante do anonimato da multidão. A segunda causa é o “contágio mental” que envolve os indivíduos em uma multidão e os fazem seguir cegamente as ideias e emoções predominantes nela. A terceira causa é o

“poder de sugestão” que determina nos indivíduos em multidão características específicas às vezes bastante opostas aos do indivíduo isolado.

Essas ideias foram mantidas vivas por uma variedade de psicólogos (McDougall 1908; Martin 1920; Freud 1921) e sociólogos, entre os quais os principais proponentes foram Park (1904, 1930; PARK; BURGESS, 1921), seu aluno Blumer (1939, 1957), e os alunos de Blumer (MCPHAIL, 1991). Entretanto, a psicologia e sociologia das massas têm-se orientado por linhas teóricas e investigativas diferentes, que incluem entre as principais a teoria da predisposição, teoria da norma emergente, teoria da desindividualização e teoria da identidade social.

As ideias de Le Bon foram bastantes difundidas, porém entre psicólogos e sociólogos a recepção não era a mesma. O americano Floyd Allport atacou vigorosamente as teses de Le Bon, oferecendo uma alternativa teórica para explicar o comportamento individual nas multidões. Segundo Mcphail (1991), Allport rejeitou veementemente o significado de grupos, instituições e qualquer noção de “mente coletiva” na transformação do indivíduo, afirmando que o indivíduo na multidão se comporta exatamente como ele se comportaria sozinho, só que mais. Ou seja, o individualismo enfático de Allport não dispensou o mito patológico das multidões. Em vez disso, ele simplesmente ofereceu uma explicação diferente para as multidões que mantiveram uma variação do mito vivo.

Afirma Mcphail (1991) que o argumento de Allport defendia que o comportamento individual dentro e fora da multidão é controlado por tendências inatas e apreendidas dos próprios indivíduos a se comportar. Assim, as multidões se formam porque indivíduos com predisposições semelhantes foram compelidos a convergir em um local comum. Desta maneira, a formação de multidões e suas ações coletivas foram atribuídas a alguma tendência compartilhada por aqueles que convergiram em um local onde suas predisposições supostamente os obrigaram a agir da mesma forma e juntos. Em vez de serem controlados pela multidão, os indivíduos eram controlados por suas predisposições compartilhadas. Quando essa predisposição é estimulada, o resultado é o comportamento coletivo (MCPHAIL, 1991).

A teoria da predisposição passa a ser questionada pela teoria da norma emergente de Turner e Killian. Segundo Greenberg (2010), os autores argumentaram que um indivíduo é influenciado pela multidão por acreditar que, se todos os outros estão agindo de determinada maneira, as ações não podem estar erradas – a multidão simplesmente redefine a norma para o comportamento correto. A teoria da norma emergente discorda do papel causal do contágio emocional e defende que as pessoas agem da maneira que fazem nas multidões, porque a

multidão ajuda a definir a situação e o comportamento apropriado. Essa teoria apresentou uma evolução frente aos pensamentos de transformação e predisposição ao promover a conexão entre o comportamento do indivíduo com as ações das grandes massas (MCPHAIL, 1991).

Já a teoria da desindividualização do comportamento da multidão defende, segundo Jesus (2013), que o anonimato da multidão leva a uma falta de restrição. Desindividualizar-se é se tornar parte da massa, que sob o manto do anonimato torna sua responsabilidade individual, difusa entre os demais membros da multidão. Os partidários dessa teoria, tais como Diener (1980) e Mullen (1986), sustentam que o senso de anonimato mantém uma relação diretamente proporcional ao tamanho da massa (JESUS, 2013). Elevadas concentrações tendem a maior desinibição e impulsividade dos participantes.

Com base no conceito de mente grupal, os autores defendiam que, quando em grupos com os quais se identificam, as pessoas passam por um processo de perda das restrições morais e comportamentais, tornando-se mais suscetíveis a agir de forma diferente da cotidiana e até mesmo de se engajar em práticas antissociais, de acordo com as orientações do grupo maior (JESUS, 2013, 499).

No entanto, de acordo com Bruhns (2011), John Drury, Stephen Reicher e toda a disciplina da psicologia de multidões, a teoria foi desacreditada ao longo de décadas de pesquisa. Em grupos, quando as pessoas se tornam anônimas, o que elas fazem é mudar da identidade individual para a identidade social e depois agir com base em normas coletivas, valores, padrões.

Segundo Jesus (2013), Reicher se contrapõe à teoria da desindividualização por ignorar o senso de empoderamento adquirido pelos integrantes das multidões. Isso porque, considerando que nas multidões se reúnem pessoas com predisposições parecidas, “o comportamento de cada indivíduo nesses grandes coletivos é mais influenciado pela identificação social com as normas do grupo do que pelo anonimato” (JESUS, 2013, 499).

Segundo Greenberg (2010), até recentemente, a psicologia da multidão atraiu pouca atenção dos psicólogos sociais. Graças aos esforços de Reicher, o interesse pelo assunto foi reavivado. Tomando uma perspectiva de identidade social, Reicher cita evidências de estudos experimentais e de campo mostrando que a identidade social constitui a base de grande parte do comportamento da multidão. As pessoas se definem em parte com base nos termos estabelecidos pelos grupos aos quais pertencem. Ações de multidão ou multidão representam uma expressão dessa identidade. Assim, em vez de perder seu senso de identidade nas multidões, o comportamento da multidão atua para reafirmar a identidade dos participantes.

Segundo Greenberg (2010), as multidões podem ser subdivididas em ativas ou passivas, a primeira sendo uma *multidão* e a segunda uma *audiência*. As multidões são classificadas de acordo com o comportamento dominante dos participantes, seja agressivo, escapista, aquisitivo ou expressivo.

Multidões agressivas, que incluem multidões de motins e linchamentos, envolvem uma exibição de agressão contra pessoas ou objetos. O comportamento dominante das multidões escapistas é de pânico, como durante um incêndio em um teatro. Escape ordenado não é pânico. Como o pânico é emocional e irracional, o comportamento de fuga da multidão dirigida pelo medo deve ser mal adaptativo do ponto de vista do indivíduo ou, se pessoalmente adaptável, o comportamento deve sacrificar implacavelmente os interesses de outros que também procuram escapar. Multidões aquisitivas são semelhantes às multidões escapistas, em que ambas envolvem uma competição por algum objeto que está em falta – seja o objeto de aquisição no caso da multidão aquisitiva, seja as possibilidades de escape ou saídas no caso da multidão escapista. As multidões expressivas representam uma categoria que inclui todos que não se encaixam nas três primeiras. Nelas predomina o comportamento ativo, racional e organizado: comportamento que pode ser exibido em rituais religiosos, eventos esportivos e shows de música rock.

A questão central que se encontra na base das formulações teóricas sobre as massas ou multidões reside na precedência lógica das partes ou do todo, isto é, os indivíduos se sobrepõem sobre a multidão ou vice-versa? Essa questão nos fornece a pista de que a ordem ou a desordem na multidão é construída e envolve simultaneamente a capacidade de governo e autogoverno (ou seja, controle) das condutas dos participantes. Ao mesmo tempo, a noção de ordem na multidão demonstra a estreita relação entre governança, segurança e policiamento.

2.2.2 Governança

A imprecisão dos conceitos representa um dos relevantes problemas da análise científica. O conceito de governança não fica indiferente a essa imprecisão. Com essa palavra está ocorrendo o uso amplo da expressão, sem que sua utilização esteja cercada do cuidado analítico que requer. A palavra governança tem sido aplicada em variados campos, com sentidos diferentes. Para alguns autores, isso ocorre para que se possa admitir a governança no plano teórico. Assim, o caminho recomendado é adjetivar o termo em função do contexto no qual a terminologia é praticada (KNOPP; ALCOFORADO, 2010).

Não tem sido nada fácil a demarcação precisa dos limites e alcances do conceito de governança. Com alguma frequência, o termo tem sido alvo de grande confusão, por apresentar certa semelhança com outros, por guardarem entre si uma proximidade, portanto, é necessário precisar o significado da palavra governança, sobretudo em relação ao seu parente próximo.

Para Rosenau (2000), “governança não é o mesmo que governo”. Governança e governo fazem referência “a um comportamento visando a um objetivo, a atividades orientadas para metas, para sistema de ordenação” (ROSENAU, 2000, p. 15). Entretanto, o autor ressalta que esses dois conceitos apresentam sentidos distintos entre si:

[...] governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação de políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. É ainda um fenômeno mais amplo que governo; abrange as instituições governamentais, mas implica também mecanismos informais, de caráter não-governamental, que fazem com que as pessoas e as organizações dentro da sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas (ROSENAU, 2000, p. 15-16).

Por essa via, Rosenau quer demonstrar, que a governança é um sistema de ordenação dependente de sentidos intersubjetivos, sentidos advindos de práticas coletivas, mas que depende também de constituições e estatutos formalmente instituídos. Desse modo, o autor prossegue, demarcando uma independência da governança em relação ao governo, enquanto que este depende de uma estrutura de “mecanismos regulatórios” aquele se sustenta de forma autônoma, estando sujeito ao reconhecimento e a aceitação dos atores envolvidos.

Portanto, a governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente constituídos. Para dizê-lo mais claramente, a governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo), enquanto os governos podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política. Nesse sentido, a governança é sempre eficaz, quando se trata das funções necessárias para a persistência sistêmica, ou então não é concebida para existir efetivamente (com efeito, não se fala em governança ineficaz, mas sim de anarquia ou caos). Por outro lado, os governos podem ser bastante ineficazes sem que deixem de ser considerados como existentes – diz-se simplesmente que são “fracos” (ROSENAU, 2000, p. 16).

Pode-se falar, então, “em governança sem governo – sem mecanismos regulatórios em uma esfera de atividade que funcione efetivamente mesmo que não tenha o endosso de uma autoridade formal” (ROSENAU, 2000, p. 16). Entretanto, existem discordâncias da ideia de

“governança sem governo”. Para os opositores, a governança sem governo significaria governança sem poder. Aqui reside uma estrita vinculação entre a governança e o governo formal. Ao reduzir a governança ao exercício de governo politicamente estruturado, esse ângulo de análise estabelece uma identidade entre poder e Estado, atribuindo a este o monopólio daquele. Perdendo de vista, portanto, a estreita relação existente entre governança e poder.

Como chave explicativa, o conceito de governança diz respeito ao “conjunto de mecanismos, processos, estruturas e instituições por meio dos quais diversos grupos de interesses se articulam, negociam, exercem influência e poder” (KNOPP; ALCOFORADO, 2010, p. 6). Sob essa perspectiva, tratar de governança consiste em tratar da distribuição de poder entre os atores e do controle sobre práticas, decisões e ações.

Essa noção de governança mantém uma relação com a realidade focada nesse trabalho: o estudo procura entender a governança sobre um determinado espaço, que circunscreve e demarca os seus limites, ao mesmo tempo em que pretende controlar as condutas dentro e fora dele. Aqui, então, o que está no centro da discussão é a noção de governança enquanto distribuição e exercício de poder e controle de condutas. Embora o poder em jogo não se trate, necessariamente, de um poder de polícia.

Enquanto uma prática social, o conceito de governança reivindica uma noção que se afina, sobremaneira, com a noção de prática de governo elaborada por Foucault. Para este autor, governar consiste no exercício de poder que incide sobre as condutas. Se “a ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades”, governar é “ordenar a probabilidade”. Em síntese, governar, enquanto exercício de poder, “é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 2010, p. 288).

Foucault associa governo sempre à conduta ou “condução de condutas”, pois o termo se aplica tanto ao governo de si como ao governo de outros. Desse modo, governo em Foucault não pode ser somente entendido no sentido restrito que comumente é aplicado, ou seja, como uma instituição estatal. A noção de governo associado à administração do Estado é estendida para a temática do autocontrole, da condução da família, da direção da alma (FOUCAULT, 2010, p. 288).

Para Foucault, em uma sociedade, as formas e lugares de governo dos outros são múltiplas: “superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se, em outros”. E, para o autor, nas sociedades contemporâneas, o Estado configura

simplesmente uma das formas ou lugares de exercício de poder, “mas que, de certo modo, todos os outros tipos de relações de poder a ele se referem” (FOUCAULT, 2010, p. 292)

Todas as formas de governos ou exercício de poder estão dentro do Estado, mas não porque dele derivem. O filósofo explica que isso é um produto da contínua estatização das relações de poder.

[...] ao nos referirmos ao sentido restrito da palavra “governo”, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado. (FOUCAULT, 2010, p. 247).

Governamentalidade é um conceito de Foucault, ou melhor, um neologismo do autor para explicar o pano de fundo dos seus estudos acerca da racionalização do poder. Essa é uma relação de poder e uma prática política de governo correspondente que se desenvolve a partir do século XVIII. O termo governamentalidade faz referência ao poder que se exerce sobre a população por meio dos dispositivos de segurança produzidos pela biopolítica.

Os estudos de Foucault (2010) acerca do governo e da governamentalidade são aproximações ao problema do poder, são instrumentos para sua compreensão. O termo governamentalidade congrega a tecnologia de poder, o “governo”, e a racionalidade política que lhe compete, a “mentalidade”. A Foucault interessava as diferentes formas de como a governamentalidade foi aplicada na história do Ocidente. Em seu formato moderno, a governamentalidade está vinculado ao exercício de gestão das coisas e das pessoas, a um problema de governo, relativo à condução, ao cuidado e sustento dos indivíduos tomados individual e coletivamente no conjunto da população.

Ao afinar com a noção de prática de governo desenvolvida por Foucault, a noção de governança, aqui perseguida, deve ser compreendida com base nas táticas de governamentalidade. Dessa forma, governança consiste na mobilização de tecnologias de governo da conduta aliado ao conjunto de saberes no contexto social de governamentalidade. E nos dias atuais, as formas de governanças, estatais e não estatais, estão escritas numa ordem social governamentalizada pelo neoliberalismo.

Como foi dito, Foucault não entende o liberalismo como teoria econômica ou jurídica, mas como racionalidade governamental. Para o autor, a questão a ser perseguida consiste em responder, como “Num sistema preocupado com o respeito dos sujeitos de direito e com a liberdade dos indivíduos, como é que o fenômeno população com seus efeitos e com seus problemas específicos pode ser levado em conta” (FOUCAULT, 2008a, p. 468). Assim, o liberalismo como razão governamental que juridicamente proclama a liberdade do sujeito e economicamente a liberdade do mercado, atua sobre a população por meio de dispositivos de

segurança que limitam e controlam suas escolhas, desejos, comportamento, mobilidade, saúde, alimento, enfim, a vida do indivíduo.

2.2.3 Segurança

Uma discussão dos significados, relevância e modelos de distribuição da segurança em distintos contextos históricos, sociopolíticos e culturais tem sido o grande desafio sociológico de pesquisadores de diversas vertentes teóricas. Tendo como questão a semântica da segurança, Lucia Zedner (2003) desenvolve e articula categorias transversais, que abrangem os possíveis significados do referido conceito. A autora argumenta que a segurança é um conceito escorregadio. Seus significados são múltiplos e sem clareza do que se pretende atingir em termos práticos com a segurança – fornecer e consumir, vender e comprar, prometer ou aspirar.

Para Zedner, a segurança é tanto um estado de ser e um meio para esse fim. Como um olhar de ser, segurança sugere duas condições objetivas e subjetivas bastante distintas. A segurança descreve um estado de ser ao revelar uma condição *a priori* de possibilidades de estar seguro (segurança objetiva) ou de se sentir seguro (segurança subjetiva). A condição objetiva de segurança tem as possibilidades de efetivação assentadas na não exposição ao perigo e na neutralização das ameaças predatórias. Já a segurança subjetiva para significar uma ausência de ansiedade e medo pode ou não fazer referência à realidade objetiva para a qual a sensação pode ou não pertencer (ZEDNER, 2003; 2009).

Como uma condição objetiva, é preciso um número de formas possíveis. Primeiro, é a condição de ser sem ameaça: o estado hipotético de segurança absoluta. Em segundo lugar, é definido pela neutralização de ameaças: o estado de ser protegido. Em terceiro lugar, é uma forma de evasão ou não exposição ao perigo. Apenas a primeira delas define segurança sem referência a ameaça. Compreendendo a segurança desta forma, a autora convida para uma curiosa inversão da lógica habitual de controle do crime.

Como condição subjetiva, segurança sugere novamente a condição positiva de se sentir seguro, e a liberdade de ansiedade ou apreensão definida negativamente por referência a insegurança. Nenhuma destas condições subjetivas faz qualquer referência à realidade objetiva para a qual a sensação pode ou não pertencer: tais condições descrevem os sentimentos sozinhas.

O conceito de segurança é inerentemente complexo, diverso e sobretudo configurado pelas práticas materiais através das quais ela é buscada. Assim, a segurança não é apenas uma

categoria de análise, mas também uma categoria prática – um modo de construir e responder aos problemas sociais.

No mapeamento para a separação entre segurança objetiva e segurança subjetiva, Zedner (2003; 2009) considera importante, não como sinônimo, a distinção entre a segurança material e segurança simbólica. A segurança material vai para a segurança objetiva na medida em que constitui esforços concretos para reduzir o risco e melhorar a segurança. Reside na instalação de dispositivos (tais como alarmes, portões e vigilância humana ou eletrônica) e cheques (por exemplo, da identidade, finanças e software). Já a segurança simbólica é mais amorfa e ainda, possivelmente, não menos importante, particularmente na medida em que ela atende às necessidades de segurança subjetiva.

Analisando o discurso acerca da segurança como um fim em si mesmo, Zedner (2003; 2009) diz que isso decorre da dificuldade de precisar se o fim está sendo ou não alcançado, do caráter quimérico da segurança absoluta, da potencialidade de novas ameaças e do desinteresse dos que fornecem, oferecem ou vendem segurança que este estado venha a ser alcançado.

Para Zedner, segurança, como risco, é um conceito amplo, perigosamente capaz de significar qualquer coisa. Parecido com a noção de risco, a segurança é um conceito capcioso, capaz de provocar emoções fortes e emitir licença para o abuso de poder, todavia diferente do risco que ameaça, a segurança promete. É neste poder de prometer o que não pode ser satisfeito que está o seu perigo específico, seja como justificativa de um serviço privado seja como justificativa de políticas públicas de segurança.

Seguindo na trilha dos estudos sobre segurança, Valverde (2014) afirma que ela não pode ser vista e medida objetivamente. Para a autora, em vez de começar com um substantivo abstrato (“segurança”), e prosseguir para realizar investigações filológicas ou históricas, o ponto de partida para compreender a segurança deve ser as práticas realmente existentes de governança que os próprios participantes – não observadores de fora – descrevem como a promoção de segurança.

A sugestão oferecida por Valverde (2014) consiste na busca de contribuições úteis, concentrando os esforços interpretativos no projeto de segurança. Como componentes essenciais, os projetos de segurança são formados por quatro dimensões: lógica, escala, jurisdição e técnicas de operacionalização.

A lógica é ponto de partida para compreender a governança pretendida pelos projetos de segurança, isto é, a ordem pública que se pretende estabelecer e os efeitos desta sobre o controle das condutas. E com a escala, a jurisdição e as técnicas, a análise volta-se,

respectivamente, para os efeitos temporal e espacial, a demonstração dos limites do mandato do projeto e a operacionalização do mesmo. Desta maneira, a noção de projeto de segurança serve para reforçar a estreita relação entre governança e segurança.

2.2.4 Rede nodular e governança da segurança

No que tange a relação entre governança e segurança, Shearing (2005) enfatiza a crescente diversificação das mentalidades, instituições e tecnologias usadas para produzir um conjunto variado de práticas de policiamento.

Novos nós de policiamento surgiram e se agruparam para formar grupos de policiamento. Esses nós trouxeram para o policiamento novas mentalidades, novos arranjos institucionais e novas tecnologias. Como esses novos nós não existem isoladamente, mas podem ser e geralmente estão em rede, essa diversidade levou a uma interpenetração de estilos e práticas de policiamento. Os nós definem onde o policiamento é feito, como é feito, por quem é feito, quem autoriza o que é feito e para quem presta contas (SHEARING, 2005).

Para compreender essas mudanças, o autor utiliza o conceito de governança da segurança. Tal concepção permite reconhecer que a polícia é apenas um nó em uma rede de segurança de múltiplos nós. O monopólio da polícia nas práticas de segurança está em crise porque, muitas vezes, em suas respostas, ela não se mostra rápida, flexível ou inovadora (SHEARING, 2005).

Essa é a era da governança nodal e, mais particularmente, a idade da governança nodal da segurança. Isso inclui, mas não é limitado a grupos nodais como os militares e o enorme e expansivo setor privado de segurança.

Segundo Dupont (2004) a governança da segurança é sustentada por uma nova mentalidade de risco, que adiciona uma nova camada à mentalidade punitiva mais estabelecida. Esta racionalidade orientada para o futuro é focada na prevenção e redução do risco através do uso intensivo de tecnologia e estatística. A fim de avaliar o risco adequadamente, as informações devem ser coletadas e trocadas intensamente entre aqueles que experimentam e aqueles que podem gerenciar o risco. A prevalência e as implicações multidimensionais do risco impedem que este seja gerenciado isoladamente. Assim, a criação de redes garante um rol de recursos e uma diluição de responsabilidade, tornando o risco mais fácil e mais aceitável de lidar.

Por rede de segurança, Dupont (2004) quer dizer um conjunto de agentes ou nós institucionais, organizacionais, comunais ou individuais que estão interligados para autorizar

e/ou fornecer segurança em benefício de partes interessadas internas ou externas. As redes não são estruturalmente homogêneas; elas são feitas de instituições e segmentações internas das instituições. As redes estruturais são distintas de redes interpessoais. Os agentes que os formam usam redes para distribuir responsabilidades, recursos e incerteza de forma mais equilibrada entre si, com uma eficiência e eficiência que não podem ser combinadas com o comando verticalizado. A densidade das redes de segurança varia muito de uma configuração para outra, e apenas alguns nós podem explorar completamente as oportunidades que a governança produz (DUPONT, 2004).

No campo da segurança, como em todas as outras áreas da organização social, as redes sobreponhem e se cruzam em vários níveis. Redes de segurança são porosas e traçar limites pode ser um exercício perigoso. Algumas são complementares ou simplesmente coexistem, enquanto outras entram em competição direta. Elas se diferem muito em termos de mandato, tamanho e escopo, mas também têm maneiras diferentes para interagir com o tempo e o espaço. Todos esses recursos determinarão, entre outras coisas, quais atores estão incluídos e quais são mantidos desconectados fora da rede (DUPONT, 2004).

As condições estruturais das redes são mediadas por um conjunto complexo de interações que ligam os nós. A dinâmica interna e externa das redes é determinada principalmente por disputa entre os atores por posições dominantes ou centrais, a fim de maximizar a benefícios e minimizar os riscos associados à sua participação. Redes não são estruturas sociais igualitárias, e alguns membros são bastante poderosos, enquanto outros mal são capazes de manter suas conexões. Essas relações simultâneas de poder e cooperação determinam a existência e funcionamento de redes de segurança tanto quanto circunstâncias externas e restrições (DUPONT, 2004).

Num estudo que contrasta as práticas de segurança individuais e coletivas de taxistas, Paes-Machado e Nascimento (2014) examinam as conexões entre elas e as redes nodulares desses agentes. Do ponto de vista teórico, o foco nos arranjos informais instituídos para a produção de segurança, traz no bojo da discussão, conceitos fundamentais que permite estabelecer uma relação entre segurança e governança com a noção de policiamento descentralizado.

As formas contemporâneas de produção de segurança descentralizadas revelam o “caráter multicêntrico e multifacetado da governança da segurança”. Trata-se da governança não estatal do crime exercida na forma de rede de atores plurais. Como as redes são definidas pelo descentramento de performances e o compartilhamento das tomadas de decisões, as ações executivas são viabilizadas pelos seus pontos de intercessão ou nódulos. “Mais densos

e compactos do que as redes, os nódulos são catalisadores de ações e executores de metas estipuladas” (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014, p. 405).

Por meio dos nódulos de governança, os conhecimentos e as decisões são compartilhados na formação de espaços seguros e formulações de práticas de policiamento desses espaços. E se tratando de espaços ocupados por grandes concentrações de pessoas, o policiamento envolve gestão e controle de multidão.

2.2.5 Policiamento

O policiamento envolve um conjunto de atividades que tem como finalidade preservar a segurança de uma ordem pública, particular ou social em geral (REINER, 2004). Comumente, sob a perspectiva jurídica funcionalista, a ordem social é concebida como o funcionamento estável e efetivo de qualquer sociedade humana, que se baseia em relações de respeito mútuo, no desempenho de papéis sociais preestabelecidos e aceitação, de modo geral, das normas de convivência estabelecidas. Baseada no consenso funcionalista, tal perspectiva, concebe a ordem como um sistema social que deve apresentar um nível mínimo de desvios às regras estabelecidas para determinado tempo e espaço concretos, que regula o seu funcionamento. Segundo essa concepção, a necessidade de manutenção da ordem tem como sentido a previsibilidade do comportamento dos indivíduos subordinados a essa ordem (DIAS, 2014).

A ordem social pode estar baseada, de forma latente ou manifesta, em um consenso de interesses, ou, também, em um conflito de interesses e opressão, entre grupos sociais que guardam uma distância na hierarquia das vantagens ou, talvez, num complexo entrelaçamento de ambos (REINER, 2004).

A ordem social não ocorre espontaneamente. Tal ordem é obtida mediante um controle social efetivo, e essa efetividade está vinculada a uma noção específica de controle social. De modo amplo, o termo é visto como tudo que possa contribuir para a reprodução da ordem social. Para Reiner (2004, p. 20), o conceito amplo não “distingue a especificidade do que comumente é entendido como processos de controle. Isto é, que tais processos são essencialmente reativos, deliberados para prevenir ameaças à ordem social ou responder a elas”.

Seja em sua interpretação ampla seja na mais específica, a noção de controle social pode ser avaliada de forma positiva ou negativa, segundo diferentes interesses ou posições políticas. “Nas versões conservadoras da sociologia funcionalista [...], o controle social era

visto como a salvaguarda necessária do consenso que escorava a ordem social”. Na visão da teoria de rotulagem e das posições radicais que se seguiram, na criminologia e na sociedade do desvio, “mudaram a avaliação moral das instituições de controle. Longe de ser visto como uma proteção necessária contra os desvios, o controle social passou a ser considerado seu produtor, pelos efeitos de rotular e estigmatizar” (BECKER, 1963; LEMERT, 1967 *apud* REINER, 2004, p.20).

Todas as análises radicais, no entanto, vêem o controle social, pelo menos em parte, como a manutenção opressiva da posição privilegiada dos grupos dominantes. Críticas mais complexas, entretanto, consideram o controle social como inextricavelmente entrelaçando a manutenção da ordem universal benéfica com a dominância e opressão sociais [...] (REINER, 2004, p. 21).

Reiner adverte, que o conceito de policiamento está bastante próximo ao de controle social e sujeito às mesmas variações de emprego e de interpretação. Assim como sucede com o uso amplo do conceito de controle social, a definição ampla de policiamento, como sendo a função de manter o controle social na sociedade,

Traz consigo o perigo de ser amorfo. Ela perde a especificidade da idéia de policiamento como um aspecto particular dos processos de controle social. [...] assim, policiamento não pode ser considerado co-termo de controle social, mas deve ser visto como uma fase ou aspectos específicos dela (REINER, 2004, p. 21-22).

Para Reiner, a atividade policial está voltada para garantir a ordem social. Contudo, adverte que, policiar não abrange todas as atividades destinadas ao alcance da ordem social. “O que é específico ao subconjunto do policiamento nos processos de controle é ele envolver a criação de sistema de vigilância associados à ameaça de sanção dos desvios descobertos [...]” (REINER, 2004, p. 22).

Assim, a ideia de policiamento é um aspecto particular dos processos de controle social, voltados para assegurar a ordem social. O policiamento “ocorre universalmente em todas as situações sociais onde houver, no mínimo, potencial para conflito, desvio e desordem”. E a sua operação “envolve vigilância para descobrir infrações existentes ou previstas, e a ameaça ou mobilização de sanções para garantir a segurança da ordem social” (REINER, 2004, p. 27).

Ao se debruçar sobre os padrões de policiamento, Bayley (2006) reconhece que a definição de força proposta por ele erra intencionalmente por sua amplitude. Embora permita a vantagem de um estudo comparado, a amplitude da definição cria um problema para se administrar tantos dados. A solução encontrada pelo autor foi escolher as características da atividade policial que sejam mais relevantes no mundo contemporâneo. “Para grande maioria

das pessoas, as forças policiais mais autoritárias e importantes em suas vidas são aquelas públicas, especializadas e profissionais”. Público ou privado faz referência à natureza da agência policial. O policiamento torna-se especializado na medida em que as agências são direcionadas a concentrar-se em especial na aplicação de força física. “Uma força policial especializada se concentra na aplicação de força; uma força policial não especializada possui autorização para fazer uso da força, mas é capaz de fazer mais outras coisas também” (BAYLEY, 2006, p. 20-23).

De diversas maneiras, na prática, as características de público/privado e especializadas/não-especializadas podem ser combinadas. As combinações possíveis formam padrões de policiamentos diferentes: policiamento público especializado, policiamento público não-especializado, policiamento privado especializado e policiamento privado não-especializado. E a profissionalização faz referência a uma preparação explícita que permite realizar funções exclusivas da atividade policial. “Embora a maior parte da polícia pública especializada seja profissional, sob certos aspectos, o policiamento privado também pode ser profissional, tanto quanto uma força policial não-especializada” (BAYLEY, 2006, p. 23).

No que tange à relação entre policiamento e polícia, a literatura diz que o policiamento pode ser executado por uma variedade de pessoas e meios técnicos, e a concepção moderna de polícia é apenas uma delas (REINER, 2004; BAYLEY, 2006). Reiner distingue as ideias de policiamento e polícia: enquanto o primeiro “implica um conjunto de pessoas com funções sociais específicas”, o segundo refere-se “a certo tipo de instituição social”. O policiamento é necessário em qualquer ordem social, “e pode ser levado a efeito por inúmeros processos e feições institucionais diferentes”. Já polícia, nem toda sociedade possui, “e as organizações policiais e o pessoal da polícia podem assumir uma variedade de formas intercambiáveis”. “Um órgão de ‘polícia’ especializado, organizado pelo Estado, do tipo moderno, é apenas um tipo de exemplo” (REINER, 2004, p. 20).

Para Bayley (2006, p. 20), a ideia de polícia se refere “a pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva”. O uso da força, real ou como ameaça, para afetar o comportamento é competência exclusiva da polícia. “Outras agências podem recomendar medidas coercitivas e mesmo direcionar seu uso, mas os policiais são os agentes exclusivos da força”. Quanto ao uso interno da força, a sua estipulação é essencial para excluir exércitos. Como terceiro elemento definidor, a autorização conferida por um grupo é “necessário para que se possa excluir do

termo polícia as pessoas que utilizam de força dentro da sociedade para propósito não-coletivo”.

Com relação ao policiamento privado, Lopes (2015) aponta contribuições significativas para a compreensão do poder e dos abusos relacionados às atividades realizadas pelos agentes de segurança privada. No diálogo com Stenning (2000), acerca da relação entre policiamento público e privado com a utilização das ferramentas legais e fisicamente coercitivas, as considerações salientadas servem como premissas basilares para se compreender as práticas da segurança privada. O cerne da relação consiste na “inclinação para um policiamento de tipo consensual”, “ao invés da ameaça ou do uso da força física”. Isto estaria relacionada a vários fatores. Em primeiro lugar, o policiamento privado está mais focado em prevenção, e restituição e compensação do dano do que em repressão e reafirmação do consenso moral. Em segundo lugar, policiamento privado estaria mais interessado em minimizar conflitos e intervir por meio do consentimento, por ser considerado mais fácil, menos estressante, caro e perigoso do que o pela força. Por fim, a orientação na atuação é influenciada pelos processos legais movidos contra as organizações de policiamento privado e os seus contratantes.

Dessa forma, a não utilização das ferramentas legais e fisicamente coercitivas sugerem padrões de abusos distintos das atividades de policiamento público e privado (LOPES, 2015).

2.2.6 Policiamento de multidão: controle e gestão

A gestão de multidão na preservação da ordem pública está associada à atuação proativa do policiamento, que requer planejamento e supervisão da ocupação e movimentação de pessoas no uso adequado de um determinado espaço. Os princípios formulados estão de acordo com o tipo, tamanho e densidade da multidão. Assim, o controle de multidão consiste no embate direto da unidade intervencionista, tendo como arma o uso tático e estratégico da força.

A análise do perfil de atuação do policiamento de multidão tem se apoiado em princípios basilares para a manutenção da ordem. A contribuição da literatura internacional reside nos princípios para a manutenção da ordem em grandes manifestações, em protestos e nas partidas de futebol.

Ao considerar a manutenção da ordem em protesto, Mcphail; Schweingruber; Mccarthy (1998) descreve cinco dimensões que envolvem as práticas do policiamento

público: direitos dos manifestantes, tolerância à perturbação, comunicação entre policiais e manifestantes, detenções, prisões e modo do uso da força.

Adang (2010), estudando o policiamento definido para a Eurocopa 2000, percebeu que o perfil de atuação ajustava-se bem aos quatro princípios formulados por Reicher *et al.* (2004). O ponto de partida para estes princípios é o “modelo elaborado de identidade social”, que defende a ideia de que a desordem coletiva é possível graças à supremacia psicológica compartilhada de uma identidade social comum entre os participantes do grupo.

Las dimensiones definitorias de esta identidad sirven para explicar los límites normativos de la acción colectiva (lo que la gente hace), y el grado de participación (quiénes participan y quiénes no) en un evento grupal. Este análisis de la ‘identidad social’ sostiene que la dinámica de la interacción entre grupos es un componente esencial de la psicología del ‘desorden’ generalizado (ADANG, 2010).

Para ajudar a impedir a desordem generalizada, Reicher *et al.* (2004 *apud* Adang, 2010) identificam quatro princípios básicos para o policiamento de grandes manifestações: educação, facilitação, comunicação e diferenciação.

A educação diz respeito ao devido conhecimento sobre as identidades sociais dos diversos grupos que compõem a multidão. Os grupos atuam tendo como base a identidade social, e as multidões são comumente compostas por vários grupos. Assim, é de fundamental importância a prática de obter informações acerca das identidades sociais dos vários grupos que integram a multidão:

sus valores y estándares, sus fines y objetivos, su sentido de lo que es correcto y está bien, sus estereotipos y expectativas de otros grupos, su historia de interacción con estos grupos y cualquier otra cosa (fechas, lugares, objetos, formas de acción) que tenga particular importancia en términos simbólicos (ADANG, 2010).

Adang avalia que as atividades de inteligência voltadas para o policiamento de multidão não devem apenas visar os integrantes violentos e as suas intenções. Elas precisam também ter por objetivo compreender as identidades sociais dos demais que integram a multidão, para saber quais são seus objetivos e se for cabível, decidir como apoiá-los. Desse modo, inteligência é saber quais as formas de policiamento poderia contrariar os grupos não violentos e torná-los simpáticos com os integrantes violentos no meio da multidão. O mesmo esforço que se realiza para identificar indivíduos violentos deve ser feito para compreender a identidade do grupo (ADANG, 2010).

Em vez de impedir as pessoas de fazerem o que desejam e, por isso, frustrar, em todas as etapas de intervenção policial, a ênfase deve estar na facilitação. Ao planejar um evento, a

organização policial deve identificar as finalidades legítimas dos membros da multidão, para que se possa organizar a intervenção de uma forma que atinja estes objetivos.

Se há uma razão pela qual objetivos não possam ser alcançados, não se trata simplesmente de dar uma resposta negativa, mas de ser criativo e encontrar modos alternativos para alcançar (e ser visto para ser alcançado) tais fins. Se o perigo de que exista violência ou a efetiva ocorrência de fatos violentos forçam a polícia a impor limites sobre a multidão, é fundamental deixar claro por que foi necessário impor tais limites e fornecer meios alternativos pelos quais os fins possam ser alcançados (ADANG, 2010).

A tentação de controlar e ser duros podem ser maiores especialmente quando a violência irrompe. É neste ponto, que uma explícita indicação de que a polícia está a apoiar os objetivos coletivos – e que eles estão sendo colocados em risco pela violência – pode fazer a diferença entre a escalada e o recuo de violência. Certamente, para que isso aconteça, não só é necessário que a polícia esteja tentando facilitar a realização dos objetivos da multidão, mas também que a multidão a note. Tudo isso, faz com que a comunicação seja importante (ADANG, 2010).

Um dos paradoxos da intervenção da polícia em uma grande multidão de pessoas é que a importância da comunicação com o público é diretamente proporcional à necessidade de evitar relações potencialmente conflituosas. No entanto, em situações onde as relações são potencialmente conflitantes, a multidão é menos propensa a confiar no que a polícia tem a dizer. A mera tentativa de informar à multidão como estar desenhada a intervenção policial destinada a facilitar a manifestação pode ser vista como desonesta e incrementar a hostilidade, especialmente quando há uma longa história de conflitos. Por isso, também é importante, como é feita comunicação. O melhor é recorrer às pessoas respeitadas pelos grupos que integram a multidão (ADANG, 2010).

Certamente, poderia ser impossível encontrar figuras que são aceitas por todos os grupos que compõem a multidão. Entretanto, é fundamental que elas não sejam "autoconvocadas", ou seja, escolhidas por suas ligações com as autoridades,

sino que sean consideradas representativas por sectores significativos de la multitud (una vez más, el conocimiento cultural de los grupos es crítico en este sentido). Para ser realmente efectivos, estos comunicadores o mediadores deben estar disponibles y activos en momentos de violencia incipiente, bien desde el comienzo (o incluso antes de su ocurrencia) (ADANG, 2010).

Para Adang (2010) é uma observação reveladora do equilíbrio entre as estratégias repressivas e facilitadoras da intervenção policial em grandes concentrações. O destaque para

as grandes reservas de veículos blindados, filas de policiais com cacetetes e demais itens que raramente são usados, mostra que se presta muito menos atenção às tecnologias de comunicação.

É importante estar ciente das diferentes identidades dos grupos que se reúnem e de suas diferentes maneiras de agir e reagir. É ainda mais importante atuar nessa base e não tratar todos os membros da multidão, como se fossem iguais. Uma distinção básica que deve ser feita é a diferenciação entre os integrantes com base no que estão realmente fazendo, em vez de uma distinção com base nas categorias a que (supostamente ou não) pertencem. É precisamente quando alguns membros da multidão começam a ficar hostis, que se torna importante tratá-los de forma amigável.

Assim, é para conter a violência de alguns que o policiamento deve ser mais permissivo. É difícil, porque a tendência é tratar todos na multidão como um grupo homogêneo, sendo que, se alguns deles agir negativamente, todo mundo é visto de forma negativa. Também é difícil porque os custos que implica para a polícia (que é na primeira linha) tratar alguém com confiança quando este é realmente hostil são maiores do que os custos de tratá-los com hostilidade quando eles realmente são confiáveis. Para ser capaz de distinguir, a polícia precisa desenvolver táticas diferenciadas das que usualmente são aplicadas, e a diferenciação é uma consideração que se deve ter em qualquer decisão tática ou estratégica, no treinamento, planejamento, equipamento e na operação em grandes concentrações de pessoas (ADANG, 2010).

3 METODOLOGIA

A abordagem qualitativa norteou a investigação, coleta e análise dos dados dessa pesquisa. Os dados coletados são provenientes de fontes primárias e secundárias, seguindo a técnica da triangulação de dados.

3.1 EU E O CAMPO: CURTIÇÃO E PESQUISA

A minha relação com o Carnaval de Salvador pode ser dividida em quatro momentos: o dia em que fui apresentado a festa, a minha despedida, o retorno e a pesquisa de campo.

Foi em 1995, aos 17 anos de idade, que eu curtir pela primeira vez o Carnaval de Salvador.

O recém-criado Circuito Barra-Ondina foi o cenário da iniciação. Nesta época, o circuito não era tão badalado como nos dias atuais. Poucos eram os blocos de trios que desfilavam pelo circuito. Havia uma determinação que restringia o horário de desfile. Por conta disso, o desfile terminava cedo e o agito ficava por conta do som dos bares e barracas situados ao longo do circuito.

Embora tenha participado de outras festas com grandes multidões, eu fiquei sobressaltado e encantado com tamanha aglomeração de pessoas. O clima de festa e o agito das pessoas na rua me impressionaram mais do que os artistas que desfilavam. Eu fui para rua três dos seis dias de festa, sábado, domingo e terça-feira. Estes são considerados os dias mais movimentados.

Eu saía na companhia de parentes e amigos. Um grupo de homens jovens, que variava entre cinco a seis integrantes, de acordo com o dia da festa. Chegávamos ao circuito no início da noite e saíamos quando o dia estava para amanhecer. A curtição era na folia "pipoca", o bloco não era uma opção. O dinheiro que dispúnhamos somente nos permitia pagar o transporte e consumir algumas bebidas.

Nessa época, o Samba Reggae estava em evidência, e as músicas produzidas pela Banda Olodum imprimiam o ritmo que comandava a cena carnavalesca. Isso estava evidente nas músicas interpretadas pelos artistas e nas danças que animavam os foliões. Nesse embalo, foliões formavam várias concentrações, jogando os passos das coreografias do Samba Reggae.

Eu era um dos foliões que conhecia as coreografias do momento e protagonizava algumas das performances “*street dance* Samba Reggae”. Utilizo essa expressão para fazer

referência à dança de rua no contexto carnavalesco que mistura estilo, expressividade e gingado corporal.

A performance coreográfica dos foliões era uma das grandes atrações da festa. Tanto os foliões nativos como os turistas queriam fazer parte desses momentos festivos. Muitas vezes, éramos tietados assim como eram os artistas. Nessa fase do Carnaval da Barra era possível encontrar espaços com concentração rarefeita, à meia distância dos trios, para dançar. A dança continuava mesmo quando terminava o desfile dos blocos e trios independentes. Os foliões se concentravam em torno dos bares e das barracas e o “*street dance* Samba Reggae” continuava até amanhecer. E em muitos desses agitos, eu estava no comando!

Na quarta-feira de cinzas acabou o meu Carnaval.

O terceiro ano de Carnaval foi muito intenso. Eu curtir quase todos os dias. Chegava no início da tarde e saía ao amanhecer. Nesse ano, a minha condição financeira favoreceu um maior consumo de bebidas alcoólicas. Esse foi também um ano que dancei muito Samba Reggae e, diferentemente dos outros, eu ensaiei alguns passos novos para renovar o repertório de coreografias. Nesse ritmo intenso, a curtição foi a até o amanhecer da quarta-feira de cinzas.

Era por volta de seis horas da manhã, quando estávamos indo embora. Caminhávamos pela orla na direção do Cristo da Barra, quando encontramos duas garotas que circulavam pelo circuito e, portando trajes de banho, elas nos convidaram para um mergulho na praia. O convite foi tão irresistível que ignoramos o cansaço, a embriaguez e o mar revolto. Estávamos no trecho da praia entre o Cristo da Barra e o Bar e Restaurante Barra Vento. Em determinados período do ano, esse local é classificado como impróprio para o banho pelo risco de afogamento.

Eu, mais dois amigos e as meninas entramos no mar. Logo eles perceberam que a corrente de retorno estava muito forte e saíram da água. Eu fiquei, pois estava tão lerdo que nem percebi o que estava acontecendo. Não demorou muito para que o meu corpo fosse arrastado e afundasse algumas vezes. Embora estivesse afogando-me, o meu corpo e a minha mente estavam anestesiados de tal modo que não consegui ficar nervoso e nem agitado. Com uma serenidade inexplicável, coloquei o meu corpo a boiar de costas sobre a água para que a onda fosse me conduzindo, já que não tinha forças para bater os braços e as pernas. Assim, boiando, fui levado pelas ondas para um bloco de pedra e lançado com força contra ele. Caindo sobre a sua superfície acidentada, meu corpo foi arrastado e rolou sobre ela umas três vezes. Quando consegui me erguer, observei que um lado do meu corpo estava dolorido e bastante ensanguentado.

Sai do mar com um lado do corpo coberto de sangue e sorrindo para os amigos e para algumas pessoas que pararam para assistir o meu afogamento. Eu estava alegre e confuso, tentando compreender como consegui sobreviver. Acredito que tenha caído nas graças de Iemanjá, a rainha do mar, e conseguido sair vivo da água! Desse dia em diante, eu deixei de curtir a festa. O Carnaval acabou, literalmente para mim, na quarta-feira de cinzas.

Em 2013, retorno ao Carnaval de Salvador, conduzindo uma pesquisa exploratória.

Após estar afastado há 16 anos, eu retorno ao festejo, porém não como folião. Eu volto à cena carnavalesca como pesquisador. As incursões iniciais tiveram como finalidade estabelecer uma aproximação com a segurança privada dos blocos de trio. A estrutura, o funcionamento e os efeitos dessa segurança sobre a multidão foram algumas das dimensões de análise da pesquisa exploratória.

Era outro Carnaval. Essa foi a primeira coisa que me saltou aos olhos. Se o meu primeiro contato com a multidão carnavalesca foi uma experiência impactante, o retorno foi ainda mais surpreendente. Mas o que mudou? A principal mudança foi o meu olhar sobre a festa. O olhar ainda era de uma pessoa fascinada, sobretudo pela aglomeração de foliões e pela dança, mas a multidão e a dança não significavam mais um meio de curtição.

Na condição de pesquisador, eu passei a assistir à festa. Isso não ocorria na época de folião. Olhando de fora, as danças passaram a ser expressividade corporal. O que era uma experiência festiva passou a ser uma categoria empírica de observação e análise. A forma como os foliões se expressam corporalmente tornou-se o fato externo mais visível para estudar a segurança dos blocos de trio. Por meio dela descobri que era possível observar a multidão carnavalesca “objetivamente”. A dança foi a maneira que eu encontrei para curtir a multidão como folião e expressividade corporal se tornou o instrumento para acessá-la como pesquisador. Logo, me tornei um pesquisador folião e um folião pesquisador. A curtição e a pesquisa harmonizadas pela objetivação da subjetivação.

A base do trabalho de campo foi a observação participante. A pesquisa contou com a triangulação de instrumentos de coleta de dados. Além da observação foram realizadas entrevistas e a análise documental, como veremos adiante. Todavia, os dois últimos instrumentos foram construídos e desenvolvidos a partir da sistematização dos dados coletados com o primeiro.

Para que a observação participante seja bem sucedida, o pesquisador precisa de uma boa adaptação ao campo. Os laços de afinidade com a festa fizeram com que o processo de inserção no campo ocorresse de modo natural. Com o histórico de folião fui contemplado com

uma visão de dentro da festa. O estoque de informações acumuladas durante os anos de curtição permitiu uma rápida adaptação ao atual "ritmo" da multidão.

A participação e a observação de outras festas carnavalizadas aceleraram o processo de adaptação ao campo. Além disso, essas incursões contribuíram para relativizar o Carnaval de Salvador. Por meio das participações na micareta de Feira de Santana e lavagem de Arembepe foi possível perceber a continuidade entre o Carnaval e outras festas e captar as suas particularidades.

Outra fonte de relativização foi a observação na condição de folião "pipoca" e folião associado. Aqui, nessas duas maneiras de vivenciar a multidão, as distinções encontram-se inscritas na expressividade corporal dos foliões. Os corpos se expressam e falam sobre os lugares que ocupam na multidão e das implicações dessa ocupação.

E um terceiro ponto de observação foi o camarote. A relevância desse ponto de vista em relação aos demais (de dentro e de fora da corda dos blocos) é equivalente ao terceiro ponto de vista do jogador numa partida de xadrez: o primeiro é o próprio ponto de vista do jogador, o segundo do adversário e o terceiro é o jogo visto de fora.

O olhar de fora permite ao jogador não somente se antecipar à jogada do oponente, mas também à sua própria jogada. Dessa forma, é possível prever as possibilidades de jogadas de ambos os lados que conduzem ao "xeque-mate". No jogo da observação, o "xeque-mate" seria a evidência empírica contundente e recortada na forma de dado.

De outra maneira, o tempo que estive afastado da festa também me ajudou a ter uma visão de fora da mesma. Esse distanciamento conferiu estranhamento dos fatos observados e perceber coisas que um folião apaixonado ou empenhado na fruição das oportunidades festivas não perceberia.

3.2 TRABALHO DE CAMPO

Como estratégia de trabalho de campo foi estabelecida uma atuação que permitiu um "olhar de dentro e de perto" (MAGNANI, 2009). Com a inserção no campo, a pretensão consistiu em participar ativamente do Carnaval de Salvador.

A investigação foi desenvolvida, acompanhando a passagem dos trios independentes e os desfiles dos blocos de trio. O público da festa conta com três principais circuitos: Dodô (Barra-Ondina), Osmar (Campo Grande-Avenida Sete) e Batatinha (Centro Histórico). Entre os circuitos Batatinha, Dodô e Osmar residem uma diferença significativa: a presença do trio elétrico. Diferentemente dos dois últimos, as atrações no circuito Batatinha revezam as apre-

sentações nos palcos ou desfiles pelas ruas do centro histórico sem a utilização do trio. Assim, em conformidade com o objetivo da pesquisa, o trabalho de campo foi realizado nos circuitos com maior circulação de foliões e efervescência corporal, ou seja, nos circuitos por onde desfilam trios elétricos: Dodô e Osmar.

Como apoio analítico e comparativo, o estudo também acompanhou a dinâmica de duas festas de grande destaque no calendário festivo e que atraem grandes concentrações de foliões durante os festejos: a Micareta de Feira de Santana e a Lavagem de Arembepe. A Micareta de Feira de Santana há muito tempo deixou de ser uma festa local, pois, representa o segundo maior destaque no gênero de festas populares na Bahia e no Nordeste. Já a Lavagem de Arembepe tem início com o cortejo religioso. O percurso começa na Igreja da Volta do Robalo e segue até a praça das Amendoeiras, na igreja do padroeiro da localidade, São Francisco de Assis. Assim, misturando ritmos e muita animação, milhares de pessoas acompanham a tradicional lavagem e curtem diversas atrações durante quatro dias de festa.

3.2.1 Cronologia do trabalho de campo

Em 2013 foi dado início ao trabalho de campo da pesquisa. Nesse ano foram duas incursões de caráter exploratório. A primeira incursão foi realizada no Circuito Dodô (circuito Barra-Ondina), na sexta-feira, dia 8 de fevereiro. A observação ocorreu entre as 6 horas da noite e 1 hora da manhã (7 horas de observação). Foram acompanhados os desfiles de três blocos de trio, Burburinho (Alexandre Peixe), Yes (DJ Bob Sinclar), Fissura / Aviões Elétrico (Aviões do Forró) e Nu Outro (Jammil), e dois trios independentes, Psirico e Daniela Mercury.

A segunda incursão foi realizada no Circuito Osmar (circuito Campo Grande), na terça-feira, dia 12 de fevereiro. A observação ocorreu entre as 5 horas da tarde e 11 horas da noite (6 horas). Nesse dia foi possível acompanhar os desfiles de quatro blocos de trio: Coruja, com Ivete Sangalo; Camaleão, com Chiclete com banana; As muquiranas, com Parangolé; Traz a massa, com Black Style; o Bloco Olodum, com a banda Olodum; e um Trio independente, com a Banda Eva.

Os aspectos observados nessa incursão se concentraram na atuação do policiamento estatal, no perfil dos cordeiros, na estrutura hierárquica e operacional da segurança dos blocos, na gravidade dos conflitos violentos, nos fatores objetivo de estresses e nos facilitadores dos conflitos violentos, na contribuição do policiamento estatal e dos cordeiros para a violência expressiva e na diferença entre os circuitos.

Em 2014, ano de ingresso no doutorado, o trabalho de campo foi realizado tendo ainda um caráter exploratório, tendo sido realizadas duas incursões. A primeira foi feita no Circuito Dodô, na sexta-feira, dia 28 de fevereiro. A observação ocorreu entre as seis horas da noite e uma hora da manhã (7 horas de observação) e essa foi a primeira incursão como folião associado. A observação ocorreu dentro do Bloco Fissura / Aviões Elétrico, um bloco de trio animado por uma banda de forró (Aviões do Forró). Por esse ângulo foi possível conhecer internamente a estrutura da segurança dos blocos e verificar a relação custo-benefício em curtir a folia como folião associado.

A segunda incursão foi realizada no Circuito Osmar, no domingo, dia 2 de março. A observação ocorreu entre as seis horas da noite e uma hora da madrugada (7 horas). Além dos aspectos observados no ano anterior, nesta incursão o foco da observação foi a fila e a ordem do desfile dos blocos de trio.

Neste mesmo ano foi realizada a primeira incursão nas micaretas de Arembepe e Feira de Santana. A proposta consistia em conhecer, por meio dessas festas, o Carnaval baiano. Em Arembepe a observação ocorreu nos dois principais dias da festa, no sábado e domingo, e em Feira de Santana a investigação ocorreu no sábado. Apesar das diferenças, a presença dos blocos de trio confere às duas festas algumas semelhanças objetivas com a folia corporal do Carnaval de Salvador.

Em 2015, o trabalho de campo foi realizado tendo objeto e objetivos definidos, e as incursões contaram com roteiro de observação, que foi sistematicamente seguido e testado. No total, foram oito dias de incursões, seis nos dias oficiais do Carnaval e dois no Furdunço. Durante a festa momesca foram cinco incursões no circuito Dodô, três como folião “pipoca” e dois como folião associado. Na folia “pipoca” as incursões ocorreram na quinta, segunda e terça-feira, e tiveram uma duração média de oito horas cada uma. Destaque para a fila dos blocos, que contou com pouquíssimos trios independentes com artista de peso, sobretudo no horário nobre. Como folião associado, as incursões ocorreram no sábado com o Bloco Vumbora e no domingo com o Bloco Camaleão, ambos animados pelo cantor Bell Marques. Em cada dia, a observação teve uma duração média de nove horas. Em comparação com o bloco observado no ano anterior, as duas entidades apresentaram diferenças no espaço interno e no perfil dos associados. E o duplo ângulo de observação (“pipoca” e associado) permitiu identificar nuances na estrutura organizacional da segurança privada dos blocos e na expressividade corporal dentro e fora da corda.

Já o furdunço ocorreu em dois dias diferentes e em dois circuitos distintos. Um aconteceu no dia e no circuito que viriam a ser instituídos como oficiais, ou seja, no domingo

que antecede a semana comemorativa do Carnaval: o circuito Ondina-Barra. O outro aconteceu na sexta-feira de Carnaval no Circuito Osmar. O destaque foi a presença de trio elétricos e atrações artísticas de peso.

Neste mesmo ano, as incursões nas micaretas de Arembepe e Feira de Santana foram intensificadas, com a realização de observações em todos os dias da festa de Arembepe. E na micareta de Feira de Santana foram observados dois dias de festas como folião pipoca e associado, durante à noite e madrugada. Com a ampliação dos números de dias da festa que foram observados, as hipóteses levantadas no Carnaval puderam ser verificadas.

No ano de 2016, o trabalho de campo ganhou mais um ponto de observação: o camarote. Esse terceiro ponto de vista permitiu verificar a extensão da corda dos blocos e avaliar a distribuição do espaço dentro e fora da corda. A incursão via camarote ampliou o período de observação. Durante dois dias foi possível ficar observando a festa durante a madrugada.

Nesse Carnaval foram feitas incursões em mais três blocos de trio. Na sexta-feira, a observação foi no Bloco Banana Coral; no sábado, foi a vez do Bloco Yes; e, no domingo, no Bloco Me Abraça. Esses três blocos possuem públicos associados bem distintos entre si.

No Carnaval de 2017 e 2018, o foco das incursões foi a folia “pipoca”. Desde o início da pesquisa, o trabalho de campo teve como foco a folia protagonizada pelos blocos de trio, por conta da sua predominância na cena carnavalesca soteropolitana. Como veremos adiante, a falta de patrocinadores tiraram vários blocos da rua, sobrando espaço para os trios independentes. Com isso, o foco das incursões destes dois anos esteve centrado na passagem dos trios independentes, com artistas consagrados na cena carnavalesca, como Ivete Sangalo, Claudia Leite, Daniela Mercury, Saulo e Igor Kannário.

Além dos trios independentes, os blocos também foram acompanhados. Nestes dois anos, as incursões foram realizadas na condição de folião “pipoca”. E para os dias de grandes concentrações e predominância de bloco na fila de desfile, as observações foram realizadas do camarote.

3.2.2 Redefinição do objeto e dos objetivos da pesquisa

Inicialmente, a pesquisa teve como objeto de estudo a segurança privada dos blocos de trio. O objetivo geral consistia em compreender as práticas de policiamento operacionalizado pela governança dos blocos de trio e seus efeitos no controle da multidão do Carnaval de

Salvador. Em 2016, o Carnaval de Salvador passou por algumas mudanças e o objeto e o objetivo de pesquisa tiveram que se adequarem a elas.

A crise econômica mundial, que atingiu diversos setores da economia brasileira, também afetou o Carnaval de Salvador. As entidades carnavalescas foram reduzindo a sua participação nos dias da festa por conta da redução do apoio financeiro de antigos patrocinadores. A ausência de patrocinadores foi maior e várias entidades não conseguiram botar o bloco na rua. O governo do estado e a prefeitura tiraram proveito dessa situação, contratando os artistas que ficaram sem blocos para desfilarem em trios independentes. O resultado dessa configuração político-econômica foi a redução dos blocos de trio. Com isso, a folia “pipoca” comandada por artistas renomados tem sido a sensação da festa nos últimos anos.

Qual o impacto disso sobre o trabalho de campo? É que o objeto da pesquisa estava se tornado um coadjuvante da festa. A concentração de foliões em torno dos trios independentes, isto é, a folia corporal não segregada, voltou a ser o grande protagonista do Carnaval de Salvador. Com efeito, o campo de pesquisa abriu a possibilidade de ampliação do objeto de investigação. Com mais trios independentes na rua, a pesquisa ganhou abertura para conhecer os padrões de expressividade corporal e as redes informais de segurança. Com essa abertura no campo, o objetivo da pesquisa foi ampliado para compreender as redes plurais formais e informais de segurança e as práticas de policiamento empregadas na gestão e controle de multidão no Carnaval de Salvador.

3.3 QUADRO OPERACIONAL DA PESQUISA

A partir da revisão da literatura e dos dados coletados foram feitas sistematizações. Com base nos achados foi elaborada, sob a forma de preposição de resposta à pergunta posta, uma hipótese – uma resposta provisória e relativamente sumária (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992). Assim, a provisão de segurança e a manutenção da ordem pública festiva na multidão são realizadas por redes nodulares de múltiplos atores, com práticas de policiamento segmentado, que visam a gestão e o controle das oportunidades carnavalescas.

A hipótese apresenta um conceito central para a pesquisa: segurança. Por essa via, sua verificação exige uma avaliação explícita desse conceito e, a fim de que saibamos o que selecionar como informações ao conduzir o estudo, faz-se necessário “uma tradução que assegure a passagem da linguagem abstrata dos conceitos para a linguagem concreta da observação empírica” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 173).

Essa linguagem concreta foi estabelecida mediante a especificação das manifestações empiricamente observáveis da segurança. Para tanto, estes conceitos foram decompostos, precedentemente, em dimensões. Para cada uma dessas dimensões, foram selecionados indicadores – isto é, sinais palpáveis, observáveis na realidade, que permitiram constatar as redes nodulares de segurança e as práticas de policiamento segmentado e as oportunidades na multidão carnavalescas.

A operacionalização do conceito de segurança passou por duas etapas. A primeira delas consistiu em definir os indicadores para o conceito: oportunidades festivas; oportunidades predatórias; rede nodular; e policiamento segmentado (quadro 1). Nessa etapa, os indicadores não alcançaram o nível de categoria empiricamente verificável, na medida em que eles operam ainda ao nível de categoria conceitual.

Quadro 1 – Quadro operacional da pesquisa: conceito de segurança

Conceito	Dimensão	Indicadores
Segurança	Oportunidade	Oportunidade festiva Oportunidade predatória
	Rede de relações	Rede nodular
	Policiamento	Policiamento segmentado

Fonte: Autoria própria

Partindo dessas categorias conceituais a fim de encontrar os indicadores empíricos para o conceito de segurança, uma segunda etapa de operacionalização foi efetuada. Nessa fase, oportunidades festivas, oportunidades predatórias, rede nodular e policiamento segmentado funcionaram como categorias conceituais intermediários, fazendo a ponte entre o conceito de segurança e os seus indicadores empíricos.

As oportunidades carnavalescas estão divididas em festivas e predatórias. Por meio destas categorias conceituais foram elaborados indicadores empíricos que evidenciam a fruição das oportunidades festivas de curtição e aventura pelos foliões e o aproveitamento das oportunidades predatórias tanto para os foliões quanto para os agentes e auxiliares. Além disso, os indicadores também apontaram como estão estruturados as experiências e os comportamentos dos foliões pelas duas oportunidades carnavalescas.

Quadro 1a – Quadro operacional da pesquisa: oportunidades festivas

Conceito	Dimensão	Indicadores
Oportunidade festiva	Curtição	Registro e postagem dos eventos significativos <i>Azaração</i> normalizada Ingestão moderada de bebidas alcoólicas ou não ingestão
	Aventura	Optar pelos horários efervescentes <i>Azaração</i> em excesso Experiência sexual Ingestão de bebidas alcoólicas variadas e em excesso Circulação e consumo de substâncias psicoativas Folias densas e efervescentes

Fonte: Autoria própria

Quadro 1b – Quadro operacional da pesquisa: oportunidades predatórias

Conceito	Dimensão	Indicadores
Oportunidade predatória	Alvo potencial	Folião embriagado Foliões encurralados Pequenos grupos ou participante individual Presença de grupos rivais Baixa performance bélica Bens à amostra
	Vigilância	Ausência de guardiões capazes Pontos cegos de vigilância Vigilância fragmentada
	Controle	Presença descontínua dos controladores Atuação negativa dos controladores

Fonte: Autoria própria

Por meio da rede nodular foram definidos indicadores empíricos para o conceito de segurança que podem revelar a sua performance. Os indicadores apontam a proteção e o controle do espaço e das condutas feitas por redes nodulares. A demarcação dos limites espaciais como um mandato que extrapola esses limites revela a perspectiva de jurisdição e

governança das redes. E o uso instrumental de compartilhamento de informações e recursos demonstram as técnicas de domínio da rede.

Quadro 1c – Quadro operacional da pesquisa: rede nodular

Conceito	Dimensão	Indicadores
Rede nodular	Lógica	Formação de redes Proteção de estilos culturais Definição situacional de condutas (aceitáveis e não aceitáveis) Controle do espaço
	Jurisdição	Demarcação dos limites espaciais Mandato expandido
	Técnica	Compartilhamento informações Mobilização de componentes e recursos estatais e privados Arranjos de policiamento Domínio instrumental dos corpos

Fonte: A autoria própria

O policiamento na multidão carnavalesca é segmentado. Cada segmento realiza um tipo de policiamento e contribui para a manutenção da ordem, provisão de segurança e surgimento de novos conflitos. Visando a demonstração empírica disso, foram definidos indicadores específicos para o policiamento estatal, policiamento privado e o autopolicamento individual. Tais indicadores apontam as particularidades das atuações de cada um desses segmentos.

Quadro 1d – Quadro operacional da pesquisa: policiamento segmentado

Conceito	Dimensão	Indicadores
Policiamento fragmentado	Estatual	Vigiar as condutas e proteger os corpos Reafirmação do consenso moral <i>Modus operandi</i> invasivos Monitoramento ostensivo Atuação ostensiva e inibitória Ameaça do uso da força Uso sistemático e antecipado da força Coagir as condutas e predar os corpos
	Privado	Vigiar os corpos e proteger as condutas Afrouxamento das normas e regras Proteção de comportamentos desviantes Ocultação de condutas ilícitas <i>Modus operandi</i> discreto Predominância da vigilância Controle mediante negociação Atuação ostensiva e reativa Proteger às condutas e predar os corpos
	Individual	Vigiar e proteger as condutas e os corpos O outro como ameaça ou perigo Predominância da vigilância Negociação Uso reativo da força Reagir às condutas e predar os corpos

Fonte: Autoria própria

O conjunto estruturado, composto pela hipótese, pelo conceito de segurança, pelas categorias conceituais intermediárias – rede nodular, policiamento segmentado e oportunidades festivas e predatórias –, pelas dimensões e pelos indicadores, delineou os contornos nos quais se desenvolveram o trabalho de coleta dos dados.

Como base nos indicadores listados nos quadros operacionais da pesquisa, foram elaborados roteiros para cada um dos instrumentos de coletas de dados.

3.4 FONTES, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados obtidos foram provenientes de fontes primárias e secundárias, seguindo a técnica qualitativa da triangulação de dados. Durante a coleta foi realizada observação direta e participante, análise documental, análise de vídeo e aplicação de entrevistas semiestruturadas.

3.4.1 Observação direta e participante

Diante da peculiaridade do estudo, foram realizadas observações diretas e participantes na coleta de dados. A partir do roteiro de observação (apêndice I), os dados foram coletados e registrados em diário de campo manuscrito e gravados em vídeo.

Uma parte significativa dos dados coletados foi fruto da observação participante, ou seja, da “técnica pela qual o pesquisador integra-se e participa na vida de um grupo para compreender-lhes o sentido de dentro” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 178). Na condição de folião fiz parte da multidão carnavalesca com a expectativa de poder vivenciar os sentimentos, sentidos e significados compartilhados pelos integrantes da festa. Essa participação foi vivenciada como folião “pipoca” e folião de bloco ou associado. Assumindo os dois pontos de vistas foram acompanhadas e observadas as respectivas maneiras de agir, de pensar e sentir a festa.

As folias dos trios independentes e dos blocos de trio proporcionam aos seus respectivos participantes experiências muito distintas uma da outra. E cada folia em si configura uma experiência particular. Por isso, uma única incursão em cada uma delas não permitiu uma observação a contento. E, por conta disso, somente com várias incursões foi possível encontrar os pontos de inflexão e convergências entre as duas folias.

A observação na condição de folião “pipoca” implicou em assumir três formas de participação distintas nas folias. A primeira foi como folião “pipoca” independente, nas folias animadas pelos trios sem cordas. A segunda foi como folião “pipoca” alternativo, acompanhando e seguindo o fluxo da folia “colado” na corda dos blocos. E a terceira foi como folião “pipoca” audiência, assistindo sobre as calçadas a passagem dos trios independentes e dos blocos. E assumir a condição de folião “pipoca” independente implicou no revezamento dos quatro pontos de localização em torno do trio elétrico: frente, fundo, lado direito e lado esquerdo. O revezamento teve como finalidade avaliar as condições de espaço, itinerância, expressividade corporal e contatos e embates corporais.

Esse mesmo revezamento foi realizado dentro dos blocos. Além dos objetivos acima citados, o interior do bloco foi utilizado como ponto de observação das ocorrências de brigas entre cordeiros e foliões “pipoca”. E a localização mais produtiva foram as laterais dos trios elétricos.

Concomitantemente à observação participante, o estudo contou com a observação direta. Enquanto que na observação participante pretende-se conhecer a folia por meio da imersão do pesquisador, na observação direta o mesmo pretende uma dedicação exclusiva à coleta de dados. Com esta modalidade de observação foi ampliada a escala de captura da festa, onde um maior número de acontecimentos pôde ser observado e registrado.

A localização escolhida para a observação direta foi o camarote, no circuito Dodô, trecho da Barra. O critério de escolha desse camarote foi o custo-benefício. O preço e a localização foram decisivos. A sua localização permitiu a captura de imagens dos trios logo após a saída da concentração no Farol da Barra até a subida do Cristo da Barra. Entretanto, o camarote era de pequeno porte, e isso gerou algumas dificuldades. A principal delas foi encontrar um lugar disponível nas sacadas. O camarote tinha três andares a cada um possuía uma sacada com vista para o circuito. A fim de garantir um lugar numa dessas sacadas foi preciso chegar cedo, pelo menos duas horas antes (14:00) da abertura do camarote (16:00), para ocupar o primeiro lugar na fila de entrada. E depois de encostar na sacada, não era possível sair nem para ir ao banheiro, sem o risco de perder o lugar.

Os dados coletados nas observações foram registrados em diário de campo para posterior análise. Durante a coleta dos dados no campo, as impressões obtidas foram gravadas com o auxílio de um equipamento eletrônico de captação de som e posteriormente registradas no diário de campo.

Além do registro manuscrito e em áudio, a pesquisa contou com a produção de diários de campo gravados em vídeos. O trabalho de campo foi realizado entre os 2013 a 2017, nos circuitos Dodô e Osmar, contabilizando 160 horas de observação registradas em vídeos. Para registro e análise suplementar, foram coletados dados das participações na Micareta de Feira de Santana e na Lavagem de Arembepe, entre 2014 e 2015, somando mais 30 horas de observação.

Os diários de campo gravados em vídeo tiveram as imagens e som capturados por meio de equipamentos eletrônicos. Foram utilizados três tipos de equipamentos: Uma câmera filmadora semiprofissional, uma câmera de uso amador e um celular equipado com câmera. A câmera semiprofissional foi usada nas filmagens feitas na sacada do camarote, para captura de imagens à longa distância. Já com a câmera de uso amador foram feitas filmagens na rua,

dentro dos blocos e nas folias “pipoca”. E o celular serviu para captação de imagens em situações que exigiram alguma discricção ou quando a bateria da câmara acabava.

O uso da filmagem permitiu capturar aspectos difíceis de serem apreendidos com outros recursos (GARCEZ *et al.*, 2011). Dessa forma, como um elemento valioso de triangulação, com a vídeo gravação pretende-se (GARCEZ *et al.*, 2011): registrar acontecimentos fugazes e não repetíveis, observar contradições entre discurso e comportamento, revisitar o campo inúmeras vezes e em diferentes momentos e aproveitar as diferentes possibilidades de visualizar o material videogravado.

3.4.2 Entrevistas

Para desenvolver e aprofundar os achados das observações foram realizadas entrevistas semiestruturadas, isto é, por séries de “perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 188). A amostra foi composta por 30 foliões “pipoca” e associados aos blocos; 7 agentes e auxiliares da segurança privada dos blocos; e 10 da segurança estatal.

A seleção dos foliões para serem entrevistados seguiu dois critérios. O primeiro critério de seleção reverenciou as experiências vivenciadas no Carnaval de Salvador, logo foram escolhidos foliões que tivessem história de Carnaval para contar. O segundo critério respeitou a heterogeneidade da multidão carnavalesca. A composição da amostra levou em consideração a diversidade dos foliões quanto ao sexo, à idade, à raça, à orientação sexual, ao nível de escolaridade e à ocupação.

Neste trabalho, as falas e identidades dos entrevistados foram preservadas. Com efeito, os nomes deles foram substituídos por outros fictícios.

Quadro 2 – Descrição da amostra dos foliões entrevistados

Nome	Idade	Cor/raça	Orientação sexual	Nível de escolaridade	Ocupação
Amanda	30 anos	Preta/Negra	Heterossexual	Superior completo	Professora ensino médio
André	39 anos	Preto/Negro	Heterossexual	Superior completo	Professor universitário
Anderson	25 anos	Pardo/Negro	Homossexual	Superior incompleto	Estudante
Carla	37 anos	Branca	Heterossexual	Superior completo	Professora ensino médio

Caroline	18 anos	Parda/Negra	Bissexual	Médio incompleto	Estudante
Cinara	22 anos	Branca	Heterossexual	Médio completo	Auxiliar administrativa
Edila	25 anos	Branca	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante
Francielle	15 anos	Parda/Negra	Heterossexual	Médio incompleto	Estudante
Fred	22 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Superior completo	Vendedor de Moto
Helen	20 anos	Parda/Negra	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante
Hillary	19 anos	Branca	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante
Iolanda	21 anos	Parda/Negra	Homossexual	Médio completo	Estudante
Isabela	16 anos	Branca	Heterossexual	Médio incompleto	Estudante
Juan	20 anos	Preto/Negro	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante
Josair	29 anos	Preto/Negro	Heterossexual	Superior completo	Estudante
Júnior	26 anos	Pardo/Negro	Bissexual	Médio completo	
Kelvin	18 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Médio incompleto	Estudante
Lúcio	53 anos	Preto/Negro	Heterossexual	Superior completo	Professor ensino médio
Marivaldina	54 anos	Preta/Negra	Heterossexual	Superior completo	Bibliotecária
Matheus	24 anos	Branco	Heterossexual	Superior incompleto	Vendedor de Moto
Rafael	18 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Médio incompleto	Estudante
Rafael	28 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Superior incompleto	Professor de Jiu jitsu
Rafael	32 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Médio completo	Técnico em enfermagem
Renata	27 anos	Preta/Negra	Heterossexual	Superior completo	Enfermeira
Roberto	63 anos	Branco	Heterossexual	Superior incompleto	Comerciante
Tamires	20 anos	Parda/Negra	Homossexual	Médio incompleto	Estudante
Teresa	30 anos	Preta/Negra	Heterossexual	Superior completo	Servidora pública
Salk	19 anos	Pardo/Negro	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante
Suzana	52 anos	Branca	Heterossexual	Médio completo	Comerciante
Wynne	20 anos	Parda/Negra	Heterossexual	Superior incompleto	Estudante

Os 31 entrevistados estão igualmente representados na amostra quanto ao sexo. Distribuindo-os por faixa etária, 3,1% têm 15 anos ou menos, 50% encontra-se entre 16 a 25 anos, 25% têm entre 26 a 35 anos, 9,4% estão entre 36 a 45 anos e 12,5% têm 46 anos ou mais. Quanto à escolaridade, 20% dos entrevistados tem o ensino médio incompleto, 80% possuem o nível médio completo, destes 20,8% não têm o nível superior, 41,7% possui o ensino superior incompleto e 37,5% têm o nível superior completo. Por fim, a ocupação dos entrevistados, em sua maioria, reflete o nível de escolaridade atingido por eles. Enquanto 56,3% possuem ocupação remunerada, 43,7% exercem atividades não remuneradas.

A seleção dos agentes da segurança estatal e privada também seguiram dois critérios. O primeiro critério de seleção considerou o ano de participação do agente no Carnaval de Salvador. Desse modo, para ser entrevistado, o agente teria que ter pelo menos uma participação no evento e que esta tivesse ocorrido depois de 2013. O segundo critério respeitou a diversificação das posições hierárquicas dos agentes em suas respectivas instituições.

No que tange à segurança privada, os entrevistados atuaram como auxiliares, agentes de segurança e coordenadores de equipes nos blocos de trio.

Quadro 3 – Descrição da amostra dos agentes de segurança privada entrevistados

Nome	Idade	Cor/raça	Nível de escolaridade	Ocupação	Cargo/função
Adriana	25 anos	Parda/Negra	Superior incompleto	Estudante	Cordeira
Ana Cláudia	36 anos	Branca	Superior incompleto	Comerciante	Segurança
Eduba	28 anos	Preto/Negro	Médio incompleto	Segurança de eventos	Segurança
Ingrid	25 anos	Branca	Superior incompleto	Estudante	Coordenadora de segurança
Júlia	39 anos	Preta/Negra	Médio completo	Agente administrativo	Coordenadora de segurança
Renner	27 anos	Branco	Superior completo	Professor	Coordenador de segurança
Rogério	28 anos	Pardo/Negro	Médio completo	Segurança de eventos	Segurança

Fonte: Autoria própria

A amostra é composta por 7 entrevistados: 4 são mulheres e 3 homens, com idades entre 25 a 39 anos. A maioria deles é formada por negros (4), tem o ensino médio completo e ocupações remuneradas diferentes das exercidas na segurança dos blocos.

Com relação à segurança estatal, os entrevistados pertencem à Guarda Municipal (GM), Polícia Militar (PM) e Polícia Civil (PC).

Quadro 4 – Descrição da amostra dos agentes de segurança estatal entrevistados

Código	Idade	Cor/raça	Nível de escolaridade	Agência	Patente hierarquia
GMC-I	28 anos	Preto/Negra	Superior incompleto	Guarda Municipal Civil	Guarda
GMC-II	36 anos	Pardo/negro	Superior completo	Guarda Municipal Civil	Supervisor
PC-I	46 anos	Branco	Superior completo	Polícia Civil	Agente
PM-I	28 anos	Pardo/Negro	Superior incompleto	Polícia Militar	Soldado
PM-II	36 anos	Pardo/Negro	Superior incompleto	Polícia Militar	Saldado
PFem-I	38 anos	Parda/Negra	Médio completo	Polícia Militar	Saldado
PFem-II	36 anos	Parda/Negra	Superior completo	Polícia Militar	Saldado
PM-III	40 anos	Pardo/Negro	Superior completo	Policial Militar	Capital
PM-IV	55 anos	Pardo/Negro	Superior completo	Polícia Militar	Coronel
PM-V	46 anos	Pardo/Negro	Superior completo	Polícia Militar	Major

Fonte: Autoria própria

Nesse grupo, a amostra é composta por 10 entrevistados: 2 mulheres e 8 homens, com idades entre 28 a 55 anos. Somente um dos entrevistados é branco. É predominante o ensino superior completo (6). Dos entrevistados 7 são policiais militares, 2 são guardas do município e 1 é policial civil. Segundo o posto ou patente hierárquica dos agentes, a amostra tem representantes do Comando, 1 da Guarda Municipal e 3 da Polícia Militar.

Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas, seguindo o roteiro de entrevistas (apêndice II) e tiveram duração média entre uma hora e uma hora e trinta minutos cada. A maioria aconteceu na faculdade onde estudam os entrevistados (22), outras foram realizadas, no shopping (14), no local de trabalho (9), no bar (2) e na residência (1).

Além das entrevistas semiestruturadas, a pesquisa contou com a realização de entrevistas abertas ou não estruturadas, isto é, “entrevista na qual entrevistador apoia-se em um ou vários temas e talvez em algumas perguntas iniciais, antecipadamente, para improvisar

em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 190).

As entrevistas abertas ou não estruturadas foram realizadas com 6 foliões, 1 agente e 1 auxiliar de segurança privada. As entrevistas não foram gravadas, e tiveram duração média entre dez e trinta minutos. As entrevistas abertas aconteceram na faculdade (3) e no bar (5). Somando estas com as semiestruturadas, o trabalho conta com o total de 55 entrevistas.

3.4.3 Coletas de dados em arquivos textuais e vídeos

Além do explicitado anteriormente, também foram selecionados e analisados vídeos da internet e das redes sociais e a análise textual de matérias publicadas nos jornais impressos e on-line. Os vídeos foram gravados e postados por diferentes participantes da festa. Foram selecionados vídeos do Carnaval de Salvador dos anos de 2013 a 2017, que somam aproximadamente 30 horas de gravação. A análise textual das matérias jornalísticas foi coletada de jornais impressos de grande circulação na Bahia e de edições on-line que tratou da festa também entre os anos de 2013 a 2017. Em ambos os documentos, a coleta de dados ocorreu a partir do roteiro estabelecido (apêndice III).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram trabalhados através da técnica de análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999), com ênfase numa grade de análise mista. Trabalhou-se com categorias analíticas previamente estabelecidas, que foram reajustadas no decorrer da pesquisa, e categorias empíricas surgidas no trabalho de campo.

As unidades de análise consideradas foram as seguintes: palavras, expressões, frases e enunciados, no contexto em que estão inseridos. Estas unidades foram classificadas em obediência ao critério de pertinência. A análise foi finalizada através de uma interpretação qualitativa, em que o conteúdo empírico foi emparelhado com o quadro teórico.

Com o auxílio dos indicadores uma massa de dados foi coletada. Partindo para a verificação empírica do conceito de segurança, os indicadores fizeram a ponte entre o conceito e o contexto concreto da pesquisa. Depois de coletados, os dados foram sistematizados e os indicadores carregados de substância empírica. Realizando um caminho inverso da coleta de dados, cada conjunto de indicadores foi categorizado. E, assim, as categorias empíricas produzidas tentaram dar conta das redes formais e informais de

segurança e das práticas de policiamento na preservação da ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador.

Quadro 5 – Quadro operacional dos dados da pesquisa: categorias empíricas

Indicadores	Dimensão	Categorias empíricas
Formação de redes Proteção de estilos culturais (lícitos, ilícitos e desviantes) Definição situacional de condutas (aceitáveis e não aceitáveis) Controle do espaço	LÓGICA	Segregação da Multidão Fracionamento de multidão Corpo plural Corpo plural ampliado Folia corporal Autogoverno
Demarcação dos limites espaciais Mandato expandido	JURISDIÇÃO	Potencial de governo Capilaridade da governança
Compartilhamento informações Mobilização de componentes e recursos estatais e privados Domínio instrumental dos corpos	TÉCNICAS	Performance dispositiva Arranjos de policiamento Tecnologia do corpo
Registro e postagem dos eventos significativos <i>Azaração</i> normalizada Ingestão moderada de bebidas alcoólicas ou não ingestão	CURTIÇÃO	Encontro-curtição
Optar pelos horários efervescentes <i>Azaração</i> em excesso Experiência sexual Ingestão de bebidas alcoólicas variadas e em excesso Circulação e consumo de substâncias psicoativas Folias densas e efervescentes	AVENTURA	Encontro-aventura Encorajamento ampliado Tombo

<p>Folião embriagado</p> <p>Foliões encurralados</p> <p>Pequenos grupos ou participante individual</p> <p>Presença de grupos rivais</p> <p>Baixa performance bélica</p> <p>Bens à amostra</p>	<p>ALVO POTENCIAL</p>	<p>O “vacilão”</p> <p>Desvantagem situacional</p>
<p>Ausência de guardiões capazes</p> <p>Pontos cegos de vigilância</p> <p>Vigilância fragmentada</p>	<p>VIGILÂNCIA</p>	<p>Covardia expressiva</p> <p>Covardia instrumental</p> <p>Tombo desce-quebrando</p>
<p>Presença descontínua dos controladores</p> <p>Atuação negativa dos controladores</p>	<p>CONTROLE</p>	<p>Prática retroalimentadora da violência</p>
<p>Vigiar as condutas e proteger os corpos</p> <p>Reafirmação do consenso moral</p> <p><i>Modus operandi</i> invasivos</p> <p>Monitoramento ostensivo</p> <p>Atuação ostensiva e inibitória</p> <p>Ameaça do uso da força</p> <p>Uso sistemático e antecipado da força</p> <p>Coagir as condutas e predar os corpos</p>	<p>ESTATAL</p>	<p>Padrão repressivo</p> <p>Práticas proativas</p> <p>Práticas reativas</p> <p>Práticas predatórias</p>
<p>Vigiar os corpos e proteger as condutas</p> <p>Afrouxamento das normas e regras</p> <p>Proteção de comportamentos desviantes</p> <p>Ocultação de condutas ilícitas</p> <p><i>Modus operandi</i> discreto</p> <p>Predominância da vigilância</p> <p>Controle mediante negociação</p> <p>Atuação ostensiva e reativa</p> <p>Proteger às condutas e predar os corpos</p>	<p>PRIVADO</p>	<p>Padrões imunizantes</p> <p>Práticas preventivas</p> <p>Práticas predatórias</p>
<p>Vigiar e proteger as condutas e os corpos</p> <p>O outro como ameaça ou perigo</p> <p>Predominância da vigilância</p> <p>Negociação</p> <p>Uso reativo da força</p> <p>Reagir às condutas e predar os corpos</p>	<p>INDIVIDUAL</p>	<p>Autogoverno</p> <p>Autopolicciamento</p> <p>Autogestão de risco</p> <p>Experiência de risco</p> <p>Práticas predatórias</p>

Fonte: Autoria própria

4 CARACTERIZAÇÃO DO CARNAVAL DE SALVADOR

O Carnaval de Salvador é celebrado com desfile de trios elétricos. No entanto, sua história iniciou através da invenção da cubica feita por Dodô e Osmar. Com o passar dos anos o Carnaval mudou completamente: trios elétricos com equipamentos modernos para melhorar a qualidade do som, a velha mortalha foi substituída pelo abadá, os camarotes oferecem serviços cada vez mais diversos e sofisticados, e, nos últimos anos, a folia sem corda tem tomado cada vez mais espaço.

4.1 OS CIRCUTOS E OS ESPAÇOS DA FESTA

O Carnaval é um momento de festa, e de todas as festas brasileiras, ele é a maior e a mais popular. O Carnaval do Brasil é um dos mais famosos do mundo e, todos os anos, atrai milhares de pessoas dos diferentes pontos do planeta. Na Bahia, o Carnaval de Salvador é o maior evento de rua do estado e é considerado por muitos, também, o maior do país. Em cada dia de festa, mais de 500 mil pessoas passam pelos circuitos oficiais da festa.

O evento que atrai milhões de foliões conta com três principais circuitos: Dodô (Barra-Ondina), Osmar (Campo Grande-Avenida Sete) e Batatinha (Centro Histórico). Nesses circuitos, os trios e artistas renomados desfilam pelos pontos mais conhecidos da cidade e pelos casarões do Centro Histórico. Desde 2016, a festa conta também com mais um polo de atrações: o Circuito Orlando Tapajós (Ondina-Barra). Nesse circuito ocorre o Furdunço e o Fuzuê, duas festas que marcam o pré-carnaval de Salvador. Existe ainda uma programação de carnaval alternativa no Palco do Rock, Villa Infantil e no Carnaval dos Bairros, que acontece em Cajazeiras, Nordeste de Amaralina, Periperi, Plataforma, Pau da Lima e em outras regiões da capital baiana.

No Circuito Batatinha, a folia acontece nas praças e no famoso Pelourinho. A ideia de festejar o Carnaval no local veio do Projeto Pelourinho Dia e Noite e um dos objetivos do circuito é reviver Carnavais passados e apresentar um ambiente mais familiar. Os concursos, os desfiles, as marchinhas e as fanfarras são as principais atrações.

Entre os circuitos Batatinha, Dodô e Osmar residem uma diferença significativa: a presença do trio elétrico. Diferentemente dos dois últimos, as atrações no circuito Batatinha revezam as apresentações nos palcos ou desfilam pelas ruas do centro histórico sem a utilização do trio.

Os circuitos “Dodô” e “Osmar” têm os perímetros mais cobijados da festa e foram assim batizados como uma homenagem póstuma aos inventores do trio elétrico. O circuito Osmar/Campo Grande é o mais tradicional. Já o circuito Dodô (Barra/Ondina) era considerado percurso alternativo do Carnaval baiano.

O Circuito Osmar/Campo Grande, também conhecido como circuito da Avenida, é o trajeto mais antigo do Carnaval de Salvador, onde tudo começou. Partindo do Campo Grande, percorre toda a Avenida Sete de Setembro, retorna pela Rua Carlos Gomes e continua até o Hotel da Bahia. O trajeto inclui outros locais históricos, como a Praça Castro Alves e o Forte de São Pedro. O percurso tem aproximadamente 4 km e 5 horas de duração.

Figura 1
Trajeto do Circuito Osmar



Fonte: Site Bahiafolia

Esse é um circuito que não é cercado por camarotes. Exceto os camarotes Casa D'Italia e Polícia Militar, a prefeitura de Salvador disponibiliza milhares de lugares em arquibancadas com preço populares no largo do Campo Grande. A vista do alto fica por conta das janelas dos prédios e casarões antigos.

Com o passar dos anos, o circuito tradicional (Campo Grande) se tornou pequeno para um número cada vez maior de turistas e foliões. As ruas do circuito são consideradas estreitas para a multidão que recebe.

[Prefiro] o circuito Barra-Ondina. Já sair [no circuito Campo Grande] várias vezes. Mas é muito apertado. Ficou apertado demais pra sair acompanhado.

Em determinados pontos ali, o bolo é muito grande, não dar pra você pular, não dar pra você se divertir (André, 39 anos Folião).

Na década de 1980 surge o circuito Dodô. Oficializado em 1992, o circuito liga as praias da Barra e Ondina e tem início no largo do Farol da Barra, passa pelo Cristo da Barra, Morro do Gato (Avenida Oceânica) até chegar a Avenida Ademar de Barros (próximo ao monumento das Gordinhas). O percurso tem aproximadamente 4,5 km e 6 horas de duração.

Figura 2
Trajeto do Circuito Dodô



Fonte: Site Bahiafolia

O trajeto marca o crescimento da folia e a evolução da festa em termos de estrutura. É nesse circuito que está situado alguns dos grandes hotéis da cidade e os badalados camarotes. Hoje é um dos pontos de maior efervescência do Carnaval de Salvador.

A camarotização do Carnaval de Salvador é uma tendência que vem se concretizando ao longo dos anos. Os camarotes são espaços elevados, montados ao longo do circuito, dos quais o Carnaval de rua pode ser observado. As instalações incluem buffet, *open bar*, acesso privativo à praia, pista de dança e shows entre a passagem dos trios. Os mais luxuosos oferecem também salão de beleza e sala de relaxamento com massagem. Embora seja uma tendência crescente a camarotização da festa, os espaços da rua continuam sendo ocupados por milhões de foliões.

A rua se configura um espaço de disputas. E a cada ano essas disputas se tornam mais complexa e acirrada. Nos últimos anos, a disputa pelas vendas de bebidas nos circuitos criou novos atores e agregou mais uma fonte de tensão à festa.

Desde 2012, a Prefeitura tem firmado contratos de patrocínio oficial da festa, que garante a empresa patrocinadora exclusividade na venda dos produtos e publicidade nos circuitos Dodô e Osmar, durante os dias de Carnaval. A principal interessada nesse modelo de patrocínio são as cervejarias. Do ponto de vista econômico, o modelo de parceria firmado pela Prefeitura é lucrativo para os cofres públicos. Do ponto de vista do consumo, o modelo suprime a liberdade de escolha dos consumidores.

Quando a marca da cerveja agrada a maioria dos foliões, a supressão de liberdade não gera grandes tensões. Contudo quando a marca da cerveja patrocinadora não tem uma grande aceitação entre os foliões, estes geram uma demanda pela venda clandestina. Desse modo, vendedores e foliões se viram para driblar a restrição às cervejas que não podem ser vendidas.

É comum foliões se aproximarem dos vendedores ambulantes e perguntarem a eles sobre as latinhas geladas que estão no fundo do isopor. Nessa hora, eles olham para os lados, coloca a mão no gelo e retira a latinha desejada. E em alguns casos, o preço pode chegar a custar três vezes mais do que o valor da latinha patrocinadora (Diário de campo, 2017).

Nesse modelo de Carnaval, quando a cerveja desejada entre os foliões não é da marca patrocinadora, ela vale ouro no isopor dos ambulantes. Os vendedores se valem da lei da oferta e da procura e do risco da operação. Com o patrocínio exclusivo das cervejarias nos circuitos da festa, a venda de outras marcas cria um mercado clandestino de cerveja.

Para garantir o cumprimento da exclusividade e também coibir a presença de ambulantes não credenciados, a prefeitura contrata agentes que atuam como fiscais nos circuitos durante a festa. Assim, os agentes da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM) ficam responsáveis pela parte de publicidade, e os agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP) fiscalizam o comércio dos produtos.

Os profissionais supracitados realizam vistorias minuciosas. Em alguns casos, eles literalmente metem a mão nos isopores dos ambulantes para verificar a existência de outras marcas comercializadas dentro dos limites colocados pela prefeitura. Caso sejam flagrados comercializando outra marca de bebida, os agentes da SUCOM apreendem a mercadoria e o vendedor perde a licença para atuar no Carnaval.

E para garantir a segurança da operação de fiscalização das vendas dos produtos e da publicidade da marca patrocinadora oficial do Carnaval, a prefeitura estalou barreiras de

segurança nos pontos de entrada dos circuitos da festa que recebe, todos os anos, uma média de um milhão de visitantes.

As barreiras montadas ajudaram a aumentar a segurança. Elas funcionam como pontos de controle de entradas de produtos, logo são pontos de triagem para evitar que produtos de outras cervejarias, que não os das patrocinadoras, sejam comercializados. Os foliões e ambulantes são impedidos de comercializarem produtos não autorizados. Com efeito, essas barreiras serviram de modelo para os portais de abordagem da Polícia Militar instalados posteriormente nos principais acessos dos circuitos. Por meio desses portais, os Policiais Militares (PMs) pretendem controlar o acesso ao circuito com objetos não permitidos, como garrafas de vidro e objetos perfuro cortantes que possam servir como armas – entre eles os espetinhos.

Os circuitos Dodô e Osmar são espaços de conflitos comerciais, que agregam tensões à fruição das oportunidades festivas dos foliões. Além disso, a privatização do consumo de bebidas impõe uma gestão do espaço. Os isopores dos vendedores ambulantes devem ser padronizados e estar perfilados sobre a calçada. As caixas ficam lado a lado sobre o passeio e em paralelo com o paredão dos camarotes. O corredor que se forma é utilizado pelos foliões para circulação ou como audiência.

4.2 O CARNAVAL, OS BLOCOS E AS CORDAS

A festa mais alegre e colorida é também um vetor econômico que envolve ao mesmo tempo a economia formal e informal. Os anos mais recentes vão agregar, definitivamente, à festa carnavalesca baiana, dinâmicas típicas do mundo dos negócios. O “carnaval-negócio” é a configuração contemporânea do Carnaval da Bahia. Esse entrelaçamento entre a festa e a indústria cultural finda um modelo de carnaval que se tornou dominante em Salvador e passou a ser explorado no ano inteiro, nos carnavais fora de época no interior do estado e em diversas cidades do país. Este é um modelo de festa que começou a ganhar seus contornos básicos com a invenção que revolucionou o Carnaval (MIGUEZ, 2014). O modelo se funda no desfile de blocos, privatização do trio elétrico com cordas de insulamento e o controle de acesso via abadá.

4.2.1 Erguendo as cordas dos blocos de trio

No ano de 1950, o Carnaval da Bahia presenciou uma relevante transformação, com a criação do protótipo do trio elétrico. Ao sair da incubadora, o trio assume o papel de protagonista da festa, dando-lhe características particulares e modificando completamente sua estrutura.

A invenção provocou uma mudança na festa de rua. O trio elétrico transforma o espaço da rua como o lugar privilegiado da folia ao torná-lo comum a todos. Nesse sentido, desde os primeiros anos, a marca do sucesso do protótipo do trio foi a relevante e intensa abertura do espaço festivo a qualquer indivíduo interessado. A rua, sendo o espaço onde os trios comandavam a folia, não oferecia restrição a ocupação do espaço festivo e fronteiras ao ir e vir de qualquer folião.

Isso criou uma nova forma de participar e viver a festa. A rua passou a oferecer uma oportunidade festiva de brincar o Carnaval atrás do trio, dançando com movimentos livres e simples e caminhando pelas ruas por onde ele passasse. O trio elétrico surge inaugurando um espaço igualitário, dando fim ao Carnaval historicamente segmentado racial e socialmente (MIGUEZ, 2014).

Foi com o trio elétrico que o Carnaval ganhou características comerciais que marcaram a realização da festa, tornando-se um excelente veículo de propaganda, que atraiu patrocinadores desde o ano de 1952. Nos anos 80, os blocos de trio surgiram e o carnaval baiano adquiriu os contornos de sua configuração atual. Os blocos passaram a proporcionar uma fonte de emprego e renda para a população desfavorecida e a ser visto como um grande negócio pelas instituições públicas e privadas que se desenvolveram à sua volta.

Com o carnaval-negócio, o epicentro da folia em Salvador passou a ser o desfile dos blocos. Os blocos são circunscrições espaciais privadas em meio à via pública. Por meio de um cordão, junto com a circunscrição espacial, é instituído um insulamento. E uma vez demarcado o espaço privado ao bloco, a circulação e participação ficam reservadas às pessoas autorizadas. A corda demarca os limites espaciais do bloco e promove uma segregação dos foliões.

A comodidade oferecida pelos blocos não se restringe ao espaço. Como o funcionamento do insulamento depende da permanência dos foliões associados no interior da entidade, os blocos oferecem uma estrutura de serviços, que se concentram no carro de apoio. Este apoio móvel fica localizado um pouco depois do trio, também estruturado encima de um caminhão. Nele os foliões podem encontrar banheiros, posto médico, sala de segurança e uma

área especial para as pessoas que comprarem o abadá vip (dando direito ao folião subir no carro de apoio, com vista privilegiada para o desfile, banheiros exclusivos, atendimento vip). Bebidas também podem ser compradas em pontos distintos do bloco. Todos esses serviços são oferecidos, dentro da estratégia comercial, para dar comodidade e acomodar os foliões no bloco. Além desses serviços, os associados contam também com os serviços de primeiros socorros e segurança.

Para ter acesso ao espaço do bloco, os foliões têm que adquirir o abadá. Criado na década de 1990 para substituir a mortalha, o abadá é uma camisa customizada que traz um logotipo de um bloco. Somente através da aquisição de um abadá é possível participar de um dos blocos.

Os blocos privatizaram o trio elétrico com suas cordas de isolamento e abadás diferenciados. Como somente os foliões que podem pagar pelo abadá participam do carnaval de bloco, essa privatização reintroduz “uma hierarquia social na ocupação do espaço público da festa. Dessa forma, realizam um movimento inverso ao registrado em 1950, quando essa mesma hierarquia foi desarticulada pela participação do trio elétrico” (MIGUEZ, 2014, p. 85).

4.2.2 O insulamento contensivo-expansivo dos blocos

Ao somar a massa de associados (de 4 a 7 mil foliões) com o efetivo da produção e segurança (de 1 a 2 mil operadores), os grandes e megablocos podem concentrar mais de 8.000 pessoas. Toda essa cifra exige um insulamento que impeça altos níveis de densidade, aperto ou sufocamento. A movimentação, a expressividade corporal e a fruição das oportunidades festivas no lado de dentro da corda estão condicionadas ao tamanho do espaço livre proporcionado aos associados pela entidade.

As possibilidades de se movimentar no interior do bloco não são uma conteste. Na frente e no fundo, os foliões contam com mais espaço. Nestes pontos, eles se sentem mais à vontade e brincam a festa com mais conforto. Contudo, por conta da distância em que se encontram do trio elétrico, eles ficam limitados de curtir o show, ver e fotografar o artista. Por isso, muitos foliões preferem ficar o mais próximo que podem do trio, logo à frente ou nas laterais do veículo.

A lateral do trio costuma ser um grande gargalo por se tratar de um ponto de circulação e permanência dos foliões associados e concentração de foliões “pipoca”. Já mais à frente do trio, a curtição costuma ser bastante desagradável, porque para garantir uma distância segura entre o veículo e os associados, para evitar atropelamentos e outros acidentes,

um cordão de isolamento é formado. Comumente, o isolamento é instituído com os auxiliares de segurança ou cordeiros puxando uma corda que circunda a frente do veículo. E como os associados estão distraídos, curtindo a folia, eles são constantemente empurrados pelo cinturão de segurança. Isto deixa os foliões irritados e inibe o desejo de curtir o bloco perto da atração.

Se tiver muito cheio fica atrás do carro de apoio, ou então lá na frente do bloco. Não tem como ficar perto do trio. Quando o trio quer andar é aquele empurra-empurra, aquela agonia que Deus é mais! Sai empurrando todo mundo. Então, ou atrás do carro de apoio ou lá na frente na “cara” do bloco. Por conta dessa agonia mesmo. Porque quando o trio quer andar, nossa! Da vez que eu sair com... o trio dela queria andar, que os cordeiros empurram pra andar, eu quase... eu sou pequena... eu quase morri esmagada. Isso em todos os outros blocos... essa vez foi muito marcante, porque eu olhava pra minha irmã e ela: “pelo amor de Deus, nunca mais me coloque nessa furada” (Wynne, 20 anos).

As dificuldades impostas à expressividade corporal no interior do bloco aumentam na medida em que ocorre um estreitamento da corda e diminuição do espaço interno. Há ocasiões em que o estreitamento da corda torna insuportável a permanência do folião no interior do bloco.

Porque o bloco é empurra-empurra, a corda vai puxando e vai todo mundo arrastando você. No ano passado, uma amiga minha caiu dentro do bloco... caiu e a gente levantou ela. Mas é por causa do empurra-empurra, não é todo mundo que aguenta, é muita agonia [...] Não dá nem vontade de ficar ali dentro... eu nem consegui ficar dentro da corda. Eu ficava de fora olhando, não tinha como entrar (Cinara, 22anos, Foliã).

Todavia, tanto a circulação como a expressividade corporal no bloco têm as suas limitações reduzidas e a sensação de comodidade aumentada durante o desfile com a progressão expansiva da corda. A expansividade do insulamento tende a reduzir entre os associados as tensões decorrentes dos embates corporais. Desse modo, para evitar os apertos ou sufocamento, os blocos operam expandindo a sua corda e transferindo o potencial de saturação de dentro para fora dela. Quanto mais associados no bloco, mais larga e extensa é a corda. Na mesma proporção, a expansão da corda aumenta as restrições espaciais impostas à folia “pipoca”.

Assim, a fim de não ceder espaço para a folia pipoca e garantir o máximo de circunscrição espacial possível dentro da corda, o insulamento é instituído pelos blocos com potencial de disputa por espaço. Ele é erguido pelos blocos para a circunscrição expandida da corda em sua largura e extensão.

Em muitas sociedades, grande parte dos eventos comemorativos, como desfile, macha, parada etc., acontece em ruas abertas, onde pessoas e objetos móveis atravessam determinado

caminho, sucedendo-se uns aos outros de forma coordenada, livres de obstáculos físicos e humanos.

Com efeito, em muitos festejos carnavalescos dessas sociedades, aos espectadores fica reservado o espaço marginal das ruas, e a travessia para ambos os lados é controlada. Durante o desfile, o livre deslocamento de pessoas e objetos móveis em seu trajeto, comumente, é garantido por meio de uma barreira contensiva, que procura delimitar nitidamente o espaço ocupado pela audiência e pelo desfile. Em muitos casos, são utilizadas grades de isolamento auxiliando no policiamento, ou este é realizado somente por agentes ou auxiliares de segurança. Este tipo de isolamento configura uma das modalidades de controle da multidão, que visa impedir ou restringir o acesso de pessoas ou objetos móveis. Trata-se de um isolamento contensivo fixo, onde os operadores da segurança e equipamentos ficam distribuídos e dispostos em pontos fixos ao longo do circuito do desfile.

No carnaval de Salvador, os blocos desfilam pelo circuito em meio a uma multidão. Para realizar o desfile envolvido por uma concentração de foliões que ocupam o espaço da rua, os blocos contam com um isolamento contensivo móvel e expansivo, desenvolvido para conter o avanço dos foliões de fora e expandir o espaço interno delimitado pelo isolamento.

O isolamento e, por consequência, a segregação da folia são impostos pela demanda do bloco por espaço interno (MOURA, 1996). Se o espaço a ser demarcado pela corda não implica em impor restrições para a folia corporal pipoca, os blocos erguem um isolamento, que se presta somente para a reserva de espaço. Mas quando a circunscrição espacial pretendida pelas entidades implica disputar espaço com o folião pipoca, elas instituem um isolamento contensivo-expansivo. Dessa forma, o padrão de isolamento adotado depende do quanto do espaço da rua será apropriado e privatizado pelo bloco.

Trata-se de um isolamento contensivo-expansivo que se funda na capacidade de demarcação da circunscrição espacial privada, com potencial para disputa por espaço.

4.2.3 A crise do carnaval-negócio e a queda das cordas

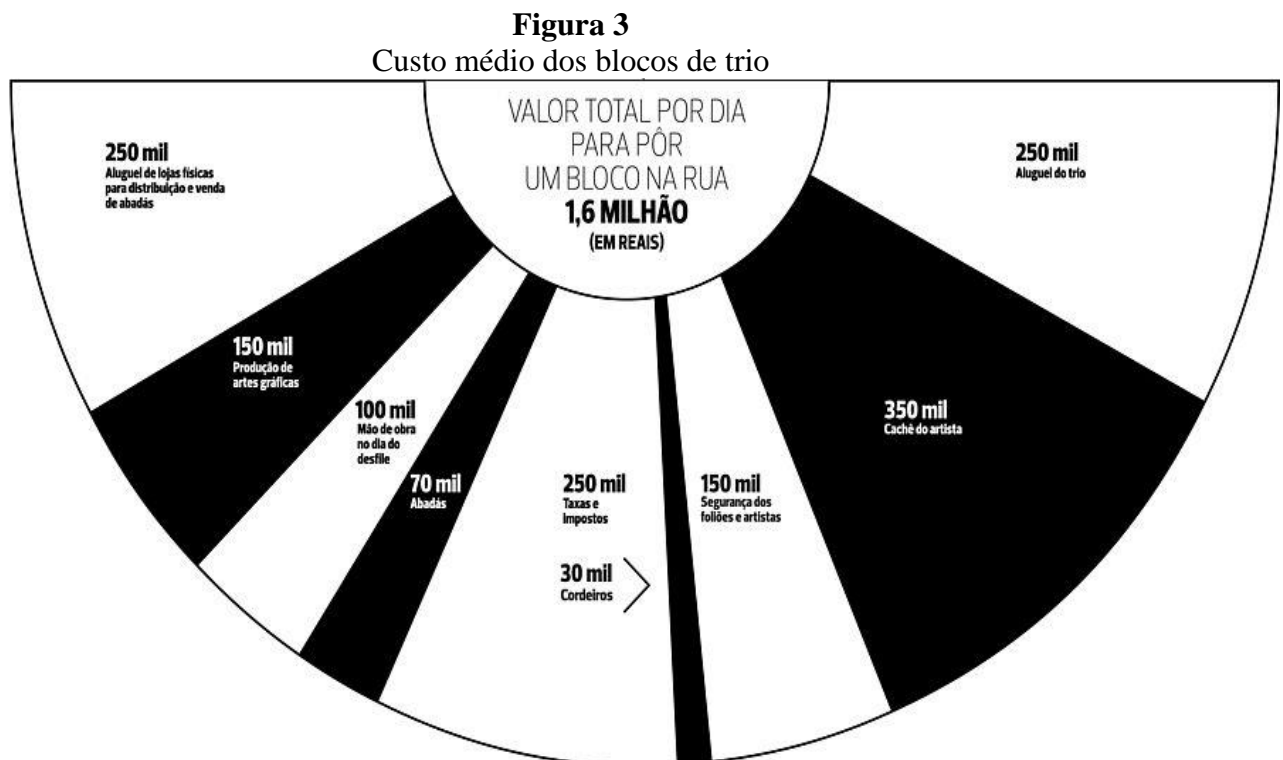
Desde 2015, as cordas dos blocos, símbolo da privatização do Carnaval de Salvador, começaram a ir ao chão gradativamente. Antes disso, atrações famosas já traziam os foliões pipoca atrás dos trios sem corda, mas deste ano em diante, a ausência de blocos tradicionais provocou o que parece ser uma reviravolta no formato comercial deste Carnaval.

Os diversos atores (Governador, Prefeito, jornalistas, artistas, foliões e outros) envolvidos na produção da festa apostam na redemocratização do Carnaval de rua. Isso

porque, cada vez mais, um número maior de artistas e trios se apresentam sem cordas. Contudo o que se apresenta como uma redemocratização tem fortes ligações com a crise econômica e segue uma nova lógica de mercado.

A crise econômica que atinge o país se refletiu no Carnaval de Salvador⁷. Os blocos tradicionais anunciaram a não participação da festa por falta de patrocinadores. Assim, blocos que desfilavam três dias foram obrigados a reduzir a participação para apenas duas ou uma passagem durante o festejo.

Os custos com fornecedores e a retirada de alguns patrocinadores estão inviabilizando o desfile de muitos blocos. Entre custos com cachês de artistas, empresa de segurança, cordeiros, trio elétrico e taxas surgem cifras milionárias. Atualmente, um bloco de trio que desfila com uma infraestrutura adequada e um artista renomado não sai por menos de um milhão de reais, porém, segundo os donos de blocos, para botar um bloco na rua, o orçamento pode variar de 500 mil à 5 milhões de reais⁸.



Fonte: Arte/CORREIO, 2018

⁷Disponível em: <<https://carnaval.uol.com.br/2017/noticias/redacao/2017/01/31/crise-tira-blocos-tradicionais-do-carnaval-de-salvador.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

⁸Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/fofia-de-seis-digitos-saiba-quanto-custa-colocar-um-bloco-na-rua/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

A imprensa apurou o orçamento completo de um bloco que desfilou este ano no circuito Dodô/Barra-Ondina com cinco mil associados (número máximo permitido). O valor chega a 1,6 milhão de reais, incluindo custo de confecção dos abadá e aluguel do local para vendas. Sem o patrocínio, a arrecadação com as vendas dos abadá não permite colocar o bloco na rua. As cervejarias são as maiores patrocinadoras, seguidas pelos bancos (privados e públicos), Governo do estado e Prefeitura.

Entre 2016 e 2017, houve uma queda no número de desfile de blocos. Só na Barra, em 2016, saíram 147 blocos, enquanto em 2017 foram 130. No Campo Grande, de 227 em 2016 passaram para 194, no ano seguinte. Em 2017, a crise chegou ao auge e tradicionais entidades como Cheiro, Yes e Nana saíram de cena. Esses números não incluem as atrações que desfilam no Furdunço, que chegou a ter mais de 30 nomes por edição.

À primeira vista, o que parece ser uma tentativa de redemocratização da festa, tem seguido uma lógica de mercado. A crise financeira pressionou as empresas a considerarem o Carnaval feito para o folião “pipoca” uma forma eficiente de dar visibilidade aos seus produtos e serviços. Por conta disso, a folia sem cordas não parece ser uma tendência e, sim, uma alternativa para a crise comercial dos blocos, no qual os artistas tentam uma solução no desfile dos trios sem cordas⁹.

Em 2019, a afamada crise dos blocos parece ter dado uma trégua, pois, as principais centrais de venda contabilizaram um aumento de 40% em relação ao ano passado. A Central do Carnaval, que oferece blocos como Camaleão, Vumbora, Nana, Inter, Me Abraça e Filhos de Gandhi, também teve aumento nas vendas. O crescimento ficou entre 15% e 20%¹⁰.

4.3 A MULTIDÃO CARNAVALESCA COM E SEM CORDAS

A multidão carnavalesca é constituída de folias corporais, ou seja, de folias que se formam em torno dos trios independentes. Com efeito, o referencial analítico da multidão carnavalesca são as folias “pipoca”, isto é, as folias não segregadas pelas cordas.

O “Carnaval sem cordas” é um modelo alternativo à crise comercial dos blocos, e desta forma, os trios independentes ainda dividem o espaço da festa com as entidades. A presença ou ausência das cordas confere à multidão carnavalesca distintas estruturas internas:

⁹ Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/folia-de-seis-digito-saiba-quanto-custa-colocar-um-bloco-na-rua/>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/adeus-crise-venda-de-abadas-de-blocos-cresce-ate-40-este-ano/>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

fracionamento com ou sem segregação das folias corporais. As estruturas correspondem, respectivamente, aos modelos de Carnaval com corda e sem corda, mas com a crise dos blocos, as duas estruturas coexistem na multidão.

4.3.1 Fracionamento de multidão

No que tange ao modelo alternativo à crise comercial dos blocos, a presença reduzida dos blocos deixa mais espaço para o folião “pipoca”. Entretanto, mesmo sem a segregação das cordas, a multidão carnavalesca não configura um aglomerado contínuo, uniforme e indivisível de foliões. Com a predominância do desfile dos trios independentes fica visível o fracionamento como estrutura da multidão.

O fracionamento de multidão é um fenômeno do Carnaval com fila e desfile sequenciados de trios elétricos. Trata-se de um aglomerado com frações demarcadas, que além das folias corporais inclui o corpo plural e o corpo plural ampliado.

O corpo plural é a unidade básica da multidão carnavalesca, pois raramente alguém vai ou curte sozinho à festa. O comum é a experiência de participação em grupo. O corpo plural é formado segundo uma racionalidade lógica de organização e disposição. O número de participantes é definido pelo propósito do grupo. Um número reduzido de participantes facilita a gestão do grupo, sobretudo quando os integrantes estão em itinerância, mas quando os foliões pretendem a demarcação e o domínio espacial, eles ampliam o número de participantes do agrupamento. O corpo plural ampliado é a fração de multidão que ocupa espaços específicos nas calçadas ou passeios ao longo do circuito. Muitas vezes, esses foliões fazem uma festa à parte nesses espaços.

Já as folias corporais são concentrações de foliões constituídas em torno dos trios independentes sem um cordão de insulamento. De tal modo, são frações demarcadas, que dispostas ficam ao longo dos desfiles dos trios e separadas uma da outra por um espaço quase que vazio. Mesmo quando as folias formam concentrações densas, e os trios que as animam estão relativamente próximos, elas não se misturam. Isso ocorre porque cada folia tem uma dinâmica própria de funcionamento.

A folia corporal é a atração, a concentração, o ajuntamento e o contato de corpos, numa atmosfera excitantemente envolvente de liberdade expressiva, que se forma em torno de uma fonte ou atração musical de performance efervescente ou contemplativa. O artista funciona como centro irradiador da força centrípeta que concentram os foliões. A direção de

atração da força centrípeta é radial, ou seja, ela está apontada para o centro do trio, o que leva à concentração de foliões da lateral para a frente do veículo.

As folias são formadas pela relação de afinidades dos foliões com a atração musical e pelas oportunidades que oferecem. O tamanho e a densidade são diretamente proporcionais ao significado das atrações artísticas para os foliões. Quanto maior esse significado, maiores e densas são as folias. Dessa maneira, os contatos corporais são definidos pela densidade do espaço ocupado pelos foliões em torno do trio.

É simples a identificação da densidade da concentração da folia corporal “pipoca”. O folião encara a concentração da folia corporal “pipoca” e tenta adentrar seguindo o fluxo ou no contrafluxo. Enquanto ele obtiver êxito sem dificuldades para andar e para dançar, a densidade é de dispersão-rarefação. Mas quando o folião começa a encontrar obstáculos e precisa buscar constantemente rotas de desvio para vencê-los, a densidade é rarefeita-densa. Esta densidade diferencia-se da densa-aperto, na medida em que apesar de encontrar dificuldades de circulação, nela o folião ainda consegue uma performance expressiva corporal. E na ocupação densa-aperto só resta a disposição para o embate corporal (Diário de campo, 2017).

Assim, as folias corporais envolvem concentrações de foliões cujas densidades variam num contínuo, que tem como extremos, a dispersão e o aperto. No primeiro polo, a ocupação dos foliões não satura o espaço disponível. No outro extremo, a densidade da concentração decorre de uma crescente saturação da ocupação espacial.

Nas folias densas, que são compostas por uma crescente saturação do espaço e pela efervescência corporal, a atração e os contatos dos corpos formam concentrações com diferentes zonas de densidade. Os corpos se concentram em zonas de densidades semicirculares, que se estendem e se modificam. A extensão de cada uma dessas zonas de densidades depende do tamanho do espaço e da quantidade de foliões atraídos pelo artista. No entanto, quando a folia é contemplativa ou não configura uma crescente saturação espacial, não se formam zonas distintas.

A força centrípeta atrai os foliões para órbita do trio pela disposição que anima seus corpos. A disposição corporal combina uma inclinação, vontade e condição. A tendência concerne à inclinação do folião para curtir e brincar a folia com o seu corpo. Essa tendência está vinculada à maneira de se expressar corporalmente com ou sem doses de agressividade. A vontade consiste nos desejos e motivos orientadores que estão associados ao prazer. E, por fim, a condição é o estado físico do corpo, no momento da efetivação da tendência e da vontade na folia corporal.

Esse significado também é responsável pela extensão do fracionamento da multidão, pois, quanto mais diversificada as atrações artísticas famosas e com significado para os

diferentes grupos de foliões, mais extenso é o fracionamento e ampliada as oportunidades carnavalescas. Com efeito, a marca distintiva do desfile dos trios independentes e do fracionamento de multidão sem segregação da folia pelos blocos é a possibilidade dos foliões “pipoca” de escolher o lugar aonde querem curtir a folia corporal, consoante ao significado das atrações artísticas e a sua disposição corporal, e aproveitar as oportunidades que esta tem para oferecer.

4.3.2 Segregação da folia corporal

Por muito tempo, o desfile dos blocos se tornou soberano no Carnaval de Salvador. O espaço de desfile teve durante um certo período as suas margens delimitadas por faixas de cor azul, pintadas sobre o asfalto. Mas, como na prática, esse espaço acabava sendo demarcado pela corda erguida pelos blocos, as faixas foram apagadas.

Desde a sua conformação como Carnaval-negócio, a marca do Carnaval de Salvador é a corda erguida em torno do trio. A corda erguida pelos blocos demarca uma circunscrição espacial privada à entidade na via pública. Ao tempo que se demarca a circunscrição espacial, com a corda, ergue-se um insulamento.

A corda erguida em meio a multidão não é uma novidade inaugurada pelos blocos de trio. Em sua gênese, o uso da corda nas festas de ruas não surgiu como uma estratégia de negócio. No antigo desfile de blocos, o caráter divisório da multidão era de pertencimento. Com a corda erguida os blocos pretendiam uma demarcação de sua identidade coletiva (MIGUEZ, 1996; MOURA, 1996).

Com efeito, a novidade reside na utilização da corda como um artefato comercial. O insulamento transforma o bloco em um produto comercial de grande lucratividade. No carnaval-negócio, a razão de ser do insulamento é a privatização de espaço público em torno do trio elétrico para a venda de “ingressos”. A aquisição de uma indumentária, a camisa ou o abadá, vendida pela entidade é o passaporte do folião para adentrar e permanecer nesse espaço.

Ao demarcar na multidão um espaço privado, as entidades oferecem aos foliões associados uma distinção participativa fundada no pertencimento. Esses foliões que curtem a festa do lado de dentro da corda são reconhecidos pelo fama da entidade. Eles portam uma identidade, que leva o nome do bloco que estão associados: folião das Muquiranas, do Camaleão, do Eva, Timbaleiros etc.

Já os que brincam fora das cordas dos blocos e dos camarotes são reconhecidos como folião “pipoca” ou “popoca” alternativa. Uma legião destes foliões ocupa os espaços que sobram na passagem dos blocos. As áreas marginais da rua são os espaços que restam. Estes podem corresponder somente aos passeios da rua ou as áreas abertas que não foram ocupadas pelos camarotes. Entre um bloco e outro também sobra algum espaço. Tomando conta desses espaços, uma concentração de foliões acaba por envolver os blocos na multidão.

A folia que se forma, a partir da ocupação dos espaços previamente estabelecidos, fica segregada, dividida entre a fração dos foliões de dentro e a fração dos foliões de fora dos blocos. A corda dos blocos circunscreve o espaço dos foliões de dentro, além de limitar a apropriação do espaço pelos foliões de fora.

Na folia segregada o espaço de fora também sofre uma subdivisão, e os foliões “pipoca” acabam participando da festa, distribuídos em duas formas de aglomeração. Uma parte significativa destes foliões continua na audiência. Agora, mais como espectadores e menos como folião, eles vivenciam a festa como um espetáculo. Mesmo quando a motivação primeira não é a de espectador, a corda dos blocos obriga ao folião a ficar na audiência.

De outra forma, foliões curtem as atrações artísticas dos blocos, formando uma folia “pipoca” alternativa. Nos dois lados dos blocos, entre os paredões humanos do insulamento e da audiência, formam-se estreitos corredores de circulação. Dessa forma, procurando curtir ativamente a folia (não como audiência, mas “atrás do trio”), os foliões brincam encurralados nesses corredores.

5 MULTIDÃO CARNAVALESCA E FESTIVIDADE

A multidão é do tamanho das expectativas que os foliões têm da festa, ou seja, a multidão carnavalesca materializa os sentidos e significados que os foliões atribuem ao Carnaval. Imersos na multidão, os foliões experienciam situações de interação e vivenciam encontros significativos. A multidão carnavalesca proporciona aos foliões uma experiência de densidade física e simbólica ampliada. O Carnaval oferece múltiplas oportunidades de satisfação de prazeres. Tais oportunidades carnavalescas dão sentido e retroalimentam as motivações que criam e animam a própria festa. Tratam-se de oportunidades que constituem uma reprodução ampliada das oportunidades festivas de encontros significativos ofertadas pela vida cotidiana.

5.1 MÚLTIPLOS SHOWS E REGISTRO DOS EVENTOS SIGNIFICATIVOS

O tamanho da multidão carnavalesca traduz o estado de espírito e emocional dos foliões. A multidão mistura corpos e sentimentos festivos extraordinários. A descontração e alegria, que emanam dessa dupla mistura, fazem do Carnaval uma festa inigualável, na perspectiva dos foliões mais festeiros.

O Carnaval pra mim é uma festa única. É uma festa em que a alegria é maior do que qualquer outra festa que eu já fui. O Carnaval pra mim é uma coisa única. É uma explosão de sentimentos únicos, que só acontece ali, no Carnaval mesmo, e nem outro lugar e nenhuma outra festa (Anderson, 25 anos, Folião).

A oportunidade de curtir múltiplos shows é um dos motivos que leva tantas pessoas a saírem às ruas durante os dias comemorativos do Carnaval de Salvador. Mais de setecentas atrações musicais se apresentam, somando mais de mil horas de música. Nos principais circuitos da festa passam mais de cento e cinquenta artistas, dentre os quais estão aqueles consagrados pela cena musical local e nacional e que ao longo do ano são vistos em shows privados.

O festejo conta com atrações musicais para variados gostos e preferências. A variedade atende desde os fãs dos artistas mais tradicionais aos foliões que preferem a mistura de novos ritmos à festa. Embora o Axé Music seja o ritmo que embala a folia, o Carnaval tem atrações que vão do metal ao funk, do pagode ao sertanejo. Além disso, é possível encontrar atrações para quem quer curtir em família e os amigos ou para quem espera aproveitar a folia para azaração ou paquera.

Essa diversidade musical e artística é a razão de ser do Carnaval para muitos foliões. Na tentativa de aproveitar o máximo possível dessa variedade de atrações, os foliões ou ficam na audiência ou curtem só uma parte dos desfiles.

Para outros foliões, o Carnaval é o momento de ver e curtir bem de perto os seus ídolos. Alguns deles levam cartazes com declarações diversas, vestem camisetas com a foto do ídolo e fazem de tudo para chamar a atenção destes.

Eu só ia atrás do artista, meu negócio era o artista. Então, tanto fazia, eu estar fora ou dentro do bloco, eu curtia ele do mesmo jeito. Aí, eu vibrava, curtia, jogava beijo, era aquela coisa. Eu era tiete mesmo. [...] Eu acompanhava mesmo (Marivaldina, 54 anos, Foliã).

Os foliões tiete costumam acompanhar o seu ídolo do início ao fim do desfile, seja no bloco ou na pipoca, para eles curtir a festa é seguir o artista. Essa é também uma oportunidade de fotografar ou filmar os artistas e fazer selfs com eles ao fundo. Os momentos significativos, porém, não se resumem à passagem dos artistas. Os encontros com a galera costumam ser memoráveis.

[Eu registro] os momentos, na verdade. Porque os momentos do Carnaval são únicos. Um Carnaval nunca vai ser igual ao outro. Registrava as ocasiões quando estava com os amigos, quando o bloco estava saindo ou, às vezes, quando estava terminando, pra ver a cara do pessoal (Fred, 22 anos, Folião).

O Carnaval oferece momentos significativos para os foliões que valem a pena registrar. Os registros são recordações de histórias e experiências consideradas extraordinárias.

Entre os foliões, um dos adereços mais usado no Carnaval é o celular. O aparelho eletrônico tornou-se indispensável nessa curtição festiva. Além de possibilitar a localização de amigos e os trios via aplicativo, o celular permite o registro e a postagem instantânea de imagens e vídeos.

Há um tempo atrás eu levava máquina fotográfica. Mas hoje a tecnologia avançou e a gente pode mandar mensagens e pode mandar fotos dos momentos interessantes. E com a máquina fotográfica tirava a foto hoje e só ia postar dois ou três dias depois. Não tinha condições de ser instantaneamente. Apesar de que algumas máquinas têm *wi-fi*, e você consegue postar nas redes sociais imediatamente. Hoje, eu levo o celular que é mais prático (Lúcio, 53 anos, Folião).

Os foliões querem registrar todos os momentos nas redes sociais, desde postagens de fotos com a galera até a transmissão ao vivo no meio da folia. Para eles, o celular é uma forma de se aproximar daqueles que não estão na folia.

É a muvuca [o agito das pessoas] que a gente registra. Os momentos alegres, os momentos felizes... Por exemplo, todo mundo que gosta do BaianaSystem queria estar lá. Meu irmão viu [as postagens] e adorou, porque ele queria estar lá com a gente (Suzana, 52 anos, Folião).

Não é apenas seguir um bloco ou trio elétrico. Não é uma condição coadjuvante. Com o celular o folião vivencia o Carnaval de forma intensa. Eles querem ser os protagonistas da festa.

Em vez das vantagens do anonimato, muitos foliões têm preferido a máxima exposição, mas, claro, ainda é possível encontrar quem não se sintam tão à vontade. Os mais tradicionalistas dizem querer curtir a festa.

5.2 AS OPORTUNIDADES FESTIVAS

Viver em sociedade é viver envolto de normas, regras e valores sociais. A convivência social, no que diz respeito a sua possibilidade, conta com o auxílio imprescindível de uma categoria de regras que são seguidas em virtude da convenção social. Em comunhão com as normas de trato social, essas regras vão desde as mais elementares de decoro até as mais refinadas formas de etiqueta e de cortesia.

Ao incidirem sobre a vida social, as normas e as regras de convivência procuram enquadrar a linguagem e o comportamento nos limites da compostura e do pudor. A ordem social estabelecida com o império das restrições, impostas às interações sociais pela compostura e pelo pudor, demarca as margens das ações individuais e implica em limites à comunicação verbal e corporal. Esses limites, em prol da polidez, pretendem evitar os excessos do comportamento: impor restrições ao contato, à linguagem, às manifestações de alegria e de desejo, etc. Em algumas camadas sociais esses limites são muito restritos e em outras são mais amplos. Assim, em determinados contextos ou situações da vida social esses limites se restringem e em outros se alargam.

O Carnaval é o período em que uma gama de pessoas pode desfrutar de uma liberdade pactuada, que envolve um agir livre das amarras cotidianas. Essa liberdade carnavalesca encontra-se condicionada ao circuito e ao lugar ocupado nele; ao dia da semana e ao conjunto de atrações desse dia; e ao horário em que o folião curte a festa. Dessa maneira, as oportunidades festivas ampliadas são situacionais que incluem azaração, experiência sexual, descontração psicoativa e expressividade corporal.

A liberdade carnavalesca autoriza os encontros e fornece acesso à curtição, aventura e folia, mas também expõe os envolvidos a um determinado potencial de risco. Nos *encontros-*

curtição os participantes fazem o uso restrito da liberação para não assumirem riscos. Nos *encontros-aventura*, na busca pelo prazer em excesso, os participantes utilizam de forma irrestrita a licença moral e assumem os riscos potenciais e os gerenciam.

5.2.1 Azaração e experiência sexual

É notório que durante os dias de festa beija-se muito. O Carnaval amplia as possibilidades de encontros focados (GOFFMAN, 2010) na *azaração*. Em qualquer ponto da multidão, ela ocorre. E uma *azaração* bem sucedida é sempre seguida de um beijo, mas alguns foliões discordam da máxima da *azaração* como a razão de ser da festa.

Não gosto muito. Não é muito de mim. E também é complicado, porque no Carnaval, a pessoa ficar entregue, todo mundo se beijando é meio nojento. Ser paquerada acontece muito. Mas não acho que beijar faz parte da festa. As pessoas botaram pra isso fazer parte (Sinara, 22 anos, Foliã).

Para eles, a *azaração* é limitada pelo nojo de se beijar desconhecidos, pela fidelidade, timidez, estética, diferenças raciais, idade e orientação sexual. Dessa forma, a trama tecida em torno das *azarações* no Carnaval não escapa das restrições impostas pela vida cotidiana.

Às vezes em que eu fui, estava namorando. Quando eu não estava namorando, não dava aquela vontade de ficar com ninguém. E às vezes também, não aconteceu de aparecer uma pessoa que eu estivesse a fim de “ficar”. Durante a festa isso [azaração] não é muito importante, e também eu não chamo muita atenção das pessoas (Amanda, 30 anos, Foliã).

Por outro lado, a multidão carnavalesca configura uma oportunidade festiva ampliada para os foliões que pretendem “pegar geral” e “beijar muito”. Muitos deles aproveitam tanto que a quantificação dos beijos se torna uma operação difícil.

[Às vezes] são incontáveis... Começa com aquela troca de olhares. Chegou perto. Se rolar aquele clima, beijou. Se não rolou passa direto. “Passa batido”. É mais ou menos assim que funciona. [...] Tem dia que a gente sai pra curtir mesmo e não quer saber de nada. Mas tem dia que a gente vai naquela intenção de pegar várias... Mas uma média de umas vinte por noite, a gente beija tranquilo (Fred, 22 anos, Folião).

As *azarações* envolvem contabilização quando o número de beijos conquistados é objeto de aposta entre os foliões. Na aposta de quem beija mais, quem perde paga alguma coisa, geralmente cerveja. Além disso, a contabilização dos beijos é uma vantagem que se pode contar pelo resto do ano.

Não foram todas ideais ao meu padrão... Teve uma noite com meus amigos, a gente ficou apostando. Eu cheguei a quarenta e um [beijos]... As apostas são comuns: “vamos ver quem pega mais mulheres. Quem ‘pegar’ menos paga a cerveja” (Salk, 19 anos, Folião).

As oportunidades e experiências de *azaração* parece ser mais ampliada para os foliões de orientação bissexual.

Tinha horas que eu apostava com o meu primo pra ver quem iria “pegar” mais. Aí a gente saía para azarar. E tinha hora em que eu ficava parado e as pessoas vinham me azarar. [...] Na aposta teria que beijar um homem e uma mulher. Teria que contar com os dois. A aposta foi beijar pessoas (Júnior, 26 anos, Folião).

Em muitas situações, as *azarações* podem resultar numa experiência sexual. No Carnaval, as preliminares costumam ocorrer em meio a multidão, mas os atos são consumados de forma encoberta ou semiencoberta. Como “cobertura situacional” (GOFFMAN, 2010) das experiências sexuais, os foliões “pipoca” recorrem aos banheiros químicos.

A azaração é mais com homens que se dizem héteros. Héteros que curtem uma relação com outro homem, não de beijo, mas de sexo. [...] [Sexo] oral já sim. No banheiro químico. Foi com uma pessoa conhecida. A gente estava lá no Carnaval, aí rolou. A gente estava bebendo, era de madrugada, aí rolou no banheiro químico (Anderson, 25 anos, Folião).

Já os foliões associados, para ocultarem as experiências sexuais, além dos banheiros químicos, tem a disposição os banheiros instalados no carro de apoio dos blocos.

Até dentro do carro de apoio. É rapidinho, ali no banheiro. A gente fiscaliza, pega, interrompe. É muita cara de pau, é muita adrenalina. [...] Eu já vi os dois nus. A gente abriu a porta do banheiro, e estavam os dois nus lá. [...] Só que a gente não pode tirar do bloco... Se eles pagaram! Estavam em água [bêbados] também (Claudia, 40 anos, Segurança de bloco).

As experiências sexuais semiencobertas com estranhos também são comuns no Carnaval. Os becos e as ruas transversais pouco movimentadas próximas ao circuito são locais estratégicos para as experiências sexuais.

O Carnaval já estava terminando, eram três horas da manhã, quando apareceu uma lourinha do nosso lado. Nós começamos a conversar, e ela: “posso te levar até o banheiro?” Eu disse: pode. Só que o banheiro dela não era bem um banheiro. A gente chegou no canto... O estado alcoólico faz a gente fazer loucuras. Foi ali mesmo que aconteceu. Numa das transversais entre o Farol e Porto da Barra. Estava escuro e tinha um caminhão de entulho (Fred, 22 anos, Folião).

Na Barra, além das ruas transversais, os fundos dos principais pontos turísticos e as pedras da praia são bastante utilizados.

5.2.2 Descontração psicoativa

Os encontros na multidão envolvem os foliões numa descontração psicoativa. Até quem bebe moderadamente afirma que a ingestão de bebidas alcoólicas deixa a festa mais animada e facilitam a desinibição.

Eu bebo durante o Carnaval. Mas muito não. Bebo moderadamente. [...] Eu já fiquei bem alegre, mas de “graça” [bêbado] não. Nunca! Bebo pra ficar alegre, ficar extrovertido, pra dar risada, descontrair. Mas nada fora do normal. [...] Hoje em dia, eu não [uso drogas]. Inclusive eu sou professor de jiu jitsu e faço uma campanha contra as drogas. Eu sou contra! Uma cervejinha moderadamente eu não sou contra, porque a pessoa precisa de uma válvula de escape para se libertar do dia a dia (Rafael, 28 anos, Folião).

A ingestão de álcool é muito intensa no Carnaval. O álcool é uma droga legal e possui uma oferta muito grande durante a festa. Ao contrário de cidades que restringem a venda e o consumo aberto de bebidas alcoólicas, nas cidades brasileiras e em especial Salvador, os comerciantes colocam ao alcance dos foliões uma variedade de bebidas. Todavia, o preço e a preferência fazem da cerveja a bebida alcoólica mais consumida pelos foliões.

Ao se manterem no nível moderado de descontração, os foliões evitam romper com as representações positivas do Eu e se desvincularem das expectativas de envolvimento situacional apropriado da vida cotidiana (GOFFMAN, 2007; 2010; 2011). Além disso, tais encontros se desenrolam entre foliões que procuram não assumir mais riscos, além daqueles associados aos perigos de estarem em meio à multidão.

Em todos os relatos de experiência sexual acima, por exemplo, a ingestão de bebidas alcoólicas aparece como justificativa para a sua ocorrência. As bebidas alcoólicas funcionam como facilitadoras de desinibição e encorajamento ampliado, na medida em que a sua ingestão atua ao mesmo tempo como substâncias psicoativas e senha de liberação moral.

Eu bebo pra caralho! E bebo várias... o que tiver, a gente está bebendo. É uma coisa que você usa pra destravar o corpo. De consumir mesmo, e não está nem aí pra os outros. E rola essa alegria que tem e ver com o álcool que você consome. De poder curtir mais, e às vezes usar o álcool como justificativa mesmo pra essa liberdade toda que você está gozando naquele momento (Amanda, 30 anos, Foliã).

Como agente psicoativo, a ingestão de bebidas alcoólicas altera o estado de ânimo dos envolvidos deixando-os desinibidos. Como senha de liberação moral, o nível abusivo de ingestão dessas bebidas faz uma transferência de desresponsabilização: “a gente estava bêbada” ou “o estado alcoólico faz a gente fazer loucuras”.

Muitos indícios mostram que o Carnaval é também a festa em que o uso de drogas ganha grandes dimensões em Salvador. Além do álcool, as drogas psicotrópicas ou estimulantes são bastante utilizadas durante a festa, principalmente as que não demandam qualquer estrutura para consumo.

Entretanto, as substâncias psicoativas ilícitas não funcionam para os foliões, segundo os entrevistados, como senha de liberação moral. O seu uso não autoriza aos usuários a transferência de desresponsabilização tal como as bebidas alcoólicas. Apesar disso, o Carnaval oferece uma oportunidade ampliada de consumo dessas substâncias. A fruição dessa oportunidade em público é feita por foliões que podem contar com a discrição festiva dos outros foliões e das autoridades policiais.

Os foliões preferem drogas como a cocaína, o *ecstasy* e as anfetaminas, que são de fácil manipulação. Além disso, essas substâncias retardam o cansaço, aumentam a euforia e também a autoconfiança dos usuários. Outros dois psicoativos que também são utilizados com frequência durante a folia momesca são o lança-perfume, que ganhou o nome de droga dos carnavais, e o cheirinho da loló. As duas drogas são consumidas por inalação e, também, provocam sensação de euforia e desinibição. Embora não sirva para provocar tais efeitos, a maconha também é bastante consumida pelos foliões.

5.2.3 Expressividade corporal

As folias corporais se destacam como uma atmosfera de liberdade festiva em que a alegria e o prazer podem ser vivenciados com todos os excessos. A busca do folião é estimulada pelo prazer que essa oportunidade festiva proporciona. Assim, podemos dizer que a marca do Carnaval soteropolitano está nas oportunidades proporcionadas aos foliões de ter e viver uma experiência corporal com excesso de prazer, alegria e riso.

Tratam-se de oportunidades festivas de encontros significativos mediados pela expressividade corporal efervescente. Na festa carnavalesca, a folia corporal efervescente é um momento extraordinário da vida social que alarga ou suspende os limites de liberdade expressiva do corpo. Da multidão carnavalesca emerge uma atmosfera excitantemente envolvente. Pairando sobre a multidão e impregnando o ambiente, essa atmosfera excitante cria um clima de liberdade corporal que liberta, provisoriamente, os corpos dos envolvidos, das amarras presente na vida ordinária.

Tenho a sensação de me libertar das amarras, de poder extravasar o que está reprimido, fico mais leve. Quando eu saio do bloco, tenho a impressão de ter

feito uma terapia, sinto meu corpo mais leve, mais disposto. É um tipo de terapia que ajuda a mente também (Josair, 29 anos, Folião).

Na folia, o corpo encontra uma oportunidade de catarse, de descarga, de expurgação. A folia proporciona ao corpo um estado de libertação expressiva com a suspensão das amarras disciplinadoras da vida cotidiana. Trata-se de um ritual de descontração e excitação corporal conduzido pelas atrações artísticas. Com músicas efervescentes, estas atrações embalam a folia, convocando o corpo para extravasar, liberar e “jogar tudo para o ar”¹¹.

Eufórico e desinibido ficam os corpos dos foliões com a batida forte e frenética das músicas efervescentes. A busca pelo prazer com todos os excessos se encontra oportunizada na liberdade expressiva do corpo. Num ritmo efervescente, de forma coreografada e não coreografada, o corpo pula, corre, se agita, dança. O corpo se movimenta livremente, buscando a verdadeira alegria de poder expressar, de forma simples e direta, os anseios corporais subjetivos.

Quando danço, eu sinto felicidade, a maior do mundo... leveza na alma. Pra mim é a mesma sensação de sempre, porque estou sempre dançando. A única diferença é que no Carnaval rola a coreografia com os amigos, você não se apega a dançar certinho, fica mais solto, e quando bebe então... extravasa a alegria na dança (Édila, 24 anos, Foliã).

A comunicação corporal própria da festa não necessita ser mediada pelas conveniências derivadas das normas de trato social, não necessitam polir a linguagem do corpo, podem usar, portanto, movimentos pouco convenientes. As músicas efervescentes são feitas para proporcionar expressividades explosivas, aceleradas, e levam os foliões a desenvolverem três padrões de expressividade corporal: dançante, agito e tombo.

As expressividades dançantes ocorrem em concentrações com baixa densidade. Os foliões que permanecem nas concentrações de baixa densidade aproveitam o espaço livre para ensaiar extrovertidas coreografias da moda.

Eu gosto dos ritmos dançantes, porque tem as coreografias certinhas. É melhor do que aquele empurra-empurra. O meu tamanho, eu sou pequena, eu sou mulher. Se eu tomar um tombo, eu caio, e os outros saem pisando. Quando vem o tombo, eu saio de perto (Helen, 20 anos, foliã).

¹¹ Astral pra cima, pra entrar no clima / Nem imagina como vai ficar / Quem tomou um banho frio em casa / em pouco tempo vai se esquentar / Jogando seu corpo / Pro lado e pro outro / Deixando a música lhe movimentar / Todo o seu suíngue no balanço da banda / Vem nessa alegria nos acompanhar / Agora, eu quero ver / A galera batendo com a mão / Todo mundo saindo do chão / Com a mãozinha pra lá e pra cá / Subir, subir, subir, subir, subir, subir / Subir o astral / Subir, subir, subir, subir, subir, subir / Vai dar pra todo mundo [*Astral* é uma música da cantora baiana Ivete Sangalo, que figura em seu terceiro álbum de estúdio, *Festa* (2001). A canção que mistura axé e pop foi escrita por Cláudio Martins e Gustavo Di Dalva].

Conduzida pela expressividade dançante, a agitação dos corpos dos foliões gera contatos e evita embates e excessos. A performance é mais coreografada e diversificada, na medida em que os foliões encontram espaços vazios.

O corpo atinge níveis explosivos com a expressividade agito, nas folias formadas pelos caçadores de descontração. Guiados pelo prazer da agitação e da excitação do contato corporal, os foliões seguem os artistas que tocam músicas efervescentes.

Carnaval pra mim é isso... é pular, é extravasar. Então não vem com esse negócio de “fitdance”, que não rola! Meu negócio é pular mesmo, é se divertir. Eu prefiro as músicas mais animadas. Um Tomate, uma Ivete... pula sai do chão. Esse negócio de muita coreografia não faz sentido no Carnaval. Quer coreografia vai pra academia! (Fred, 22 anos, Folião).

Nas concentrações com densidade rarefeita-densa, os foliões encontram o ambiente perfeito para a expressividade agito. Essa concentração proporciona contatos corporais diversos e uma sensação de descontração que se manifesta em ebulições da parte dos foliões. Quando o vai e vem em direções opostas toma conta, os foliões erguem os braços, gingham junto e dançam freneticamente, numa intensa agitação corporal.

Essa expressividade corporal caracteriza-se tendo como movimentos predominantes, aqueles que se a semelham ao milho de pipoca, estourando na panela. Mantendo os braços para cima, o corpo pula de forma desequilibrada, lançando-se com direção e sentido aleatório e caindo sobre os demais corpos que o rodeia e encontram-se na mesma agitação. A “meia-distância” dá sustentabilidade e equilíbrio aos corpos “pipocas”, possibilitando essa movimentação característica (Diário de campo, 2014).

As folias com expressividade agito permitem que muitos foliões brinquem a efervescência numa ocupação onde seus corpos sintam-se envolvidos por outros e sem estarem limitados por eles. Ao mesmo tempo, os corpos em plena agitação são mantidos sem cair e sem servirem de “anteparos” uns para outros. Nessa forma de expressividade, os contatos não são agressivos, pois os corpos se encontram na mesma agitação e evitam os excessos.

Para muitos foliões, porém, o prazer da expressividade corporal é achado nas folias que permitem ao corpo manifestar doses de agressividade. Essas oportunidades atraem foliões com disposição para o que chamamos aqui de jogar “o tombo”.

O tombo é um tipo de gingado onde o corpo não se lança em movimentos desequilibrados e aleatórios, como os expressos pelo “corpo pipoca”. Os corpos “plantados” ficam com os braços a meia altura, numa posição de defesa, ao mesmo tempo em que manifesta uma preparação para golpear (Diário de campo, 2014).

Os corpos dos foliões que jogam o tombo harmonizam ritmo com agressividade. Por conta disso, o tombo é uma disposição típica dos caçadores de emoção, ou seja, corresponde a uma disposição daqueles que desejam e se realizam com a adrenalina da performance corporal agressiva.

É uma adrenalina boa. Tem aqueles caras que anda de moto, que botam 200km/h, naquela adrenalina. Qualquer vacilo que ele der, ele morre, se esbagaça! É nessa mesma pegada aí. Estar naquele pulo, naquela energia, ou você se oprime e vai embora ou você se apaixona. Na adrenalina, naquele pânico de que vai tomar um soco (Matheus, 24 anos, Folião).

O tombo, como expressividade corporal efervescente festiva, se distingue em duas modalidades: o *tombo de boa* e o *tombo pugilista*. Essas categorias de tombos não são discretas, fechadas, podendo evoluir de uma para outra ou se misturarem ao longo da concentração de foliões. De todo modo, essas modalidades de jogo do tombo criam oportunidades de folia distintas.

O *tombo de boa*, ou ritmado, é o tombo propriamente dito. Com o corpo, o folião tomba sobre os outros corpos, e nesse jogo os ombros servem de anteparo lateral, enquanto que, os punhos cerrados e erguidos impulsionam os corpos que se lançam frontalmente. Ele não é convulsivo, explosivo, ao contrário, apresenta movimentos cadenciados. Além disso, a base do tombo, como os punhos, não fica posta a todo tempo. O corpo jogando o tombo de boa, embora manifeste doses de agressividade, ao atingir os outros, não faz intencionalmente para golpear e machucar.

Já tive que ficar no ritmo do tombo, mas nunca... Eu acho que tem tombos diferentes. Por exemplo: tem gente que vai dar o tombo pra tombar alguém mesmo, pra querer brigar. Eu já vi várias pessoas passando no tombo e tem gente que fica parado no tombo só empurrando. Eu já fui no tombo, mas não naquele “terrorista”. Já fui no embalo assim de boa. O que eu vejo no tombo é agressividade, que é pra machucar, que é pra empurrar, que é pra ver quem é que vai querer brigar ou quem é que vai passar e vai ficar calado (Sinara, 22 anos, Foliã).

O tombo pugilista¹² ganha mais visibilidade negativa do que o anterior por conta do balanço do corpo que simula golpes do boxe.

E eu que treino há alguns anos, comecei a me empolgar por isso, porque batia meu boxe na academia. Quando cheguei na primeira vez, que dei uma pulada, eu vi aqueles caras bons mesmos na mão, “trocando socos”, “passando umas luvas”. E eu lá no meio. A gente dizia que o treino era uma aula teórica e chicletão [a folia do Chiclete com Banana] era a aula prática (Matheus, 24 anos, Folião).

¹² O termo pugilista indica o praticante do boxe romano; mas nos tempos atuais, a palavra indica o praticante de qualquer luta onde se usa principalmente os punhos.

Neste tombo, ao mesmo tempo em que ginga e dança, o folião empurra, golpeia com *jabs* diretos, cruzados e ganchos. No jogo desse tombo, os foliões reproduzem duas práticas de treinamento do boxe: a *shadow boxing* e a *sparring*.

Shadow é uma palavra de origem inglesa que significa sombra. O *shadow boxing* indica o treinamento que o boxeador faz ao lutar com a própria sombra ou reflexo no espelho. Na versão *shadow boxing*, os foliões “pugilistas” envolvidos no jogo do tombo funcionam como sombra um dos outros e não como oponentes. Assim, os golpes são projetados no vazio e não têm o outro como alvo.

Essa modalidade do tombo tem a vantagem de ser inofensivo. O participante joga socos e outros golpes em ninguém em particular. O folião não precisa se concentrar em se esquivar de possíveis golpes, imaginar o próximo movimento do seu oponente ou localizar suas fraquezas. Para tanto, o jogo desse tombo requer que os foliões estejam a certa distância. A expressividade corporal consiste em realizar livremente os seus movimentos (Diário de Campo, 2017).

No *shadow boxing* ou no boxe das sombras, o folião não enfrenta adversários para distraí-lo e conseguir atacar.

Já na versão *sparring*¹³ do tombo pugilista, os foliões se colocam frente a frente, um do outro, por um instante. E nesse momento, eles simulam uma luta de boxe, na qual eles próprios acordam as regras do “combate”. Embora os golpes sejam direcionados para o outro, entre os foliões existe uma expectativa de que eles não provoquem lesões graves.

O tombo *sparring* é um *combate-trocação* que difere do combate-confronte pelo caráter amistoso e festivo dos combatentes. Para evitar a passagem de um para o outro, algumas regras são acionadas. Embora nem sempre sejam seguidas.

A trocação tem somente dois oponentes, que entram em combate quando estão face a face. Os combates não duram muito e podem ser interrompidos a qualquer momento. O tombeiro tem a opção de ficar sem combate ou pode buscar outro. Se o oponente escolhido estiver em combate, ele pode interrompê-lo. A interrupção do combate segue as mesmas regras de entrada na roda de capoeira. O tombeiro entra no jogo do tombo colocando-se entre os dois combatentes e face a face com o oponente escolhido. Mais quando o tombeiro encerra o combate, ele vira de costas para o oponente e segue o jogo de tombo. Ocorre de ele sofrer empurrões e ser atingindo por alguns

¹³ Originalmente, *sparring* é uma palavra inglesa que refere-se ao ataque do galo usando seus esporões. Como o boxe adotou várias práticas e termos das rinhas, ficou a tradição do uso do verbo *spar*, ou seu gerúndio *sparring*, quando uma luta tem como sentido o treino, exibição ou mesmo puro divertimento, em contrapartida ao verbo boxear quando a luta é para valer. No Brasil, prefere-se usar a expressão “fazer luvas” como sinônimo do verbo *sparring*. Desse velho costume, se originou o substantivo *sparring* para denominar um colega que tenha estilo semelhante ao do próximo adversário e que se dispõe a ajudar no preparo do boxeador fazendo lutas de treinamento (“luvas”).

golpes, mas dificilmente ele sofre uma covardia [violência perpetrada sem chances de defesa] (Diário de Campo, 2017).

Não se pretende com isso afirmar que não ocorram confrontos no jogo do tombo, mesmo porque essa disposição expressiva corporal apresenta um grande potencial deflagrador de confrontos violentos. Algumas brigas surgem, sobretudo, por conta do desconhecimento ou desrespeito das regras do jogo ou uma contenda que emergiu entre os foliões envolvidos.

[O tombo] é uma questão cultural, acaba sendo em minha opinião, porque os artistas que tocam as músicas efervescentes, eles já fazem a coreografia no sentido do tombo. Agora, o tombo é um estopim, pode levar a uma confusão, até a uma briga generalizada, porque a pessoa está no movimento como se fosse de guerra, de batalha contra o outro que não conhece, naquela empolgação, agitação. Então, [o tombo] é uma forma divertida, mas perigosa (Rafael, 28 anos).

Por outro lado, assim como no tombo de boa, quando o tombo *sparring* se excede tem sempre alguém sinalizando pedidos de contenção dos ânimos para evitar confusão.

O cara que vem de lá entende que aquilo é só uma curtição mesmo, uma dança. Se fosse algo de violência gratuita, seria diferente. Mas o cara que vem de lá pra cá, está na mesma *vibe* que você, na maioria das vezes... ou nem sempre. E aí, quando você vê que o cara está agressivo demais, está afoito demais, tem aqueles sinais. “Vá devagar e tal”. Todo aquele linguajar corporal que a gente utiliza pra evitar uma confusão (Fred, 22 anos, Folião).

Os foliões que jogam o tombo *shadow e sparing* realizam o maior *encontro-aventura* de todas as folias do Carnaval de Salvador. É o encontro protagonizado pela “Nação Chicleteira”, que desde a saída de Bell Marques da Banda Chiclete com Banana o acompanha. Na “pulada”¹⁴ da “Nação Chicleteira”, as duas modalidades de tombo pugilista se misturam no jogo dos foliões.

Um pesado grau de agressividade e violência fica a cargo de uma terceira modalidade de tombo. Trata-se do *tombo desce quebrando*, uma expressividade predatória que denota provocação e hostilidade. Apesar dos movimentos serem cadenciados, o gingado não fica somente numa preparação para golpear ou uma simulação de golpe. Os empurrões e golpes são desferidos com uma agressividade expressiva predatória, com os punhos e cotovelos. A intenção do jogo desse tombo é “quebrar” o outro. Se este cair no chão, a agressão pode continuar com chutes e pontapés. Não havendo uma intervenção externa, ou a ameaça desta, para os agressores, a “brincadeira” só acaba quando ela perde a graça.

As folias mediadas pelo tombo *sparring* e *tombo desce quebrando* apresentam diferenças significativas quanto à intencionalidade e agressividade dos contatos. O *tombo*

¹⁴ Expressão nativa que define a expressividade corporal predominante nas folias da Nação Chicleteira.

desce quebrando consiste em uma expressividade corporal predatória, pois aquele que o joga atinge intencionalmente o outro, com o corpo e golpes a fim de promover confrontos violentos e covardias. Já o tombo *pugilista*, ainda que o gingado seja agressivo, os foliões pretendem simular um combate e não a perpetração da covardia. Nessa modalidade de tombo, o jogo ocorre com os corpos dos foliões a meia distância, e no momento em que ocorre a *trocação*, trata-se de um “combate amistoso” e geralmente sem lesões graves.

Há um número significativo de bandas e cantores que embalam a festa com um repertório de ritmos musicais que estimulam a expressividade corporal do tombo. Esse é o caso das músicas tocadas durante o desfile por Igor Kannário, LáFúria, EdCity, Banda Chiclete com Banana, Psirico, entre outros.

No entanto, para os não adeptos do tombo, o jogo dessa expressividade corporal é visto como briga generalizada, fonte de tensão, insegurança e limitação da fruição das oportunidades festivas. O tombo, nas concentrações densas em torno do trio elétrico, inibe a participação de foliões que não possuem a mesma disposição para o seu jogo. Por conta disso, estes foliões seguem a folia bem distante do jogo do tombo.

As folias de expressividade tombo, por conta da agressividade, destoam daquelas mediadas pelo agito efervescente. E, por isso, nas concentrações em que a disposição padrão de expressividade corporal é o agito efervescente, a manifestação do tombo gera desconfiança entre os foliões.

Quando o Chiclete [com banana] passa, por exemplo, é difícil você ver briga. Às vezes, você vê uma grande concentração de pessoas que são fieis a atração. Que estão ali curtindo o tombo e não agriem um ao outro. Só naquela brincadeira mesmo. [O tombo] eu vejo mais como uma brincadeira, dependendo da atração. Em relação ao Chiclete, por exemplo, é mais por brincadeira. Eles estão ali se divertindo do jeito que é... É como se fosse uma cultura da atração mesmo, que curte Chiclete e tal... Quem faz isso no show de Ivete [Sangalo] está com outras intenções, não combina. Está com a intenção mais de intimidar as pessoas (Salk, 19 anos, Folião).

Entretanto, na passagem de atrações artísticas, como Harmonia do Samba e Léo Santana, que estimulam a disposição distinta do tombo, esta última expressividade tende a se manifestar e exigir dos foliões certa aceitação, mas essa aceitação supera a desconfiança no *tombo de boa*.

A música no carnaval, ela tem uma característica... tem algumas músicas que têm essa característica mesmo de ação. Porque é impossível você está no meio de um monte de gente e dançar de uma maneira que ninguém vai encostar e ninguém vai se irritar com o outro também te empurrando. Então a maneira que você tem de se defender é justamente essa, entendeu? De buscar o tombo pra que o outro não... vá buscar o espaço dele e deixe o seu espaço. É uma defesa do seu espaço. [...] Agora, quando você percebe que

essa ação é direcionada pra roubo, pra grupos se enfrentarem ali, ficarem se digladiando... aí realmente não é legal. Mas assim, quando você usa o tombo pra defender seu espaço e o outro está ali... sem você exagerar, cabe os dois se perceberem e acabarem se afastando (André, 39 anos).

Com efeito, as expressões corporais descontraídas dependem de espaço para a sua realização. No “apertão” impera a tensão, devido à impossibilidade de dançar com os braços para cima, e curtir nele, defendendo-se e movimentando-se, só jogando o *tombo de boa*.

Com a concentração atingindo uma alta densidade, os corpos começam a ficar limitados pelos outros que os envolvem. A ausência de distanciamento entre eles torna os contatos por vezes agressivos, sobretudo, quando começam a fugir ao controle, vibrando com os decibéis pulsantes acima dos potentes autofalantes. Enlouquecidos com a efervescência desse nível de densidade, os corpos brincam e curtem a folia de forma mais contida ou jogando o tombo. Nessa situação de aperto, a expressividade corporal vem acompanhada de uma disposição para o enfrentamento: expressa-se corporalmente, ao mesmo tempo em que se defende e abre caminho. No aperto, o corpo não se realiza expressivamente de forma dançante e nem com agito efervescente. No aperto, se os corpos pretenderem manter a folia, só tem o tombo como expressividade (Diário de campo, 2016).

Se a densidade da ocupação espacial instiga o tombo, muitas vezes o seu jogo torna densa a concentração rarefeita. Para os caçadores de emoção, o prazer de jogar o tombo está na densidade do contato corporal. Por isso, nos desfiles de atrações que estimulam o jogo do tombo, quando a ocupação espacial em torno do trio é rarefeita, o jogo do tombo estimula a aproximação dos corpos, pois, para estes foliões, no jogo do tombo, o que interessa é a adrenalina que acompanha a tensão dos embates corporais.

A efervescência da expressividade corporal mantém relação circular de estímulo com a ingestão de bebidas alcoólicas e consumo de outros psicoativos. A excitação e a adrenalina decorrentes do uso dessas substâncias psicoativas esquentam o corpo, fornecendo a ele combustível para a sua expressividade. Por sua vez, a efervescência atingida pela expressividade estimula o corpo para o consumo de álcool ou de outras substâncias psicoativas.

Nas folias corporais, o prazer experienciado pelos foliões está associado aos riscos assumidos e à gestão realizada por eles. Quanto mais camadas de riscos são adicionadas à folia e mais controle é exercido sobre o risco acumulado, maior é a experiência de prazer vivenciada pelos foliões.

6 AS OPORTUNIDADES PREDATÓRIAS E A AMEAÇA À FESTIVIDADE

Ao lado das oportunidades festivas, a festa carnavalesca se caracteriza pelas manifestações de violência, uma vez que para muitos foliões não interessam ou não bastam os encontros-curtição, os encontros-aventura e a folia corporal. Para eles, o que interessa são as oportunidades predatórias que acompanham, permeiam ou se afastam desses encontros. Um exemplo disso são os inúmeros vídeos postados, durante ou após a festa, na mídia e nas redes sociais que colocam em destaque a transformação das ruas em espaços de confronto, assim como as demonstrações de prazer proporcionado pelas brigas e pelos atos de bater, machucar e destruir.

6.1 OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO CARNAVAL

As oportunidades predatórias na multidão carnavalesca são situações que possibilitam a perpetração de violência instrumental ou expressiva. Seja como um meio ou um fim em si mesmo, essa violência produz nas vítimas lesões corporais fugazes, temporárias ou permanentes, podendo ser superficiais ou profundas. Tais lesões corporais são ofensas ocasionais à normalidade funcional do corpo alvo da predação violenta. De acordo com a intensidade, a lesão corporal pode comprometer parcial ou totalmente as funções do corpo ou levar à morte.

As causas externas dos ferimentos e das mortes indicam a possibilidade dos foliões ingressarem nos circuitos munidos de armas ou equivalentes. As agressões corporais, que são lesões provocadas pela força física, arma branca e arma de fogo, foram as responsáveis pelo ferimento e pelas mortes de foliões e outros atores carnavalescos.

A agressão por arma de fogo resulta em lesões perfuro-contundentes (PAF). Os projéteis de arma de fogo (ou balas) atuam sobre o alvo contundindo e perfurando. Esse tipo de agressão corporal, embora seja motivo de preocupação e responsável por lesões graves, não é a única causa das mortes no Carnaval. As armas brancas e a força física também têm participação nas mortes e superam a arma de fogo nos registros de lesões.

As agressões por arma branca produzem lesões nas vítimas mediante a utilização de instrumentos convencionais ou improvisados. Tais instrumentos podem ser contundentes, capazes de agir batendo traumáticamente no organismo da vítima (como pau, pedra, martelo, lata, barra de ferro, cassetete), cortantes (como navalha, faca, gilete, canivete, louça, papel, vidro, folha de flandres, plástico e outros), perfurantes de pequeno calibre e raramente mortais

(alfinete, agulha, prego, espinhos palmeira), de médio calibre e potencialmente mortais (espeto de churrasco, furador de gelo ou de carne) e de grande calibre e mortais (florete, estacas e outros). Além desses, existem outros instrumentos mistos, do tipo corto-contundente, com superfície de corte impulsionado pelos membros do agressor (como machado, facão, foice, enxada, dentes) e perfuro-cortante, formado de uma lâmina com um ou mais gumes cortantes e ponta na extremidade que perfura, associando as duas ações (como peixeira, facão, punhal, canivete etc).

Já a agressão corporal por força física resulta em lesão praticada contra a integridade do corpo ou a saúde da vítima. As agressões corporais mais comuns na multidão carnavalesca são: murro, cotoveladas, joelhadas e chutes (tabela 1).

Tabela 1 – Registro médico de lesões corporais no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

Ano	Lesões por tipos de instrumento				Total
	Força física	Arma branca	Arma de fogo	Outros	
2015	691	405	23	15	1134
2016	579	452	3	10	1044
2017	441	392	1	6	840
2018	368	387	1	58	814

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019.

Os registros de agressões corporais no Carnaval de Salvador refletem as diferentes formas de aproveitamento das oportunidades predatórias na multidão.

Em 2015 foram registradas duas mortes, o mesmo número registrado no ano de instalação dos portais de abordagens, em 2016. No ano seguinte, um PM fora de serviço baleou um folião em meio à multidão. O sargento da Polícia Militar foi preso em flagrante após balear um folião na Barra, na noite de sábado, no circuito do Dodô. Ainda em 2017, um folião morreu e outro ficou ferido após serem feridos por objetos perfuro-cortantes na madrugada de segunda-feira, final do circuito Dodô, no bairro de Ondina. Na noite do segundo dia de festa do Carnaval de 2018, quando saía do circuito Barra-Ondina, um jovem de 27 anos foi atacado com um soco e um pontapé. A vítima ficou internada em estado grave até a quarta-feira da semana seguinte, quando teve morte cerebral atestada.

Entre as armas brancas responsáveis pelo número de lesões corporais registrados anualmente no Carnaval de Salvador estão o cassetete, a algema, a lata de cerveja e refrigerante, pau, pedra garrafas e barra de ferro (tabela 2).

Tabela 2 – Registro médico de lesões corporais por arma branca no carnaval de salvador, 2015 a 2018

Ano	Lesões por tipos de arma branca									
	Armas brancas oficiais			Armas brancas ilícitas						
	Cassetete	Algema	Spray de pimenta	Faca	Lata	Pedra	Pau	Garrafas	Barra de ferro	Outros
2015	232	3	45	12	38	11	13	9	1	41
2016	317	5	41	9	41	5	11	10	2	11
2017	264	5	22	17	28	18	7	3	4	24
2018	242	5	36	10	33	13	3	8	4	43

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

As armas brancas podem ser oficiais e ilícitas. As armas brancas oficiais, cassetete, tonfa e spray de pimenta, são os instrumentos de intervenção policial. As armas brancas ilícitas são artefatos utilizados pelos foliões, trabalhadores ambulantes e agentes da segurança privada e estatal como recurso de defesa ou predação. As armas brancas ilícitas mais comuns são as algemas, facas, canivetes, lâminas de barbear, latas, pedras, pau, garrafas e barra de ferro.

As armas brancas oficiais mais utilizadas pela polícia no Carnaval de Salvador são o cassetete de madeira. Trata-se de um instrumento contundente, isto é, arma que provoca traumas internos e externos, em geral sem causar a ruptura de tecido. O bastão policial 90 (BP-90) ou cassetete é uma arma de defesa e de ataque. Os números expressivos de lesões provocadas pela utilização desse instrumento contundente pode atestar a necessidade do seu emprego nas contenções dos distúrbios na multidão carnavalesca.

Além do cassetete, o policiamento estatal utiliza os agentes químicos lacrimogêneos. Estes são compostos químicos que agem nos olhos, provocando fechamento involuntário das pálpebras e lacrimejamento, e também nas mucosas das vias respiratórias, dificultando a respiração, além de causar náuseas e vômitos. O mais utilizado pelas forças de segurança é o Óleo resina de Capsaicina (OC), mais conhecido como spray de pimenta.

Várias contenções de distúrbios no Carnaval exigem intervenções policiais com o uso da força. O policiamento estatal deve manter a ordem pública, mas as intervenções precisam gerar o mínimo de danos possível. Dessa forma, as contenções devem preservar a ordem sem que produzam danos maiores do que os distúrbios produziram sem a intervenção. O problema é encontrar um meio termo para intervir com eficiência.

Para este fim, a adoção de instrumentos e técnicas de menor potencial ofensivo é necessária. O policiamento capacitado para o uso de instrumentos de menor potencial

ofensivo (IMPOs) tem a sua disposição uma gama de alternativas táticas para a contenção de distúrbios, o que implica na diminuição de desfechos não aceitáveis das intervenções.

Os IMPOs são fabricados de forma que, se usados dentro de suas especificidades, com a técnica correta, não provoquem a morte, nem lesões graves, mas somente a incapacitação, debilitação e contenção do indivíduo no qual seja utilizado.

O número de lesões por cassetete policial pode indicar o uso indiscriminado e inadequado do instrumento de contenção dos distúrbios. A “fantada” é uma expressão utilizada para nomear o uso do cassetete, que também é conhecido como “fanta”. Trata-se de uma representação do castigo empregado por policiais militares nas contenções de distúrbios. A “fantada” é a força aplicada em excesso e arbitrariamente em certas partes do corpo que produz lesões graves. O seu emprego foge do padrão de uso da força necessária e proporcional à situação de distúrbio.

Existe uma situação generalizada de briga, a gente chega, não dizendo “separe, separe, separe”. A gente tem que chegar abrindo. E à medida que a gente vai abrindo, tem que acertar em lugares específicos, pernas e lombar, “varrendo” por baixo, nunca por cima, sempre por baixo. Pra que essa ação não venha ocasionar uma lesão maior ao cidadão. [...] E em algumas situações a gente não chega a lesionar. À medida que chega atuando, faz-se uma espécie de bolha, abrindo e fechando, o pessoal acaba dispersando. Então, a briga generalizada tende a acabar (GMC-I, 28 anos, Guarda).

Temos a disciplina, policiamento ostensivo geral, que trabalha técnicas de abordagens a veículos e a pessoas, e a disciplina correlata, que é mais específica, policiamento em eventos especiais. É justamente nessa disciplina, que consta em todos os cursos de formação de praças oficiais, que estuda isso [o uso do cassetete]. [...] Naquelas situações em que têm muita gente forte, aquela questão dos marombeiros, é necessária uma ação mais enérgica e o cassetete serve obviamente pra isso. A ideia é que não se atinjam os locais como o crânio e o tórax. Então, o cassetete no máximo na caixa torácica, mas na lateral para que se possa evitar uma fratura. É isso pelo menos que a disciplina passa pra gente (PM-III, 40 anos, Capitão).

Quando a intenção é somente conter o distúrbio e preservar a ordem pública festiva, a orientação técnica padrão do uso do bastão policial indica que os golpes devem ser desferidos preferencialmente na região abaixo da lombar do corpo sob intervenção, para evitar graves lesões.

Os registros de lesões causadas por cassetete mostram que muitas delas foram na cabeça, uma região considerada de risco à vida. Em 2015 e 2018 foram registrados, respectivamente, 57 e 47 ferimentos na cabeça, chegando estas ocorrências a quase 25% do total de lesões provocados por cassetete em cada ano (SUIS, 2019).

A eficácia do cassetete, tanto para contenção de agressores como para defesa pessoal do policial, é comprovada quando utilizada por efetivo capacitado, porém, a prática revela que, quando mal empregado, o instrumento pode causar lesões gravíssimas ou até mesmo a morte do agredido. Assim, o cassetete em si é uma arma branca e não um instrumento de menor potencial ofensivo. O instrumento assume a característica de IMPO quando é empregado com as técnicas e táticas policiais de contenção e distúrbios.

Por outro lado, as armas brancas ilícitas, embora danosas, apresentam registros de lesões inferiores às causadas pelo cassetete (tabela 3).

Tabela 3 – Porcentagem registro médico de lesões corporais por arma branca no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

ANO	% de lesões por tipos de arma branca	
	Armas brancas oficiais	Armas brancas ilícitas
2015	60,1	39,9
2016	80,3	19,7
2017	74,2	25,8
2018	73,1	26,9

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

Os registros de ocorrências mostram que os circuitos representam verdadeiros campos minados de objetos com potencial de arma branca. Os objetos, como a latinha de cerveja, são encontrados em abundância nos circuitos e não podem ser banidos da festa. Outros artefatos, como pedras, barras de ferro, pedaços de madeira, garrafas, bancos plásticos, estão dispersos nos circuitos, e não são alvos da revista e apreensão policial. A quantidade, variedade e disponibilidade desses objetos ampliam as oportunidades predatórias na multidão carnavalesca.

Já as lesões provocadas por força física têm motivações e ocorrem em circunstâncias variadas. Na multidão carnavalesca, os embates e conflitos corporais são recorrentes e intensos e configuram oportunidades de trocação e perpetração de covardias. Esta última prática predatória é responsável pelos registros das lesões corporais mais graves.

Os registros de lesões corporais acompanham a dinâmica da festa, variando de acordo com os dias, horário e o perfil. Embora em determinados dias os registros de lesões sejam

maiores, todos os dias têm sido dias de predação, mas em determinados períodos do dia os registros de lesões são maiores (tabela 4).

Tabela 4 – Registro médico de lesões corporais por dia de festa no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

Ano	Dia de festa						
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°
2015	33	101	244	246	258	188	59
2016	44	131	184	235	243	158	48
2017	28	104	141	161	250	119	37
2018	42	114	159	164	162	146	28

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

O primeiro e o último dia tiveram as menores ocorrências de lesões registradas. A festa começa à noite e termina pela manhã, ou seja, nestes dias a festa tem um tempo menor de duração. No segundo dia, muitos foliões ainda estão trabalhando, porém esse cenário se modifica nos demais dias, onde estão concentradas as principais atrações de prestígio, resultando na aglomeração de um grande número de atores plurais (foliões, policiais, vendedores e outros).

Das 3401 lesões corporais registradas entre 2015 e 2018, 49,9% (1696) ocorreram à noite e 45,7% (1554) na madrugada.

Tabela 5 – Registro médico de lesões corporais por período do dia no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

Ano	Períodos do dia			
	Manhã (06-12h)	Tarde (12-18h)	Noite (18-24h)	Madrugada (00-06h)
2015	1	16	446	425
2016	20	38	490	485
2017	7	21	459	343
2018	17	31	456	301

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

Entre a noite e a madrugada está o lapso de predação, isto é, o intervalo de tempo que concentra o maior número de lesões corporais durante os dias de festa.

Do total das lesões registradas em cada ano, uma média de 45% das vítimas lesionadas era jovem, demonstrando que a condição de alvo preferencial da violência deste segmento social transcende a vida cotidiana (tabela 6).

Tabela 6 – Registro médico de lesões corporais por faixa etária no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

Ano	Criança (0-11 anos)	Adolescente (12-19 anos)	Idade adulta		Meia-idade (40-60 anos)	Idoso (acima 60 anos)
			Juven (20-29 anos)	Adulto (30-39 anos)		
2015	1	258	503	227	115	4
2016	2	238	455	233	90	3
2017	1	195	385	179	63	3
2018	2	176	364	164	76	7

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

O lapso de predação reúne os atores plurais com maior disposição ofensiva para o embate, confronto e covardias. Trata-se de uma maior concentração de alvos atrativos, perpetradores motivados e guardiões capazes no mesmo espaço, dia e horário.

Em todos os anos do período analisado (tabela 7), das lesões corporais registradas, cerca de 80% das vítimas tem sido do sexo masculino.

Tabela 7 – Registro médico de lesões corporais por sexo no Carnaval de Salvador, 2015 a 2018

Ano	Masculino	Feminino	Não informado	Total
2015	880	204	50	1134
2016	862	182	0	1044
2017	698	142	0	840
2018	634	180	0	814

Fonte: Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019

Os homens costumam ser alvos atrativos das covardias violentas por conta do seu maior envolvimento nos encontros-aventura, que exige uma disposição ofensiva ou agressiva. O *tombo desce quebrando*, por exemplo, é uma expressividade corporal cuja agressividade está intimamente ligada à virilidade masculina. Além disso, os foliões do sexo masculino dos segmentos subalternos são os alvos preferenciais da violência policial.

6.2 DESVANTAGEM SITUACIONAL E AS COVARDIAS CARNAVALESCAS

As covardias carnavalescas são as grandes oportunidades predatórias violentas. Os foliões com essa disposição provocam os alvos que se encontra com impossibilidade de reação ou de fuga.

Quase sempre na condição de corpo plural, os perpetradores de covardia instigam o alvo, por meio de uma definição de situação conflituosa, cuja

resolução tem como desdobramento a impossibilidade da fuga ou da reação. Não conseguindo empreender uma fuga ou não tendo potencial bélico para uma reação a contento, o outro vira presa, nas garras do predador ou dos predadores. E o desfecho da covardia é, quase sempre, a vítima lesionada gravemente e, às vezes, desacordada (Diário de campo; 2017).

A covardia é uma definição de situação predatória, em que os perpetradores se aproveitam da desvantagem situacional que impede a reação ou a fuga do alvo envolvido na interação. Dessas interações predatórias, muitas resultam em lesões corporais graves e até mesmo em algumas mortes.

No Carnaval de Salvador, a motivação para o uso da violência nos encontros predatórios define a covardia em instrumental ou expressiva. Na covardia instrumental, a violência é usada como meio de afirmação, demonstração de força e intimidação. Na covardia expressiva, a violência é impingida como fonte de prazer. O uso expressivo da violência é motivado pela performance e prazer. Com a violência, a pretensão é promover um espetáculo e obter prazer com a dor e a humilhação perpetrada.

O denominador comum dos perpetradores da covardia instrumental e da expressiva é a afirmação de uma identidade ofensiva (VIRGILI, 2013). Nesse sentido, representa de uma identidade que implica em combater, desafiar e demonstrar força. Assim, as covardias perpetradas combinam a afirmação da identidade com o uso da violência.

Nas covardias instrumentais, os perpetradores fazem o uso expressivo da violência pelo prazer decorrente da perpetração, e nas covardias expressivas eles fazem o uso instrumental da violência na escolha dos alvos pela sua desvantagem situacional. Dessa maneira, a perpetração das covardias é obra de uma identidade ofensiva.

A disposição da identidade ofensiva manifestada por alguns foliões tem sido o combustível que incendeia a covardia e as brigas evidenciadas, em escala midiática, na folia corporal do Carnaval de Salvador, contudo as covardias sádicas não se limitam aos ataques entre homens. As ações covardes são sistematicamente perpetradas no Carnaval contra as mulheres na forma de assédio.

A multidão carnavalesca não é *sui generis*, ela reproduz a ordem social, as estruturas das organizações e a racionalidade vigentes na sociedade. Dessa forma, diversas formas de desigualdades sociais marcam presença na festa. Essas desigualdades colocam alguns grupos em desvantagem em relação a outros, produzindo antecipações e uma cadeia de retaliações violentas.

Não se trata, necessariamente, de compreender a relação entre desvantagem situacional e covardia sob a ótica da vulnerabilidade social¹⁵, pois, no Carnaval, nem todo folião socialmente vulnerável está em desvantagem situacional e vice-versa. As desvantagens situacionais carnavalescas são a simbólica, numérica e simbólico-numérica.

Estão em desvantagem situacional simbólica os sujeitos socialmente desacreditados em relação à polícia, isto é, os sujeitos que carregam signos de estigma que os rotulam de classe perigosa. Os jovens negros que adotam ao estilo de vida favela são alvos direta ou indiretamente da violência policial.

Já a desvantagem situacional numérica consiste numa diferença quantitativa de recursos corporais e materiais. Por essa vertente, é uma diferença numérica proporcional ou relativa em relação aos perpetradores motivados. A desvantagem situacional numérica proporcional torna o folião um alvo por estar com menos recursos corporais em relação ao perpetrador. Os recursos do corpo incluem o número (singular ou plural), o sexo (masculino ou feminino), bético muscular (forte ou fraco) e bético marcial (iniciado em lutas maciais ou não), etc. Já a numérica relativa diz respeito ao baixo poder bético que o torna alvo da covardia mesmo que ele esteja em vantagem numérica corporal. Os recursos materiais bélicos são os artefatos convencionais ou objetos com potencial para esse fim, tais como as armas brancas (lata, barra de ferro, espeto, faca etc.) e as armas de fogo.

Por fim, a desvantagem situacional simbólico-numérica é, obviamente, a junção dos dois tipos anteriores: são alvos os foliões socialmente desacreditados e numericamente desprovidos de corpos e recursos bélicos.

As covardias carnavalescas que ocorrem com mais frequências e estão associadas às desvantagens situacionais são: covardia da não autoridade, covardia do não confronto e covardia da não azaração.

6.2.1 A desvantagem situacional simbólica e a covardia da autoridade

A covardia da autoridade é perpetrada pelos agentes de segurança estatal, sendo talvez a mais temida e odiosa das covardias. Primeiramente, a covardia é perpetrada por aqueles que deveria proteger. Em segundo lugar, a autoridade do perpetrador da violência impede a reação

¹⁵ A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (Abramovay et al., 2002, p. 13).

do alvo, mesmo que esta seja em legítima defesa. E para tornar completa a covardia, os alvos preferenciais da violência são os foliões socialmente desacreditados.

Assim, estão em desvantagem situacional simbólica, os foliões “pipoca” negros e negras de classes subalternas perante os agentes das forças de segurança.

Porque a gente sabe como é, muitas vezes, a abordagem policial no Carnaval. Não só no Carnaval, na vida [cotidiana], sabemos quem são os principais alvos. São jovens, negros, da periferia. Isso me assusta muito, porque a gente não vê que a abordagem do folião Bell [Marques] é a mesma do folião de Kannário. A abordagem para o turista branco, do olho verde, rico, privilegiado, não é a mesma pra o jovem negro. Então, meio que me assusta saber que existe essa separação da política pública que está ali para nos proteger. Isso me deixa bem assustada. Eu fico muito irritada quando eu vejo que a abordagem, que a gente sabe que não é a mesma para o folião que está ali no bloco de Bell, com o abadá do Nana banana, e pra o folião que saiu em Kannário na “pipoca” A abordagem é totalmente diferente. Não só a polícia... até a galera, quando fala assim: “olha, sai com Bell”... “olha que legal”... “sai com Kannário”... “ah, não! Pelo amor de Deus”. O povo tem esse preconceito, esse prejulgamento. Enfim...bizarro! (Wynne, 20 anos, Foliã).

Os foliões adeptos ao estilo cultural favela se encontram subjugados na festa da mesma forma que estão na vida cotidiana. A negação social do seu estilo e das possibilidades de compreensão do seu simbolismo corporal reatualiza o racismo e os excluem das oportunidades festivas ampliadas pelo Carnaval. Ademais, as abordagens sistemáticas e direcionadas para eles reforçam o estereótipo de classe perigosa e os deixam amedrontados, pois, nessas interações estão justificadas a ação violenta dos policiais. Dessa maneira, as abordagens acompanhadas por castigos corporais são predações policiais, ou covardias, instrumentais e/ou expressivas antecipadamente justificadas.

A covardia da autoridade se constrói, quase sempre, numa relação entre a autoridade e o outro desacreditado. No Carnaval, o castigo corporal vincula o agente ao folião “pipoca” numa relação assimétrica: de um lado, está o exercício do poder arbitrário mediante uso da violência; e do outro, a impossibilidade de reação ou defesa contra a violência empregada.

No jogo do tombo, a desvantagem situacional e, conseqüentemente, os riscos de covardia por parte da autoridade se ampliam para o folião “pipoca”. Mesmo que não estejam brigando ou realizando outra prática predatória no momento do jogo, os foliões são corporalmente castigados pelos agentes da segurança estatal. A simples presença da patrulha seria suficiente para os “tombeiros” acalmarem os ânimos que se afloram durante o jogo, pois, quando a polícia se aproxima os foliões mais altos sinalizam para os demais, que ao observarem o sinal, param de jogar o tombo. Entretanto, parar o jogo não é suficiente para escapar do castigo corporal.

Curtir o Carnaval, ainda curto. Só que essa pulada [o tombo] está ficando cada vez menos. [...] há dois anos, eu estava pulando, passou uma patrulha quebrando todo mundo. Eu tomei um supapo [soco] na boca, e o local abriu dentro e fora. Aí ele deu outra pancada, eu me abaixei e ele me segurou. Assim, sem eu está fazendo nada... só naquela pulada do "Chiclete". Só que a polícia chega arrebetando, aí vai perdendo a graça. A gente não pode nem pular, dá aquela sacudida mesmo, que é característica do Chicletão. Não pode dar a sacudida que os caras chegam quebrando. Aí é desvantagem (Matheus, 24 anos, folião).

De um lado, o tombo é uma expressividade corporal predominante entre os foliões de segmentos sociais desacreditados. O estilo cultural e a expressividade do tombo desacreditam duplamente o folião "pipoca". De outro, durante o jogo do tombo, as intervenções policiais ocorrem de forma frequente para rotular a folia tombo como violenta, perigosa e desacreditar ainda mais os foliões. Nesses casos, as intervenções violentas sistemáticas se justificariam e não figurariam como covardias da autoridade policial.

Os excessos de violência aplicados pelos agentes podem se voltar contra a multidão. A violência arbitrária tende a funcionar como uma prática que retroalimenta a violência.

Ao invés de evitar ou coibir a violência, eles instigam e excitam a mesma, porque eles não chegam com medidas de contenção da violência, chegam causando a violência. Eles chegam batendo em quem tem a ver e quem não tem a ver. Os policiais não chegam batendo quando tem conflito, mas chegam batendo quando não tem necessidade. Eles batem por tudo... estão a fim de bater, eles batem. [...] a consequência é que a violência gera violência. Eu não fico apanhado de ninguém. Eu não vou chegar em casa apanhado. Se eu apanhei e não puder descontar na hora, numa outra hora, eu vou descontar... basta surgir a oportunidade. Fica aquele desejo de vingança, fica na boca o gosto de sangue (Juan, 20 anos, Folião).

O revide é uma das concepções dos foliões acerca da violência institucional impingida, sendo caracterizada como uma reação vingativa a uma ofensa. No entanto, havendo a impossibilidade de revidar contra o ofensor, outra pessoa se tornará alvo da vingança. Dessa maneira, o revide pode criar uma cadeia de represálias.

A julgar pelo acúmulo da violência na multidão produzida pelos castigos corporais empregados ao longo do circuito e durante os dias de festa, o prejuízo da ordem pública festiva seria maior se a concepção de revide fosse predominante entre os foliões.

6.2.2 A desvantagem situacional numérica e a covardia da força

Os confrontos carnavalescos são instaurados a partir da aceitação de uma provocação ou da impossibilidade de rejeitá-lo, assim, é um combate, uma maneira de se opor violentamente a uma provocação que descamba em briga.

Fotografia 1- Imagens de um confronto-trocação no Circuito Dodô entre foliões do bloco As muquiranas e “pipoca”.



Fonte: Bahia10, 2017

A provocação, a recusa e a reação são as maneiras de agir que concorrem para a definição situacional do confronto: o uso do corpo para provocar o outro, e o tombo como principal recurso. Numa folia corporal de predominância expressiva dançante ou de agitação, o tombo configura um meio de provocação e intimidação.

Eu aceito o empurrão, mas não aceito quando deixam o braço. Eu aceito o empurrão, a defesa do espaço, mas a partir do momento que deixou o braço... Porque tem gente que além de fazer o tombo, deixa o braço. Larga o braço todo empurrando. Acho que aí é desrespeito. Nesse momento eu já não considero (André, 39 anos, Folião).

O folião alvo de uma provocação visando o confronto tende a fugir ou reagir à investida. A disposição para o confronto condiciona a escolha diante de uma provocação. Por sua vez, a fuga nem sempre configura uma maneira apropriada de escapar dos confrontos. Para evitá-los, os foliões mais experientes lançam mão de tecnologias do corpo que procuram neutralizar a provocação.

O que me deixa com raiva é exatamente aqueles carinhas tirados a ladrão, que passam com aquele ranço, com aquele bonezão na cara, querendo intimidar alguém. São esses caras aí, que me deixam com sede. Mas, na maioria das vezes, a confusão não chega a acontecer, porque fica naquele negócio de “testar”. O homem é que nem um animal, fica um testando o outro. E quem tiver medo perde. E comigo [o confronto] não costuma acontecer, porque o cara vem e eu me mantenho no limite. Não recuo, mas também não avanço ao ponto de começar o cacete. Vai naquela onda de teste. O cara vê que eu não comi nada, e acaba deixando pra lá (Matheus, 24 anos, Folião).

O teste ou desafio configuram a provocação e instauração de um confronto. Os confrontos têm uma dimensão simbólica e outra corporal. Num confronto, as duas dimensões precisam ser desafiadas e derrotadas. Nos confrontos simbólicos, o objeto da agressão é a honra do adversário, considerando que a honra fundada em uma masculinidade exacerbada tem a virilidade como um bem supremo. Então, o primeiro confronto é desafiar a honra viril do oponente.

O confronto pode se limitar à disputa simbólica, com a troca de olhares, por exemplo, e o vencedor seria aquele que conseguisse intimidar e ofender a honra viril do oponente. Quando isso não é alcançado ou a derrota simbólica não basta, o confronto parte para a disputa corporal, mas esse duplo desafio ocorre quando os adversários estão realmente interessados no confronto.

A multidão é uma reunião de corpos, expressividade, condutas e disposições. A expressividade e as condutas refletem, quase que na sua totalidade, a disposição do corpo que as manifestam. Dessa maneira, além dos níveis de disposição para o embate corporal (contido, moderado e intenso), os foliões demonstram disposições distintas nas reações à provocação e agressão.

Muitos foliões se encontram dispostos a tolerar e não tomar como provocação e agressão certos excessos cometidos por outros.

Eu sou um cara muito de boa, então, pra mim, agressão é só murro. Só se o cara vier virado no estopô [mal intencionado] pra mim bater, isso é agressão. Mas se o cara pisar no meu pé, me empurrar, me dê uma cotovelada, como já aconteceu, sem querer... isso é normal no Carnaval... é Carnaval! (Fred, 22 anos, Folião).

A disposição tolerante parece predominar entre os foliões que estão em busca das oportunidades festivas, principalmente aqueles que circulam muito, curtem multidões densas e jogam o tombo. Nessas situações, os atos extravasantes e errantes são desvios aceitáveis, por não terem os foliões como escapar deles. Mesmo as provocações ou agressões explícitas, têm foliões dispostos a tolerá-las.

Eu uma vez sofri uma agressão física. Estava passando, com ela [esposa] e a mãe dela na Avenida Sete, e um rapaz me deu um soco. Mas eu olhei pra traz e vi que ele estava com uma galera e não procurei revidar. Segui meu caminho, empurrei a minha esposa... “vumbora, vumbora”. Assim... fica o sentimento de raiva, só que a gente tem que passar uma borracha e seguir adiante. Ou senão, você vai revidar e ser pior pra você ou pra aquela pessoa. [...] Pegou na cabeça. O rapaz estava bastante bêbado... tanto o amigo dele como ele (Rafael II, 32, Folião).

A tolerância à agressão reflete uma disposição que receia o confronto. O receio está fundado nas incertezas dos desdobramentos do revide. O sentimento de indignação moral ou o desejo de vingança não supera a impossibilidade do cálculo das perdas e ganhos de um confronto.

Nesse contexto, existem foliões que não provocam, mas quando são provocados, não recuam e partem para o confronto. São duas as maneiras de reagir às provocações, e cada uma delas define as situações de confronto como sendo defensiva ou predatória. Quando o folião revida à provocação ou agressão somente para se defender, a reação é mais ou menos proporcional a agressão sofrida.

Na maioria das vezes, eu deixava pra lá. Mas já aconteceu. Nada de muito grave, nenhuma briga séria de chegar a machucar muito a pessoa. Mas só dar um soco, o cara cair e ir embora, pra não ficar ali. A gente treina pra isso, aprende isso, uma questão de defesa pessoal mesmo. O cara vem até a mim, aí bater pra não apanhar. Eu sou uma pessoa que não tenho essa natureza de pegar uma pessoa e bater até quase matar, que isso acontece muito. Mas é só uma questão de defesa pessoal, de ser agredido e revidar por isso (Rafael, 28 anos, Folião).

Com a disposição defensiva, o folião faz uso instrumental da violência como defesa pessoal. Ele reage à provocação e entra em confronto para se desvencilhar dela. O limite do emprego da violência numa reação defensiva é diretamente proporcional à investida agressiva do ofensor.

Já a reação predatória à agressão supera em muito o ato perpetrado e visa destruir o perpetrador.

A provocação que marcou, foi a que o cara chegou e beijou a namorada de um amigo da gente. A menina estava conversando com a gente, e eu estava de costas. Eu virei e quando eu olho, vejo o cara pegando mesmo e beijando.

Ela empurrando – ela é pequena baixinha – quando ela empurrou, ele tentou de novo. Aí, o colega puxou e meteu. Quando ele meteu, a gente jantou o cara... A gente deixou só o osso, a carne já era! (Juan, 20 anos, Folião).

A predação é uma reação extrema de autodefesa dos foliões com disposição ofensiva. Ela ocorre como se o alvo da provocação ou agressão quisesse reagir não somente ao ato em si, mas também a imaginada pretensão de destruição por parte do perpetrador (PINKER, 2013). É no encontro entre identidades ofensivas que muitos confrontos são convertidos em predação no Carnaval de Salvador: ocorrem quando “a fome e a vontade de comer” se encontram em meio à folia.

Assim, o uso da violência instrumental aparece também numa reação predatória, e essa instrumentalidade no emprego da violência supera os limites da autodefesa corporal para a defesa da reputação ofensiva.

Faz um tempo. Eu estava no Circuito Barra-Ondina, com a minha namorada e mais quatro amigos da academia. Nesse momento, eu estava um pouco afastado... mas a gente anda com atenção nesse aspecto. E de repente eu recebi um soco por traz, na cabeça. Não foi nada que me deixasse fora de órbita. Um dos colegas viu o autor, e a gente conseguiu pegar esse cara. Eu nem preciso dizer o que aconteceu... esse cara sofreu, sofreu muito, porque a gente não liberou. Primeiro meu colega pegou ele pelo pescoço. Ele estava com mais outras pessoas, e os caras colaram pra poder brigar com a gente. A gente enfrentou, e os caras acabaram correndo. Esse que ficou e apanhou muito... um dos colegas era policial civil, e aí a gente foi levar ele para delegacia. E do lugar que estávamos até lá, esse colega foi pedindo pra todo mundo que quisesse dar um murro nesse cara, que desse. Ele foi tomando murro até a delegacia. E quando chegou lá, os caras ainda bateram mais nele, porque se tratava de um policial (André, 39 anos, Folião).

Por outro lado, a reação predatória pode desenvolver motivações emocionais, de repulsa, ódio ou fúria, e resvalar da violência instrumental para a expressiva. Nessas situações, os papéis de vítima e perpetrador se invertem. Agora, caberá ao agressor inicial se defender da violência do atual perpetrador, e este tende a responder as incursões defensivas ou de fuga da vítima como se ainda estivesse sobre ataque.

Apesar de sustentarem uma identidade ofensiva, as reações predatórias se distinguem das práticas dos foliões que curtem a festa provocando e se aproveitando de qualquer acidente ou incidente para perpetração de covardias. A reação predatória é provocada, é um revide à agressão dos foliões que estão em busca das oportunidades predatórias.

Para não serem surpreendidos por uma reação predatória, os foliões, que pretendem perpetrar a covardia da força, geralmente avaliam o alvo. Isso ocorre quando a desvantagem situacional numérica não está explícita. Mesmo que seja somente um oponente, não pode haver dúvidas acerca do seu potencial bélico corporal ou material, pois o alvo pode ser um

exímio lutador ou estar portando alguma arma (branca ou de fogo); ou simplesmente não estar claro se ele é um corpo singular ou plural.

Por isso, quando o interesse é pela covardia da força, a desvantagem precisa estar explícita. Para tanto, a desvantagem situacional numérica corporal mais explícita é do corpo singular e não bélico muscular em relação ao corpo plural e bélico muscular. Ao haver um equilíbrio entre os corpos, a desvantagem se estabelece pelo arsenal bélico utilizado no ataque, tais como, pedaços de madeira, barras de ferro, pedras, latas envasadas e matérias perfurocortantes. Juntando a isso o ataque surpresa, sem deixar chance de reação para o alvo, se materializa a covardia instrumental ou expressiva.

Fotografia 2 – Imagens da covardia da força numérica perpetrada no Circuito Dodô.

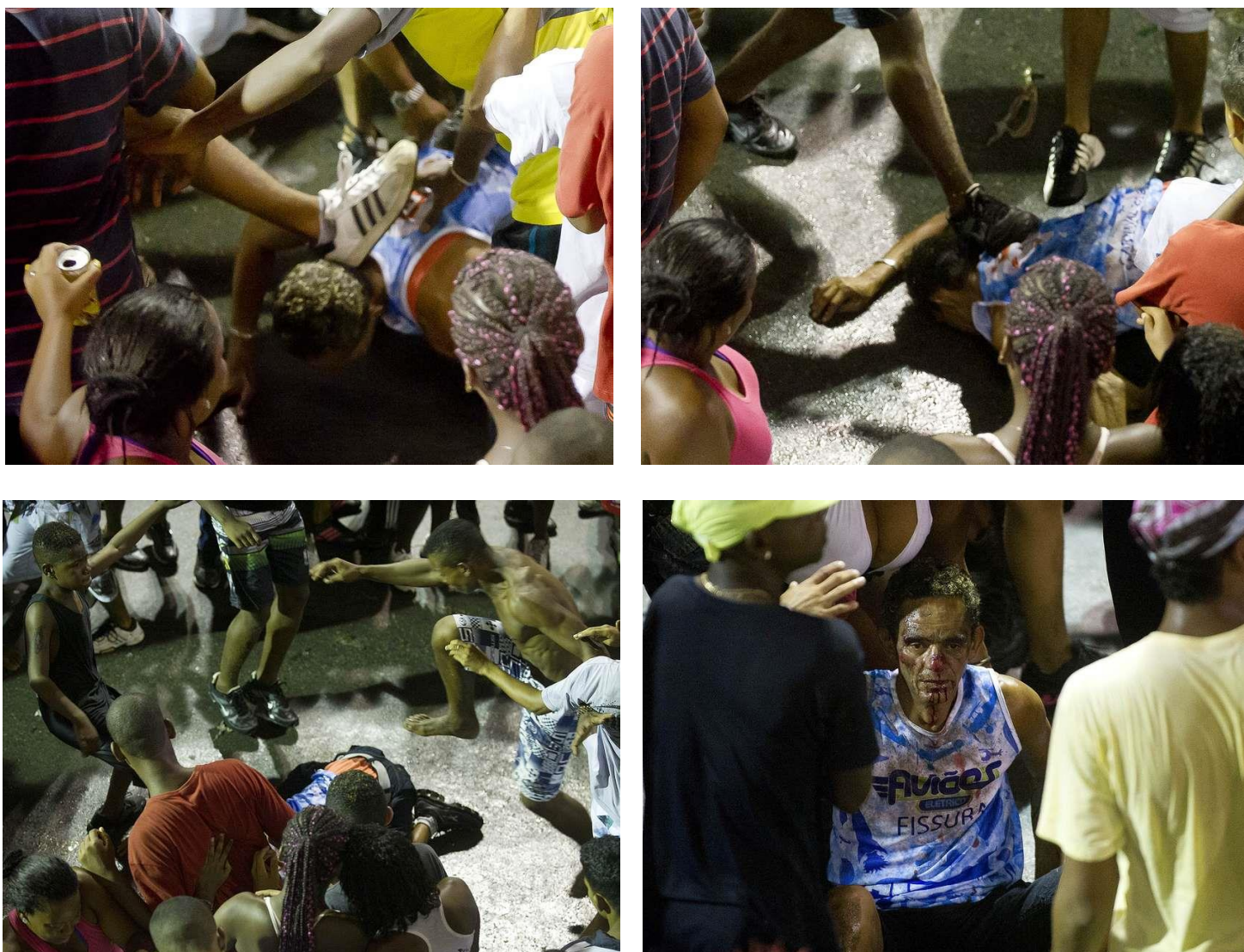


Foto: Bruno Santos / Terra

Os perpetradores da covardia fazem o uso instrumental da violência, motivados pela rivalidade. A violência é uma resposta às contendas ou rixas e um meio de defesa da afirmação da reputação moral dos envolvidos. Por conta disso, o Carnaval se configura como uma oportunidade ampliada de acerto de contas entre grupos rivais, e a desvantagem situacional numérica expõe um dos lados à covardia. A rivalidade, que tem implicado em acertos de contas por meio da covardia, envolve moradores de bairros em conflito, membros de torcidas organizadas e integrantes e simpatizantes de facções criminosas.

No caso dos bairros em conflito, a rixa local costuma motivar a perpetração de covardia contra os moradores envolvidos direta ou indiretamente na contenda. As rixas entre moradores de bairros são antigas e ainda continuam motivando confrontos e covardias no contexto carnavalesco.

Há alguns anos, a galera do meu bairro tinha uma rivalidade com o pessoal do bairro Y. Mas não era uma rivalidade relacionada ao tráfico. Era uma rivalidade entre os bairros. O bairro Y tem um Posto de Saúde, e a gente daqui do bairro X não podia ir lá. Até no cemitério, a gente não poderia enterrar as pessoas daqui lá. Por conta da rivalidade entre os dois bairros. Quando se encontrava no Carnaval era pau. Uma vez, a galera do meu bairro estava concentrada em um ponto do circuito Campo Grande, aí os caras do bairro Y passaram. Eles já se conheciam de outros momentos de conflito. Quando esses caras passaram, os caras do meu bairro, em maior número, aproveitaram para bater neles (Josair, 29 anos, Folião).

Com a ascensão das organizações do tráfico de drogas, algumas fronteiras entre os bairros foram extintas e outras foram erguidas. Essas fronteiras demarcam os limites da governança dessas organizações e o peso da sua reputação moral. Nesse processo surgiram novos grupos rivais e antigas rivalidades foram acentuadas. Assim, os conflitos decorrentes dessas rivalidades têm extrapolado o seu contexto local e atingido o espaço da festa.

A galera do meu bairro ficava ali na frente do Edifício Sulacap. A gente saltava ali baixo, no Elevador Lacerda, subia e ficava ali mesmo no Sulacap. Não íamos mais para canto nenhum, porque você se arriscava a “tomar um pega” [sofrer covardia]. Porque cada bairro... É tradição do Carnaval, eu creio, que cada bairro tem o seu local de ponto. Antigamente, não tinha, como tem hoje em dia, esse negócio de facção, de guerra, essas coisas de bairro. Então, tipo assim, por mais que você vá curtir de boa, às vezes, você nem olhou pra pessoa com intenção, mas porque o cara te vê olhando pra ele... na mente dele acha que você está querendo alguma coisa. Quando você vai ver já está apanhando do nada. Então, a galera ia pra o seu ponto e curtia ali mesmo e não curtia atrás do trio, porque sabia que a covardia era certa (José, 26 anos, Folião).

Assim, como veremos adiante, a concentração do corpo plural ampliado em pontos específicos é uma prática de segurança dos foliões contra a covardia da força. A rivalidade

entre os integrantes das organizações do tráfico de drogas podia vitimizar os moradores dos bairros em conflitos, mesmo não tendo envolvimento direto com essas organizações.

Já as covardias perpetradas pelos membros de torcidas organizadas têm a sua violência justificada como uma ação em legítima defesa. As características fundantes dessa autodefesa são simbólicas. A honra e a identidade ofensiva constroem o “nós” e “eles” e a rivalidade entre ambos. Aos membros de uma torcida organizada, territorialmente estabelecida na festa, configuraria uma ameaça à integridade moral e física, a presença uniformizada de integrantes da torcida rival.

O cidadão estava vestindo um material da torcida rival e próximo da localidade da gente. Quando eu avistei, fui pra cima dele. Se fosse eu ele iria me golpear. Não sei se ele me conhece. Então, não vou esperar ele me golpear... vou golpeá-lo antes. Eu dei o primeiro e mandei ele tirar a camisa. Ele não tirou e tentou revidar. Aí, a galera atropelou ele. Depois de apanhar muito, ele fez o favor de tirar a camisa. Aí, agradei! [...] **O comum é a gente pegar os integrantes da torcida rival, mas criar problema, assim por criar, não.** (Juan, 19 anos, Folião; grifo nosso).

Aqui, a autodefesa consistiria na eliminação simbólica do rival mediante uso da violência. E, ao lado da justificativa de legítima defesa, a perpetração da covardia visa uma demonstração de força, como meio de afirmação da identidade e superioridade do grupo.

O que há de comum na ação destruidora do outro na covardia instrumental é o caráter antecipatório. Nesse sentido, a antecipação representa uma definição de situação em que o perpetrador acredita que o rival agiria da mesma forma ou pior se tivesse alguma chance. O perpetrador pretende dissuadir uma possível reação do rival, ao tempo em que causa uma destruição de força.

No entanto, toda violência, inclusive a instrumental, cujo objetivo é se apropriar do alheio, inclui uma dimensão expressiva, que consiste no domínio da vontade do outro com um fim em si mesmo (SEGATO, 2005).

[...] A depender da ocasião não vou mentir que não é prazeroso. É prazeroso sim, quando você pega o cara com a camisa... eu bato e... “tire a camisa meu irmão, vá! Me dê a camisa, vá!” Quando ele dá a camisa, que ele vê que tomou o pau dele, que ele se conscientiza que tomou o pau dele, é prazeroso demais! (Juan, 19 anos, Folião).

Os integrantes de grupos rivais, a fim de alcançarem os objetivos instrumentais de manutenção da reputação moral, têm feito uso cada vez mais expressivo da violência.

O uso da violência instrumental também tem sido feito pelos cordeiros e os auxiliares de apoio à corda dos blocos de trio. Esses dois auxiliares de segurança são responsáveis em erguer a corda e fazer o bloco andar. Na passagem dos grandes blocos, um espaço de embates

e disputas corporais é formado, que ampliam as oportunidades predatórias violentas, denominado como corredor da folia.

Se para o folião “pipoca” brincar na festa, durante o desfile dos blocos de trio, significa acompanhar as atrações “colados” na corda, curtir o Carnaval no corredor significa brincar com as ameaças e perigos desse espaço.

O “corredor da folia” é um espaço de forças concorrentes. Durante o desfile dos blocos, o corredor é palco de grande disputa corporal. De um lado, fica a audiência, ocupando o espaço das calçadas e expandindo-se para a rua; de outro, passa a corda, estreitando o corredor para ganhar mais espaço interno para o bloco. E pelo meio, os foliões pipocas brincam a festa acompanhando a atração, embalados pela efervescência corporal, dividindo espaço com outros personagens da festa, trabalhadores ambulantes, policiais. Os atores plurais utilizam esse espaço, ao mesmo tempo em que, nele, também realizam os seus papéis (Diário de Campo, 2016).

De um lado, os foliões tentam curtir ativamente a festa, restringindo o espaço pretendido pelo bloco, exercendo pressão sobre as cordas. Do outro lado, com o insulamento de alta performance expansiva, as entidades passam tratando os corpos “pipoca” como obstáculos que estão em um lugar que não deveriam estar. Ou seja, quando integram as concentrações que “colam na corda”, os foliões se tornam obstáculos a serem transpostos pelo insulamento durante o desfile das entidades. Com efeito, a manutenção da corda erguida e da segregação da multidão depende do uso extensivo e intensivo da violência física. Esse uso instrumental da violência obtém uma performance expressiva, quando perpetrada pelos cordeiros com identidade ofensiva na forma de covardia. Esses cordeiros utilizam a superioridade numérica para a perpetração de covardias expressivas.

Em muitas situações, a covardia tem a rivalidade ou rixa como motivação. Entretanto, mesmo estando fora desse contexto, foliões podem se tornar alvos atrativos da covardia, desde que estejam em desvantagem situacional. Entretanto, tornam-se alvos mais atrativos, aqueles em que a desvantagem situacional garante uma performance expressiva para os perpetradores da covardia. Para o espetáculo, os alvos preferenciais são os foliões em desvantagem numérica e, sobretudo, os desatentos: os beijoqueiros, os bêbados, os “lombrados” (usuários abusivos de substâncias psicoativas) e dançarinos, e outros que costumam “ficar de vacilo”. O álcool aumenta ainda mais a desvantagem do folião quando é misturado com outras substâncias psicoativas.

6.2.3 A desvantagem situacional simbólico-numérica e a covardia do assédio

O que no passado era considerado táticas ousadas de paquera, hoje são reconhecidas como violência contra a mulher. Os atos como tocar, segurar, abraçar, puxar, sem o consentimento das mulheres, são formas de violência sexual.

De várias maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribuem para a perpetuação dessa forma de violência focada, principalmente, contra a mulher. O estupro e as violações correlatas são muito mais difundidos do que informam as notícias. As agressões, em sua grande maioria, são praticadas por homens que portam plenas faculdades mentais de escolher praticá-las ou não. Essas escolhas são incentivadas por uma série de mecanismos culturais (SOUSA, 2017).

Atualmente, a cultura do estupro é compreendida como a aceitação e convivência à invasão ou violação dos corpos das mulheres, a subjugação da sua condição de vítima e a objetificação dos seus corpos na produção artística e cultural (SOUSA, 2017). É um conceito, portanto, que se refere ao “conjunto de violências simbólicas que viabilizam a legitimação, a tolerância e o estímulo à violação sexual” (SOUSA, 2017, p. 13). Para além da violência sexual, a cultura do estupro legitima ainda toda uma gama de violências, tais como o assédio na rua e as agressões físicas em espaços públicos.

No Carnaval, as oportunidades de *azaração* são ampliadas, mas se exacerbam, na forma de assédio, os comportamentos de violência sexual contra as mulheres. As palavras ofensivas de cunho sexual investidas, toques sem consentimentos e beijos forçados são comuns no Carnaval. A *azaração* é uma oportunidade festiva desde que o objeto da conquista não implique em violação moral ou física do outro. O assédio não passa de uma prática predatória violenta.

Praticamente eu sou abusada, porque eles não têm limites. Achrom que estar ali tem que ser assediada. Porque a gente está na rua, está no Carnaval, está ali assistindo, eles acham que podem fazer o que quiser. Isso é chato, é constrangedor. Eles já chegam querendo beijar, chegam puxando e às vezes machucando. Machuca porque eles não têm limites na força (Helen, 20 anos, Foliã).

O carnaval é visto por muitos foliões como a festa em que se pode tudo, isto é, seria tudo para os homens em desfavor das mulheres. Os foliões masculinos confundem tolerância contativa com o convite ou abertura para o contato corporal. Durante o Carnaval, os foliões sabem que irão tocar e ser tocados. Muitos desejam a efervescência decorrente desses contatos e alguns contam com as possibilidades de contato como meio para a *azaração*. No

entanto, os predadores fazem desse espaço de aproximação corporal um lugar de ameaça, invasão e violação dos corpos das mulheres.

Os perpetradores se colocam como sujeitos dos desejos das mulheres. Eles partem da ideia de que o não é um sim que ainda não foi revertido, e de que, no fundo, as mulheres querem aquilo tanto quanto eles. Elas precisariam apenas de um “estímulo” a mais. A cultura do estupro ensina aos homens a aproveitar os recursos ao seu alcance para estimulá-las, pois depende somente dele para “transformar” um não em um sim (SOUSA, 2017, p. 13).

Atentando contra a liberdade sexual das mulheres, os homens as forçam a aceitar a violência sem reagir, caso contrário, eles retaliam a rejeição. Assim, a violência, que se segue à recusa, tem uma performance expressiva e instrumental.

Esse negócio de querer te agarrar. Às vezes, você passa a pessoa segura a sua mão. Você tira e ele prende o seu braço. Ou então, pega pela altura do pescoço, pra poder beijar. Uma vez, o cara me segurou pela altura do pescoço e arrancou os meus brincos (Hillari, 19 anos, Foliã).

Por um lado, existe a *azaração* sádica, do assédio em si como fonte de prazer, e, por outro lado, as mulheres são castigadas pela recusa do beijo. Desse modo, a violência perpetrada tem uma finalidade penalizadora, ou seja, os assediadores parecem querer reafirmar a força do machismo no contexto carnavalesco, sendo essa afirmação da identidade bastante recorrente.

A descrição acima remete às oportunidades predatórias que se fundam na desvantagem situacional simbólico-numérica. Nesta condição de desvantagem estão as mulheres em relação aos homens e perante as autoridades de segurança.

Os foliões do sexo masculino se sentem à vontade para abordar e agredir as mulheres que não se encontram na presença de outros homens ou quando estes estão em desvantagem numérica.

Os homens respeitam outros homens e não as mulheres. Eles respeitam por eu estar acompanhada pelos meus tios, pelo meu pai e o meu avô, ou seja, por homens. Mas eu creio que se eu estivesse sozinha rolaria muito assédio. A mesma coisa se estivesse com um namorado no Carnaval. Eu tenho certeza que se algum homem me assediasse [por engano], este pediria desculpa ao meu namorado e não a mim (Francielle, 15 anos, Foliã).

No jogo machista de afirmação da identidade masculina mediante práticas predatórias sexuais, a vantagem ou desvantagem numérica que impede ou encoraja os ataques é sempre a quantidade de corpos masculinos. Dessa forma, eles parecem manter o pacto tácito machista de dominação sobre os corpos das mulheres.

Já nos corpos plurais em desvantagem masculina, as mulheres e os homens têm a sua integridade física ameaçada.

Eu estava indo na cordinha [fila indiana], com dois irmãos e o meu marido. E estávamos passando em um tipo de corredor polonês, e o cara puxou o meu cabelo pra beijar. Aí, meu irmão que vinha atrás pegou a rebombada. Aí, foi aquela briga, aquela agonia (Marivaldina, 53 anos, Foliã).

As práticas predatórias sexuais consistem na ampla fruição do corpo feminino, tomados como incircunscrito, ou seja, eles estão abertos a intervenções (CALDEIRA, 2000, p. 370). Os “corpos incircunscritos” estão em desvantagem situacional simbólica. Embora seja alvo de campanhas, que propõe práticas que respeitem os limites dados pelas mulheres, o assédio no Carnaval ainda é pouco reprimido pelas autoridades durante os dias de festa. Isso gera uma desvantagem situacional na medida em que alimenta a cultural do estupro.

[O assédio] é aquela sensação de ser invadida, ferida, de ter a liberdade roubada e de ser fragilizada em saber que você está indefesa. Porque no Carnaval quando a gente é assediada, pra polícia intervir, talvez, só se a gente estiver sendo surrada. O assédio é muito naturalizado no Carnaval. [...] A polícia dificilmente ou quase nunca faz nada (Iolanda, 20 anos, Foliã).

Por essa via, a cultura da violência não se materializa apenas no corpo, mas também nas instituições, pois ao invés de reprimir as suas práticas são permissivas e tolerantes com elas. A subnotificação das violências impingidas decorre essencialmente em razão dessa conduta institucional padrão.

O Carnaval é uma festa que amplia a oportunidades festivas em relação à vida cotidiana, ao tempo que amplia a liberdade para a fruição dessas oportunidades. A desvantagem situacional simbólico-numérica não só limita a liberdade das mulheres como também reduz os seus corpos a objeto sexual de satisfação dos desejos e necessidade dos homens, o que acaba legitimando e alimentando diversos tipos de violência no Carnaval (SOUSA, 2017).

A cultura do estupro é um mecanismo invisível que tem raízes no patriarcado e se fundamenta a partir de uma sociedade extremamente desigual e violenta que enxerga a mulher como um sujeito, como um objeto que deve ter sua sexualidade, liberdade e independência controlada.

7 AS OPORTUNIDADES CARNAVALESCAS E A ORDEM PÚBLICA FESTIVA NA MULTIDÃO

O Carnaval de Salvador é uma grande ocasião social festiva, formado por um contexto social estruturante, com situações, ajuntamentos previstos e padrões de condutas reconhecidos como apropriados (GOFFMAN, 2010; 2011).

Como foi demonstrado, o Carnaval de Salvador concentra uma das maiores multidões do mundo. Em cada um dos dois principais circuitos (Dodô e Osmar), mais de quinhentos mil foliões passam por dia, e, a depender do conjunto de atrações artísticas a desfilar, os números podem ultrapassar a marca de um milhão de foliões.

Esses foliões se distribuem, ao longo dos circuitos, em concentrações. Quando se concentram em torno dos trios elétricos, os foliões formam folias com elevados níveis de densidades. Nessas folias, os corpos ficam eletrizados e se agitam com expressividade e performance distintas. A circulação e ingestão de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas ajudam na descontração.

É nessa atmosfera excitantemente envolvente de efervescência corporal que as oportunidades festivas e predatórias se chocam. Os alvos atrativos e os perpetradores motivados se misturam, e os encontros entre eles são quase sempre inevitáveis. De tal modo, os eventos de violência e criminalidade produzidos por esses encontros podem ser traduzidos pelos números da violência e criminalidade no Carnaval.

As cifras ocultas e subnotificações dos registros de ocorrências, em certa medida, fazem referência às lesões corporais leves. Ao passo que, as taxas divulgadas dão conta dos registros de lesões corporais médias e graves e da violência letal.

Os números divulgados e as cifras ocultas dos eventos predatórios observados na forma de registro ou *in loco* pelos foliões têm alimentado discursos que relacionam a escalada da violência com a degeneração crescente da multidão.

Teve vários fatores que me levaram a isso [a desistir]. Primeiro a violência muito gritante, por coisas banais, vaidades. A libertinagem é uma outra coisa. Os caras acham, só porque você está ali no Carnaval sem ninguém, sozinha, ou com uma colega, que eles têm o direito de te agarrar, te beijar. E não é bem por aí. Eu era louca por Carnaval. Todo ano eu ia, todo ano eu estava lá. Aquela fase de adolescência, de início da carreira da gente, de adulto na fase inicial. Foi um brilho tremendo [o Carnaval]. Antes era isso. Agora, depois, é só baderna... baderna, violência e confusão. [...] Naquela época, não tinha isso [assédio]. Não tinha esse problema. Quando eu tive esse problema foi no Carnaval de 2005. [...] Então, ali o Carnaval já começou a não prestar mais. [No Carnaval], “ninguém é de ninguém”. O termo agora é esse! (Marivaldina, 53 anos, Foliã).

Essa visão degenerativa de multidão lembra as formulações ingênuas de Le Bon (1980). Segundo essa perspectiva, a multidão carnavalesca seria um aglomerado disforme, desordenado e homogêneo de indivíduos agindo instintivamente. Embora o perigo de predação exista, a comparação entre os números médios anuais de foliões que passam pelos circuitos e as cifras da violência e criminalidade não permite interpretar este Carnaval como predominantemente predatório.

Apesar da relevância dos números da violência e da criminalidade no Carnaval e a necessidade de reduzi-los, eles revelam a predominância da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias. Se a multidão fosse patológica, os interesses dos foliões não seriam curtir a festa, isto é, beijar, beber, dançar e festejar. Na multidão imperaria a violência e o aproveitamento das oportunidades predatórias seria o único objetivo deles. E caso o interesse festivo de curtição fosse da minoria dos foliões, a multidão continuaria sendo violenta.

Com efeito, se a busca pelas oportunidades predatórias predominasse sobre as festivas não haveria Carnaval.

No ano passado [2016] teve o trio de Igor Kannário, que atraiu uma multidão de cerca de um milhão de pessoas. Foi fora do normal. E aí fomos solicitados de cinco patrulhas do GOE [Grupo de Operações Especiais], cerca de trinta homens, para acompanhar também esse trio. A gente sabe que tem membros de facções criminosas misturados com as demais pessoas de bem, que são a maioria que vão brincar o Carnaval. Não é a minoria se não o policiamento não daria conta. Sabemos disso, a Polícia Militar sabe disso, a Guarda Municipal sabe disso, temos esse entendimento, pois, se a maioria não quisesse que acontecesse não aconteceria, porque o policiamento não daria conta (GCM-II, 34 anos, Supervisor).

Se a multidão carnavalesca, que só em uma das suas folias pode concentrar mais de um milhão de pessoas, fosse predominantemente predatória, as forças estatais de segurança não teriam efetivo suficiente para conter um distúrbio generalizado.

Além disso, não existe uma relação direta entre a fruição das oportunidades festivas e a segurança objetiva, ou seja, não se pode conceber a façanha da supremacia da fruição das oportunidades festivas como um resultado somente da segurança estatal. A relação é desproporcional entre folião e policial, logo não dá para debitar na conta da segurança estatal os ganhos pela ordem pública festiva construída.

Na visão militarizada da ordem pública, a provisão de segurança nos diversos contextos sociais tem como fundamento a proteção policial. A ordem e a segurança sempre serão operadas pelos agentes estatais, mesmo que seja na sorte, pois, como são esses agentes que proveem a segurança no Carnaval, eles contam com a ajuda das divindades para fazer o impossível e operar um grande “milagre”.

É complicado... Porque a segurança pública do Carnaval de Salvador é... Eu acredito que seja uma benção divina, uma benção dos deuses, de todos os orixás... de que eles vão pra guerra junto com a gente. Porque já parou pra pensar na proporção de policiais e pessoas? É imaginável. A gente faz na sorte! (PFem-I, 38 anos, Soldado).

Na verdade, os foliões são os abençoados e que operam o grande milagre da segurança. A sorte com que o policiamento estatal e os seus agentes conta são as expectativas recíprocas estabilizadas na curtição festiva. Na fruição das oportunidades festivas, os foliões introduzem uma racionalidade (THOMPSON, 1988) e produzem uma ordem na multidão carnavalesca; é uma ordem pública festiva, que emerge das expectativas recíprocas de festividade dos foliões.

7.1 A RACIONALIDADE DA MULTIDÃO CARNAVALESCA

A multidão carnavalesca é reprodução mimética da sociedade. Uma reprodução ampliada da ordem, das interações significativas e das desigualdades nas definições de situações que envolvem essas interações. Em lugar de desforme, desordenada e patológica, a multidão carnavalesca é estruturada e ordenada, pois os coparticipantes exportam para a multidão carnavalesca a racionalidade das estruturas organizacionais e das relações de reciprocidade do contexto social em que se encontram inseridos (THOMPSON, 1988; MCPHEIL, 1991).

7.1.1 As expectativas recíprocas de curtição e as configurações de estilos de vida

O Carnaval oferece oportunidades ampliadas de interações significativas. As interações, entre conhecidos e desconhecidos, são significativas para os participantes, porque envolvem afeto, troca e satisfação. O acúmulo de interações significativas é motivado pelas expectativas de curtição e aventura dos foliões. Eles convertem tais expectativas em oportunidades carnavalescas de interações significativas mediante reciprocidade. As expectativas recíprocas estabilizadas estabelecem uma relação de conformidade mútua dos limites e possibilidades de experiências festivas na multidão carnavalesca.

A curtição da festa implica em duas formas de expectativa de fruição. Os foliões podem curtir *a* festa e curtir *na* festa. Curtir *a* festa significa a expectativa de fruição daquilo que é oferecido ou estruturado pelo evento festivo: ver as atrações, dançar e pular, azarar, beber e comer. Por sua vez, Curtir *na* festa para os foliões consiste na expectativa de fruição

das potencialidades da multidão carnavalesca, como o jogo do tombo, as experiências sexuais, o uso de psicoativos e as azarações.

A curtição *na* festa com elevado potencial de risco são experiências de aventura para os foliões. As aventuras carnavalescas são experiências de interações significativas de prazer em excesso e com elevado potencial de risco. O prazer em excesso está na adrenalina alcançada nas interações significativas.

As experiências festivas de curtição e aventura são produzidas na reprodução ou rupturas com o estilo de vida da vida cotidiana. Quando pretendem evitar a exposição moral ou a profanação do Eu (GOFFMAN, 1974), os foliões reproduzem na festa comportamentos próprios do seu estilo de vida cotidiano, ou seja, é uma experiência normalizada do Eu folião. Nas experiências extraordinárias, os participantes procuram se desvincular das representações normalizadas do Eu e das expectativas positivas de envolvimento situacional impostos pelos papéis sociais cotidianos (GOFFMAN, 2007; 2010; 2011), significando uma experiência de ruptura com a vida cotidiana e seu estilo de vida. Com efeito, a reprodução ou a ruptura com o estilo de vida da vida cotidiana condiciona as experiências dos foliões na multidão carnavalescas.

As diversas configurações (ELIAS, 2008) de estilos de vida (BOURDIEU; 2012) ou cultural não se distanciam das estruturas e racionalidade dos contextos sociais de origem, mas, no Carnaval, elas não são definidas estritamente pelos padrões de consumo ou de existência dos seus adeptos como na vida cotidiana. Na festa, as configurações são formadas pelas disposições duráveis e as práticas sociais dos foliões. Estes estilos são definidos pelas expectativas recíprocas vinculadas aos laços de parentesco, à orientação sexual e outras formas de identificação social e cultural. As configurações de estilos de vida no Carnaval incluem LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travesti e intersexuais), juvenil, alternativo, o estilo família, esportivo-marcial e favela.

A atração sexo-afetiva pelo outro do mesmo sexo não é o elemento definidor do estilo de vida LGBT. Esse grupo representa o estilo de pessoas que se “assumem” e se associam a outras com gostos sexuais semelhantes como parte de sua vida. A abertura e reconhecimento social para a conquista e estabelecimento de relações também caracteriza esse estilo de vida.

A juventude, que no Carnaval tem uma idade média de 15 a 19 anos, é bastante diversificada em relação à classe, raça/cor, gênero e orientação sexual. Entretanto, a energia, a busca pela autenticidade e a abertura para as experimentações são traços definidores do estilo de vida juvenil das configurações carnavalescas. Os jovens são cheios de energias, muito dinâmicos e ativos. Embora tenham dinamismo e energia, os jovens têm problemas diversos,

mas vivem sua vida compartilhando e se divertindo de várias maneiras. A busca incessante pela autenticidade é outra marca do estilo de vida juvenil, sendo enumeradas as escolhas feitas para atingir a autenticidade. As roupas, os acessórios, o visual dos cabelos e a maquiagem são protagonistas para a autoexpressão e identificação de grupo. E participar (ou sentir-se membro) desse grupo é legitimar-se como adolescente autêntico, moderno e independente. Os jovens querem conhecer e experimentar muitas coisas ao mesmo tempo, eles querem tentar tudo o que podem. Desse modo, a curiosidade pela descontração psicoativa e pelas relações sexuais hétero e homoafetiva aflora em momentos festivos significativos.

Um estilo de vida alternativo, no geral, é percebido como sendo externo à norma social vigente. Geralmente, mas não sempre, esse é um estilo que mantém uma afinidade ou identificação com movimentos subculturais. O termo “alternativo” tende a ser conjugado a formas de estilo de vida, muitas vezes baseadas na decisão de substituir preferências ou de não trilhar a linha de conduta e de pensamento vigente.

O estilo família caracteriza o modo de vida dos grupos familiares, cujos membros realizam encontros preferencialmente entre si, sobretudo os encontros voltados para o lazer. Neste estilo, os mais novos estão sempre acompanhados dos mais velhos, principalmente nas ocasiões em que não podem sair sozinhos. Assim, os mais novos não ficam impedidos de sair, mas só fazem na companhia dos membros mais velhos da família. Muitos foliões tiveram seu primeiro contato com a multidão carnavalesca e foram socializados na dinâmica do carnaval acompanhados dos pais. Esse é um ritual de inserção típico do estilo de vida familiar, que, às vezes, é passado para as gerações futuras.

A busca pelo corpo bélico caracteriza o estilo de vida esportivo-marcial. Por meio da prática esportiva das artes marciais, os adeptos instrumentalizam seus corpos para o combate. Eles, no geral, os homens, recorrem à ameaça ou ao uso da força física como recurso de afirmação da identidade. Ter um corpo musculoso e portar capital muscular intimida pela ameaça ou potencial uso da força, mas o uso efetivo do corpo como arma, numa situação de confronto, requer vigor bélico, ou seja, o emprego estratégico da vitalidade corporal.

Na minha galera só tem “Pitbull”, porque todo mundo é treinado... é treinado para aquilo [confronto]. Todos treinam alguma coisa. Não tem um... pelo menos naquela galera, não tem um que não treine alguma coisa. Eu treinava boxe, muay thai e jiu jitsu (Juan, 20 anos).

Um corpo desprovido de massa muscular pode surpreender outro abastardo desse capital, pois, o capital muscular torna o corpo uma arma de grosso calibre. Contudo, sem o vigor bélico, o corpo apresenta grandes limitações de agilidade e perícia num possível confronto.

O estilo favela tem como particularidade a defesa dos jovens das periferias da sua identidade social. Embora os jovens das periferias absorvam e resinifiquem elementos da moda difundida pelas classes médias, os parâmetros incorporados ao seu estilo recebem significados ambíguos. Os parâmetros do corpo, que no estilo favela são signos de status, fora desse círculo, são considerados signos de estigma. Tais parâmetros, que incluem marcas e combinação de peças de roupas e corte e tingimento dos cabelos, quando apropriados pelas classes populares recebem rótulos preconceituosos e racistas.

A gente sempre julga, infelizmente. A nossa sociedade sempre julga, e eu não seria diferente. Então, sempre que a gente vê aquela pessoa com o porte denominado do mal, digamos assim, sempre tem aquele receio. Sempre tem aquele preconceito. Eu tenho vergonha de falar isso, apesar de que é normal. Mas... pessoas com aquelas vestimentas mais despojada, aquelas vestimentas mais fluorescentes, o corte de cabelo, o corte da sobrancelha, *piercing*, tatuagem, apesar de ser completamente contra, as vezes a gente julga sem querer (Francielle, 15 anos, Foliã).

Com efeito, o estilo favela é caracterizado pela resistência dos seus adeptos ao preconceito, à repressão social e institucional, contra a construção de sua identidade. Além disso, esse estilo absorve e é absorvido pelos integrantes de grupos criminosos nos contextos de sua construção, mas, de qualquer sorte, ao adotar o estilo favela, os jovens da periferia pretendem não viver sós e nem isolados em seu próprio mundo.

De acordo com a ordem em que estão dispostos os estilos de vida acima, há uma tendência em assumirem uma conformação heteronormativa. O ser hétero, visto como a sexualidade padrão, está implicada a um conjunto de coisas e ideias que trata a heterossexualidade como norma. Ligado a essa postura encontra-se a afirmação das identidades ofensivas, que envolvem o combate, o comportamento desafiador e o uso da força. A afirmação da virilidade masculina é a expressão máxima dessas identidades.

As diferenças de classes sociais e raciais também são as condições objetivas de distinção dos estilos de vida. A condição de classe e raça faz com que o estilo favela destoe das demais configurações. Os foliões negros e pobres se concentram na configuração favela. Os outros estilos apresentam variações de configuração que tem a classe média branca como segmento expressivo.

7.1.2 As configurações de estilos de vida na composição da multidão carnavalesca

O corpo plural, o corpo plural ampliado, a folia corporal “pipoca” e o bloco são os níveis de configurações de estilos de vida que formam e ordenam a multidão carnavalesca.

Esses são os níveis de expectativas recíprocas estabilizadas. Os níveis de compartilhamento mútuo de estilo vida dos foliões.

Os corpos plurais são fragmentos de estilos de vida dispersos na multidão. Como foi demonstrado, o corpo plural é a unidade básica da multidão carnavalesca, e é com ele, e por meio dele, que os foliões aproveitam as oportunidades carnavalescas. O corpo plural dá sentido e torna possível a participação efetiva do folião na festa.

Eu não vou só, tenho que ter alguém pra bater papo. Eu vou pra ver e bater papo, criticar e elogiar. Eu não vou só pra pular. Eu vou falar da fantasia do cara, falar que o som está uma merda, que tem muita briga, que a polícia está muito violenta... Eu faço a minha resenha! [...] Carnaval eu saio pra beber e não precisa nem ter bloco. [...] Mas é Carnaval, a sensação do Carnaval está no ar, eu estou satisfeito. O fato de ser Carnaval e as pessoas estarem lá com o espírito do Carnaval, eu independo até da música. Agora, eu tenho que ter alguém pra bater papo (Roberto, 63 anos, Folião).

As expectativas de encontro dos foliões configuram o corpo plural e os seus objetivos. Quando as expectativas dos foliões são de encontros-curtição, o corpo plural formado por eles tem um fim em si mesmo. Na curtição, os participantes conhecidos compõem o núcleo duro do corpo plural.

[O Carnaval] é um momento em família, pra mim. Mesmo que ocorra aquela multidão toda, pra mim é um momento em família. Porque eu não interajo com as pessoas de fora, mais sim, com a minha família. [...] a gente não sabe quem está do outro lado. Por ser uma festa violenta acho que não deve haver essa interação (Francielle, 15 anos, Foliã).

Nessa modalidade, há o limite e o controle da participação de estranhos, logo os contatos são reservados aos participantes conhecidos. Assim, na curtição, o corpo plural é introvertido.

Quando as expectativas do folião são de encontros-aventura, o corpo plural é direcionado e extrovertido, ou seja, os envolvidos nesses encontros são convocados para uma performance festiva que mistura descontração e encorajamento ampliado. Essa fusão de emoções libera e encoraja os envolvidos para se lançarem na caça de aventuras carnavalescas com potencial de risco.

Já... dentro e fora do bloco. Tem muito tempo. Já usei lança [perfume] e maconha. O lança através de amigos e a maconha eu mesmo levei. [Fora do bloco] foi escondendo, botando os amigos na frente... Mas no público mesmo. [No bloco] foi mais lança-perfume. (Rafael, 28 anos, Folião).

Com efeito, para poderem viver uma experiência de encontro significativo e de prazer em excesso, isto é, uma aventura carnavalesca, os participantes concebem o corpo plural como um instrumento, um meio para encontros com estranhos. Esse ajuntamento ocorre de

forma instrumental, para que um fim possa ser atingido. Os objetivos incluem a azaração, a experiência sexual, a aquisição e uso de psicoativos, e a expressividade corporal do tombo.

O corpo plural é uma configuração de estilo de vida que expressa às expectativas de curtidão e aventura mediante o simbolismo corporal dos seus participantes. Consciente ou não, os foliões recorrem a uma composição de corpo plural que preserve o estilo de vida dos participantes. O corpo plural comunica, mediante expressões e impressões do seu estilo de vida, a expectativa festiva dos seus participantes, dizendo a que tipo de encontro está aberto.

Alguns agrupamentos apresentam uma configuração de estilo de vida menos fragmentado. Esses são, portanto, denominados como corpo plural ampliado, e os mais conhecidos estão ligados à orientação sexual, torcida organizada e relações de vizinhança.

Um corpo plural ampliado bastante conhecido entre os foliões LGBT fica no Beco da OFF (antiga boate gay), que oficialmente se chama Rua Dias d'Ávila – ligação só para pedestres entre a Avenida Oceânica e a Rua Marques de Leão, na Barra. Durante o Carnaval, contando a partir de 2016, a rua é chamada como Beco das Cores. Nesse espaço, que passou a ter uma programação à parte, com direito a música eletrônica, forma um grande agrupamento de foliões.

Os membros da torcida organizada da Bamor, por exemplo, foram demarcando espaço em pontos estratégicos dos tradicionais circuitos do Carnaval de Salvador. Ao longo do tempo esses se tornaram pontos de encontros para muitos foliões, mesmo para aqueles que não têm ligações com a torcida organizada. No circuito Osmar, o corpo plural ampliado da Bamor fica embaixo do camarote da Band, porém, no circuito Dodô o ponto bastante conhecido entre os torcedores do Esporte Clube Bahia é o “Beco da Bamor”, localizado na Avenida Sete de Setembro.

A escolha do circuito é por conta do Beco da Bamor. Quem vai pra lá conhece porque a gente canta... tem o canto que volta e meia, a gente canta: “ÔÔÔ! O beco é da Bamor!” Geralmente [o canto] é quando a gente vê alguém que é de torcida rival ou quando a gente acaba de quebrar alguém da torcida rival (Juan, 20 anos, Folião).

Os tradicionais corpos plurais ampliados são as concentrações de moradores de bairros nas calçadas das avenidas onde ocorrem os desfiles. Esses corpos plurais têm a sua configuração definida pelo local de moradia e as relações de amizade e vizinhança dos participantes. Grande parte dessas concentrações provém da periferia da cidade. Com a regularidade com que se concentram no mesmo “pedaço” da calçada, os foliões estabelecem uma relação de territorialidade com o espaço da audiência. Assim, durante o Carnaval, parte das calçadas representa uma extensão territorial desses foliões.

Já as folias corporais são grandes concentrações de estilo de vida, que reúnem os corpos plurais com estilos de vida em comum, mas que se encontram dispersos na multidão. O artista funciona como centro irradiador da força atrativa que concentra os foliões em torno dos trios elétricos. O artista, com o seu poder de atração, enquadra a experiência festiva carnavalesca dos foliões numa moldura de comunicação corporal.

Já presenciei situações diferentes. O público que cola em determinada pipoca, de determinado artista, é um público específico. Nos trios independentes... a galera que colou na pipoca do BaianaSystem era um público completamente diferente daquele que colou na pipoca de Ivete [Sangalo], de Claudia Leite, da Timbalada, do Olodum... (Josair, 29 anos, Folião).

O artista tem o poder de selecionar os foliões que se concentram em torno do trio e formar a folia corporal. Essa seleção é feita atraindo os foliões tanto pela sua afinidade com o artista, como pela sua expectativa em relação à folia. Dessa forma, os artistas não criam, eles atraem expectativas, que estão diretamente vinculadas ao estilo de vida dos foliões. Com efeito, os artistas ajudam a formar folias corporais com estilos de vida hegemônicos.

Nas configurações LGBT de folias, os foliões seguem as “divas do Carnaval”: Daniela Mercury, Claudia Leite e Aline Rosa. A maior parte do público LGBT atraído para o Carnaval de Salvador é de turista e marca presença nos blocos de trio assumidamente gay. Estes são os blocos comandados pelas divas, que com as mudanças estruturais do Carnaval-negócio, assumiram o comando de folias “pipoca” com um público majoritariamente gay. Essas folias proporcionam experiências festivas sem as amarras sociais do conservadorismo. Atualmente, esse folião pode curtir a festa como todos sempre curtiram, podendo *azarar* sem ter que se esconder.

Geralmente, quem sai na “pipoca” de Daniela Mercury... na “pipoca” da rainha, quer dizer... são os fãs do trabalho dela. A maioria do público é gay, que é o público que segue ela. É uma galera que está ali pra curtir o Carnaval... não vi briga. Um público animado, tranquilo, o circuito todo... eu acompanho do começo ao fim. [...] O público gay, em geral, é definido como alegre, que busca no Carnaval está ali curtindo, pegando geral, sem se preocupar com o amanhã. E que está ali em busca, também, de segurança, aconchego. É um público diversificado. Tem pessoas de classe baixa, média, alta... todos ali com o mesmo desejo de curtir o Carnaval em si, em todos os aspectos, com relação à alegria, pegação e fazer novos amigos (Anderson, 25 anos, Folião).

Nas configurações da folia LGBT, a curtição está diretamente associada à segurança. E, embora essa seja composta por uma diversidade de classes sociais, a folia LGBT é segura e aconchegante. Quando a condição objetiva de distinção das classes sociais não solapa as

expectativas recíprocas estabilizadas, as configurações de folia proporcionam aos foliões amplas possibilidades de experiências.

No Carnaval, as configurações de estilos alternativos se distanciam da lógica meramente comercial e particularista de folia. A integração dos foliões nas configurações de folia de estilo alternativo decorre de uma atitude de oposição e resistência às folias de bloco. Em relação às outras folias “pipoca”, o estilo alternativo visa um conteúdo discursivo que se vincula a um ideal de integração sociocultural.

É possível identificar duas configurações de folias alternativas: a contemplativa e a efervescente. A folia alternativa contemplativa é formada por foliões que estão em busca de uma estética musical.

São esses trios específicos de Armandinho e Morais Moreira. [O público] alternativo... são pessoas que escutam mais Bossa Nova, Caetano Veloso. Elas ouvem mais outras coisas do que o próprio axé. Ou qualquer outra coisa do que o próprio axé. Elas não são convencionais. [...] Talvez, nos Os Mascarados [bloco sem corda] também role essa galera mais alternativa. Essa galera que você encontra nos trios de Armandinho e Morais também vai pra Os Mascarados (Tereza, 30 anos, Foliã).

A grande atração que contempla ambos os estilos, alternativo e efervescente, é a Banda BaianaSystem. Esta banda é um dos principais nomes de um movimento independente que busca ressignificar a sonoridade da música urbana produzida na Bahia e atender a um segmento que busca por alternativa musical estética efervescente. As músicas efervescentes tornam a folia da BaianaSystem menos seletiva do que contemplativa, mas mantém uma performance que difere da expressividade corporal agito e tombo.

O estilo esportivo-marcial predomina entre os foliões seguidores de Bell Marques. A “nação chicleteira” dos tempos áureos do Chiclete com Banana passou a seguir o cantor Bell Marques depois da sua saída da banda. Na folia desse artista, os foliões se reúnem para bater uma luva imaginária, numa performance que simula uma luta de Box.

A maioria das brigas é psicológica [mental]. O cara passa fitando aquele soco no ar, passando perto, não chega a pegar, e o outro está, aqui, esquivando. Aí, você sabe, em sua cabeça, quando você esquivou ou pegaria. É mais pelo ego mesmo. Sair na mão mesmo é pouco. [...] Um para de frente para o outro e simula a sequencia de dois, três golpes. E o outro vai e simula as esquivas e bloqueios (Matheus, 24 anos, Folião).

Muitos foliões foram atraídos pela folia *sparing* por conta da relação com as artes marciais, mas muitos entram nas aulas de Box para aumentar a performance no jogo do tombo. Embora não seja o que pretende estes foliões, os confrontos reais podem acontecer.

Os cantores Igor Kannário e EdCity são os principais representantes do estilo de vida favela. Ambos se autodenominam Príncipe e Rei do Gueto, respectivamente. Além deles, outras atrações, como a banda La Fúria, agitam o público adepto do estilo. Em comum, esses artistas cantam músicas que exaltam o estilo favela de ser, retratando o cotidiano da periferia e reafirmando a identidade guerreira dos moradores. No entanto, a atmosfera excitantemente envolvente de efervescência corporal criada pela performance musical de Igor Kannário atrai uma multidão. Por essa vertente, as músicas vibrantes e contagiantes seriam a fórmula utilizada por esse cantor para conseguir agregar uma massa de foliões. A folia do Kannário já ultrapassou a cifra de um milhão de pessoas num desfile.

É uma coisa de outro mundo, você está ali jogando o tombo, porque nas músicas de Kannário, a galera fica numa vibração só. Não tem como a galera ficar parada. Você consegue balançar, nem que seja um pezinho você tem que bater. Você tem que fazer alguma coisa, porque é uma *vibe* diferente, não é uma coisa que você vê em qualquer festa (Kelvin, 18 anos, Folião).

As configurações de folia “pipoca”, assim como o corpo plural, são configurações de estilos de vida definidas pelas expectativas recíprocas dos foliões. A classe social e a raça são as condições objetivas de distinção dessas configurações, mas não as determinam.

Já alguns blocos de trio oferecem aos foliões associados uma experiência próxima ou não destoante da vivenciada pelo folião “pipoca”; e outros disponibilizam opções de reprodução de estilos de vida definidos por uma segregação sociorracial. Nesse sentido, ao tomar como base as condições objetivas de distinção social presentes nas configurações de estilo de vida, é possível distinguir três categorias de blocos: populares, acessíveis e homogêneos.

Os blocos populares são concentrações de foliões associados cujo simbolismo corporal predominante não destoa dos foliões que estão fora da corda. Em muitos casos, as cordas não segregam a folia, e estar dentro ou estar fora não configura uma distinção.

Eu já peguei o Psirico com corda. Dependendo do bloco você se sente mais incluída ou não. Ser pipoca é se sentir incluído. Eu acho que, talvez, a diferença seja essa. Dependendo do cantor que esteja lá, você se sente mais parte daquilo. Rola uma maior identificação entre as pessoas que estão dentro e que estão fora. [...] Acho que é essa diferença mesmo de classe e raça que bate. Você vê o bloco da Lourinha [Claudia leite], tem muita gente branca... não rola uma identificação (Amanda, 30 anos, Foliã).

Os blocos acessíveis são concentrações de foliões que não se caracterizam por serem “mais em conta” ou mais baratos. O abadá desses blocos é mais caro do que os dos blocos populares e atrai foliões com estilos de vida que não demarcam uma distinção sociorracial em

relação aos de fora. Nesses blocos, também, os gestos e atitudes dos associados sinalizam aberturas para o contato e interação (Diário de campo, 2015).

Enquanto, ao longo da multidão, as configurações hegemônicas de estilos de vida são possíveis de serem encontradas nos blocos populares e acessíveis, outros blocos proporcionam aos associados configurações homogêneas de estilos de vida. No passado, nos blocos homogêneos, a associação seguia critérios de seleção bastante rígidos, e em alguns casos os critérios eram explicitamente sociofóbicos e racistas. Atualmente, os critérios de seleção mudaram, e a filtragem dos associados é realizada por meio do seu poder de compra, embora os critérios anteriores continuem valendo de forma mais sutil. Quanto maior o valor do abadá, mais diferenciados e homogêneos são os associados. Além disso, esses espaços são fechados para os foliões com simbolismo corporal desviante.

Blow out é novo esse bloco... O público não me interessa, porque é um tipo de Gay tirado a rico. [...] A maioria são os mesmo que sai no Largadinho. Não que sejam elitizados, mas é tirado. Às vezes, pessoas elitizadas não tiram tanta onda como eles tiram. É tipo uma pessoa tocar neles, e eles quererem se limpar. Olha pra você com cara de nojo. Tudo isso faz com que você não tenha atração pelo bloco (Anderson, 25 anos, Folião).

Essa postura excludente aborta as pretensões de associação dos foliões que estão fora do padrão estabelecido pela maioria homogênea. Em muitos casos de aquisição de abadás, a atração vem em primeiro lugar entre os motivos que orientam a escolha do folião quando se associa a uma entidade. Entretanto, dificilmente as atrações musicais orientam isoladamente essas escolhas, ou seja, as expectativas de filtragem e homogeneização também norteiam a compra do abadá.

No bloco a gente curte do mesmo jeito... É mais restrito. Não é qualquer um que pode entrar. Querendo ou não tem que ter uma condiçãozinha... nem que seja um conhecimento pra estar ali dentro. Então limita o acesso. [...] No bloco o público é mais selecionado (Helen, 20 anos, Foliã).

A homogeneização seletiva dos blocos “desloca” os associados física e simbolicamente do restante da multidão. O ambiente homogêneo instituído pelas entidades atende às expectativas dos associados, quando os fazem crer que estão apenas com seus iguais. Essa crença, portanto, estimula nesses foliões uma atitude de confiança e descontração.

A filtragem socioeconômica atende também às expectativas de distinção sociorracial dos associados. Por conta da segregação bem estabelecida pela seleção dos associados, esses blocos são conhecidos pelos foliões e pela mídia como blocos de “gente bonita”.

Dois blocos de [...], bloco A e um bloco B, e às vezes o bloco A é mais barato. Então tipo, [no bloco A] é mais gente que você vê que não é tão bonita assim, que não é tão legal... que o bloco vai ser mais fraquinho. Aí sai no mais caro, porque o bloco vai ser mais maneiro. [O mais barato pode] ser

mais fraco, tipo ter mais briga, não ter tanta gente legal (Hillary, 19 anos, Foliã).

“Gente bonita” é uma expressão que diz menos sobre a beleza em si e mais sobre um recorte de classe e raça. O adjetivo agrega preconceito, mas é proferido com leveza, orgulho e descompromisso. A referência feita a “boniteza” dos associados dos blocos mais caros revela a caracterização sociorracial desses espaços, em contraste com os de fora da corda. Além disso, ela também evidencia uma distinção entre os blocos elitizados e os blocos acessíveis ou populares.

A crescente demanda por homogeneização sociorracial distintiva explica os preços cobrados pelos blocos aos associados com perfil elitista. A segregação espacial da multidão, decorrente desse comércio, processa de modo a reproduzir estilos de vida com os seus privilégios, bolhas de segurança e com o tradicional preconceito e afeição pelos lugares públicos privatizados.

Mediante a reciprocidade definidas pelas configurações de estilos de vida nos corpos plurais e nas folias corporais, os foliões convertem em oportunidades normalizadas e extraordinárias as suas expectativas de curtição e aventura.

7.2 AS OPORTUNIDADES FESTIVAS E O ENQUADRAMENTO DAS INTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

A festa carnavalesca conta com a presença de atores plurais, por conseguinte, foliões, vendedores, ambulantes, repórteres, cordeiros, seguranças, socorristas, policiais e outros se misturam na multidão carnavalesca. Entre os foliões, a pluralidade decorre tanto dessas ocupações quanto das diferenças de idade, raça, gênero, classe social, orientação sexual, etc. A pluralidade dos atores tem possibilitado volumes e arranjos variados de interações. As alternativas de interações têm permitido aos foliões realizarem diferenciados interesses e desejos carnavalescos.

A fruição das oportunidades carnavalescas implica na acumulação de interações focadas e desfocadas, entre conhecidos e desconhecidos. A interação desfocada ocorre quando os indivíduos apresentam uma consciência mútua da presença da outra pessoa (GOFFMAN, 2010; 2011). Isso geralmente ocorre sempre que muitas pessoas se reúnem, como numa multidão carnavalesca. Quando os foliões estão na presença de outros foliões, mesmo que não se falem diretamente, eles se comunicam continuamente de maneira não verbal por meios de postura e gestos faciais e físicos.

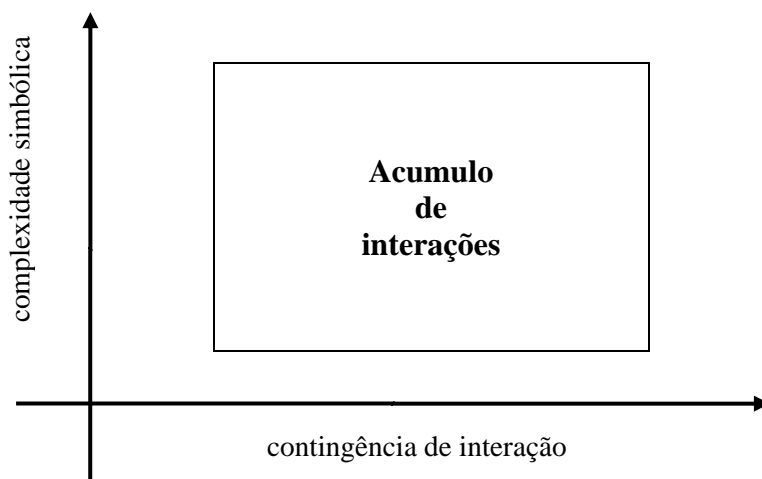
Você tem que prestar atenção a tudo... Carnaval é um lance rápido. Então, se alguém está interessado em você, no olhar você conhece, porque não dá tempo de chegar ao ouvido e falar. Empurra-empurra, barulho... Então, através do olhar a gente percebe que alguém está interessado. [...] Tem que ficar atento, às vezes a gente se passa, [...] prestando atenção em outra coisa... um princípio de briga ou alguém que você conhece está passando por ali (Lúcio, 53 anos, Folião)

Por conta da constante movimentação de pessoas, o acúmulo dessas interações ocorre com os foliões parados ou circulando pela multidão.

Já as interações focadas ou concentradas são os encontros. Essas interações ocorrem quando os foliões prestam atenção naquilo que os outros dizem ou fazem (GOFFMAN, 2010; 2011). Na multidão carnavalesca, os encontros ocorrem concomitantemente com as interações desfocadas.

O acúmulo de interações entre estranhos na multidão carnavalesca é permeado pela complexidade simbólica e contingência. No nível da interpretação, as interações são orientadas por símbolos cujo significado os participantes interpretam (GOFFMAN, 2010; 2011). Na multidão carnavalesca, as interações exigem dos foliões que se empenhem em um complexo processo de interpretação. No nível da contingência, as interações podem variar desde a imprevisibilidade (contingência) total a total previsibilidade (ordenabilidade).

Quadro 6 – Fruição das oportunidades



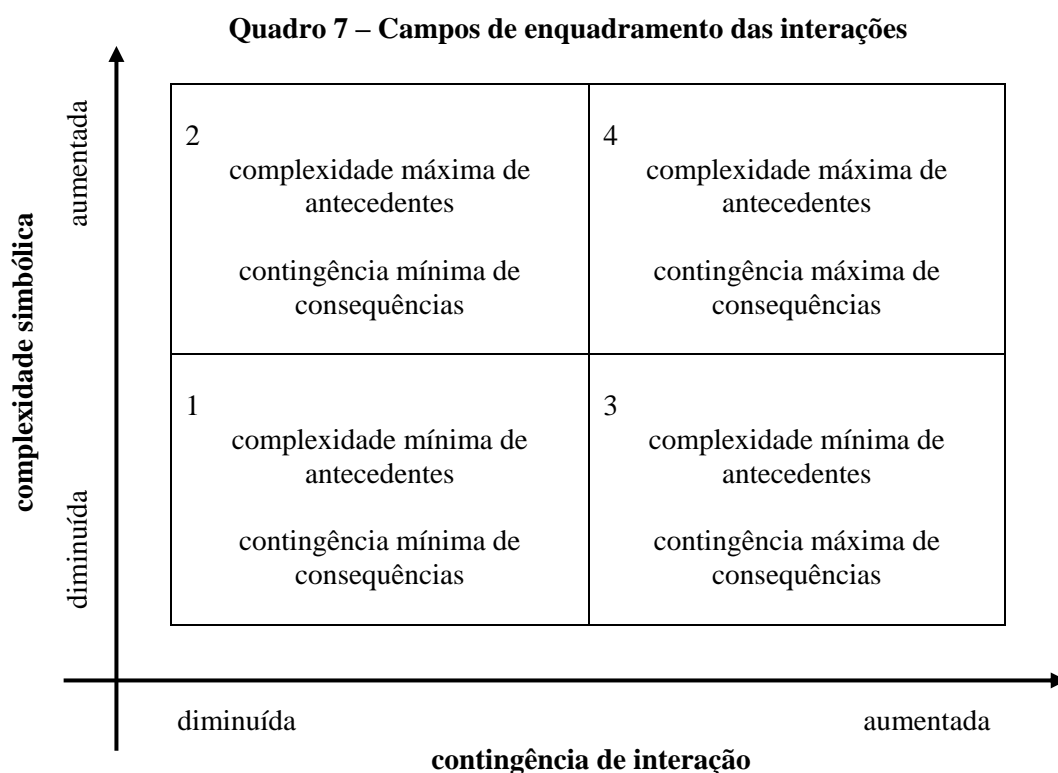
Fonte: Autoria própria

A complexidade simbólica lança os foliões num emaranhado de interações desejadas e indesejadas, porque, por um lado, ela possibilita aos foliões experiências positivas e significativas e, por outro, cria circunstâncias de “improbidade situacional” (GOFFMAN,

2011), decorrente de atos praticados sem a observância das regras que regulam as interações festivas.

Além disso, a contingência não permite prever quando e como as interações indesejadas irão acontecer. Dessa maneira, o acúmulo de interações mergulha o folião num mar de indeterminação, isto é, não se sabe com certeza onde e quando as interações indesejadas poderão ocorrer. E, mesmo, quando se verifica em um determinado lugar e hora, as consequências não costumam se repetir com uma regularidade espacial e temporal definida.

A complexidade simbólica e a contingência atuam como coordenadas que definem o espaço de acumulação de interações e de encontros dos foliões. Esse espaço é delimitado por quatro pontos extremos que definem seus respectivos campos de enquadramento de interação.



Fonte: Autoria própria

Em cada um dos campos de enquadramento das interações os antecedentes e as consequências podem ser previsíveis ou imprevisíveis para os envolvidos:

1. Campo de enquadramento de interações com antecedentes e consequências previsíveis.
2. Campo de enquadramento de interações com antecedentes complexos e consequências previsíveis.

3. Campo de enquadramento de interações com antecedentes previsíveis e consequências imprevisíveis.
4. Campo de enquadramento de interações com antecedentes e consequências imprevisíveis.

É no primeiro campo de enquadramento que se concentra o acúmulo de interações significativas que decorrem da fruição das oportunidades festivas. O diferencial desse campo de enquadramento de interações é formado por expectativas recíprocas de festividade dos foliões, que reduzem a complexidade e a contingência das interações. Isso ocorre porque os foliões envolvidos reconhecem e compartilham os limites e as possibilidades da experiência festiva consoante com os seus estilos vida.

Primeiramente, as configurações de estilos de vida fornecem um quadro de referência simbólica que reduz a complexidade de antecedentes das interações. Os quadros de referência tornam compreensíveis os paramentos e as expressividades do corpo, já que a fruição da curtição e aventura implicam em acúmulos de interações focadas e desfocadas entre estranhos.

De forma mais intensa do que na vida cotidiana, no Carnaval, os foliões na presença imediata uns dos outros estabelecem, inevitavelmente, entre si uma comunicação não verbal. Os assuntos dessa comunicação incluem a aparência corporal e os atos pessoais. Com efeito, a comunicação no Carnaval está fundada no corpo, no simbolismo corporal, representando interações mediadas por “um idioma das aparências e gestos individuais que tende a evocar no ator aquilo que evoca nos outros” (GOFFMAN, 2010, p. 43-44). Cada configuração de estilo de vida tem um idioma, e este tem como aporte um quadro de referência simbólico que dá sentido ao parâmetro e à expressividade do corpo em interação.

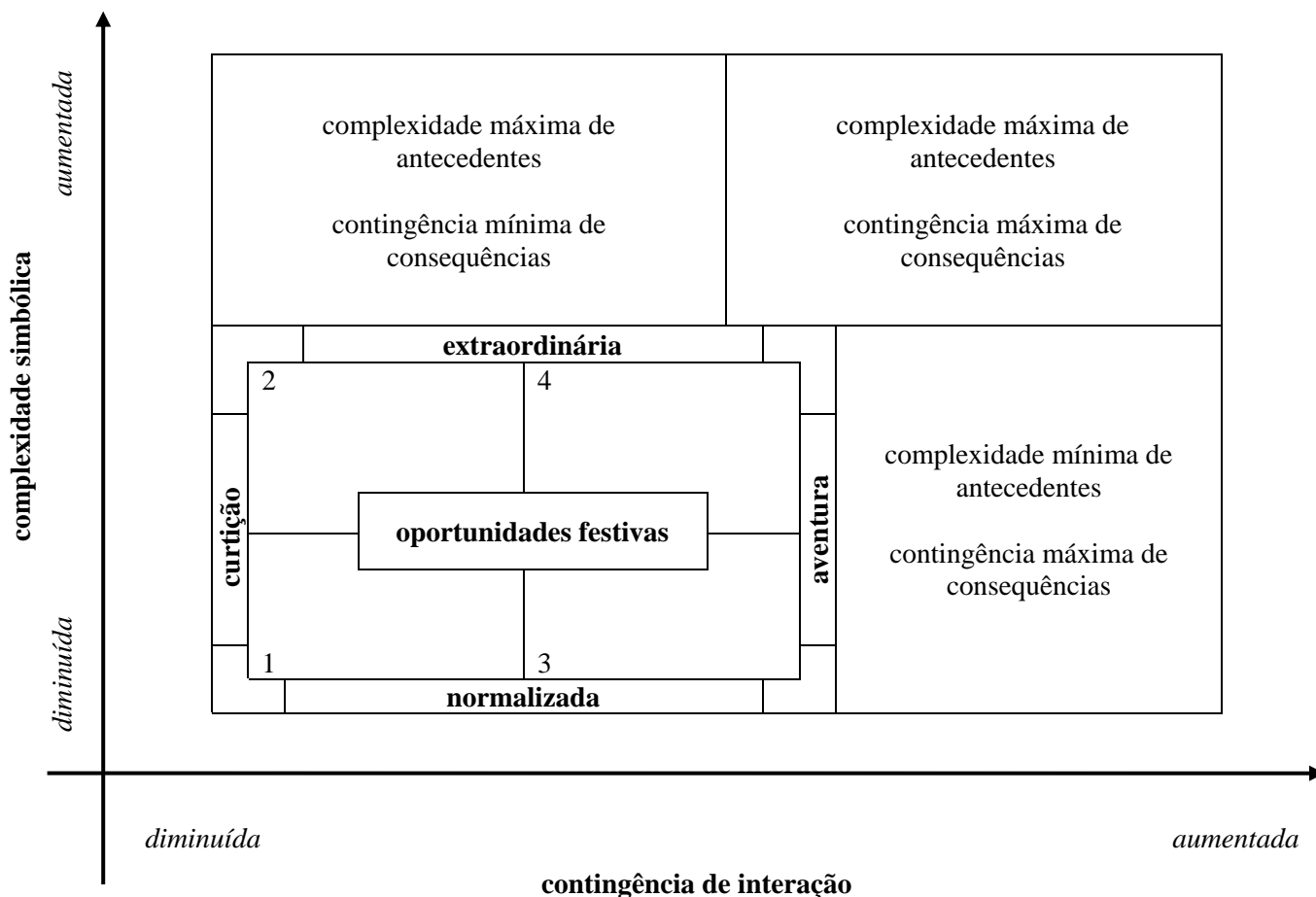
Assim, as oportunidades carnavalescas festivas de interações significativas são experiências de curtição e aventura vivenciadas de forma normalizada ou extraordinária. As oportunidades festivas normalizadas favorecem os foliões que pretendem acumular interações significativas, tendo como *background* quadros de referência similares ou compatíveis ao seu simbolismo corporal. Já as oportunidades festivas extraordinárias contemplam os foliões desejosos de acumular interações significativas, tendo como pano de fundo múltiplos quadros de referência com amplas possibilidades de correlações com seu simbolismo corporal, explorando as suas alternativas simbólicas e se adequando às orientações de festividade impostas ao comportamento.

Em segundo lugar, as configurações de estilos de vida reduzem a contingência de consequências. Elas permitem o estabelecimento de uma rede de encontros entre conhecidos e

o mapeamento do curso dessas interações. Numa das redes de encontros, as interações entre desconhecidos são mediadas por conhecidos. Quanto mais ampliado e “fechado” for o corpo plural, maior é o controle dos envolvidos sobre as contingências das interações. Dessa maneira, na curtição, os foliões acumulam interações, procurando conservar o potencial de previsibilidade delas. Já na aventura, os foliões acumulam interações testando ou desafiando os seus limites, mas sem perder de vista o controle sobre as contingências.

Assim, as expectativas de curtição e aventura convertidas pelos foliões em oportunidades festivas normalizadas e extraordinárias ordenam o acúmulo de interações em quatro subcampos de enquadramento. Cada subcampo reflete a relação entre antecedentes e consequências do quadro mais amplo de enquadramento, descrito anteriormente.

Quadro 8 - Oportunidades festivas e enquadramento das interações



Fonte: Autoria própria

Os pares de complexidade de antecedentes e contingência de consequências combinados em cada subcampo enquadram as interações em diferentes níveis de previsibilidade de ocorrências e desdobramentos.

1. *Curtição-normalizada*: os foliões desejam a previsibilidade ampliada dos antecedentes e das consequências das interações acumuladas.

Os foliões que participam da *curtição-normalizada* não podem ou não querem aproveitar as oportunidades ampliadas de interações com desconhecidos. Essa maneira de curtição é típica daqueles que se voltam para a fruição da expressividade corporal, dos múltiplos shows e dos eventos significativos da festa. Aqui, a azaração, a experiência sexual e a descontração psicoativa não entram no repertório. A curtição é assistir, registrar, dançar e estar com a família.

A gente nunca se deixa, a gente não se espalha. [...] A gente sempre está junto, curtindo. É isso que é um encontro em família. Nada melhor do que curtir o Carnaval com pessoas que você ama, que você confia, com pessoas que você gosta de estar ali. Porque eu acho que quem faz o lugar são as pessoas. Então, nada melhor do que estar em família, seja no Carnaval ou em qualquer outra festa (Francielle, 15 anos, Foliã).

Os foliões procuram reproduzir no Carnaval a maneira festiva de curtição presente na vida cotidiano, evitando a complexidade simbólica e as contingências do acúmulo das interações desfocadas.

2. *Curtição-extraordinária*: os foliões acumulam interações desfocadas reduzindo a previsibilidade dos antecedentes, mas mantendo ampliada a previsibilidade das consequências.

Nessa curtição carnavalesca os foliões exploram a densidade física e simbólica de forma ampliada. A *curtição-extraordinária* ou *curtição-expressivas* é vivenciar ou sentir as pessoas experimentando a complexidade simbólica dos seus estilos.

[O Carnaval] significa alegria. Esse é um momento de extravasar, de sentir as pessoas na rua, de viver o espaço. [...] É você circular e viver as pessoas. Viver um espaço que aglutina. [...] permite a liberdade de curtir o espaço sem as limitações cotidianas (Amanda, 30 anos, Foliã).

Embora assumam predominantemente uma configuração introvertida, o corpo plural busca superar, mediante as interações desfocadas com estranhos, as restrições cotidianas de aproximação corporal imposta pela complexidade simbólica dos diferentes estilos de vida.

3. *Aventura-normalizada*: os foliões acumulam interações focadas e desfocadas, mantendo ampliada a previsibilidade dos antecedentes, mas desafiando a previsibilidade das consequências.

Para alguns foliões, as oportunidades de azaração, a experiência sexual, a circulação de bebidas alcoólicas e outros psicoativos no Carnaval não configuram uma inversão da vida cotidiana.

Claro que é mais gente num local só. [...] No carnaval tem mais oportunidades, mais pessoas, mais turistas. Na boate você também tem oportunidade de chegar em alguém, fazer sexo... Você tem várias oportunidades de fazer qualquer coisa. Até mesmo coisas que você não faria no Carnaval (Júnior, 26 anos, Folião).

A *aventura-normalizada* é uma reprodução ampliada de oportunidades festivas, que ocorrem em outras festas públicas e eventos privados. Dessa maneira, com esses encontros, muitos foliões reproduzem no contexto carnavalesco as experiências festivas vividas ao longo do ano.

4. *Aventura-extraordinária*: os foliões desafiam os limites da previsibilidade dos antecedentes e das consequências mediante o acúmulo de interações focada e desfocada. Para muitos foliões, a festa proporciona oportunidades extraordinárias de aventura, que escapam dos limites impostos pela normalização da vida cotidiana. Isso porque o Carnaval permite aos foliões explorarem alternativas simbólicas festivas de rupturas com o estilo de vida ordinário.

Uma das aventuras extraordinária ocorre quando foliões com estilo de vida distante do esportivo-marcial experimentam ou revivem a experiência de uma folia “pipoca” efervescente.

Se eu tivesse saúde, eu deixaria [a esposa], [...] porque eu gostaria muito de ir atrás. Mas não vou. Da obrigação que eu tenho de tomar conta dela, nunca deixaria ela só. E eu não tenho idade e nem força de tomar tombo, mas que é gostoso é! [Mas por um momento na pipoca do BaianaSystem], eu fui pra buraqueira, eu fui pra o bolo, ali eu não era de ninguém. Me jogaram lá, me jogaram cá, e aí eu ia na maré... Mas sabe o que é um pinto no lixo? Eu fui pra li... pra saída de um vulcão, onde estava muito quente, borbulhante. Ali, eu virei menino. Me acabei! Ali, eu voltei a ser criança de novo no Carnaval. Eu voltei a ser criança, mesmo. Foi muito bom, muito gosto! (Roberto, 63 anos, Folião).

Testar os limites da previsibilidade da expressividade efervescente excita os foliões que estão em busca de adrenalina (ELIAS, 1992). Roberto desafia a configuração do estilo família e a condição de idoso no Carnaval numa aventura no centro de um vulcão em plena atividade efervescente. Em meio à “erupção vulcânica” da folia, o corpo do folião rompeu com as amarras normalizadoras, impostas pela idade, e viveu os efeitos rejuvenescedores das explosões de adrenalina. A situação supracitada exemplifica uma experiência de *aventura-extraordinária* que só a excitação carnavalesca festiva pode proporcionar.

Os foliões só vivenciam o extraordinário no Carnaval ao romperem com as amarras da vida cotidiana, logo são oportunidades ampliadas de experiências cuja vivência na vida ordinária está sujeita a uma forte censura moral.

Um mesmo corpo plural de foliões pode acumular interações focadas e desfocadas nos diferentes subcampos de enquadramento ou permanecer em um deles no período em que estiver na multidão.

As expectativas recíprocas festivas dos foliões fazem a mediação entre o acúmulo de interações e a fruição das oportunidades festivas. A mútua correspondência das expectativas festivas dos foliões reduz a complexidade e a contingência das interações, produzindo uma ordem pública festiva.

7.3 A ORDEM PÚBLICA FESTIVA E A IMPROBIDADE SITUACIONAL

Ao converterem as expectativas de curtição e aventura em oportunidades festivas normalizadas e extraordinárias, mediante a reciprocidade, os foliões constroem quadros de referências simbólica e adequam o seu simbolismo corporal a estes quadros no acúmulo de interações.

Essas expectativas recíprocas estabilizadas imprimem na multidão carnavalesca uma ordem pública festiva. Quando o folião espera que o outro aja de determinada maneira festiva, e há uma correspondência mútua, esta reciprocidade cria um discurso normativo que guia o comportamento do folião. As expectativas recíprocas festivas ordenam o acúmulo das interações, regulando, através de definição de condutas aceitáveis e não-aceitáveis, a fruição das oportunidades festivas dos foliões.

Na multidão carnavalesca, para usufruir de uma atmosfera excitantemente envolvente de liberdade festiva, o folião é obrigado tanto a transmitir informações esperadas, como a não transmitir impressões não esperadas aos copresentes. Para a fruição das oportunidades festivas existe um acordo não apenas sobre o significado dos comportamentos que são vistos, mas também sobre os comportamentos que devem ser demonstrados (GOFFMAN, 2010). A não observância ou o desrespeito do que é apropriado numa interação focada ou desfocada implica em “improbidade situacional” (GOFFMAN, 2011).

A improbidade situacional desfocada ocorre quando os foliões estão na presença de outros foliões, e se comunicam de maneira não verbal por meio de posturas, comportamentos ou expressividades corporais não apropriadas. Na multidão carnavalesca em geral e nas folias corporais em particular são várias as situações em que a comunicação sucede dessa forma. Nas folias “pipoca”, por exemplo, as improbidades de expressividade são muito comuns, pois cada configuração de folia tem uma expressividade corporal característica.

O jogo do tombo é uma expressividade própria das folias que funcionam como rituais de afirmação das identidades ofensivas ou agressivas. Nas configurações de folia de expressividade agito ou dançante, o jogo do tombo é uma improbidade que gera desconforto e desconfiança por ser interpretado como intimidatório (Diário de Campo, 2018).

Os encontros entre foliões desconhecidos na multidão carnavalesca também são repletos de improbidades situacionais focadas. Essas são fruto de interações forçadas ou coercitivas, isto é, de interações sem abertura. Quando ocorrem sem abertura ou são malsucedidas, os encontros são marcados por improbidades.

Outra galera que me dá tensão, medinho no Carnaval, é a Muquirana. Os caras são idiotas e machistas. Fazem brincadeiras idiotas... Eles ficam molhando a bunda das mulheres com aquela arminha de água. [...] Eles ficam brincando na rua, independente dos blocos deles. Acho que a fantasia deles, já os coloca no espírito da sacanagem. E de achar que eles têm essa abertura de poder brincar, independente da disposição do outro de querer brincar ou não (Tereza, 30 anos, foliã).

A abertura para o encontro é própria de uma ordem construída a partir das expectativas recíprocas estabilizadas. Nessa ordem, as pessoas reivindicam o direito sobre si e o seu próprio corpo. Nela não existe o "ninguém é de ninguém". No império das expectativas festivas, todos pretendem ser dono de si mesmo e portadores do direito de dizer não.

As improbidades situacionais são indicadores da existência da ordem pública festiva, pois elas só ocorrem porque existe uma ordem de interações normativamente engajadas. Caso contrário, não teriam improbidades, só existiriam apenas predações. Embora as práticas predatórias encontrem nas improbidades situacionais um terreno fértil de oportunidades, a sua ocorrência segue uma lógica própria.

As improbidades situacionais podem oportunizar predações ou não. Além disso, entre a improbidade e a predação está a autogestão dos foliões. Colocando de outra maneira, não existe uma relação direta entre as improbidades situacionais e as oportunidades predatórias.

7.4 DESVANTAGEM SITUACIONAL, RISCOS DE PREDACÃO E REDES DE SEGURANÇA

A covardia configura um risco de predação estruturado pela complexidade simbólica e pela contingência de interação. Tal risco é uma experiência que se funda na desvantagem situacional. Para superar essa desvantagem e organizar a fruição das oportunidades festivas são instituídas redes plurais de segurança.

7.4.1 Experiência de risco

Brincar o Carnaval na multidão é brincar com o risco. A curtição na multidão expõe os foliões a múltiplos riscos de predação. Com exceção do furto, os demais riscos associados à festa têm o corpo dos foliões como alvo/objeto de intervenção.

O furto, que é um risco de dano predatório não violento, também é avaliado e monitorado pelos foliões. No entanto, danos predatórios decorrentes da covardia expressiva, instrumental e policial (ou institucional) são as grandes preocupações dos foliões.

Ser roubado, não [temo] porque eu sempre vou sem nada. O dinheiro, que é necessário, eu sempre coloco num lugar que acho impossível... no tênis ou na cueca mesmo. Mas, às vezes, tem situações – não aconteceu comigo, mas a gente ouviu algumas histórias de pessoas próximas – de pessoas que encostam e botam a faca na cintura e pedem pra puxar o dinheiro. Em um momento desse você acaba cedendo. O que eu mais temo é a covardia, a violência de ficar impossibilitado de me defender por causa de um número maior de pessoas vindo pra cima de mim, de uma garrafada ou de uma latada... esses artefatos que as pessoas usam como arma, no caso. Teve até um caso de tiro no Campo Grande. E aí, a facilidade de circular com alguma coisa que possa machucar o próximo é muito fácil (Salk, 19 anos, folião).

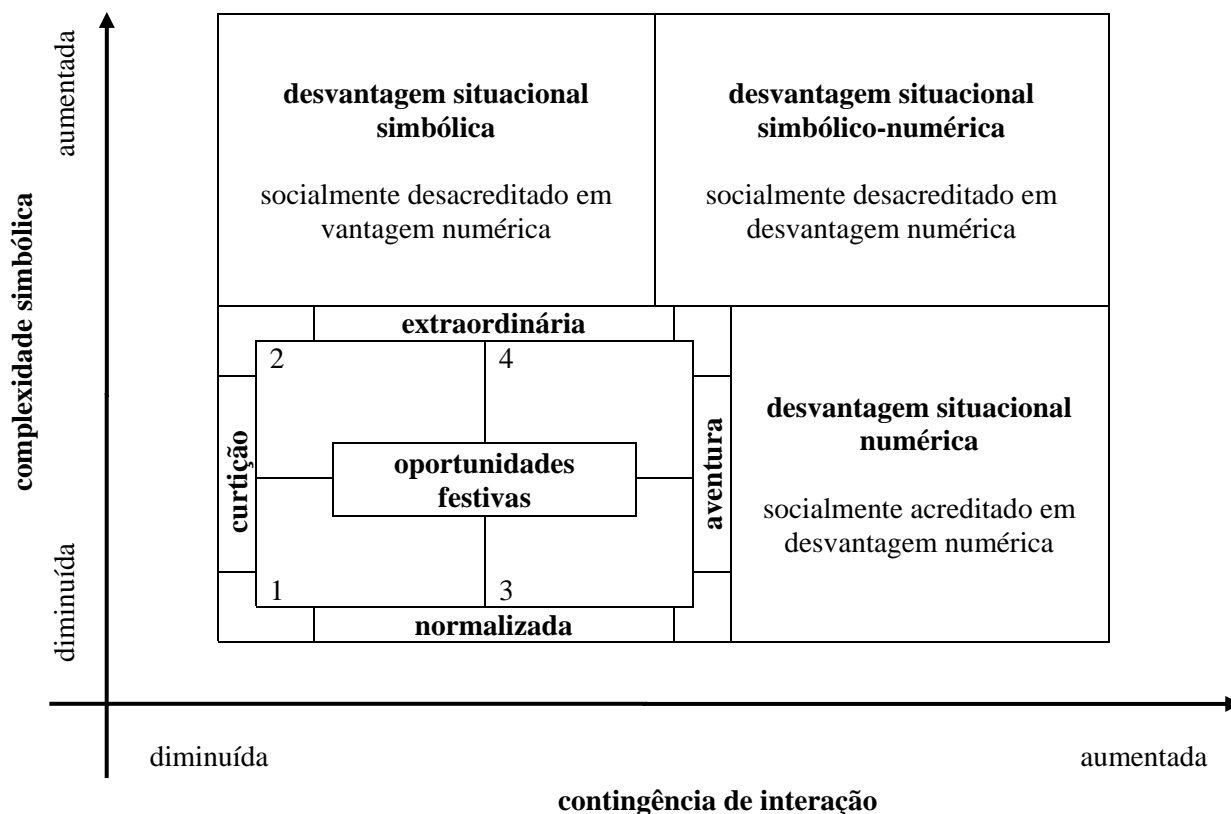
O assédio, o roubo, os tumultos, as lesões corporais e a morte são os riscos que comumente acompanha os foliões na multidão carnavalesca. A impossibilidade de reagir ou se defender diante de um ataque físico é o temor dos foliões. O risco de sofrer uma covardia ocorre quando o folião é um alvo atrativo e está em desvantagem situacional diante de um perpetrador motivado¹⁶.

Primeiramente, como foi discutido, as oportunidades predatórias de covardias estão fundadas na desvantagem situacional simbólica, numérica e simbólica-numérica.

A desvantagem situacional simbólica ocorre nos contextos de interações com a complexidade simbólica aumentada. Essa desvantagem está baseada na negação social do quadro de referência simbólica que sustenta o estilo de vida e o conteúdo interpretativo do simbolismo corporal de muitos foliões. Tal desvantagem torna alguns foliões alvos preferenciais da violência institucional ou da covardia policial, por conta da sua condição de sujeito desacreditado.

¹⁶ Cohen e Felson (1979) defendem que a ocorrência de um crime decorre da convergência no tempo e espaço de três fatores: um agressor motivado, um alvo atrativo (pessoa ou objeto) e a ausência de guardiões capazes de desencorajar ou impedir o crime.

Quadro 9 – Acumulo de interações e oportunidades predatórias de covardias



Fonte: Autoria própria

A desvantagem situacional numérica revela a relação identitária entre alvo atrativo e perpetrador. As covardias não são motivadas pela complexidade dos antecedentes da interação, pois estes se encontram reduzidos pelos quadros de referência simbólica dos estilos de vida socialmente acreditado. Na relação numérica entre corpos e contingência, o corpo singular tem a contingência de interação aumentada em relação ao corpo plural e estes em relação aos grupos maiores. De tal modo, em desvantagem situacional numérica estão os atores portadores de signos de status ou valor social em menor número numa situação de embate corporal ou rivalidade identitária. Perante a polícia, eles pertencem às classes em perigo, que incluem os homens da classe média branca, os foliões dos blocos homogêneos e os turistas.

Em desvantagem situacional simbólico-numérica estão os foliões “pipoca”, com o estilo cultural socialmente descreditado em relação a outros atores e perante a polícia. Assim em desvantagem, os corpos dos foliões são tomados como incircunscritos e tratados como permeáveis e abertos às violações. Nessas situações, “as intervenções do outro não são consideradas problemáticas” (CALDEIRA, 2000, p. 370). Essa desvantagem não só limita a liberdade dos foliões, mas expõe os seus corpos ao risco iminente de predação.

Na multidão carnavalesca, o folião é um alvo atrativo quando representa um objeto de prazer sádico, um rival, um sujeito sociorracial desacreditado ou um portador de objetos de valor.

Os perpetradores motivados estão dispersos na multidão e predispostos a cometer covardias. Por sorte dos alvos atrativos, há muitos indícios de que eles conformam uma minoria entre os atores plurais. Além disso, o mesmo alvo atrativo é percebido de modo distinto por perpetradores diferentes, podendo ser adequado para um perpetrador e inadequado para outro. A percepção daquele como alvo adequado ou não, eleva ou reduz o risco de covardia entre os foliões, porém nenhum deles, na multidão carnavalesca, deixa de ser alvo atrativo. As diferentes motivações dos perpetradores, que incluem o sadismo, o acerto de contas, a obtenção de ganhos e o castigo corporal exigem dos foliões um constante monitoramento e uma fina avaliação dos riscos.

Com efeito, a experiência de risco pode ser definida pela ameaça ou pelo potencial de dado predatório. Esta ameaça é configurada num perpetrador motivado em vantagem situacional.

Diagrama 1 – Avaliação de risco de predação



Fonte: Autoria própria

Na autogestão dos foliões, o risco está associado diretamente à ameaça. Como a ameaça é uma ocorrência que antecipa um dano, para os foliões, o risco de covardia é sinalizado por um simbolismo corporal que expressa a motivação para causar danos à integridade física.

Tipo específico de físico, claro que eu temo. Temo sim... com certeza. Principalmente homens, quando eles estão em grupo. Ou mulheres que estão com aquela energia, que você sabe... Você sabe quando tem um monte de sacizeiro? [Usuário de crack] não vai querer estar ali. E principalmente sacizeiro que anda com um monte de sacizeira. E a gente sabe daquelas histórias, né? Que elas ficam procurando confusão pra aí o cara depois chegar... Então, eu sabendo disso, evito passar por perto, porque você está vendo a pessoa naquela energia... a pessoa está dançando, ela está dançando e tipo assim: se você bater em mim... eu estou vendo que ela está preparada pra aquilo (Carla, 37 anos, Foliã).

O risco de covardia está em toda parte da multidão carnavalesca, mas ele se apresenta de forma concreta ou idealizada para o folião mediante ameaça. Os estereótipos, tal como o de sacizeiro, servem de representação da ameaça de danos predatórios e dos seus perpetradores. O simbolismo corporal do possível perpetrador sinaliza o risco iminente de covardia e os estigmas que acompanham o corpo reforçam a ameaça.

Se, por um lado, os estigmas que recaem sobre alguns foliões podem reforçar a sua condição de ameaça, por outro lado, eles tendem a reafirmar a sua condição de alvo adequado à covardia. Nesses casos, a experiência de risco é definida pela condição de descredito do folião. As sobreposições de camadas de sentidos negativos atribuídos ao segmento social a que pertence o folião multiplicam a sua desvantagem situacional simbólica e eleva o risco de predação.

Carnaval não foi feito pra mulher. Ele não foi feito pra mulher lésbica negra. Definitivamente, não! Porque os homens ao redor são um risco. Homem branco, homem negro... homens são um risco pra mim. A polícia é um risco pra mim, porque eu já apanhei gratuitamente dela. As pessoas conservadoras e heterossexuais, que me enxergam como outro e demonizam o que eu sou, são um risco pra mim. Eu estou indo, mas eu sei todos os riscos que eu assumo, levando a minha figura até aquele espaço, porque eu assumo riscos pra está ali. Eu assumo risco com homens que são assediadores em potencial e que me assediam de fato, porque se eu falar que nunca sofri assédio, em mais de cinco anos de Carnaval, é mentira. Porque a gente é assediada o tempo todo (Iolanda, 21 anos, Foliã).

As mulheres negras e lésbicas numa sociedade machista, misógina, racista e homofóbica vivenciam múltiplas experiências de predação violenta, inclusive, predação policial.

Em síntese, o risco é uma construção social e a experiência de risco é socialmente construída, pois não envolve somente o perpetrado e o alvo atrativo. O risco é, portanto, uma experiência que envolve outros atores e definições sociais que dão e tiram vantagens.

O controle do risco e da desvantagem situacional e, com isso, a redução da complexidade simbólica e a contingência das interações, são alcançados com a gestão de segurança na multidão carnavalesca feita em rede. As redes são os meios que tornam possível a supremacia do aproveitamento das oportunidades festivas sobre as predatórias e mantém a ordem pública festiva. As redes gerenciam os riscos produzidos pela desvantagem situacional e os distúrbios decorrentes dela.

7.4.2 Redes plurais de segurança

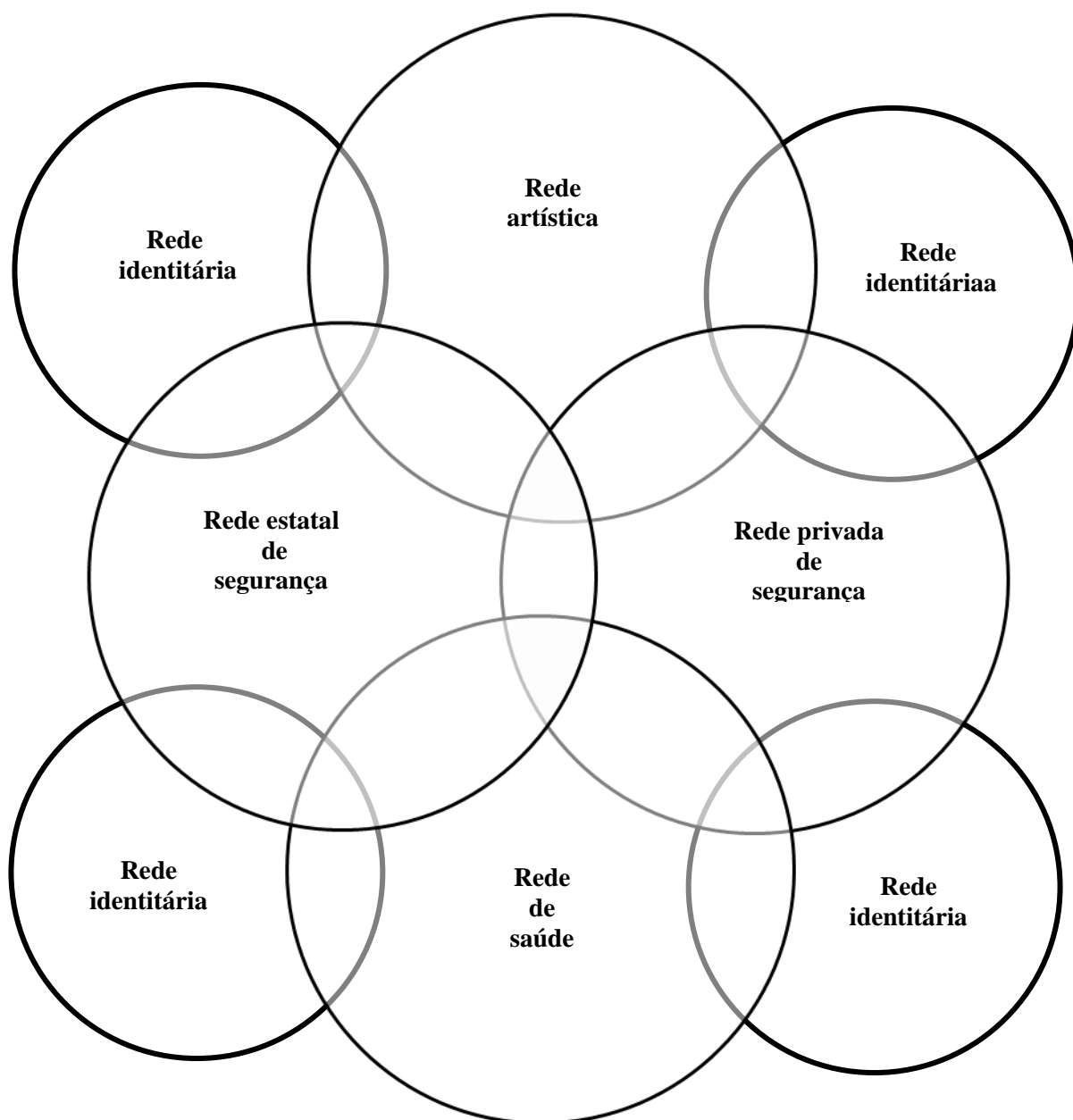
A ordem pública festiva permite aos atores plurais o mapeamento de situações e potenciais de riscos de predação. Essa ordem, construída pelos foliões, torna previsível os comportamentos, as interações e os riscos na multidão carnavalesca. Dessa maneira, para que possam mapear os riscos e realizar as suas expectativas de curtição, os foliões têm que assumir a responsabilidade de produzir e manter essa ordem. Essa dupla responsabilização os obriga a realizar uma autogestão de risco e um autopolicimento, que consistem em garantir as possibilidades da fruição das oportunidades festivas e restringir o aproveitamento das oportunidades predatórias.

Juntamente com os foliões, os artistas, os seguranças e as forças policiais atuam de forma efetiva na preservação da ordem pública festiva. Os múltiplos atores formam redes nodulares de governança da segurança (DUPONT, 2004; 2006; SHEARING, 2005; PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014). As redes são sistemas de nós interligados e descentralizados e cada um dos atores múltiplos representa um nó, um nódulo, um ponto de intercessão da rede (CASTELLS, 1999). Por essa vertente, existem redes formais e informais de múltiplos atores nodulares. Dessa maneira, a provisão da segurança e a manutenção da ordem resultam das articulações dinâmicas entre os múltiplos atores nodulares, onde as estratégias definidas e efetuadas pelas agências estatais de segurança formam apenas uma parte do processo (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

As redes plurais de governança da segurança estão concentradas em esferas: identitária, artística, segurança privada, policiamento estatal e saúde. Essas consistem em esferas de preservação da ordem pública festiva na multidão carnavalesca que se ocupa por

um nível de gestão da segurança. Cada esfera se distingue pela racionalidade e seletividade das práticas de segurança.

Diagrama 2 – As esferas de preservação da ordem pública



Fonte: Autoria própria

A esfera identitária concentra redes plurais de parentesco, vizinhança, vendedores ambulantes, torcidas organizadas, minorias, apoio etc. As redes plurais identitárias são

expectativas recíprocas estabilizadas de fruição das oportunidades carnavalescas, isto é, são configurações de estilo de vida ou culturais. Essa esfera responde às demandas de preservação da ordem no nível de gestão do corpo plural simples e ampliado. Ela opera restrita às configurações de estilo de vida mediante interações dos foliões entre si e com os demais atores plurais. No entanto, é nesse nível que se encontra as bases para a preservação da ordem pública festiva, pois, a fruição das oportunidades festivas está condicionada à disposição corporal e a organização de redes identitárias dos foliões e, dessa forma, as interações em rede tornam os seus antecedentes e consequentes previsíveis.

A esfera artística atua no nível da folia corporal. O artista é o nódulo central dessa rede e o gerenciador da concentração de foliões em torno dos trios. Eles embalam a expressividade corporal, podendo prevenir excessos e intervir em brigas, tumultos e roubos.

A esfera privada de segurança é formada pelos agentes e auxiliares de segurança. Os blocos de trio são as principais redes de segurança privada. Com a corda erguida, os blocos dividem a multidão e concentram no lado de dentro uma fração de foliões associados. Com o policiamento privado, os blocos pretendem controlar as condutas dentro e fora do espaço delimitado pela corda.

A esfera estatal de segurança abrange a gestão e o controle de multidão. Essa esfera não orienta a organização da multidão e nem controla a expressividade corporal dos foliões. As suas ações preventivas e repressivas estão voltadas para a gestão e controle dos eventos que escapam da gestão feita pelos foliões.

A rede de saúde dá suporte médico de emergência aos foliões e aos trabalhadores do Carnaval. Por meio dessa assistência e a depender da gravidade da demanda médica, esses atores podem ser atendidos e transferidos para outra unidade de saúde, ir para casa ou voltar para festa.

Enquanto que nos três primeiros níveis, a preservação da ordem pública festiva tem como estratégia predominante a prevenção situacional, o quarto nível ou o nível macro tem a ameaça e o uso da força como recurso preventivo e proativo.

As gestões de risco das redes plurais são complementares. Cada uma das gestões assume responsabilidades específicas de neutralização dos riscos predatórios. Assim, a preservação da ordem e a efetivação da segurança dependem da confluência das gestões de riscos múltiplos dos atores.

Para o folião, o risco mais eminente é de sofrer uma covardia. A escolha do folião de curtir uma determinada atração e da maneira de curti-la é influenciada por esse risco predatório. Para a atração artística, o risco está na possível associação da sua performance aos

eventos negativos ocorridos na folia corporal, podendo resultar no risco de vinculação do artista à imagem de provocador de danos e perturbação da ordem. Para o policiamento estatal existe o risco da desordem pública que envolve o tráfico e consumo de drogas e a ocorrência de homicídios. A gestão do risco realizada pelo policiamento estatal passa pela gestão de multidão, mas é feita basicamente por meio do controle repressivo. Elas consistem em monitorar e patrulhar a folia e custodiar os envolvidos em atos infracionais. Por fim, a rede de saúde, através da assistência médica, gera e gerencia as informações acerca dos atendimentos nos Módulos Assistenciais ou postos de saúde. As informações geradas fornecem subsídios para o planejamento estratégico de outras áreas, como a segurança estatal e os observatórios da violência.

8 PRODUÇÃO DA ORDEM PÚBLICA FESTIVA E REDES INFORMAIS DE SEGURANÇA

As redes informais de segurança são conexões espontâneas e não hierárquica de múltiplos atores que têm como objetivo a satisfação de um “bem coletivo” e a proteção contra um mal comum (SILVA *et al.*, 2013). As redes identitárias e artísticas são arranjos informais de gestão da segurança. O nível de atuação das duas redes acompanha o fracionamento de multidão. Enquanto as redes identitárias são responsáveis pela gestão do corpo plural, as redes artísticas gerenciam as folias corporais.

8.1 AS REDES IDENTITÁRIAS E A AUTOGESTÃO DA SEGURANÇA

As redes identitárias estão na base da manutenção da supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias. As expectativas recíprocas dos foliões constroem a ordem pública festiva e ao mesmo tempo estabelecem as bases para a sua preservação por meio da gestão de risco.

O aproveitamento das oportunidades festivas está condicionado à preservação da ordem. Ao se prevenirem e se protegerem, os foliões mantêm ativa as expectativas recíprocas que produzem a ordem pública festiva. A primeira medida dos foliões é evitar a desvantagem situacional, assim, para garantir a curtição e prover a sua segurança, os foliões devem reconhecer e avaliar as situações em que essas desvantagens ocorrem e formar a rede para evitá-las. O reconhecimento e a avaliação das situações de desvantagem envolvem expertise apreendida com a experiência de risco.

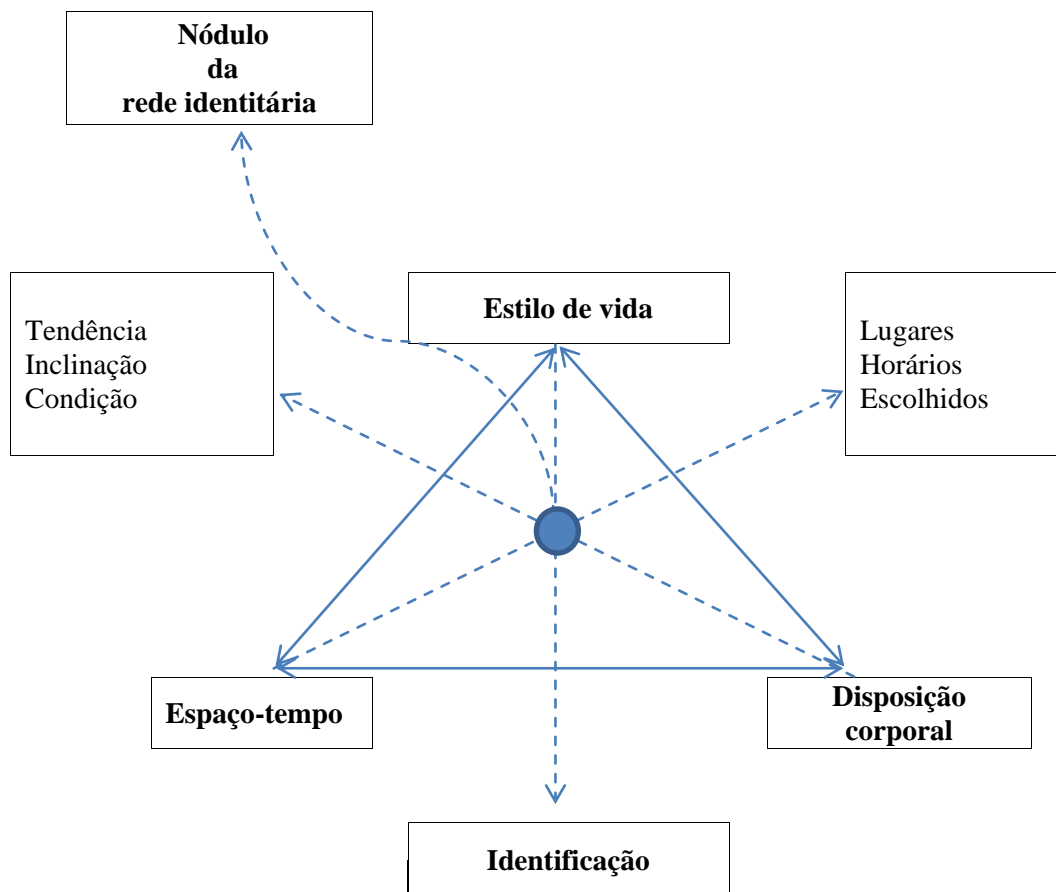
8.1.1 Caracterização das redes identitárias

Com as expectativas recíprocas de curtição e aventura, os foliões formam redes de fruição das oportunidades festivas. Essas redes são caracterizadas como identitárias pelos vínculos de identificação que conectam os integrantes. Os vínculos mais recorrentes são os de parentesco, amizade, vizinhança, agremiação, identificação minoritária e estilos de vida ou culturais. O corpo plural, o corpo plural ampliado e a folia corporal são redes plurais identitárias de gestão da segurança.

Dessa maneira, a fruição das oportunidades festivas está condicionada à organização de redes identitárias, isto é, os foliões definem, por meio das redes, o campo de possibilidades

e limites da fruição ao ativarem e potencializarem contatos e interações. De tal modo, essa organização de redes mais ou menos planejada segue a triangulação das categorias espaço-tempo, disposição corporal e estilo de vida como referencial.

Esquema 1 – Constituição dos nós das redes identitárias



Fonte: Autoria própria

Essa triangulação define a sua condição de nóculo numa rede identitária. As escolhas não são feitas de forma aleatória. Os lugares e horários de curtição escolhidos estão vinculadas a disposição corporal e a certas configurações de estilos de vida ou culturais.

Quanto aos contatos e às interações, as redes identitárias se dividem em intensivas e extensivas. Nas redes intensivas prevalecem os encontros circunscritos ao corpo plural. Nas redes extensivas, os encontros extrapolam os limites do corpo plural e se estende ao longo da multidão. Os encontros entre os integrantes das redes plurais identitárias se expandem na medida em que os vínculos nodulares transcendem os laços de proximidade afetiva (próprios

do corpo plural) e são estabelecidos pelas configurações de estilos culturais (próprio do corpo plural ampliado e das folhas corporais).

A vantagem ou desvantagem situacional quando reconhecida como um bem ou um mal comum tende a funcionar como demarcador de identidade, vetor de vinculação e multiplicar pontos de contatos e encontros. Um “mal coletivo” que atinge foliões de segmentos sociais específicos pode conectá-los às redes identitárias extensivas. O exemplo disso é o reconhecimento entre as mulheres da sua desvantagem simbólica na multidão carnavalesca que pode reforçar a identidade de gênero e formar redes identitárias de auxílio mútuo.

Mulher se protege muito no Carnaval. Se você vê um grupo de meninas... por exemplo, o ato de fazer xixi na rua. Você procura o lugar mais afastado possível da multidão. Aí se você vê de longe uma mulher fazendo xixi em tal lugar com uma amiga e você chega e pergunta: “posso?” Elas ficam lá esperando você e as outras. A gente faz um grupinho... nunca se viu e nunca mais vai se ver... e uma protege a outra, até que vai embora e pega o caminho que tem que pegar. Então, mulher se ajuda muito no Carnaval. As próprias ambulantes... a tia da água, a moça que vende salgadinho... se você está passando mal do lado delas... elas não querem saber se te conhece agora ou se é parente dela, ela vai te ajudar (Tamiles, 20 anos, foliã).

Esse reconhecimento tem refletido sobre os usos e sentidos da identidade feminina na multidão carnavalesca. Tal reflexo tem implicado na não distinção das mulheres entre conhecidas e desconhecidas. A mulher não conhecida não seria mais uma na multidão, mas sim, um nódulo das redes plurais de mulheres.

A minha segurança no Carnaval é construída muito mais por negras, negros e LGBTs, pessoas que me entendem e me reconhecem mesmo que a gente não tenha se visto, mas que a gente se protege e se cuida... Do que um segurança ligada ao Estado ou à iniciativa privada. [...] É uma proteção mútua. É uma segurança feita por minorias, porque são minorias e compreendem as minorias que integram. Dificilmente vai ter um homem preocupado, querendo saber se estou bem ou querendo saber se alguém mexeu com a gente, mas vai ter mulheres que estão preocupadas com isso. A gente já presenciou casos de agressão, de homens batendo em mulheres no Carnaval, as pessoas que se meteram... as pessoas que se envolveram... foram as mulheres. A nossa ajuda no Carnaval são sempre mulheres. E na sua maioria são mulheres negras (Iolanda, 21 anos, Foliã).

Essa identidade de gênero, voltada para o cuidado e apoio entre mulheres, tem sido efetivamente influenciada pelas concepções e práticas feministas. O empoderamento feminino crescente na vida cotidiana das mulheres alcançou o reino da folia. No contexto carnavalesco, a proposta feminista espera que as mulheres estejam dispostas a ajudar outras mulheres em situação de risco predatório.

O alcance das redes extensivas depende do quanto dos múltiplos nódulos se encontram espalhados ao longo da multidão. A exemplo das redes identitárias de gênero, com a presença maciça das mulheres na festa há uma grande malha de contatos em potencial, que representam as redes extensivas de longo alcance.

Já as folias corporais são redes identitárias extensivas de médio alcance. Enquanto configurações de estilos de vida ou culturais, essas redes concentram os contatos e as interações potenciais em torno do trio elétrico. A afinidade que liga o folião ao artista também conecta os foliões entre si.

As folias corporais efervescentes não só concentram foliões em torno do trio elétrico, mas também os conectam a uma rede identitária. Essa conexão inclui um canal de comunicação corporal, onde o corpo dança ao mesmo tempo em que comunica, mediante expressividade, as situações de risco e perigo. E quando o perigo é a polícia, a autogestão de risco incrementa tecnologias corporais. Na folia corporal embalada por Bell Marques, os foliões sofrem duras investidas de repressão policial durante o jogo do tombo. Para escapar do castigo corporal, a estratégia dos foliões consiste em observar a chegada da patrulha. E quando ela se aproxima, os foliões mais altos acenam com as mãos erguidas para cima, sinalizando para os demais o momento de interromperem o jogo do tombo (Diário de Campo, 2018).

As folias corporais são concentrações de foliões que visam o aproveitamento das oportunidades de expressividade corporal, mas, além disso, a folia, como rede identitária, reduz a complexidade e a contingência das interações e amplia as oportunidades festivas e a sensação de segurança na fruição dessas oportunidades. As redes identitárias estabelecem padrões de comportamento, com definição de condutas e expressividade aceitáveis e não aceitáveis e meios de intervenções sobre os desvios.

Com relação às redes identitárias intensivas, os encontros predominantes estão circunscritos ao corpo plural e ocorrem entre conhecidos. A curtição em excesso exige um corpo plural que funcione como uma rede de proteção ou pronto atendimento. Uma rede que, portanto, garanta a curtição, a provisão de segurança dos participantes e auxílio numa eventual predação.

Na sua versão ampliada, os corpos plurais são redes de curto alcance, formadas por moradores e vizinhos que se distribuem por bairros ao longo das calçadas do circuito.

Eu não sei se você sabe... Ali no Campo Grande em cada lugar fica um bairro. Meu namorado é da Liberdade e eu sou do IAPI. E a gente cola com a galera da linha 8 [número da linha de ônibus do bairro da Liberdade]... Aí, quando Kannário passa tem que ser com a galera da Liberdade. Aí fica todo mundo junto, eu acho o máximo. Todo mundo na mesma coreografia [tombo]. [...] Eu evito ficar nesses corredores do Campo Grande, que tem bairros que eu não conheço (Wynne, 18 anos, Folião).

O ato de “colar com a galera” consiste numa vinculação dos foliões ao corpo plural ampliado que engloba estilo de vida, padrão de comportamento e sociabilidade. Essa é também uma forma de conexão para evitar estranhos e os locais frequentados por estes.

Entre os circuitos oficiais, o circuito Osmar é bastante conhecido entre os atores plurais pela presença de grupos territorializados ou com forte senso territorial. Ao contrário do que a mídia sensacionalista tem declarado, nas calçadas ocorrem uma divisão dos espaços em territórios, mas

[...] não em facções, é por bairros, e em cada lugar fica determinadas pessoas de cada bairro, mas você sabe que em alguns bairros tem facções, tem pessoas que andam procurando violência. E acaba sendo um local perigoso. Você acaba passando e, às vezes, sem esperar leva um soco ou uma garrafa de água, uma lata de cerveja (Rafael, 32 anos, Folião).

A divisão do espaço do circuito Osmar em territórios é por bairro de procedência, porém em cada grupo territorializado teria a presença de integrantes de facções criminosas, que seriam os responsáveis pela violência e perpetração de covardias contra rivais e outros foliões.

Por conta disso, a territorialização do espaço do circuito Osmar é vista como uma ameaça em muitas avaliações de risco feita pelos foliões. E as expectativas de curtição daqueles que são integrantes das organizações criminosas, contatos da rede ou simpatizantes desses grupos têm os levados a optarem pelo circuito Dodô.

Também nunca fui pra o [circuito do] Campo Grande, só pra Barra, mas tenho vontade. Nesse Carnaval, tentei ir, mas não deu. [...] Porque a maioria da galera que cola comigo vai mais pra Barra, porque já são outras pessoas e tal. A galera que eu ando às vezes faz parte de facção. E aí, eu evito ir pra certos lugares. Como anda todo mundo junto, eu prefiro ficar com ela do que ir só e cair numa “laranjada” [covardia]. [No Campo Grande] há várias concentrações e outras pessoas que podem participar de facções rivais. A gente evita mesmo, pra não ter confronto e nem nada, porque a gente quer curtir, não quer sair do Carnaval, como muitas pessoas, pra brigar ou procurar briga. Por isso, a gente evita ir pra lá. [...] Porque Campo Grande enche mais que a Barra, na minha opinião. E porque também a maloca [favela] vai mais pra lá. Eu não consigo explicar o porquê... Mas pelo que a galera me conta, a maioria dos caras vão mais para o Campo Grande e evita a Barra. Não sei se porque tem mais policiamento... Falam também que o bicho pega mais no Campo Grande do que na Barra. Mais vontade de curtir o Carnaval no Campo Grande, eu tenho, mas sozinho para o Carnaval, não vou (Kelvin, 18 anos, Folião).

Mesmo que os foliões não pertençam aos grupos criminosos dos bairros e não preservem vínculos de amizade com os envolvidos nestes grupos, eles são obrigados a respeitar as divisões territoriais das periferias da cidade e a extensão dos seus limites em outros espaços. Assim, a avaliação de risco de alguns foliões envolve os conflitos decorrentes

da disputa pelo controle dos mercados de drogas nas periferias da cidade, por conta da estreita ligação daqueles com um dos lados desses conflitos.

Já os corpos plurais não ampliados são redes identitária intensivas formadas por integrantes com vínculos afetivos ou de confiança. Essas redes são indispensáveis para a fruição das oportunidades festivas, sobretudo quando estas têm um elevado potencial de dano predatório.

Eu bebo muito! [...] Claro que enquanto mulher, você pensa no contexto. Se está acompanhada, está com figuras, rola muita proteção. Eu lembro de uma amiga, ela ficou bêbada pra caralho, chegou cair no chão. De cair de vestido, mostrando a bunda. Estando com pessoas que você sabe que vão cuidar de você, fica mais tranquilo. Eu, ela, a gente acabamos consumindo álcool porque sabe que tem uma rede de auxílio. Como naquele caso, do cara que ficou chegando o tempo todo, perseguindo... Mas estava eu e outra amiga, um pouco mais sóbria, e a gente ficou fazendo esse papel de cuidado. Então, a depender de com quem você esteja, beber fica super de boa (Amanda, 30 anos, Foliã).

Nas redes identitárias intensivas, a confiança é o vínculo que conecta os integrantes. Numa situação acumulativa de desvantagem como a das mulheres numa curtição psicoativa em excesso, uma rede de confiança e vigilância é imprescindível para controlar os riscos de assédio e outras violências sexuais. Por isso, o corpo plural deve funcionar como uma rede de apoio mútuo e imediato.

Nunca fui sozinho... falta coragem. E também porque eu não gosto de curtir nada só. Eu sempre gosto de curtir com a minha galera, de estar com todo mundo ali reunido... curtindo. Eu não me vejo indo pra uma festa só. Até mesmo quando eu vou pra uma social [festa formal] ou uma rave... eu sempre vou com a galera, nunca vou só. [...] Você vai estar curtindo com a galera de sempre, que você conhece do dia a dia. E se acontecer alguma coisa, uma covardia, você não vai estar só (Kelvin, 18 anos, Folião).

Com efeito, o corpo plural não é só para fazer número, ele é um meio para curtição carnavalesca segurança.

8.1.2 Critérios de avaliação e controle do risco

O critério de avaliação e controle dos riscos predatórios feitos pelos foliões segue um planejamento de autogestão contra os riscos de predação, significando um programa esquemático para uma fruição segura das oportunidades festivas. Os foliões projetam tal aproveitamento tendo como base a sua experiência de risco, e com as informações acumuladas, eles alinham gostos, preferências, disposição e segurança ao fazerem as escolhas do circuito, do horário, das folias, da localização na audiência e do itinerário da circulação.

A escolha do circuito é motivada por vários fatores, os preponderantes são: o acesso ao espaço, o conjunto das atrações e a presença de conhecidos. A localização das redes identitárias é um dos critérios definidores da escolha dos circuitos.

As redes identitárias reconfiguram o espaço para os foliões conectados, formando lugares cujo pertencimento vincule curtição com assistência mútua.

A nossa programação para o Carnaval, no ano passado e neste ano, foi... que horas e onde o BaianaSystem vai tocar? O que é que tem antes e depois disso pra poder fazer? Então, tudo é montado em função disso: a questão de ir pra o Carnaval pra ver BaianaSystem (Tamiles, 20 anos, foliã).

As redes identitárias de estilo família reconfiguram o espaço da festa em determinados dias, horários e trecho do circuito Osmar, formando lugares para as crianças curtirem a festa. Elas continuam ocupando ainda alguns desses lugares mesmo com o término do desfile das atrações infantis naquele dia, que geralmente ocorre pela manhã. Ademais, as concentrações de foliões adultos nesses espaços reconfigurados formam uma rede de tolerância e assistência às crianças.

Durante o dia e o meado da noite, as configurações de estilo família tomam conta de diversos espaços ao longo do circuito Osmar. Isso ocorre mais intensamente nos sábados, domingo e terça feira de Carnaval. O Forte de São Pedro é o lugar de maior concentração de crianças nesse circuito. As concentrações de configuração família não são vistas com a mesma regularidade no Circuito Dodô (Diário de Campo, 2018).

A ventilação, a iluminação, o espaço e acesso ao circuito também influenciam nessas escolhas do circuito. Por um lado, essas são escolhas feitas pelos foliões para ampliar a curtição, e por outro, elas visam reduzir o risco de predação.

Eu não gosto de ambientes escuros. Eu acho o Campo Grande um circuito escuro. A única forma de termos espaço, da gente se locomover é pelas esquinas, pelas aquelas ruas, que levam a Avenida Sete para Carlos Gomes. E ali também é muito apertado. Além dos ambulantes que ficam ali vendendo cerveja... É um aperto. Aí, surgiu esse circuito da Barra. [...] Quando eu cheguei na Barra... é ventilada, é iluminada, porque é Barra, é ponto turístico. E aí teve toda essa parte de locomoção. Se a gente não quisesse ficar naquele aperto, pra sair era mais fácil. [...] Ainda mais que a gente está na comunidade e a gente sabe como está muito violenta. Ainda mais com as divisões dos grupos... Aí, essa violência me afastou. [...] A gente já presenciou ali varias situações de violência. Eu fiquei marcada em uma... Atrás daqueles tapumes, que protegem as lojas, os caras estavam escondendo facas e facões (Renata, 27 anos, Foliã).

Na avaliação de risco feita pela foliã, o circuito Osmar apresenta condições ambientais propícias para a ocorrência de covardias. A iluminação deficitária, a disputa por espaço e a presença de grupos territorializados ofereceriam oportunidades para as práticas predatórias, sendo essa uma avaliação de risco baseada numa desvantagem situacional ecológica. Nesse

mapeamento, o folião analisa a sua condição de alvo adequado em cada circuito e as possibilidades de controle do risco, escolhendo aquele com menor potencial de dano.

A familiaridade com o circuito também influencia na avaliação de risco feita pelos foliões. O conhecimento das entradas e saídas das vias de acesso e da dinâmica das folias e da multidão reduzem o risco de predação.

Esse ano eu iria. Só que assim... Foi meu pai, meus tios, meu padrinho e uma prima minha. Eu fiquei meio desanimada pra ir, porque eu estou acostumada ir pra Avenida [circuito Osmar], e esse ano eles foram pra Barra. Aí, eu fiquei meio com medo. O circuito da Barra pode ser totalmente diferente da Avenida e pode ser mais seguro... Mas eu fui todos os anos pra Avenida, sei como é. Conheço as ruas, conheço como funciona. Mesmo que tenha blocos diferentes, [o circuito] é a mesma coisa todo ano (Francielle, 15 anos, Folião).

A redução do risco de predação é alcançada com a escolha do circuito, na medida em que os foliões conseguem evitar a desvantagem situacional ecológica, mas os riscos de covardia definido pelas condições ambientais acompanham também a sazonalidade da multidão carnavalesca. E essa sazonalidade está diretamente relacionada ao horário de chegada e de saída dos foliões nos circuitos.

Os foliões permanecem na multidão em períodos curtos, longos ou extensivos. A tarde, a noite e a madrugada compreendem os períodos curtos de curtição. Quando a curtição é iniciada à tarde segue até à noite ou quando começa à noite entram pela madrugada representando o período longo de permanência. No período estendido de curtição, o folião começa à tarde e vai até a madrugada.

A noite é o horário preferencial dos foliões e a madrugada é o horário considerado crítico pelos atores plurais.

Nos três primeiros dias o melhor é à noite, até porque muita gente trabalha nesses dias. [...] De quinta a sábado eu acho interessante sair no final da tarde pra noite. Agora domingo, segunda e terça, que são os dias oficiais dos dias de Momo, é interessante que saia no meado da tarde pra noite. [...] O Carnaval aqui de Salvador, não tem limite. [...] Eu sou contra esse horário de Carnaval de madrugada. Primeiro, porque os blocos estão em quantidade menor. São blocos arranjados mal feitos. As pessoas já estão numa situação alcoólica no nível mais alto. E fora a malandragem que vai pra poder roubar. Aí pegam as pessoas que já estão bêbadas, e se aproveitam pra tirar vantagem. [...] Antes eu só chegava no outro dia. Hoje mais não. Não só a questão da idade, mas não é mais conveniente. É muito arriscado você passar doze, quinze, dezesseis horas na rua, no Carnaval. Com o passar do tempo, a gente começa a selecionar aquilo que é vantagem... Eu saio Carnaval pra curtir oito ou dez horas por dia. [A volta pra casa], a media de horário é entre uma e duas horas da madrugada (Lúcio, 53 anos, Folião).

À medida que as horas vão passando e diminuindo as folias agregadoras, as expectativas dos foliões que permanecem nos circuitos parecem prescindir de reciprocidade.

As configurações de folias são responsáveis por concentrar os foliões mediante as expectativas recíprocas de curtição. Sem as folias estabelecidas por relações de conformidade mútua, os foliões que permanecem no circuito não operam com a reciprocidade, reduzindo as oportunidades festivas e ampliando as oportunidades predatórias de covardias.

No início da madrugada, o consumo de bebidas alcoólicas e outros psicoativos passa a ser a principal oportunidade festiva dos foliões. Quando bebem muito, os foliões que são alvos atrativos, podem se tornar alvos adequados, sobretudo no final da madrugada, onde os níveis alcoólicos costumam estar mais elevados. Nesse horário ficam também os foliões que sofreram algum dano e estão esperando a oportunidade para passar a agressão adiante.

A escolha do circuito e o horário de permanência podem reduzir a desvantagem situacional e o risco de predação, porém a avaliação de risco e a eleição de estratégias de controle passam também pela condição do folião na festa. Eles podem seguir as folias, ficar circulando ou curtir a festa na audiência. Cada uma dessas condições de folia exige uma autogestão de risco específica.

O tamanho do espaço onde ocorre o desfile influencia sobremaneira na densidade da ocupação de foliões em torno dos trios e na audiência. Contudo o espaço, ou seu tamanho, não figura como um fator isolado na formação da multidão carnavalesca. O horário em que ocorre o desfile tende a qualificar o espaço em grande, pequeno ou adequado para a ocupação dos foliões.

Saio à noite. Mas já sai quatro horas da tarde. Essa foi a única vez que eu saí cedo, que eu fui pra rua cedo. Geralmente a gente vai umas seis ou sete horas da noite. [...] De tarde faz mais calor e o pessoal também trabalha durante o dia, aí vai à noite. Esse também é o horário que está mais cheio... tem mais gente, mais agito. De tarde é mais fraquinho, é mais sol e faz muito calor (Hillary, 19 anos, Foliã).

Para muitos foliões a festa de fato começa no final da tarde e início da noite. E no avançar da noite o fluxo de foliões aumenta consideravelmente.

Saio no final da tarde, porque não tem aquele sol escaldante. Assim, cinco horas e quatro e um pouquinho é que o sol está indo embora. Esse é o melhor horário, porque duas, uma hora, é aquele sol de Salvador que ninguém aguenta. É um calor muito grande (Wynne, 20 anos, Foliã).

No caso das folias corporais “pipoca”, como foi demonstrada, os foliões formam concentrações com densidades distintas. A disposição para o embate corporal influencia na escolha do lugar que o folião pretende ocupar nas folias “pipoca” efervescentes. Quanto maior a disposição para o embate corporal, menores são as restrições para enfrentar as concentrações com grande densidade. É possível distinguir três níveis de disposição para o

embate corporal, vinculando-as à performance participativa do folião: o contido, o moderado e o intenso.

No nível contido de disposição, o folião tende a procurar as zonas de dispersão-rarefação para curtir a festa.

Eu saía na “pipoca” e ficava de longe. Eu não ia para o meio da “pipoca”. [...] Teve algumas vezes que eu acabei indo para o meio também, mas eu não ia muito longe, eu voltava logo. É porque eu não gosto de muita muvuca, muito empurra-empurra (Junior, 26 anos, Folião).

No nível moderado de disposição para o embate corporal, o folião evita as zonas de aglomeração, cuja densidade implica curtir a folia em meio a intensos embates corporais. Uma extensa zona de transição ou zona densidade rarefeita-densa é formada à medida que os foliões que curtem esse nível de contato corporal vão se aglomerando.

No nível intenso de disposição para o embate, o folião encara qualquer uma das zonas de densidade de concentração da folia. Para muitos foliões “pipoca”, os embates corporais são desejados e procurados, uma vez que a folia só tem graça se for curtida no corpo a corpo ou no tombo.

Já curti muito [o tombo]. Sentia aquela sensação de liberdade... Liberdade de você se sentir vivo com a situação da festa. É uma questão de liberdade mesmo... de expressão... Sentia a adrenalina também, porque passava uns caras... uns malhados, e a gente encarava. Quando eu era mais novo, era legal (Rafael, 28 anos, Folião).

O corpo se agita e ferve intensamente nas concentrações densas de foliões. A efervescência é intensificada por conta dos atritos gerados pela densidade dos contatos e, na mesma proporção, essa efervescência corporal aumenta o prazer do folião. O folião que adentra as folias com crescente saturação espacial, para chegar o mais próximo do trio, tende a se deparar com a elevação progressiva do nível de densidade e de disposição para o embate corporal.

Como foi caracterizado, a “pipoca” independente e a “pipoca” alternativa são duas formas diferentes de curtir a festa. As duas são folias, mas a primeira forma concentrações em torno dos trios independentes e a segunda no corredor da folia. Elas configuram maneiras de ocupar espaço, que alinham performance corporal e autogestão de risco.

Com efeito, o que distingue a folia “pipoca” independente da alternativa é a possibilidade que o folião tem de escolher o lugar aonde quer curtir. E a escolha é feita de acordo com a disposição corporal. De um lado, os foliões estão concentrados em zonas de densidades conduzidos por uma disposição corporal que busca evitar os contatos agressivos. De outro, eles procuram as zonas de densidade, cuja performance harmoniza ritmo com doses

de agressividade. Já na folia “pipoca” alternativa, para curtir ativamente, aos foliões, muitas vezes, só resta a disputa por espaço.

Os blocos que mobilizam grandes massas de foliões associados, com as suas mega-atrações, também atraem grandes concentrações de foliões no lado de fora da corda. As ocorrências dessas concentrações de foliões “colados” na corda ocorrem pelo desejo compartilhado de acompanhar de perto a atração artística do bloco ao longo do seu desfile, mas esse desejo de folia é frustrado pela restrição de espaço imposta pelas entidades.

Essa restrição de espaço não afeta somente os foliões que se encontram colados na corda dos blocos. Aqueles que acompanham a festa na audiência da folia também sofrem com a expansão das cordas.

Eu estou brincando solta. Ninguém está me empurrando e nem me imprensando. Quando vem o bloco com a corda, o que acontece? Me tira do lugar... corta meu barato. E eu tenho que ir para o canto. A corda me imprensando, e o povo querendo passar, também me imprensando. Eu fico sem ter pra onde ir. Aí vem o desespero... tira a minha liberdade (Suzana, 52 anos, Foliã).

Quando a corda dos blocos expande satura o espaço de fora, levando os corpos dos foliões “pipoca” a ficarem tão colados que parecem se fundirem um no outro, formando uma massa coesa de difícil diluição. Isso impossibilita que os foliões esbocem qualquer expressividade corporal e consigam curtir a festa. O que significa para eles uma forma contundente de violência contra o seu corpo e uma violação da sua condição de folião e de cidadão.

[O bloco] está tirando meu espaço. Ele está invadindo meu espaço. Ele está tirando minha área. Eu tenho direito de ir e vir... Eu me sinto impossibilitado de curtir o Carnaval em virtude daquela violência. Eu acho que me jogar na parede é uma violência. Eu acho que não deveria existir (Roberto, 63 anos, Folião).

O apertão provocado pelos blocos difere sobremaneira do apertão enfrentados por foliões em torno do trio independente. No apertão espontâneo formado na passagem do trio sem cordas, ou seja, sem a ação das forças expansivas do insulamento dos blocos, o deslocamento e expressividade do folião “pipoca” estão condicionados à performance do corpo. Já no apertão por encurralamento, os foliões “pipoca” seguem o bloco num único fluxo e ficam sem espaço para escapar de um perigo eminente. Além disso, o apertão espontâneo exige dos foliões uma disposição para o embate corporal com eventuais confrontos. Já no apertão por encurralamento, a sua manutenção forçada gera tensões e embates corporais violentos que exigem dos foliões a disposição para o combate. O tombo é a performance do corpo encurralado.

Para quem (foliões, cordeiros, seguranças, policiais e outros) está em busca de confronto ou perpetrar covardia, o apertão do corredor em efervescência configura um campo minado de oportunidades. Dessa forma, o apertão não permite, por exemplo, que foliões ergam, de forma aleatória, os braços e dance freneticamente, numa performance pipoca, pois, essa expressividade corporal pode representar uma grande oportunidade predatória (Diário de Campo, 2016).

As concentrações densas e efervescentes tendem a atrair a disposição expressiva corporal do tombo. Contra as práticas predatórias que visam o roubo e a violência, muitos foliões adotam o tombo como prática defensiva. Enquanto brincam a festa ativamente no corredor da folia, essa prática harmoniza agressividade com coreografia para salvaguardar a sua integridade física e os seus bens. Enquanto expressividade corporal defensiva, o tombo não é provocativo, mas visa a intimidação. O tombo defensivo pretende ser igualmente uma atitude festiva, demonstrando alegria e expressividade corporal, e intimidatório, mostrando desconfiança e destemor.

Entretanto isso não quer dizer que essa modalidade de tombo não gere mais embates corporais e não configure mais um convite para o confronto. Dessa forma, a construção de uma imagem que escape daquela considerada alvo preferencial das ações predatórias no Carnaval acaba por reforçar o estereótipo policial de foliões perigosos e a justificativa do uso excessivo da força contra eles.

Assim, a expressividade corporal tem determinado a identidade dos foliões de dentro e de fora. O império de determinada expressividade corporal, em cada lado da corda, comumente, é identificado como sendo próprio de cada um dos grupos de folião. E, através dessa identidade, o folião conta com todas as benéficas ou sofrem as agruras por pertencer a um dos lados da corda.

Na passagem dos trios independentes, a participação do folião é ativa na medida em que ele pode escolher onde brincar na multidão. Essa possibilidade de escolha é ampliada com a diversificação das atrações de peso. No Carnaval de 2016 e 2017, isso ficou evidente com as apresentações de artistas renomados, como Ivete Sangalo, Bell Marques e Saulo Fernandes, em trio sem corda. Essa diversificação contempla as várias disposições expressivas corporais, e os limites impostos para a escolha do lugar na multidão fica definido, somente, pela performance corporal do próprio folião (Diário de Campo 2017).

Os apertões são os *hotspots* de curtição procurados pelos foliões de identidades ofensivas e predatórias. Eles curtem em locais da multidão, onde as possibilidades de conflitos são maiores. Esses foliões caçam outros que estão em desvantagem situacional nos pontos que exigem disputas espaciais e embates corporais. As folias tombo, o entorno dos trios independentes de folias com expressividade corporal mista, o corredor das folias nos

desfiles dos blocos e as transversais dos circuitos nos momentos de grande concentração são os *hotposts* da predação.

As outras opções, que restam para os foliões, são as folias contemplativas, as folias LGBT e os blocos. As folias de expressividades contemplativas são aquelas que têm leve efervescência. Elas são procuradas pelos foliões que não têm disposição para o embate corporal ou que avaliam os embates como deflagradores de brigas.

[...] Armandinho e Morais Moreira, que eu gosto do som mesmo. [Folias] que têm menos aperto. A que tem menos pessoas empurrando, que a gente imagina que tem uma menor chance de brigas... Chiclete com Banana (Bell Marques) a gente corre. Quando vem Chiclete, a gente toma uma direção contrária. Vem Chiclete de um lado, a gente vai pra o outro. Igor Kannário... Acho que mais esses! (Tereza, 30 anos, Foliã).

As configurações folias alternativas e LGBT afastam os foliões predadores. Essas folias vão de encontro aos interesses de afirmação da identidade ofensiva e viril desses foliões, já que os participantes dessas folias estão focados na azaração homo e bissexual, na dança, na sonoplastia e no registro.

8.1.3 Controle do risco, autogoverno e as tecnologias do corpo

A lógica performática da curtição “pipoca” exige do corpo o uso de tecnologias para o aproveitamento das oportunidades festivas. O corpo plural, o capital muscular e o corpo bélico são tecnologias que alimentam a confiança do folião, aumentando a disposição para o embate corporal intenso e instrumentalizando aquele para o controle do risco.

O corpo plural é uma tecnologia de controle do risco imprescindível na fruição das oportunidades festivas, mas cada uma das suas versões, simples ou ampliada, tem funções e implicações específicas no controle do risco.

Na autogestão de risco dos foliões, o corpo plural ampliado deve ficar estacionado em locais fixos, e a capacidade de fixação e defesa do espaço é diretamente proporcional ao número de participantes do corpo plural.

Eu costumo sair acompanhado, sempre. Saio com amigos... Já teve carnaval que eu saí com a namorada, mas normalmente saio com os amigos. Dois ou três amigos pra não criar aquela muvucada, para evitar confusão, porque a gente sabe, quanto mais muvuca maior tendência de a gente achar confusão na rua. [...] Se está na “pipoca” andando em grupo, a gente tem que se preocupar com si mesmo e com os outros que estão com você. Está andando com dois, se preocupa com dois. Está andando com dez se preocupa com dez. Agora assim... se você está parado num lugar e vai ficar na “pipoca” só ali, quanto mais pessoas, melhor. Pra evitar a circulação... porque o vai e vai faz com que a pessoa sem querer procure confusão (Fred, 22 anos, Folião).

O corpo plural ampliado só é apropriado para a audiência. Primeiramente, para a folia e itinerância “pipoca”, ele pode comprometer o monitoramento e controle das ações dos participantes. Em segundo lugar, o que seria uma prática para aumentar a vantagem situacional pode configurar uma ameaça para outros foliões. Por fim, o corpo plural tem que ser uma tecnologia de autogestão de risco e não um risco para os seus participantes. Dessa maneira, o corpo plural deve ser numericamente pequeno para a itinerância, e ampliado para a audiência.

Para a itinerância, sobretudo, em situação de aperto, o corpo bélico é a tecnologia mais apropriada. O corpo singular ou plural pode ser usado pelo folião como instrumento bélico. O corpo bélico é o corpo voltado para a intimidação, o embate ou confronto corporal, ou seja, é corpo que porta capital muscular ou disposição corporal.

O capital muscular é uma relação social que permite a acumulação e reprodução dessa relação. Um corpo sarado, com contornos dos diversos grupos musculares marcados e visíveis, configura um capital muscular, cuja acumulação permite a sua reprodução física e simbólica como instrumento de manipulação. Esta manipulação do capital muscular consiste no uso do corpo para dominar e subordinar outros corpos, logo é o uso do corpo como um instrumento de dissuasão.

[No aperto] a ideia aí é abrir caminho. Melhor colocando, a ideia é fazer com que o outro não encoste em você. Então, assim, o máximo que você puder fazer pra que o outro não encoste, perceba que ali não é uma região confortável pra ele se encostar... Eu, geralmente, saio no carnaval sem camisa, porque é a maneira que eu tenho de fazer com que o outro tenha uma primeira impressão, mesmo que não seja... Eu tenho amigos, por exemplo, que são muito fortes também e não sabem nenhum tipo de luta, não são de brigas, não são de nada, mas que saem sem camisa, e o pessoal se afasta. Justamente porque tem ali uma primeira impressão do cara, como se o cara fosse... Então, assim, eu saio sem camisa justamente pra no primeiro momento causar uma impressão do tipo: ó, não encosto ali não! (André, 39 anos, Folião).

Uma tecnologia de manipulação do capital muscular bastante usada é a exposição dos músculos. Como forma de intimidação, os foliões circulam entre a multidão sem camisa, exibindo o contorno dos diversos grupos musculares visíveis, representando a exposição do potencial bélico do corpo como uma ameaça do uso da força física.

Na ausência de capital muscular, o corpo pode expressar ou manipular uma atitude de enfrentamento.

Uma coisa que eu faço é adotar uma postura de enfrentamento mesmo. Às vezes, eu espero, dependendo de como esteja a multidão; mas, às vezes, como o pessoal está se jogando, então você também vai se jogando e

cortando o fluxo pra poder sair e pegar aquelas ruas de fora e chegar nos lugares mais rápido. Geralmente, eu adoto essa postura. O pessoal está empurrando eu também vou empurrar. No ano passado, eu tive que ficar parada com o pessoal e o povo empurrando. Ah, não velho... Não vou tomar porrada nenhuma aqui. Eu fui no mesmo movimento... Está empurrando, eu também empurro. [...] Eu lembro quando a gente atravessou a “pipoca” [...], era um grupo de pagodão [Say de Bamba] E aí estava a gente de frente... eu, minha irmã e esses dois amigos do Rio de Janeiro. Aí, eu botei eles atrás de mim e fui cortando. Eu tenho uma coisa com a minha irmã de proteção e eu quero que ela fique sempre atrás. E como eles [os amigos] eram do Rio, não sabiam como era a movimentação. Então eu fiquei na frente e fui cortando. Pegando o movimento da galera, até conseguir sair, cortar todo mundo e ir pra calçada (Amanda, 30 anos, Foliã).

O corpo para expressar uma disposição bélica tem que ser capaz de adequar essa expressividade ao quadro de referência simbólica da situação de enfrentamento. Se no momento da itinerância, se os foliões estiverem passando por uma folia de expressividade tombo com estilo cultural favela, por exemplo, eles devem manipular impressões e adequar à expressividade do corpo.

Com a autogestão de risco e o autopolicamento, os foliões garantem a ordem pública festiva no nível micro e deixam para os demais níveis de preservação a gestão do que eles não podem controlar ou o que fogem ao seu controle.

8.2 AS REDES ARTÍSTICAS, A FOLIA CORPORAL E A GESTÃO DA SEGURANÇA

As redes artistas são redes identitárias extensivas que têm as atrações musicais como núdulos centrais. A produção, os fãs clubes, os foliões tiete e os foliões eventuais completam a composição dos núdulos da rede. Como os foliões acompanham os artistas nas redes sociais e em outros shows, a rede artística extrapola os limites da folia corporal. Dessa maneira, o artista e sua produção acumulam informações concernentes aos riscos e perigos de predação que envolvem a folia corporal e incorporam em seu repertório estratégias para tentar neutralizar os danos potenciais.

A gestão artística de segurança está no repertório de muitas atrações musicais. Essa gestão consiste na preservação da ordem pública festiva no nível da folia corporal. É uma gestão em rede que inclui a manutenção da visibilidade positiva do artista, a prevenção situacional e contenção de distúrbios e proteção contra à violência policial.

8.2.1 Performance, visibilidade e reputação artística

O artista e o trio elétrico formam um dispositivo de atração e concentrações de corpos na forma de folia. A performance dispositiva da atração artística inclui no seu repertório a gestão da folia corporal. Quando não abdicam da sua autoridade, os artistas fazem o gerenciamento da folia, atuando contra os riscos e perigos que “pipocam” juntos com os foliões.

Essa gestão é uma exigência para os artistas que atraem folias corporais efervescentes de expressividade agito e tombo. Nessas folias, os embates corporais são constantes e intensos. Ao visar a construção de um enquadramento de festividade da expressividade corporal dos foliões, o gerenciamento pretende evitar não somente os efeitos danosos da concentração densa e efervescente sobre foliões, mas também uma visibilidade negativa da folia e da reputação do artista.

Essa roda aí, “colé” dessa roda aí no mesmo? Por que essa roda aí no meio? Representa aqui “o favela”, eu não quero isso aí, não! Eu não quero saber disso não. Aqui, todo mundo é favela. [...] A gente desce quebrando o preconceito, a discriminação, a desigualdade, o racismo... a gente desce quebrando tudo, positivamente. [...] A favela é da paz ou não é!? [...] Parou, parou, parou... Não, não, aí não! Se rolar essas paradas aí [brigas], me fode, velho! Se rolar essas paradas, me fode, tá ligado!? Se rolar essas paradas, a gente vai jogar água no brinquedo da favela. [...] É sim... consciência! A gente está aqui pra botar ordem. Violência não... é na irmandade. É na paz e no amor¹⁷.

No Carnaval de 2017, o cantor Igor Kannário, conduzindo uma folia de expressividade tombopelo Circuito Campo Grande, teve uma performance marcada pela gestão artística atuante e estratégica. Ao utilizar uma linguagem peculiar, direta e despudorada, o cantor baiano adverte os foliões que os segue dos males e estigmas que os acompanham e que naquele momento era para descer a avenida quebrando, mas positivamente. Isso significa curtir a folia sem violência. As brigas e tumultos não somente podem atrapalhar a curtição dos foliões como também ampliar a visibilidade negativa da imagem do cantor.

Desde o seu retorno à folia em 2015, ele vem comandando a maior folia "pipoca" do Carnaval de Salvador. Nas últimas participações do cantor, a estimativa de público tem sido acima de 1.000.000 de foliões por dia de folia. Em 2016, o cantor levou para o Circuito Campo Grande em torno de 2.000.000 de foliões. Além disso, por concentrar foliões oriundos

¹⁷ TVE Folia 2017. Desfile do cantor Igor Kannário, no Circuito Osmar (Campo Grande). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Z0kc5b0pyP8>>. Acesso em: 19/03/2018.

das favelas da cidade, a sua folia é também a mais estigmatizada da festa. Essa estigmatização está vinculada também à imagem negativa do cantor que, por muito tempo esteve e ainda, em certa medida, continua associada à violência.

Com efeito, o cantor Igor Kannário é uma das atrações que não abre mão da gestão da folia por arrastar uma concentração de foliões densa e estigmatizada. De um lado, essa é uma folia em que o efetivo de policiais fica muito aquém do número de foliões; e, de outro, a presença dos agentes não significa segurança efetiva para eles. Por conta da estigmatização, o policiamento não atua de forma protetiva, mas sim de maneira repressiva e predatória.

Na segunda-feira do Carnaval de 2017, por volta de 17:00, uma multidão aguardava Igor Kannário começar a apresentação no Circuito Campo Grande. Antes disso, um convidado, o qual tudo indicava que seja um pastor, fez uma oração acompanhada de vários pedidos de paz e convidou os foliões a rezarem o “Pai Nosso”. Logo em que assumiu o microfone, o cantor reforçou o pedido de paz. Ele e os músicos estavam todos de branco. Apesar disso tudo, logo com as primeiras músicas surgiram os primeiros focos de brigas e tumultos. Nesse momento, Kannário interrompe a música e reclama: “eu não aceito isso aí. Olha os ambulantes, eles são trabalhadores. Respeitem os ambulantes, as caixas de isopor das pessoas. [...] E eu não vou aceitar ver essas paradas. Concordam comigo? Pega visão aqui, que hoje eu estou de fiscal. É pelo certo. [...] tome cuidado com as crianças. Vocês já viram quantas crianças tem aqui? Quantas mães tem aí? Quantas coroas? Uma coroa dessa toma um empurrão desse... de quem é a responsabilidade? De Kannário e de vocês. Essa aqui é a pipoca da favela. Essa “pipoca” não é minha, é de vocês. Eu aqui faço o que vocês querem. Então, vocês têm que fazer o que eu quero. É só isso que eu quero... que é manter a ordem” (Diário de Campo, 2017).

O cantor encontrou na gestão artística da folia a fórmula para se firmar no Carnaval de Salvador, conduzindo a maior pipoca da folia e tentando se desvincular da fama de *bad boy*.

8.2.2 Prevenção situacional e contenção de distúrbios

Como foi pontuado na seção anterior, a gestão artística da folia corporal é uma performance dispositiva que se funda na prevenção e contenção dos distúrbios (brigas ou tumultos). A prevenção situacional implica a antecipação de determinadas tendências de condutas e expressividades corporais nas folias, e as estratégias utilizadas incluem uma sequência musical com alternância de ritmos, paradas estratégicas e táticas de descontração. Já a contenção de distúrbios é feita com paradas seguidas para solicitações, para advertências e/ou intervenções.

A curtição da expressividade corporal tombo é a efervescência corporal. Nessas folias, o corpo ferve com os embates aleatórios dos contatos embalados pelos ritmos acelerados das

músicas. Nessa atmosfera efervescente, os distúrbios tendem a ser evitados se no repertório musical as sequências de ritmos acelerados forem intercaladas com ritmos lentos. Isso evita que os corpos dos foliões entrem em “ebulição”.

Por volta das 17:00, Bell Marques com o Bloco Camaleão vai se aproximando do Camarote do SBT Folia (ponto de transmissão da emissora). O cantor fez uma parada cordial em frente ao camarote, conversou com os apresentadores e seguiu lentamente em direção ao Cristo da Barra. O em torno do bloco estava tomado por foliões “pipoca”. A abertura da corda foi pouca e em vários pontos os foliões associados ficaram espremidos. Nas laterais do trio, a concentração de foliões estava mais densa. Neste instante o cantor optou por músicas menos efervescentes, mas não demorou muito para a ocupação desse espaço ficar saturada. Para evitar acidentes, brigas e tumultos e facilitar a passagem do trio, o artista parou de cantar e conduziu a liberação do espaço: “O lado de cá está muito apertado, eu não tenho como subir. Eu vou parar aqui [de cantar], para gente arrumar esse lado, tem que arrumar o lado. O coisa [elevado] da polícia chegou a mudar de lugar. Vocês aí, ao em vez de descenderem, vocês terão que ir pra lá. Chegue pra lá vocês, aqui não passa de jeito nenhum. Não passa nem uma agulha. [...] Anda um pouquinho mais Caroço [motorista]. Vamos tocar uma música pra andar aqui. Alias não... ande desligado [sem música] um pouquinho [...] Sabe o que é? É muita gente seguindo, e eu acho isso bom. Por isso que eu paro pra ajeitar a vida de vocês... aí embaixo estava muito apertado. [...] Aí agora folgou... vai mais, vai mais!!! Então, eu vou subir agora “na manha” [tocando um clássico da Banda Chiclete com Banana, “Foi por esse amor”]. Agora está todo mundo folgado... rapaz, o negócio estava feio aí em baixo” (Diário de Campo, 2017).

As paradas estratégicas também são uma forma de prevenção recorrente entre os artistas. Elas são pausas ou intervalos que o artista faz entre uma sequência musical e outra. Existem alguns intervalos que já estão no *script*, como os agradecimentos aos patrocinadores, as conversas com os jornalistas e o descanso do próprio artista. Essas pausas ajudam a esfriar os corpos e acalmar os ânimos, mas existem situações específicas de “ebulição” dos corpos que obrigam o artista a fazer uma pausa. Nesses momentos, ele fala alguma coisa para os foliões ou conversa com eles.

Muitos artistas incrementam a sua performance musical com maneiras de descontrair o folião, a exemplo de coreografias, brincadeiras e expressões, que deixam a folia mais animada. Os pedidos, como “joga as mãos pra cima”, “bate na palma das mãos”, “vai para frente” ou “vai para trás”, são maneiras de descontrair o folião. Essas práticas podem ser usadas como tática para desfazer tensões e intenções, sendo igualmente úteis nas folias efervescentes, onde o tombo é a expressividade corporal parcial ou predominante.

No jogo do tombo, os embates corporais são constantes e desejados. Eles reafirmam e amplificam os estigmas dos foliões ao tempo que legitima as ações violentas da polícia. Para evitar confrontos e as intervenções sistemáticas do policiamento, o cantor Igor Kannário lança

mão de táticas de descontração para o desarme do tombo: “Levanta mão”, “faz o coração de Kannário”, “faz a pomba da paz” (Diário de Campo, 2018).

Mesmo com a prevenção, nas folias efervescentes, os confrontos e tumultos são recorrentes. Nesses momentos, a gestão artística da folia busca uma contenção de distúrbios, parando as execuções das músicas, advertindo os foliões, fazendo solicitações e pedidos de paz ou a presença da polícia e intervindo com identificação dos envolvidos.

A contenção de brigas feita pelo artista quase sempre vem acompanhada de um sermão ou advertência. Em algumas situações, o artista expõe os envolvidos em confrontos ou covardias que conseguem se camuflar na multidão. Muitos dos foliões que se envolvem em confusão lançam mão de táticas de camuflagem para não serem flagrados e detidos. Uma dessas táticas é o uso de indumentárias signos de status, como as utilizadas pelos Filhos de Gandhi. Um deles foi flagrado e severamente eschachado pelo cantor Márcio Victor da Banda Psirico.

Eu respeito muito os Filhos de Gandhi, mas os Filhos de Gandhi que vestem a roupa pra bater nos outros é otário. Isso não é Filhos de Gandhi. Os Filhos de Gandhi são paz. [...] Baixe a bola rapaz... esse negócio de ficar brigando em Salvador tá feio. Para que tá feio¹⁸.

Os foliões vestindo a indumentária dos Filhos de Gandhi aparecem em várias situações de brigas e escapando das intervenções policiais.

É comum também os artistas intervirem em brigas, solicitando a presença da polícia no local onde está ocorrendo a briga: “Pedi pra parar, parou! Gene o que é isso? Violência não. No final da festa. [...] Atenção Polícia Militar, na frente do trio, o bicho tá pegando. Cadê a polícia que não chega? Violência não... violência não!”¹⁹ Assim, a gestão artística da folia quando ocorre, prevenindo ou contendo distúrbios, sobretudo em concentrações de alta densidade, tem sido decisiva na preservação da ordem pública festiva.

8.2.3 Proteção contra violência policial

A polícia estabelece com o folião “pipoca” uma relação ambígua. De um lado, a polícia atua de forma preventiva e interventiva sobre o que escapa à capacidade do folião de prover segurança. De outro, os foliões precisam se proteger do castigo corporal perpetrado

¹⁸Vídeo amador. Carnaval 2016, “Psirico para o trio na Carlos Gomes pra reclamar com um folião dos Filhos de Guandy que queria brigar”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J5Vzzjuc6AI>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

¹⁹Vídeo amador. Carnaval 2011, “Pancadaria em Salvador city”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nJrRoFYGHwA>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

pelos policiais sobre os atos ilícitos e das intervenções às práticas festivas, que os agentes desconhecem ou não reconhecem como tal.

Nesse momento, as redes informais de segurança se mobilizam na proteção dos foliões contra a predação policial. Dentre as gestões realizadas pelas redes artísticas, a mais emblemática é a gestão da rede BaianaSystem, que protege os foliões, sobretudo, quando eles abrem as rodas efervescentes.

Quando eles veem a polícia sendo agressiva, do próprio trio começam a bater palmas para sinalizar que a patrulha está vindo ou passando, para o pessoal abrir roda [desfazer a roda]. A gente tem a cultura da roda no BaianaSystem. E quando está nesse momento de euforia na pipoca e a polícia aparece, o próprio artista para o show e bate palmas para sinalizar de cima do trio que a polícia está passando, porque a polícia no BaianaSystem não tem nenhuma delicadeza pra passar do seu lado. Ela acha que aquela muvuca [grande concentração de pessoas], aqueles corpos pulando e dançando, é briga e que tem que se meter e descer o cassetete. E não está nem aí pra o que está acontecendo. Quando é só dança, é só brincadeira... E aí eles avisam e a gente abre na hora, empurra o colega que está do lado, puxa pelo braço e tira a colega que está na frente. E a polícia passa... Geralmente, tem um hino do é só amor... Eles começam a puxar o hino, é só amor, é só amor... E quando a polícia passa, a folia continua acontecendo como se nada estivesse acontecido. Então, é uma parada muito da banda e do público também (Tamilés, 20 anos, Foliã).

A "cultura da roda" na folia do BaianaSystem é uma performance de sintonia entre os foliões e o artista. Na folia animada pela Banda LáFúria também é possível encontrar foliões abrindo roda. Esta roda é bem parecida com as rodas abertas pelo público nos shows de rock, metal e punk. A "roda" consiste numa forma de dança associada a gêneros musicais mais agressivos. Os gestos cadenciados em sintonia com a música se mistura aos movimentos e intensos embates corporais. Na folia do BaianaSystem, a "cultura da roda" mistura gestos cadenciados com saltos, agitos e embates corporais, mas não expressa agressividade. Na folia animada pela Banda LáFúria também é possível encontrar foliões abrindo roda, mas nessa roda os foliões jogam o tombo, ou seja, misturam gestos cadenciados com agressividade.

Não é necessário fazer parte do público da folia do BaianaSystem para verificar que a agitação e os pulos dos foliões organizados na forma de roda estão longe de serem confundidos com uma briga. O não conhecimento e a truculência da atuação policial exigem da banda uma gestão de risco, sem essa gestão, os foliões seriam frequentemente alvos da predação policial. Além disso, essa gestão tem as palmas como principal instrumento, que funcionam, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de sinalização da presença da polícia e de constringimento da atuação policial predatória.

9 PRODUÇÃO DA ORDEM PÚBLICA FESTIVA E REDES FORMAIS DE SEGURANÇA

Com a segregação do espaço da rua, em público, para a ocupação do folião “pipoca”, e privado, para a ocupação do folião associado, o policiamento opera fragmentado: o policiamento estatal, atuando do lado de fora das cordas, e o policiamento privado dos blocos, atuando do lado de dentro delas. Entre as redes formais de segurança está incluída a rede de saúde da Secretaria Municipal de Salvador.

9.1 A REDE PRIVADA DE SEGURANÇA E A GOVERNANÇA DOS BLOCOS DE TRIO

Com respeito à demarcação dos limites espaciais do bloco e o controle das condutas dentro e fora dele, as entidades lançam mão de um efetivo de agentes e auxiliares de segurança e de técnicas operacionais variadas que incluem a movimentação do bloco, o controle interno e a disputa por espaço.

9.1.1 A segurança dos blocos

O contingente dos operadores da segurança dos blocos de trio varia entre as entidades, mas é possível estabelecer um padrão hierárquico operacional: coordenação, supervisão, seguranças, auxiliares de segurança e cordeiros. Por essa via, o efetivo está distribuído essencialmente entre o policiamento interno e externo.

Geralmente, existem dois tipos de coordenação: a coordenação geral e a coordenação de área. A coordenação geral cuida da organização do bloco como todo. A gestão da segurança fica sob a responsabilidade da coordenação de área, estabelecendo uma ponte entre a coordenação geral e os supervisores da segurança. Esse cargo raramente é ocupado por um segurança profissional.

Os supervisores de segurança atuam como subcoordenadores e tem a função de supervisionar equipes compostas por seguranças e auxiliares de segurança. Em alguns blocos, esses grupos dividem o trabalho de patrulhamento interno e apoio à corda; já em outras entidades, as equipes realizam o mesmo trabalho. Além dessa supervisão, os blocos contam com os supervisores dos cordeiros e dos auxiliares de apoio à corda.

Os auxiliares de apoio à corda não atuam puxando esta. Eles ficam posicionados em pontos estratégicos, tais como as laterais do trio, a frente e o fundo do bloco, dispostos lado a

lado, voltados para a multidão. A movimentação pelo bloco ocorre em torno dos limites designados e acompanha a agitação da multidão. Em relação aos cordeiros, eles são, predominantemente, jovens (pessoa entre 18 e 29 anos), do sexo masculino, porte físico avantajado e vestimenta diferenciada em termos de peças e cor (Diário de Campo, 2014).

Quase todo efetivo da segurança se concentra na corda. Os cordeiros são identificados como aqueles que seguram a corda dos blocos de Carnaval de Salvador. A corda erguida por eles funciona como uma barreira humana que separa os foliões de dentro da multidão externa. O efetivo de colaboradores nos blocos pode variar em torno de 1.000 a 2.000 pessoas.

Fechando o quadro da segurança privada dos blocos estão os agentes do Estado, constituídos especialmente por funcionários da Polícia Civil e Militar. Quando não estão em serviço, esses agentes do Estado prestam serviços de segurança aos blocos. A contratação desses agentes pelas entidades significa a apropriação da licença emitida pelo Estado para o uso da força física, nos limites do seu mandato policial, em situações de interesses particulares destas.

Os agentes do Estado são contratados pelas empresas de segurança que prestam serviços para as entidades. Muitas vezes, esses agentes são donos ou sócios dessas empresas de seguranças, que estão registradas em nomes de terceiros. E, geralmente, tais agentes possuem altas patentes na hierarquia do policiamento.

Os donos da segurança são coronéis. Os coronéis têm acesso a várias pessoas, políticos, comandantes de unidade e, inclusive, usam da hierarquia de policial militar para conseguir alguma coisa. Ele tem vantagem, bastam fazer um telefonema, chamam fulano de tal e chegam duas ou três patrulhas e dão mais segurança (PFem-I, 38 anos, Soldado).

O policial contratado usa as prerrogativas legais da polícia para resolver questões restritas aos domínios privados dos blocos.

Existe um profissional com hierarquia alta, de patente, dentro do bloco, e quem resolve todas essas situações [drogas, roubos e brigas] é ele. A gente tem profissionais desses, que prestam serviços internos dentro dos blocos. Às vezes, ele tem uma empresa prestadora de serviço, mas a maioria deles é contratada diretamente pelo bloco. As pessoas que prestam serviços da polícia dentro do bloco, não ficam vestidas com a roupa da polícia, ficam vestidas de roupa normal. E quando elas conversam... falam a língua deles, já falam de qual patente eles tem, e conseguem resolver os problemas com muita facilidade (Júlia, 38 anos, Coordenadora).

De fato, não é muito difícil identificar um policial fora de serviço e que esteja trabalhando no bloco. Além do jeito, a roupa destoa do contexto: ele não usa farda, porque está fora de serviço; não usa o abadá, porque pode gerar equívocos e confusões durante as abordagens e intervenções; e nem pode usar o uniforme da segurança, que significa uma

atividade irregular. Além disso, os policiais contratados andam acompanhados de outros com porte físico e trejeitos semelhantes e vestimentas destoantes dos abadá e do uniforme da segurança.

Entretanto, mesmo diante de tudo isso, ele reafirma a sua condição e patente policial. A função do policial contratado consiste em lidar com todas as espécies de problemas privados ao bloco, tendo à disposição um poder estatal do uso da força. Ser policial significa estar autorizado a agir de modo coercitivo, quando for necessário, mesmo que o agente esteja fora de serviço.

O policial é o agente de segurança que possui autorização para o uso de artefatos que pode acompanhá-lo mesmo que esteja fora de serviço, como o porte de armas de fogo. Na Polícia Civil, os agentes estão liberados para portar tanto as armas particulares, quanto as institucionais. Para os policiais militares fora de serviço, existe uma determinação que restringe o porte de arma de fogo da corporação e as suas particulares nos locais em que existe aglomeração de pessoas²⁰. Todavia, os PMs, na condição de policial contratado, se não fizerem o uso indevido da arma de fogo, eles poderão solicitar esse suporte dos agentes em serviço. Já para os agentes da segurança do bloco está proibido o uso de arma de fogo no Carnaval, mesmo para os que têm porte.

Porque na verdade, os seguranças não podem levar todos os artefatos, o segurança não vai poder trabalhar armado, não vai poder trabalhar com algemas. Ele contrata um policial... o cara é militar, vai saber chegar numa patrulha daquela. É mais rápido, porque, geralmente, quando é segurança que chama, eles nem ligam. Agora, quando é militar, é mais rápido, dão mais atenção. Ele te tira como nada [um desacreditado, sem autoridade] e vai embora. Quando o cara é militar é diferente (Eduardo, 28 anos, Coordenadora).

No Carnaval, como o fluxo da festa molda as interações, ações e os processos de resolução de problemas, a manutenção da ordem festiva implica na manutenção deste fluxo. Por conta disso, as resoluções ocorrem de forma seletiva, pois não vai ser qualquer solicitação que será atendida ou atendida imediatamente pelos agentes da segurança estatal. Isso dependerá de quem faça a solicitação. Nessa hora, o corporativismo ou a hierarquia policial define as solicitações de segurança passíveis de atendimento imediato.

O policial contratado funciona como um elo que conecta os agentes da segurança estatal e privada. Esse elo transforma esses sujeitos em nódulos de uma rede de segurança.

²⁰ A determinação está na Portaria n.º 035-CG/2005, de 7 de setembro de 2005. O artigo 21 do texto determina que o militar apenas poderá portar arma de fogo nestas ocasiões (locais com aglomeração), fora de serviço, com autorização do Comandante-Geral da corporação. Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br/Legis/Portaria%2035%20-%20Porte%20de%20Arma.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

Dessa forma, os blocos se constituem como redes de governança que mobilizam, reservam e articulam recursos estatais e privados de segurança para atender aos interesses particulares.

Os nódulos estatais dessa rede são usados como meio para realização dos interesses privados. Quanto mais agentes do Estado envolvidos, maior é a capilaridade instrumental da rede. No Carnaval dos blocos, a capilaridade da rede significa a extrapolação do mandato da segurança privada para além dos limites da corda. A capilaridade está associada à rede que tem cobertura estatal.

O agenciamento da força operado pela rede de governança dos blocos pretende imunizar as condutas dos foliões associados e dos operadores da segurança contra a atuação repressiva do policiamento estatal. Enquanto que no lado de fora das cordas a atuação policial repressiva acompanha ostensivamente a folia “pipoca”, no lado de dentro esta só se faz presente de forma reativa, ou seja, os agentes só atuam dentro dos blocos quando são acionados pela segurança ou em casos de distúrbios, brigas ou tumultos.

9.1.2 O agenciamento da força e a performance do insulamento contensivo-expansivo dos blocos

O perfil dos agentes e os auxiliares de segurança e a forma como ficam dispostos na corda definem a performance da barreira, caracterizando o insulamento como contensivo-expansivo. Esse isolamento contensivo-expansivo é determinado pela capacidade de demarcação da circunscrição espacial privada, com potencial para disputa por espaço, mediante a contenção, diluição e dispersão dos foliões pipoca.

Nesse tipo de insulamento, os pontos de concentrações densas e efervescentes na corda são reforçados para elevar a capacidade contensiva e expansiva da corda.

As características físicas dos operadores desse reforço são ao mesmo tempo evidências do caráter seletivo do recrutamento e dos atributos para o exercício das funções dos ocupantes desse posto. Eles formam os grupos de apoio à corda, que atuam na elevação da performance contensiva da barreira (Diário de Campo, 01.03.2014).

Desse modo, enquanto os cordeiros erguem a barreira, os demais auxiliares atuam mantendo a contenção ativa. De outra forma, enquanto os cordeiros contem o avanço dos foliões “pipoca”, os grupos de apoio à corda atuam na progressão expansiva da corda. Nesses casos, a função desses grupos consiste em auxiliar os cordeiros a diluir ou desfazer a massa de foliões que se concentra na corda, exercendo pressão sobre ela e reduzindo o espaço interno do bloco. Em outras palavras, os grupos de apoio atuam para garantir que os foliões “pipoca”

se concentrem fora da rua, nas margens do circuito, deixando, assim, todo espaço livre para o desfile do bloco.

A diluição das concentrações se faz por meio da corda tesa, que vai sendo esticada, com um vigor corporal que intimida e espreme os foliões. Estes são comprimidos contra o paredão formado pelos isopores, vendedores ambulantes e a audiência. Muitas vezes, os foliões pipoca são imprensados contra o paredão formado pelos tapumes de madeira dos camarotes. Essa ação violenta sufoca e obriga os foliões a recuarem (Diário de Campo, 2014).

Em alguns esquemas contensivos-expansivos, quando fracassa a tentativa de diluir ou desfazer a massa de foliões “pipoca” que se concentra na corda, para a expansão da corda os auxiliares da segurança recorrem à dispersão. E o recurso estratégico de dispersão é a predação violenta. Por meio desta predação, que consiste em agredir com socos e chutes os foliões, tende a gerar dispersão dos mesmos, deixando, com isso, espaço para o avanço da corda.

O padrão operacional de contenção e expansão da corda encontra resistência dos foliões pipocas que se inclina a responder fazendo uso, também, da violência.

Durante muito tempo, a faixa azul, que os organizadores da festa pintavam sobre o asfalto indicou o espaço dos blocos e os limites de ocupação da rua pelos foliões “pipoca”. Mesmo não existindo mais a pintura, os limites estabelecidos pela faixa azul continuam sendo a referência expansiva da corda, pois demarcava o máximo de espaço da rua ocupado pelos blocos. A orientação é manter a corda na “faixa azul”.

O Carnaval tem uma faixa azul. A gente tem que manter a corda sempre na faixa azul. Quando o público “pipoca” vai passando e encosta... qual é a orientação? Empurrar pra faixa azul. Nem toda vez, “os pipocas” não gostam. Aí tem que saber chegar, sair pra o lado de fora da corda e conversar de boa, porque se a gente for empurrando com agressão, corre o risco de tomar... como aconteceu com o nosso líder. Ele foi empurrar a corda e tomou uma latada na garganta e lascou... ficou internado e quase morre. [...] Porque não soube chegar, tem que passar para o lado de fora da corda, ir abraçando e pedindo “ô meu irmão, vamos liberar a corda”. A pessoa se sensibiliza e vai encostando. Não pode apertar o público do abadá, mas eu empurrei a corda e tomei uma lata na cabeça. Foi no Relógio de São Pedro. Eu olhei pra trás e ele me chamou. Eu fui... a gente acabou com tudo no Relógio. Os cordeiros foram, foi uma briga “retada” e o bloco teve que parar. Foi pau viola (Eduardo, 28 anos, Segurança).

A orientação de expansão da corda expõe os cordeiros e seguranças às reações defensivas e predatórias dos foliões. Para evitar tais reações, alguns operadores adotam o diálogo e a conversa como tática alternativa às práticas convencionais de expansão da corda. Para a contensão e expansão da corda, seguir os *modus operandi* de diluição, expansão e dispersão arrisca e expõe os auxiliares e segurança ao risco de predação. Dessa maneira, a

recorrência ao uso instrumental da violência, numa ação racional em legítima defesa, pode ser verificada, tendo como sentido se proteger das agressões dos foliões.

Por outro lado, não são raras as situações em que os cordeiros e os auxiliares de apoio à corda protagonizam várias ações violentas. Eles também atuam com condutas hostis e agressivas, além de perpetram constantes covardias expressivas. Um caso representativo, que ilustra bem as diversas ações, em seus *scripts* e *modus operandi*, ocorreu na passagem de um folião pelo estreito corredor formado no lado direito do trio elétrico, do bloco Nu Outro (Jammil).

Entre a corda e os vendedores ambulantes, um folião e os cordeiros trocaram hostilidades. Sem atentar contra a integridade física dos cordeiros, o folião seguiu andando. De repente como uma avalanche, como uma massa acumulada de neve, que repentinamente se movimenta de forma rápida e violenta e se precipita em direção ao vale, parte dos cordeiros e todo o pessoal de apoio desse lado da corda partiram para cima do jovem, que logo desapareceu no meio dessa massa acumulada de corpos. Mais de quinze cordeiros o espancavam. Diante dos vários socos e pontapés bem do lado do trio, a banda continuava tocando. Indignados com o descaso dos componentes do grupo, frente à cena de espancamento, foliões “pipoca” começaram a jogar na direção destes garrafas de água e cerveja. Eles, esquivando-se dos objetos, somente acenavam, dizendo não poder fazer nada. A sessão só parou com a chegada da Polícia Militar, mas os protestos continuaram, exigindo dos policiais alguma providência com relação aos agressores. Indiferente aos protestos, os PMs prenderam o folião, que estava cheio de hematomas, sangrando e completamente desorientado. Diante da intensa manifestação surge um operador do nível gerencial da segurança, dizendo ser policial e ameaçando os foliões “pipoca” que se manifestavam, perguntado se eles também queriam ser levados pelos PMs: “Eu também sou policial, vocês querem, eu posso mandar levar vocês também” (Diário de Campo, 2013).

Com efeito, não somente a conduta dos auxiliares de segurança dos blocos, como também o estreito vínculo dos agentes do Estado com a segurança privada das entidades está por trás da violência expressiva nos corredores da folia. Isso ficou evidente no posicionamento dos policiais militares frente à violência e ao seu desdobramento, que só conduziu a vítima, ao invés de levar todos os envolvidos para averiguação.

Um grande efeito desse estreito vínculo é a garantia de impunidade e imunização das condutas dos últimos. Assim como os excessos cometidos pelos policiais durante a festa não são punidos, os cometidos pelos cordeiros também não são.

A corda erguida pelos blocos segrega a multidão, tensão, conflitos, insegurança e violência à folia corporal. A manutenção da segregação de multidão depende do uso extensivo e intensivo da violência física. Isso implica o uso autorizado da violência física por agentes

não autorizados. Desse modo, os blocos empregam práticas irregulares e, portanto, precisam do poder de intimidar e de imunizar dos agentes da segurança estatal.

9.1.3 A lógica instrumental de segurança e o controle interno dos blocos

A lógica de segurança dos blocos está fundada no controle das condutas através da governança espacial. As entidades, durante o seu desfile, circunscrevem nas vias públicas os limites de seu espaço, ao tempo em que mobilizam meios para o controle das condutas dentro e fora da corda. É um controle que visa a contenção do avanço da multidão pipoca e a expansão o espaço interno delimitado pela corda e ainda a prevenção situacional da violência.

A lógica instrumental de segurança dos blocos de trio prioriza a prevenção da violência e a minimização dos danos produzidos pelo comportamento dos associados, em detrimento do componente moral das suas condutas. Para os blocos, os atos dos associados em si não são relevantes, quanto a possibilidade ou não de uma punição criminal. O que está em jogo, segundo essa lógica, são as perdas que estes atos podem acarretar para os próprios associados e para o bloco. No lugar do consenso moral, que caracteriza a repressão do policiamento estatal, o princípio que orienta o controle interno das condutas é a relação custo/benefício e a satisfação dos foliões como clientes (OLIVEIRA, 2005).

Dessa forma, preterindo de um componente moral, a lógica de segurança das entidades está baseada na definição situacional das condutas aceitáveis e não aceitáveis. Nesta perspectiva, toda conduta que não desqualifique a imagem festiva do bloco, nem produza danos relevantes aos associados é aceitável. Dito de outra forma, é aceitável toda conduta dos foliões associados que aproveitam as oportunidades festivas.

Os blocos, na sua grande maioria (elitizados e de elitização mediana), não significam mais do que expectativas recíprocas estabilizadas de oportunidades festivas, consoante ao estilo cultural dos associados. As expectativas recíprocas estabilizadas estão vinculadas às possibilidades de se aproveitar as oportunidades festivas, contando com a tolerância, a agressividade, as práticas sexuais, o consumo de drogas ilícitas, o assédio e outras manifestações de estilos culturais.

Sexo não! Porque eles não ficam chupando pica, essas coisas bem vagabundas, não! Mas no bloco de [...]. Eu não sei se vou atribuir a sexo, mas rolava as mãos dentro das calças, da pica... a língua, a baba, três homens se beijando [...] Eu via a safadagem mesmo, essa vagabundagem de três homens se beijando, a mesma língua [...] Vi chupando a língua, chupando o xibiu, eu não vi, mas chupando peito, chupando peito de travesti, metendo a

mão em pica, passando a mão em rabo. E aquelas brincadeiras de deitar no chão, se agachar... aquela esculhambação. (Isabella, 25 anos, Cordeira).

Por conta do estilo cultural dos associados, determinadas condutas são definidas como aceitáveis, mas também são consideradas como próprias de determinados blocos. Embora o ato sexual em público seja considerado atentado ao pudor, as suas preliminares são toleradas por algumas associações carnavalescas. Ainda que estejam contrariando o consenso moral sobre o pudor, as condutas que ensaiam preliminares sexuais estão entre as expectativas estabilizadas de oportunidades festivas. E ainda que choque o espectador externo, essas condutas definem e qualificam a identidade de muitas entidades carnavalescas.

Entre as expectativas estabilizadas pelo Carnaval de blocos de Salvador, o consumo de substâncias psicoativas ilícitas está entre as oportunidades de maior fruição feita pelos associados. Como existem poucos lugares na multidão carnavalesca que viabilizem o consumo de drogas ilícitas sem o risco de repressão policial, a maioria dos blocos acaba sendo o local privilegiado para esse tipo de curtição.

[No bloco] foi mais lança-perfume. Nos dois blocos os seguranças viram. Falaram, mas não fizeram nada. Continuamos... saímos do lugar que estávamos e continuamos. Não usava o tempo todo. Usava e atraía as meninas, porque a intenção maior de quem está usando lança no Carnaval é também a azaração. O “lança” é um tipo de droga que as meninas da classe alta, as famosas “patricinhas”, curtem muito. E elas não levam, mas quando vê o cara usando elas colam, e aí ele se aproveita (Rafael, 28 anos, Folião).

Assim como na folia “pipoca”, os foliões associados têm preferência pelos psicoativos que são facilmente manipuláveis como a cocaína, o ecstasy e as anfetaminas. O lança-perfume é outro psicoativo que também é utilizado com frequência nos blocos.

Eles [os seguranças] não ligam. Em nenhum dos blocos. Não tem essa distinção não, em qualquer um dos blocos você vê um ou outro usando... Lança-perfume, ecstasy, doce também, que é o ácido. O ecstasy é uma balinha que você toma. O doce é quadrado, você põe na boca e ele dissolve. E é muito fácil eles venderem também, porque é bem pequenininho. Aí, você passa, toma e acabou. [...] Às vezes, cordeiros vendem. Tem gente que está dentro do bloco, que você sabe que vende droga (Rillary, 19 anos, foliã).

Essas substâncias são consumidas e vendidas nos blocos. O consumo gera uma demanda e a oferta desenvolve e consolida o comércio desses psicoativos. Assim, o controle do consumo implicaria em atuar sobre o comércio interno também.

Os blocos, populares ou elitizados, podem ser classificados de acordo com as orientações frente ao consumo dessas substâncias. De um lado, estão os blocos tolerantes ao consumo, cuja orientação é de não intervenção da segurança.

A gente não tem poder de polícia. Estamos policiando essa área, mas não temos poder de polícia ali. A gente não faz absolutamente nada, não se envolve. A gente não se mete também na atitude da polícia, ela tem total liberdade pra fazer... A orientação desse bloco, que eu trabalho há quatro anos, é que não deve haver nenhuma intervenção sobre o uso de drogas (Renner, 27 anos, Coordenador).

Efetivamente, o consumo é uma conduta tolerada em algumas entidades, por conta da oportunidade de fruição que representa. Um dos fatores que norteia e orienta a escolha dos blocos pelos foliões é essa tolerância que contribui para retroalimentar o consumo no bloco.

Falar de drogas lá, no Carnaval, é brincadeira. Falar de drogas no Carnaval é brincadeira. É uma coisa banalizada. Todo mundo cheira, todo mundo fuma maconha, todo mundo se droga dentro do bloco. É farra, e a gente não pode fazer nada (Isabella, 25 anos, Coordenadora).

De outro lado, estão os blocos de orientação intervencionista. Nessas entidades, o consumo de substâncias psicoativas pelos associados é considerado uma conduta não aceitável que deve ser inibida mediante recolhimento das substâncias.

A orientação é tomar e direcionar [orientar]. [...] A pessoa fica grossa, mas entende que não pode utilizar e fica de boa. E a gente não devolve não. Normalmente, a gente não põe pra fora, só toma, porque é folião, a pessoa está ali se divertindo. Cada um é responsável pelo seu pessoal. A gente orienta... no bloco (Júlia, 39 anos, Coordenadora).

Apesar da orientação intervencionista, a entidade não reconhece a conduta do folião associado que porta substâncias ilícitas como ato infracional penal. Como ele “está ali se divertindo”, a conduta não é entendida como criminosa e, por isso, não cabe medidas repressivas. Dessa maneira, basta o recolhimento da substância e a reafirmação da orientação de que o consumo é uma conduta não aceitável naquele espaço.

No entanto, existem blocos que tentam adotar orientações intervencionistas mais duras com relação ao consumo. Nesses espaços, a orientação dos dirigentes para a equipe de segurança consiste em inibir o consumo, recolhendo a substância e retirando o associado do bloco.

[A orientação] é retirar também... pegar, botar pra fora, tomar o entorpecente [...] A orientação do bloco nesse caso é sempre fazer a apreensão do entorpecente. Geralmente, dá sim pra retirar a pessoa do bloco. [...] A gente não vai trabalhar com aquela hipótese de que ele pode estar agressivo ou não. Geralmente sempre acontece da pessoa estar agressiva... usando droga, o cara fica super-homem. Esse daí é retirado, é convidado a se retirar. Na prática não é assim que funciona (Rogério, 28 anos, Segurança).

Todavia, a orientação de inibição encontra obstáculos reais quando é colocada em prática pelos seguranças.

Porque é filho de não sei quem, é parente de fulano e amigo do dono do bloco... no instante aparece um padrinho [...] O coordenador geral me chamou pra poder me falar de um suposto amigo dele, que eu coloquei pra fora do bloco, pelo lance da droga. [...] Ele estava fazendo uso de droga, naquela exposição toda. Eu chamei ele e conversei. Ele: “rapaz, eu sou fulano de tal empresa”. [...] Mas você vai se retirar agora. Ele: “beleza”. Tirou a camisa e pegou o vaso de droga dele e botou no bolso. [...] De repente o rádio me chama. Subi no carro de apoio e o coordenador explanou pra mim: “deixa o cara falar, deixa o cara se explicar”. Eu: “deixar explicar o quê? A orientação não é essa?” Aí ele: “sim, mas você sabe que não é assim que acontece. [...] pegue ele lá, dê a camisa dele e bote ele pra dentro de novo” (Rogério, 28 anos, Segurança).

O bloco também é uma rede de redes. Os participantes dessas redes ficam imunes às orientações normativas e sanções dos blocos. Os vínculos de parentesco e comerciais e as posições e status sociais constituem redes que ampliam o capital social dos associados. Nos blocos intervencionistas, as tentativas de inibição do consumo de psicoativos alcançam apenas os foliões associados sem vínculos de privilégios.

Além disso, as inibições seguem a lógica instrumental de segurança. A atuação inibidora pretende menos a repressão e mais o controle sobre os danos do uso abusivo das substâncias ilícitas e da visibilidade negativa do consumo aberto pelos seus associados.

A inoperância repressiva do policiamento estatal no espaço dos blocos reforça a lógica instrumental e relativa da segurança. A atuação ostensiva e repressiva do policiamento no lado de fora das cordas é desautorizada no lado de dentro.

Infelizmente, a gente não pode entrar nos blocos. Não sei dizer se é algo no papel ou não, evita-se entrar nos blocos. A gente fica mais andando e olhando os cordeiros e quem fica do lado das cordas pra tentar puxar, roubar alguma coisa e brigar, que é muito comum, mas o maior índice de drogas e coisas do tipo é dentro dos blocos, que tem a segurança particular, que é geralmente de um oficial da polícia, dono da segurança. E que, às vezes, a gente vai se meter e acaba se colocando em uma situação difícil (Pfm-I, 38 anos, Soldado).

No caso de roubo, as orientações para as abordagens de suspeitos associados ao bloco pretendem respeitar o princípio da fundada suspeita. A busca pessoal só está autorizada nos casos de flagrante delito. Caso contrário, o suspeito não pode ter a sua integridade física violada.

A orientação é... caso o cara roube ali, a gente vai ficar ligado para ver se acha esse cara. A gente quer ver ele com alguma coisa na mão. [...] Aí a gente vai conduzir ele pra algum posto policial daquele, pra dar o flagrante. Levar a pessoa que foi roubada e ele. [...] A gente fica ligado pra ver se pega. Fora isso a gente não pode chegar em ninguém, fica só na suspeita. Não pode chegar nele, porque a gente não viu nada. Tem que pegar algum gesto dele, com dois ou três celulares, dois chapéus, aí chega nele. Nesse caso, ele

entregando o objeto que ele roubou, vai embora. Agora se ele resistir, a gente vai mobilizar e conduzir (Eduardo, 28 anos, Segurança).

Seguindo a lógica instrumental de segurança, a orientação de intervenção em caso de roubo prioriza a prevenção de perdas e a minimização dos danos das vítimas. A segurança dos blocos é orientada pela lógica da prevenção situacional de perdas e danos, se preocupando mais com o interesse e proteção da vítima do que com a penalização dos infratores (ZANETIC, 2005).

Nem o consumo de substâncias psicoativas nem as queixas de roubo preocupam tanto e mobilizam tanto esforço quanto as brigas entre associados. Uns mais e outros menos, mas todos os blocos se deparam com esse problema e se utilizam dos mesmos instrumentos de intervenção: a contenção e a comunicação.

A orientação dada ao líder da patrulha, se a briga for entre foliões, é apartar e tentar uma comunicação com eles. Se não consegue a comunicação, o profissional da polícia de dentro do bloco, que dá esse suporte, vai conversar, tentar acalmar os ânimos. Caso não consiga, a pessoa não pode permanecer no bloco... a não ser que eles digam que vão se acalmar e se comportar. Tentaremos uma comunicação de qualquer jeito. Não tendo a comunicação, infelizmente não pode ficar. [...] Já aconteceu caso de tomar a camisa... do tipo, a pessoa está muito exaltada, não quer baixar a guarda, não conversa... a gente já tomou camisa, porque sem a camisa é impossível ficar dentro (Júlia, 39 anos, Coordenadora).

A orientação de intervenção em brigas segue a mesma lógica instrumental de segurança adotada diante do consumo de psicoativos e das queixas de roubo, qual seja, evitar a punição formal. Não havendo lesões corporais graves ou vítimas de agressão, os envolvidos não serão conduzidos para o posto policial; ou ainda não havendo resistência, eles não serão expulsos do bloco. A segurança dos blocos está orientada a (re)agir, conferindo maior informalidade na resolução dos conflitos e na restituição das perdas, de forma a minimizar os riscos de novas ofensas e resolver os problemas de forma rápida e só envolver o sistema de justiça criminal em último caso (ZANETIC, 2005).

Assim, fica explícito que a lógica do projeto de segurança (VALVERDE, 2014) dos blocos de trio está *pari passu* com a lógica comercial de vendas de abadás, ou vendas de lugares nos espaços privados da festa. Tal estratégia consiste em produzir uma atmosfera de liberdade para os associados aproveitarem as oportunidades festivas, protegendo o estilo cultural prevalecente nos limites da corda. Nos blocos a definição situacional das condutas não aceitáveis se restringe àquelas que produzem danos físicos aos associados e desqualificam a imagem do bloco, logo a estratégia comercial é a manutenção da atmosfera de liberdade.

A orientação é uma só: manter a paz dentro bloco. Deixar o bloco fluir... todo mundo dançando, curtindo numa boa. Pode usar sua droga, beijar na

boca, pode fazer o que quiser, mas sem briga, sem violência. Eles [os blocos] zelam pela paz, principalmente, esses Blocos Afros. Eles gostam de ver aquela apresentação bonita, aquela coisa, né? Quando eles saem mesmo... são muito bonitos! Então eles querem mostrar a paz (Isabella, 25 anos, Coordenadora).

No entanto, as condutas consideradas danosas estão resumidas nas brigas que ocorrem dentro do bloco, pois, outras formas de violência, como o assédio, são toleradas.

Sempre tem aqueles assediadores horríveis! Essa violência que nós mulheres sofremos, principalmente no carnaval, é muito, muito, muito bizarra! Por mais que exista campanhas, por mais que existam essas ideias de conscientização, a gente sabe como é a violência. [...] Homem de bloco não é diferente de homem da pipoca não! Costuma ser até mais insistente, insuportável. Acho que por ele achar, que a gente está ali naquele mesmo ambiente e que não vai sair dali, que eu tenho que fazer o que ele quer (Wynne, 20 anos, Foliã).

Assim como ocorre na folia “pipoca” com o policiamento estatal, dentro dos blocos, o assédio não entra na pauta da prevenção situacional.

A mulher está dentro do bloco e o cara está querendo beijar ela à força. Não é porque ela está bêbada ou bebendo que o cara tem que atacar, porque isso também é atentado ao pudor. E elas, às vezes, acionam a segurança: "ele me atacou, eu não quero beijar ele, mas ele me beijou à força". Nesse caso, é recomendado também pelos blocos a fazer vista grossa (Rogério, 28 anos, Segurança).

Basicamente, o controle interno pretende inibir as brigas e a entrada de pessoas desautorizadas e ambulantes no lado de dentro da corda. O foco do controle é defender os associados e o bloco dos riscos internos e dos perigos externos, em relação às brigas e à imagem negativa. Assim, no lado de dentro da corda “não vai ter briga, não vai ter ambulante e não vai ter gente que não paga abadá... Eu tenho que defender o associado” (Renner, 27 anos, Coordenador).

Assim, a lógica de segurança dos blocos não se direciona para a repressão do crime. Os blocos conjugam uma série de dispositivos e mecanismos, cujo produto é uma tecnologia de segurança concentrada na prevenção situacional.

No espaço segregado, a punição e o banimento do infrator seguem racionalidades punitivas diferentes. Na “pipoca” essa é uma tarefa repressiva feita pelo policiamento estatal com base na ilegalidade da conduta definida pelo marco regulatório. Nos blocos, salvo os homicídios e as tentativas, essa punição é negociável e esta negociação visa somente evitar a desordem interna e a visibilidade negativa, mesmo que a conduta desviante esteja entre os atos tipificados como infracionais pelo sistema jurídico, tais como o furto e o consumo de substâncias psicoativas.

De modo geral, a punição é a perda do abadá. Essa punição significa a perda da identidade de folião associado e de curtir a festa no lado de dentro da corda. Dessa forma, os blocos constroem as identidades dos foliões associados em contraste com a do folião “pipoca”, isto é, a negação e rejeição desta como valorização daquela. Além disso, os blocos transferem os seus problemas ou potencial de crime e violência para a multidão “pipoca”. A punição imposta aos associados que infringem as normas dos blocos não os impedem de continuar na festa. Eles podem descarregar a sua frustração, tensão e raiva na folia “pipoca”.

Por essa vertente, os blocos, com o seu instrumento de punição, agregam mais tensão, conflito, violência e insegurança à “festa pipoca”.

9.2 A REDE ESTATAL DE SEGURANÇA E POLICIAMENTO DE MULTIDÃO

A rede estatal de segurança no Carnaval de Salvador é operada pela Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e o Corpo de Bombeiro Militar. Cada uma dessas agências exerce um papel específico na gestão e controle da multidão carnavalesca: a Polícia Militar e a Guarda Municipal Civil são responsáveis pelo policiamento ostensivo; já a Polícia Civil acumula as funções investigativas e judiciárias; e o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia realiza atendimentos pré-hospitalares e assistências diversas nos circuitos do Carnaval.

Essas redes formais estabelecem com as redes informais de segurança uma relação de dependência e complementariedade, mas essa dupla relação é mais estreita entre as redes identitárias e artísticas e a rede estatal de segurança. A disposição e organização dos foliões na fruição das oportunidades festivas estabelecem as bases para o policiamento estatal.

9.2.1 Produtividade policial

De modo geral, os registros de violência e da criminalidade, que incluem os números de furto, roubo, assédio, lesões corporais, tentativas de homicídio e mortes, representam a dimensão do aproveitamento das oportunidades predatórias pelos atores plurais da festa. E, de modo particular, os registros de lesões corporais apresentam a dimensão das predatórias violentas.

Esses números têm sido registrados pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) e divulgados em coletivas de imprensa um dia depois do fim da festa. As coletivas ocorrem sempre num clima de satisfação pela diminuição dos números registrados de algumas

das categorias de crime ou violência, sobretudo, a redução anual dos números de lesão corporal.

Entretanto, ao comparar os números das lesões corporais apresentados pela SSP-BA com os divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde é possível verificar que os primeiros ficam muito aquém dos segundos. Entre 2015 e 2018, essa defasagem se manteve entre 83 e 88% (tabela 9).

Tabela 8 – Comparativo entre os registros médicos e os registros policiais de lesões corporais no Carnaval de Salvador

Ano	Registros de atendimento médico ²¹		Registros policiais ²²	
	Frequência de atendimento	Lesões corporais	Conduções	Lesões corporais
2015	5647	1134	966	189
2016	6443	1044	3309	176
2017	5194	840	2900	99
2018	5046	814	2164	99

Existem pelo menos três razões para a defasagem entre os registros médicos e os registros policiais de lesões corporais. Primeiramente, um dos motivos é que nem todas as ocorrências de lesões corporais graves se tornam registros policiais. As vítimas tendem a procurar os postos de saúde, mas nem sempre buscam os postos policiais para fazer o boletim de ocorrência da agressão impingida. Nesse caso, a defasagem entre os números ocorre por restrição à demanda policial.

Em segundo lugar, há evidências de que a polícia registra apenas as lesões provenientes das brigas e covardias que ela consegue intervir. Essa evidência é interessante porque ajuda a delinear um cenário relevante sobre as contenções de agressões: somente uma parte das brigas e covardias que resultam em lesões corporais graves é contida com a intervenção policial. Como foi demonstrado, os foliões e os artistas também são responsáveis

²¹ Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), 2019.

²² Os registros de dados sobre conduções e lesões corporais foram encontrados em diferentes fontes jornalísticas. Disponível em: < <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/registro-de-lesoes-corporais-caem-15-durante-o-carnaval-de-salvador/>>; <As forças de segurança estaduais deram por mais um ano a prova de que talvez seja a única polícia no mundo capaz de controlar dois milhões de foliões por dia nos três>; <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2017/03/portais-de-abordagem-revistaram-mais-de-um-milhao-de-pessoas-no-carnaval-2017-de-salvador/>>; <<https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2018/noticia/carnaval-tem-99-casos-de-lesoes-corporais-e-termina-sem-mortes-nos-circuitos-em-salvador-diz-ssp-ba.ghtml>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

pelas contenções de distúrbios. Neste caso, a defasagem entre os números ocorre por limitação operacional da polícia.

Em terceiro lugar, nos registros policiais não constam os números das lesões corporais causadas por cassetete. Obviamente, o registro dessas lesões significaria tornar evidente os excessos e as irregularidades praticadas no uso do instrumento, mas, por outro lado, a contabilização dessas lesões permitiria a instituição policial fazer uma avaliação técnica das intervenções. Assim, apenas uma parte das intervenções está sendo registrada, portanto, a defasagem entre os números ocorre por ocultação de ocorrências policiais.

Dessa maneira, os números de lesões corporais divulgadas pela SSP-BA representam menos uma fonte de dados quantitativos e mais um dado qualitativo de produção de cifras ocultas das oportunidades predatórias. Ademais, a conjugação dos números das lesões com os da produtividade policial, também divulgados pela SSP-BA, expressa os usos e sentidos dessa produção de cifras ocultas.

A produtividade policial é um modelo de atuação de forças policiais que se funda em números de procedimentos em substituição da eficiência técnica e da eficácia dos resultados. Dessa forma, é uma produtividade seletiva que prioriza os registros dos furtos, roubos, vendas e consumo de drogas.

A produtividade policial, calcada em elementos quantitativos dissociados da qualidade dos procedimentos técnicos e eficácia dos resultados alcançados, não deixa explícita a relação entre os números produzidos (conduções, termos circunstanciados e prisões) e a manutenção da ordem pública. Isso tende a dar um falso indicativo de segurança à opinião pública.

Com a publicização dos números da produtividade, que inclui o efetivo de policiais empregados, os portais de abordagem instalados e os milhões de reais investidos, a SSP-BA e a Polícia militar visam a produção de uma imagem positiva das ações da segurança estatal no Carnaval de Salvador e a propagação do mito de que o policiamento estatal é o único provedor de segurança na multidão carnavalesca.

Assim, essa publicização escamoteia a relação de dependência e complementariedade na preservação da ordem pública festiva entre as redes formais e as redes informais de segurança.

9.2.2 Gestão de multidão

Na preservação da ordem pública festiva no Carnaval de Salvador, a gestão estatal de multidão articula prevenção, repressão e primeiros socorros. A gestão da ocupação e

movimentação dos foliões no espaço da rua estão voltadas para os riscos predatórios e assistência às vítimas de predações.

As agências estatais de segurança realizam a gestão de multidão em rede, atendendo a demandas e desenvolvendo atividades que envolvem análise e tratamento de risco, estabelecimento de metas, planejamento, treinamentos, logística, sistema de comando e controle e supervisão.

Na análise de risco da multidão carnavalesca, as agências estatais de segurança se baseiam nas sucessivas ocorrências registradas que estão relacionadas ao conjunto de atrações, dia de folia, tamanho e densidade das concentrações em torno do trio elétrico e horário de pico.

A gente parte mesmo da tentativa e erro. Num ano, a gente fazia de uma forma, e resolvia. No outro ano, já fazia de outra forma. Hoje estamos no sétimo ano do GOE [Grupo de Operações Especiais] lá. Então eu já venho com uma cartilha de todos os outros anos. Pra mim já está fácil. Já estou com a receita de bolo pronta, só vou empregar lá no lugar. A gente sabe o horário de pico, as bandas que trazem um maior número de pessoas. Foi um levantamento técnico feito já... não só nesse ano [2018]. Sempre tem bandas que se destacam no Carnaval e trazem multidão. Então, nessas daí, a gente [dispensa um tratamento] diferencial (GMC-II, 36 anos, Supervisor).

O fracionamento de multidão entre folias e audiência facilita o policiamento preventivo. Nos casos das folias, a facilitação decorre das suas configurações de estilos de vida e da predominância de uma expressividade corporal. Isso tem permitido ao policiamento estatal a gestão de multidão baseada numa fórmula pronta de planejamento.

Em todo evento a gente prática a gestão de multidão. [...] Faz parte do planejamento a avaliação. [...] Sem querer ser preconceituoso... Existem algumas preocupações, hoje, com as chamadas músicas que excitam a violência. [...] Esses tipos de músicas... talvez algumas atrações ligadas a questão de gangues. Então, a gente se preocupa muito com essa questão. [...] E outras atrações que, geralmente, não atraem multidões, que possam provocar qualquer tipo de problemas para segurança pública (PM-IV, 46 anos, Major).

Na avaliação de risco, a gestão preventiva distingue as folias corporais entre, de um lado, aquelas embaladas por músicas que estimulariam a violência e, de outro, as que não gerariam problemas para a ordem pública. Entre as primeiras estão as folias de configuração favela e de expressividade corporal tombo e de estilo cultural favela. Essa avaliação de risco, além de vincular indiscriminadamente alguns artistas a grupos criminosos e à desordem pública, não leva em conta as particularidades e funcionamento das folias. Embora se trate de folias fundadas na liberdade pactuada do uso expressivo da agressividade e, por conta disso,

ocorram intensos embates e confrontos, elas não podem ser definidas como violentas, pois, se assim fosse, elas não seriam policiáveis e nem um meio de curtição festiva.

A antecipação preventiva dos desvios e delitos que ocorrem na multidão carnavalesca depende menos da regularidade das sucessivas ocorrências registradas e mais do estilo predominante de vida dos foliões nas folias.

O nosso conceito de operação, quando a gente pensa Carnaval... A gente tenta trabalhar o efetivo de acordo com as atrações. O tempo todo. Isso é o fator preponderante pra gente, porque sempre uma determinada atração pode sofrer atraso, o que não deveria acontecer. Então, a gente vai fazendo o nosso planejamento ali no trabalho do dia a dia. De forma que a gente consiga ter uma massificação de policiamento naquelas atrações que a gente considera potencialmente mais propensas para ocorrências de delitos. Então isso é feito sempre no terreno, por quem está no terreno (PM-III, 55 anos, Coronel).

A partir dessa avaliação de risco, o planejamento do policiamento ostensivo reside na esquematização e formalização de um plano de supervisão para a distribuição do efetivo policial de acordo com o artista e seu público. Nesse planejamento, o circuito é delimitado em áreas, subáreas e setores e a distribuição do efetivo nessas delimitações segue a hierarquia dos agentes até chegar à unidade mínima, que são os postos de serviços ou patrulhas.

A gente divide o circuito na forma que a gente chama de desdobramento e escalonamento. Os circuitos são comandados por coronéis. Aí vem os subcircuitos que são comandados por tenentes-coronéis. Aí vêm os comandos de áreas, majores, que já são subdivisões, chegando até o setor, que é comandado pelo tenente. E os setores se desdobram em postos, que são as patrulhas no terreno. Então, a gente consegue alocar o circuito desde o circuito, Osmar e Dodô, até chegar ao nível de posto de serviço (PM-IV, 46 anos, Major).

Segundo os manuais de policiamento ostensivo das polícias militares, o desdobramento constitui a distribuição das unidades operacionais, devidamente articuladas desde os postos de comando e subcomandos até o nível do setor ou patrulha, e o escalonamento é o grau de responsabilidade dos sucessivos e distintos níveis da cadeia de comando, no seu espaço. Os postos de serviços do policiamento preventivo são os portais de abordagem, os elevados de observação e as patrulhas.

No planejamento da Polícia Militar, uma das soluções de tratamento dos riscos de predações letais foi o portal de abordagem. Os portais foram instalados em 2016 para restringir o acesso de itens proibidos mediante revistas pessoais e identificação de objetos e substâncias proibidas, ou suscetíveis a estimular atos de violência. Os elevados de observação são estruturas fixas montadas nas calçadas das ruas para ampliar a vigilância dos foliões por parte da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Já as patrulhas são postos móveis

compostos por no mínimo cinco agentes. Esse policiamento é realizado pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal.

Na modalidade investigativa de policiamento, a observação de risco focaliza os pontos dos circuitos com elevado número de ocorrências registradas.

A unidade da COE [Coordenação de Operações Especiais] ficou, pelo terceiro ano consecutivo, responsável por coordenar as ações de segurança pública dentro da Polícia Civil no Carnaval. Ela ficou designada para mapear os pontos de maior vulnerabilidade de ocorrências [...]. Dentro de um perímetro estipulado pela equipe de planejamento, você tem histórico de incidências de fatos delituosos. Então, assim, se espera, dentro de uma média, as ocorrências desses ilícitos. [...] Tanto que no Carnaval... como é dividido o Carnaval? Pelos maiores pontos de problemas no Carnaval. [Na avenida], Relógio de São Pedro, Praça Castro Alves, entrada do Largo Dois de Julho, o miolo dos Aflitos pra o Campo Grande. Na Barra, Farol da Barra, Cristo da Barra... São os pontos críticos do Carnaval. A maior incidência de roubo e brigas é nesses pontos (PC-I, 46 anos, Agente).

Essa é uma avaliação de risco sob a ótica repressiva da investigação policial, visando efetuar apreensões de materiais e substâncias ilícitas e a detenção de infratores por furto, roubo e brigas.

Além do patrulhamento ostensivo e o investigativo, a gestão de multidão conta com um sistema de videomonitoramento. As mesmas câmeras instaladas para a vigilância diária das ruas da cidade passam a ser usadas no monitoramento da multidão durante o Carnaval.

[A maioria das câmeras está posicionada] naqueles pontos de maior aglomeração ou de maior índice de ocorrências no ano anterior. São pontos assim, que todo mundo conhece como ponto de atenção. Digamos assim... Relógio de São Pedro, grande aglomeração, ponto de atenção. Então tenho que ter câmeras ali. Lá em Ondina, Beco Gustavo Miguel, local de problemas, brigas, roubos... câmeras ali. Além das patrulhas e os elevados estarem ali a gente coloca também mais próximo. [...] Eu acho que nós chegamos, a grosso modo, até mais de 70% do percurso cobertos por câmeras. E são poucos os locais de ponto cego (PM-III, 55 anos, Coronel).

As câmeras se concentram nas áreas de interesse ou consideradas de risco ou *hotspots*. Nesse sentido, o videomonitoramento deve otimizar as ações preventivas do policiamento ostensivo e agilizar as atividades repressivas durante ou imediatamente após as ocorrências.

Na gestão de multidão, o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) funciona como cérebro na tomada de decisão. Para que o SICC tenha poder e capacidade para decidir, as forças policiais precisam estar presentes e integradas como em uma rede de neurônios em que a mensagem é transmitida e executada.

Para o controle de câmeras temos o CICC [Centro Integrado de Comando e Controle], que é o geral e trabalha com a força conjunta da Secretaria de Segurança pública. No centro tem a Guarda Municipal, a Transalvador, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiro, a Polícia Civil e as especializadas da

Polícia Militar. Todos atuam no mesmo lugar. Todos manuseiam aquelas câmeras que estão nos circuitos (GMC-II, 36 anos, Supervisor).

As agências estatais, sob a supervisão da Secretaria de Segurança Pública, integram o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Durante o Carnaval, o CICC centraliza, ao nível macro, a gestão de multidão. Junto com o CICC, outros postos de vigilância atuam durante o Carnaval, formando uma rede de comando e controle. De maneira geral, essa rede concentra esforços, informações e recursos humanos e materiais de diferentes agências para uma atuação em conjunto.

[As salas de comando e controle localizam-se] em vários pontos. Nós temos hoje, a grande sala de comando localizada na Secretaria de Segurança Pública. O básico do dia a dia está lá, na Centel (Central de Telecomunicações das Polícias Civil e Militar). Nós temos câmeras ali que vem tudo, mas durante o período do Carnaval, além daquela sala de comando, tem um ônibus que é colocado em um ponto mais próximo do Centro e recebe essas imagens. Além disso, dentro de cada posto ao longo do circuito, temos também imagens, com alguém operando especificamente aquilo. O CICC serve como um grande referencial, porque está fora, está distante e pode passar informações realmente precisas de que alguma situação em algum lugar precisa ser modificada. [...] O CICC se preocupa mais com o macro, vamos dizer assim (PM-III, 55 anos, Coronel).

As descrições acima representam a conjugação de competência de cada agência envolvida na gestão de multidão, com o foco na manutenção da ordem pública festiva. As funções da rede dizem respeito ao conjunto de atividades e tarefas pautadas na preservação da ordem ao nível macro – além do emprego de pessoas, processos, organizações e informações. Assim, a rede de comando e controle é uma maneira de concentrar esforços, incluindo informações de agências diferentes, para a realização da gestão.

As unidades da rede de comando e controle também realizam a supervisão da gestão de multidão. A supervisão consiste em inspecionar os agentes em atividade no campo. Neste sentido, a supervisão é uma etapa da gestão cujo objetivo consiste em fazer uma utilização racional dos recursos humanos e tecnológicos empregados. Compete ao supervisor verificar se os agentes e equipamentos estão devidamente coordenados, contribuindo assim para o êxito da gestão.

9.2.3 Controle de multidão

O controle da multidão atua na restrição ou limitação do comportamento individual ou de grupo. Na multidão carnavalesca, os controles ostensivo e repressivo, realizado pela

Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil, estão baseados na prevenção, contenção e investigação de ilícitos e desvios.

Na reafirmação do consenso moral, o policiamento estatal atua na repressão das condutas não aceitáveis, desviantes e ilícitas. As condutas não aceitáveis são ações não criminalizadas e não criminalizável, mas que são passíveis de repressão. Entre as condutas não aceitáveis está a expressividade corporal tombo. As condutas desviantes são ações criminalizadas, mas passíveis de criminalização. Um comportamento desviante típico do Carnaval é jogar água ou cerveja no público e nos agentes estatais. O uso de psicoativos ilícitos também é um comportamento desviante típico. Já as condutas ilícitas são os atos criminalizados pelo marco regulatório penal, como o tráfico de drogas e as vias de fato.

Tal competência define o papel preventivo-repressivo desse policiamento, que tem a incumbência da preservação da ordem pública no nível micro, utilizando-se da prevenção situacional, contenção de distúrbios, condução e detenção dos envolvidos, embora tais atuações não sejam determinantes e nem definitivas nas garantias de segurança.

9.2.3.1 Prevenção situacional

O trabalho policial de prevenção de distúrbios na multidão carnavalesca é feito mediante a presença ostensiva e a abordagem com revista.

A presença ostensiva do policiamento tem por objetivo principal atingir visibilidade, pretendendo desestimular infrações às normas e transmitir uma sensação de segurança. Na atuação preventiva, a presença do policiamento ostensivo, enquanto ameaça do uso da violência, pretende inibir as rodas efervescentes, o jogo do tombo, tumultos e brigas.

Essa modalidade de policiamento é uma tática de controle da multidão onde a presença dos agentes é intencionalmente notada por todos os foliões. O patrulhamento é a atividade móvel de observação, fiscalização, proteção, reconhecimento e emprego de força. As patrulhas são compostas por, no mínimo, cinco agentes, e cada um deles tem uma função específica.

Na patrulha, o comandante e o subcomandante ficam armados. As patrulhas, no Agrupamento de Operações Especiais, trabalham com cinco pessoas. Elas estão divididas em comandante da patrulha, o segurança do comandante, o especialista – que é aquele cara que vai fazer a abordagem e a busca pessoal, que vai revistar, vulgarmente falando –, o subcomandante que está atrás do especialista e o encerra-fila, que é responsável pela segurança de toda patrulha. Ele é o último da fila, ele é que tem que ficar olhando pra trás. Então, os armados são o comandante e o subcomandante. Os outros três

trabalham com bastão, que se chama BP (bastão policial) ou com a tonfa, o que o pessoal chama de cassetete (GMC-II, 36 anos, Supervisor).

Assim como a Guarda Municipal Civil, as patrulhas da Polícia Militar também atuam sob esse molde. Algumas variações na quantidade dos agentes podem ocorrer em função do número de especialistas ou do aumento do potencial ofensivo de patrulha. Comumente, só o comandante da patrulha verbaliza em situações de inquirição ou negociação. Enquanto isso, um membro específico da patrulha faz a segurança do comandante.

Com a presença ostensiva, o patrulhamento pretende inibir atos ilícitos ou condutas desviantes. Assim como no patrulhamento ordinário, no Carnaval, o policiamento ostensivo é operacionalizado seguindo uma programação esquemática que indica a localização dos pontos bases, os itinerários e horários a obedecer.

As patrulhas operam dentro de um cartão programa. Quando se faz um cartão programa, evidentemente, busca-se não botar duas patrulhas no mesmo horário e no mesmo local. Então, procura-se um padrão de distribuição, mas o Carnaval é muito dinâmico, uma patrulha pode estar aqui, se envolver numa ocorrência, ter que prestar algum socorro ou ser chamada pra alguma coisa (PM-IV, 46 anos, Major).

O cumprimento do horário estabelecido obriga o agente a estar, por determinado espaço de tempo, em certos locais, o que, entretanto, não dispensa o atendimento a eventuais ocorrências, no posto, fora do itinerário. Se houver alguma eventualidade que impeça de cumprir o roteiro e horário previsto, o agente fará o registro do fato no relatório de serviço, justificando assim, o não cumprimento do programa.

A atuação ostensiva de policiamento estatal é uma ação de presença, que pretende estimular a sensação de segurança entre os foliões. Para isso, essa atuação necessita estar presente com patrulhas cobrindo uma área da multidão por um determinado tempo. Como as patrulhas estão em fluxo, a cobertura das áreas designadas não é permanente. A distância temporal entre a saída de uma patrulha e chegada de outra numa determinada área de cobertura forma janelas de patrulhamento.

Quanto maior a distância temporal entre as patrulhas, maior a falta de cobertura policial. A abertura das janelas de patrulhamento pode variar de trinta segundos a cinco minutos ou mais, dependendo das características e das ocorrências de crimes e violências do setor. Assim, estar presente para o policiamento ostensivo na multidão carnavalesca consiste na regularidade com que as guarnições fecham as janelas de patrulhamento e evitam a formação de áreas sem cobertura policial. O fechamento dinâmico das janelas conduz ao controle da multidão de forma preventiva.

A presença ostensiva do policiamento varia em função do horário, do circuito, do setor, da atração e do público. Na mesma proporção parece variar a segurança objetiva entre os foliões.

Nos circuitos que eu frequento, [o policiamento é suficiente] sim. E, às vezes, você vê que há uma movimentação em excesso, porque dá pra sentir a diferença na circulação, quando é um trio tipo o Psirico, toda hora a polícia passava, guarda tal, e tem outros trios que você não vê tanto essa movimentação. Mas eu acho suficiente, pelo menos nesses circuitos que frequento, Barra-Ondina e Pelorinho (Amanda, 30 anos, Foliã).

A presença do policiamento preventivo é mais ostensiva nas folias de configuração favela e tombo. Nessas folias, as janelas de patrulhamento não ficam abertas por muito tempo por conta da massificação do policiamento ostensivo. Nesses casos, há uma segurança objetiva aumentada em tais concentrações por serem avaliadas como folias de elevado potencial de risco predatório.

A segurança objetiva e a sensação de segurança (ZEDNER, 2003; 2009) mudam para quem curte a festa nos pontos onde as janelas de patrulhamento ficam abertas com regularidade.

Atualmente, tem melhorado bastante com a entrada da Guarda Municipal nos circuitos. Eu penso que tem melhorado a presença policial, mas a presença nunca é ostensiva. A Polícia [Militar] nunca está em todos os lugares. Por mais que você queira nunca vai estar. Numa festa popular, como o Carnaval, é muito difícil você ter uma polícia que está em todos os lugares. Eu penso que tem melhorado bastante nestes últimos anos. Já houve tempos que era bem pior (André, 39 anos, Folião).

Com as janelas abertas por muito tempo, a sensação que impera entre os foliões é de falta de policiamento, mesmo com a inserção da Guarda Municipal Civil no patrulhamento da festa.

As janelas abertas com regularidade formam pontos cegos de patrulhamento. Esse cenário se configura quando as janelas estão abertas nos locais sem cobertura de câmeras de monitoramento e os postos elevados de observação não existem ou estão vazios formando, portanto, os pontos cegos de vigilância. As janelas de patrulhamento ficam mais abertas nos locais apontados como menos perigosos pelos registros de ocorrências policiais. De um lado, a abertura das janelas decorre de um planejamento prévio de um número reduzido de patrulha. De outro, essa abertura é improvisada por conta da transferência de patrulhas de um ponto para outro. Tanto em um caso como no outro, as janelas de patrulhamento são possíveis à custa da autogestão das redes identitárias e artísticas.

A atuação preventiva tem a abordagem e as revistas de suspeitos como um recurso preventivo que reforça a presença e desestímulo de desvios. As revistas, quando conseguem retirar as armas da multidão, ajudam a diminuir as desvantagens situacionais bélicas entre os foliões.

Nos portais de abordagens, instalados nas principais vias e acesso ao circuito, os foliões passam por uma revista corporal com o auxílio de detectores de metais. Aqueles que portam bolsas, mochilas, sacolas ou outros acessórios utilizados para guardar volumes passam por uma revista manual.

Não existe um critério. O policial tem alguma autonomia. A presença dele é importante para que o crime não aconteça. Hoje, a gente utiliza os portais de abordagem que estão no início da avenida, nos locais de maior circulação. Em determinados horários todos são abordados. Como a gente tem o recurso do detector de metais, isso fica mais fácil, mas, por exemplo, o cidadão que tem uma mochila, que tem um boné, que possa guardar algum instrumento cortante ou garrafa... Esse cidadão é preferencialmente abordado. E aí independe do horário que ele vai passar no posto de abordagem, se é no início da festa ou no final. As pessoas que estão carregando mochila e afins são os mais abordados. [...] Pode acontecer de alguém morar no circuito e não passar pelos portais. Ou passar por algum outro ambiente que não pelos portais e está portando mochila, então ele vai ser abordado, porque carregar no corpo é mais difícil do que carregar na mochila. A mochila tem mais possibilidade de esconder o material (PFem II, 36 anos, Saldado).

O portal de abordagem preventiva visa controle de acesso com busca pessoal, mas a revista é parcial e não abrange a todos os foliões.

Aqueles portais que colocaram agora pra entrar na festa... o que é aquele portal ali? Pra entrar tem aquela revista... homem levanta a camisa e, às vezes, os policiais nem olham direito. Eu estava olhando as reportagens, que teve bastante apreensão no Carnaval... mas não é aquela coisa que você fale, realmente foi uma revista. Uma vez fui passar, a policial, “abra a bolsa, ok”... Se eu tivesse com alguma coisa, eu teria passado tranquilamente (Wynne, 20 anos, Foliã).

É possível burlar o sistema de controle dos portais e ingressar nos circuitos munidos de armas ou equivalentes. Em primeiro lugar, nessa abordagem em massa, quem mora no circuito não passa pela revista. Em segundo, existem vários acessos à festa que não estão cobertos pelos portais. Por fim, as revistas não têm início no mesmo horário em todos os portais (Diário de Campo, 2017).

Os portais de abordagem isoladamente não são suficientes para evitar a violência perpetrada com o emprego de instrumentos. Mesmo depois da instalação dos portais nos circuitos da folia, homicídios, ferimentos por arma de fogo e lesões por armas brancas foram registrados, e isso indica a possibilidade dos foliões e outros atores de burlar os portais. Nesse sentido, apesar da redução dos registros de homicídios e das tentativas de homicídios ao logo

dos anos, não é possível estabelecer uma relação direta e isolada entre a diminuição e a instalação dos portais de abordagem.

Além das abordagens realizadas nos portais, durante o patrulhamento da multidão, o policiamento ostensivo lança mão da busca pessoal, popularmente conhecida como “baculejo” ou revista como medida de segurança. Esse é um procedimento de verificação da posse de armas, drogas ou outros materiais ilícitos que possam ser utilizados para a prática de crimes ou atos ofensivos à segurança e à ordem pública.

Entre os brasileiros, a abordagem policial a pessoas é confundida com busca pessoal, visto que, geralmente, as abordagens visam a apreensão de materiais ilícitos. Entretanto, existem abordagens policiais voltadas para casos de advertências, orientações, assistências etc.

A busca pessoal está legalmente amparada quando houver a fundada suspeita de ocultação de materiais ilícitos. Entretanto, muitas abordagens feitas pelo policiamento ostensivo no Carnaval apresentam critérios que descaracterizam ou se distanciam da fundada suspeita, sendo qualificado como o poder discricionário e da seletividade sociorracial do policiamento.

O critério de escolha da revista é muito relativo. Ele vai mesmo de acordo com a característica física e vestimenta, porque não tem como a gente fazer distinção precisa. A princípio, tem aqueles que demonstram ter algum tipo de transgressão ou erro. Às vezes, o patrulhamento passa e você tem a percepção, quando você olha no indivíduo e ele se assustou. A princípio, ele é um suspeito. Então, a gente faz a abordagem. [...] E alguns indivíduos pelo trajar, pelos grupos, que você vê que são facções, que vão pra brigar... aí a gente tem que fazer uma abordagem mesmo. Até porque o que o comando geral mais teme no Carnaval são os homicídios. Então, a determinação dessas abordagens é necessária, porque a reincidência é sempre com grupos de classe mais baixa (PM-I, 28 anos, Soldado).

Tais critérios de abordagem se apoiam na suspeita dos agentes, ao invés de estarem aparados em princípios e recomendações legais. As suspeitas são subjetivas ou intuitivas e estão baseadas na desconfiança ou suposição dos agentes. Já a fundada suspeita é objetiva e surge da triangulação de indicadores concretos e seguros²³.

²³Segundo Nucci (2009, p. 193), “[...] quando um policial desconfiar de alguém, não poderá valer-se, unicamente, de sua experiência ou pressentimento, necessitando, ainda, de algo mais palpável, como a denúncia feita por terceiro de que a pessoa porta o instrumento usado para o cometimento do delito, bem como pode ele mesmo visualizar uma saliência sob a blusa do sujeito, dando nítida impressão de se tratar de um revólver. Enfim, torna-se impossível e impróprio enumerar todas as possibilidades autorizadas de uma busca, mas continua sendo crucial destacar que a autoridade encarregada da investigação ou seus agentes podem – e devem – revistar pessoas em busca de armas, instrumentos do crime, objetos necessários à prova do crime, objetos necessários à prova do fato delituoso, elementos de convicção, entre outros, agindo escrupulosa e fundamentadamente”.

Durante as abordagens, os agentes se utilizam de *modus operandi* invasivos e do uso sistemático e antecipado da força. Por conta disso, as abordagens para a busca pessoal estão voltadas para grupos específicos e a suspeita dos agentes tem o preconceito como fundamento. A justificativa para esse critério de suspeição é experiência acumulada.

É o que se chama de fundada suspeita. Essa questão de fundada suspeita é subjetiva. No momento que a gente esteja patrulhando e ver o cidadão com essas características. Que características? Vamos dizer que ele está muito afoito [agitado]. O próprio traje também caracteriza o que a gente chama de bonde. Estes são grupos específicos que se vestem iguais e usam bonés da mesma cor. Quando tiver um sujeito muito afoito indo pra lá e pra cá, aí a gente já fica visualizando. E se perceber que ele olha pra gente com medo e desconfiança, a gente vai a aborda o cidadão. [...] Eu tive uma palestra com um major e ele disse o seguinte: “infelizmente, a gente tem que ter a desconfiança e o preconceito, porque o ser humano é preconceituoso. E muitas vezes a gente traz esse preconceito pra dentro da instituição. E isso é necessário, muitas vezes”. Não é que todo cidadão negro da periferia seja suspeito ou ladrão. [...] Qualquer pessoa é suspeita, qualquer uma. Agora, depende da situação, do que a pessoa esteja fazendo no momento. É subjetivo... Já teve situação de a gente está atuando, e o folião de dentro do bloco jogou água e cerveja na patrulha. A gente entrou no bloco, pegou aquele cidadão, fizemos uma revista no padrão e conduzimos para o posto policial, porque ali se tratava de um desacato, desrespeito à segurança pública... Se tratava de um cidadão bem aparentado e tudo (GMC-I, 28 anos, Guarda).

Como preconceito e o racismo substituem a triangulação de indicadores, os grupos sociais subalternos são os alvos preferenciais das abordagens. Esses *modus operandi* colocam sob vigilância determinados grupos sociais, e deixa outros fora do “radar”. É possível evitar alguns crimes e violência no Carnaval agindo orientado pelo estigma, mas outros não serão evitados se o infrator em potencial não pertencer aos grupos subalternos. Uma atuação policial baseada no preconceito e no racismo só tende a reforçá-los.

Com efeito, o preconceito substitui a inteligência policial. Ele ocupa o lugar do acúmulo de conhecimentos estratégicos e procedimental que evitariam a exposição ultrajante dos foliões com as abordagens sem fundada suspeita.

A abordagem sistemática está direcionada para os foliões “pipoca” subalternos. Isso faz do folião dos grupos não subalternos um não suspeito, pois, contra ele, a abordagem precisa de um fundamento concreto. Dessa forma, o policiamento ostensivo realiza dois tipos de abordagens: uma mediante suspeita e outra mediante fundada suspeita. Assim, de um lado, há uma atuação proativa: e, do outro, uma atuação reativa. Os foliões não subalternos só são abordados quando provocam uma reação policial ao cometer um ato desviante incontornável, como atirar objetos na patrulha.

Como se não bastasse a seletividade das abordagens com busca pessoal, a maioria das armas apreendidas é um artefato convencional. O problema é que os perpetradores recorrem prioritariamente ao emprego de artefatos improvisados. Tais artefatos, que incluem latinhas de cerveja cheias ou vazias, pedras, pau, garrafas, barras de ferro, espetinhos, vidros e outros, estão dispersos e em abundância nos circuitos. Como esses artefatos não podem ser banidos completamente da festa pelas abordagens do policiamento estatal, cabem aos foliões mapear e controlar os riscos de predação por arma branca.

9.2.3.2 Contenções de distúrbios e repressão de atos ilícitos

Além do trabalho preventivo, que consiste na presença ostensiva e nas abordagens com busca pessoal, o policiamento estatal efetua contenções de distúrbios e a repressão de atos ilícitos. A contenção de distúrbios também é realizada pelo policiamento ostensivo; já a repressão dos atos ilícitos é tanto uma ação ostensiva, como também uma ação velada.

A contenção de distúrbios é uma ação de se fazer presente no local onde a briga ou o tumulto seja iminente ou esteja ocorrendo. Essa presença potencial define a performance do policiamento e a sensação de segurança dos foliões.

O bastão policial 90 cm (BP-90), a tonfa e a pistola são os instrumentos utilizados pelos agentes das patrulhas e correspondem ao gradiente do uso da força, que têm a violência letal como último recurso. O bastão e a tonfa são utilizados em situações de brigas ou tumultos. A arma de fogo só está à disposição do comandante da patrulha para uma possível ameaça armada.

O êxito da contenção dos distúrbios depende menos do uso da força e mais da observação e condução dos envolvidos. As intervenções sobre os distúrbios são imediatistas, logo, nessa atuação, os agentes agem no “calor” do momento e só contam com a observação daquele instante. Eles têm que ser precisos, pois as falhas nessa observação podem atingir os foliões que não são alvos da intervenção e deixar escapar os envolvidos.

Nós somos treinados e distribuídos no terreno, no Carnaval, para que a gente iniba o confronto. A simples presença do policial faz com que as pessoas ali, naquele lugar, não entrem em confronto. Ainda que tenha rixas, com a presença da polícia o confronto não existe, mas quando ocorre um afastamento esporádico e há um confronto, a orientação é que a gente observe para intervir nas pessoas certas. Observar a cor da roupa, quem são os brigões, quem são aqueles que estão tumultuando. As câmeras ajudam... e com o olhar do posto elevado de observação [...], a gente consegue ter uma visão melhor e intervir incisivamente naquelas pessoas que estão brigando. [...] O que pode haver é a falha na observação. Às vezes, a gente não

consegue visualizar todas as pessoas que estavam brigando. E aí conduz uma parte e os outros conseguem fugir (PFem-II, 36 anos, Saldado).

A contenção de distúrbios é uma atuação reativa que implica no uso da força e emprego de sanções. Além das brigas e tumultos, a expressividade corporal tombo também é alvo de intervenção repressiva e violenta. O jogo do tombo, embora seja uma expressividade corporal, geralmente, quando não é visto pela polícia como brigas generalizadas, é considerado uma preparação para ela.

Com relação à repressão dos atos ilícitos, o policiamento é feito de forma ostensiva ou velada. O policiamento ostensivo acumula as funções de prevenção situacional e repressão de atos ilícitos nas ações de abordagens com busca pessoal. Já a repressão do policiamento velado é conduzida pelo trabalho policial investigativo, que é praticado, predominantemente, por agentes a paisana.

Esse ano forma mais de mil homens investigando [a paisana]. Eles trabalham em dupla, em trio, mas, no geral, em dupla. Como cresceu o número de investigadora, formaram-se duplas de casal... chamam menos a atenção. Usam bem discretamente, usam comunicadores (PC-I, 46 anos, Agente).

Com o efetivo de um pouco mais de mil agentes atuando à paisana, a formação de trios ou duplas de investigadores aumenta a possibilidade de cobertura das áreas consideradas propícias para atos ilícitos. Eles fazem a investigação, infiltrados na multidão, agindo como foliões. A tática é manter a presença dos agentes oculta com o intuito de investigar, principalmente, possíveis atividades ilícitas em andamento.

Primeiro as equipes de investigação, para que possam identificar os alvos. Os alvos são as pessoas que estão transgredindo. Esse pessoal de investigação, *a priori* não faz abordagens, ele se preserva. [...] A investigação nunca age diretamente. Ela monitora, identifica e aponta... à paisana. [...] Uma vez identificado, o suspeito é passado para a equipe ostensiva, que o pessoal chama de força azul. Após identificado o apontado pela investigação, a força azul faz a abordagem (PC-I, 46 anos, Agente).

O policiamento investigativo não atua na prevenção situacional do crime, não cuida de uma atividade policial ostensiva, é um policiamento voltado para a repressão das condutas ilícitas. A atuação velada do policiamento pretende flagrar foliões em situação infracional e apreender as provas da infração. Esse trabalho policial visa cumprir metas de produtividade. Com efeito, alguns atos ilícitos têm sido o alvo preferencial da repressão na multidão carnavalesca “pipoca”. Embora o roubo e o furto sejam o alvo da atenção policial, o tráfico de drogas tem sido o foco da atuação repressiva.

E no Carnaval aconteceu uma situação comigo. Eu estava com cinco amigos, do interior também. E a gente estava com um baseado na mão. Tinha uns policiais sem farda olhando as pessoas ali, no Cristo da Barra. A gente estava

lá... não estávamos fumando, estávamos sentados. A polícia chegou perguntado o que a gente tinha na mão. [...] Eles estavam com distintivo. Eles pediram para acompanhar... como estava na minha mão, ele pediu que eu fosse. [...] Antes disso, eles disseram que iriam juntar cinquenta. E na mesma hora juntaram cinquenta pessoas, porque todo mundo estava com alguma coisa. [...] Disseram que iriam levar a gente pra uma unidade [policial], pra gente assinar um documento. [...] Aí, eu assinei o documento, e o escrivão disse que iria chegar uma carta pra que eu fosse conversar com um psicólogo. E depois liberaram a gente (Cinara, 22 anos, Foliã).

A manipulação de substâncias psicoativas é um dos alvos do policiamento repressivo. Nestes casos, os agentes à paisana atuam apenas de forma velada. Eles abordam foliões em pontos dos circuitos mapeados como preferenciais para a manipulação de substâncias psicoativas.

9.2.3.3 Condução e detenção de foliões

O trabalho de contenção dos distúrbios e repressão dos atos ilícitos continua com a condução e detenção dos suspeitos. Essas ações repressivas visam afastar da multidão, ainda que temporariamente, os foliões apreendidos para averiguação. É nesse ponto que a função investigativa se entrelaça e se complementa com a função judiciária, constituindo as duas faces do policiamento repressivo. A atuação investigativa se volta para as infrações penais. A atuação judiciária cumpre as determinações do Poder Judiciário, como, por exemplo, o cumprimento de mandado de prisão.

Dentro dessa abordagem se for constatado a ilicitude, essa pessoa é conduzida para uma delegacia de posto – que é uma delegacia de pronto atendimento, localizado no próprio circuito do Carnaval, onde é apresentado não só a pessoa, mas as vítimas e o ilícito. Às vezes, já tem vítima lá que faz o reconhecimento *in loco*. Esse procedimento é feito lá mesmo. Aquela pessoa conduzida fica ali guardada temporariamente, questão de uma ou duas horas, até ser direcionada para uma central, onde fica a captação desse pessoal preso em flagrante, para no pós-carnaval ser feito o direcionamento pra justiça, presídio ou cadeia, a depender da situação (PC-I, 46 anos, Agente).

Assim como na vida cotidiana, no Carnaval, a Polícia Civil realiza as duas atividades que a caracteriza: as funções de apuração de infrações penais (exceto as militares) e de polícia judiciária. Em relação à apuração de infrações penais, a atividade da Polícia Civil consiste na investigação criminal, que reúne dados de fontes diversas e os organiza objetivando reconstruir um fato pretérito, enquadrando-o numa infração penal. A função é elucidar a autoria e a materialidade de um crime. Por outra via, exercer a função de polícia judiciária significa realizar o papel imediato do Poder Judiciário, na medida em que utiliza da

prerrogativa legal de privação de liberdade em razão da apreensão em flagrante do agente implicado com uma infração penal.

A condução e a detenção fechariam o círculo da atuação repressiva da polícia no Carnaval, pois, a “[...] orientação é essa. Assim que a contenção é feita, eles devem ser levados para a delegacia. [...] A orientação é única” (PFem-II, 36 anos, Saldado). Contudo, nem sempre os envolvidos são conduzidos, porque além das falhas na observação, existem situações que não justificariam o deslocamento da patrulha para os postos da Polícia Civil.

Pela quantidade de pessoas e diferença numérica absurda, a gente não pode perder muito tempo fazendo isso. Então, quando vemos uma briga, a gente separa. Quando é uma briga em que a pessoa está armada, a gente conduz para os postos da Polícia Civil. Drogas, essas coisas, a gente sempre conduz para a Polícia Civil. [...] A Polícia Militar é ostensiva porque é preventiva, ela não é judiciária. Depois que o crime ocorre, quem tem que atuar é a Polícia Civil. [...] No Carnaval tem vários postos da Polícia Civil em determinados locais. [...] Então, tem vários locais para ficar mais fácil pra aquele determinado grupo de policiais conduzirem. E lá abre-se um BO [Boletim de Ocorrência] e faz-se a investigação. [...] Mas eu tirando uma patrulha da área, eu vou deixar mais de quinhentas pessoas sem policiamento. Quando é algo mais grave, que existe ferimento, aí a gente conduz. Quando averigua-se que tem uma arma ou simulacro de arma, aí a gente conduz (PFem-I, 38 anos, Saldado).

A depender da consequência ofensiva do fato, a contenção pode ser mediante a dispersão dos envolvidos em brigas ou tumultos ou a condução até o posto da Polícia Civil. A dispersão e a condução são situações definidas pelo poder discricionário ou arbitrário dos agentes, que avaliam e decidem quando uma contenção deve ser feita com condução para averiguação ou detenção. A condução é justificada a partir de situações definidas como graves; e a gravidade implica em não haver outro procedimento a não ser a condução.

Conduzir ou não o suspeito é um dilema policial cuja resposta tem efeitos sobre a autogestão dos foliões. Por um lado, a retirada de patrulhas dos seus setores pode aumentar o risco de predação ao deixar sem cobertura os foliões que se encontram em desvantagem situacional. Por outro, a não condução dos envolvidos nos distúrbios pode gerar novos confrontos ou covardias ao abrir espaço para o revide de uma das partes contra a outra envolvida na contenda ou contra outro não envolvido, mas que possa ser objeto da vingança.

A contenção de confrontos, por exemplo, por ser uma ação imediatista, seja difícil fazer a distinção de quem vai ser ou não o alvo do castigo corporal, mas a decisão de conduzir ou deter suspeitos é tomada pelo agente que segue estritamente o seu poder discricionário.

O cordeiro e o folião “pipoca”, o pau também quebra. Só que os cordeiros, às vezes, a gente segura um pouco, pela questão que o cara está trabalhando ali. Querendo ou não o cara está trabalhando. Você sabe que o cordeiro é um trabalho de escravidão do diabo. Então, quando você prende um cara desse,

... você priva ele do direito de ganhar o dinheiro dele. [...] É diferente prender um cara que está trabalhando e prender um cara que está curtindo. Então, a gente pode fazer um juízo moral, mas na hora o pau chega baixando pra qualquer um. Porque não existe distinção naquele momento. Naquela hora, eles largam a corda e vai pra cima (PM-I, 28 anos, Soldado).

Numa situação de confronto envolvendo foliões “pipoca” e cordeiros ou seguranças dos blocos, as diferenças entre a diversão e trabalho colocam os primeiros em desvantagem situacional em relação aos segundos na escolha de quem será ou não conduzido. Os segmentos sociais subalternos, que são alvos preferenciais das abordagens, também são alvos da condução e detenção.

Pessoas de dentro do bloco estavam saindo da corda pra poder quebrar os outros aqui fora. E quando o pau quebrava eles retornavam, porque os seguranças do bloco seguram [o folião pipoca], os caras não deixam entrar. O bloco em si, a segurança é a fortaleza deles [foliões associados]. A segurança privada ali, os caras são orientados a quebrar mesmo, os caras batem. Os seguranças de bloco batem mais do que polícia. E os cordeiros tudo desordeiro. Então, o que acontece... os caras, muitas vezes, estão dentro do bloco, aí eles veem alguma situação e peita... como tem playboy que peita mesmo. Aí, ele vai lá peita, troca soco e retorna para dentro do bloco. Achando ele que ali está resguardado. No primeiro momento não existe distinção, a princípio não. Pode haver uma distinção na hora da condução, no diálogo, quando você leva pra base pra apresentar, aí pode haver uma distinção, mas no primeiro momento, no calor da emoção, não existe distinção alguma. Vai cair no pau todo mundo. Está brigando ali, está trocando soco, agredindo, entrando em vias de fato, é pau e condução. Claro que chegando lá dentro, quando é apresentado, pode haver sim, uma distinção, porque os agentes lá, a depender do diálogo da pessoa... Existem pessoas que são orientadas, que tem instrução, não vai ter o mesmo tratamento, do cara que tem um baixo grau de escolaridade, de um cara de periferia (PM-I, 28 anos, Soldado).

A atuação repressiva parece de fato atender a uma meta de produtividade policial de conduções de foliões em situações infracionais ligadas mais aos roubos e ao consumo de substâncias psicoativas e menos às agressões físicas. Mesmo porque, as agressões não redem muitos números a produtividade policial, pois, como sugere a defasagem dos registros de lesões corporais da Secretaria de Segurança Pública da Bahia em relação aos da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, a polícia tem uma participação modesta nas contenções e conduções dos envolvidos em agressões que resultam em lesões corporais graves.

9.2.4 O castigo corporal e padrão predatório do policiamento estatal

O Estado conferiu às polícias e guardas municipais certas faculdades ou poderes, para o exercício da sua atividade. Entre eles estão o uso da força e manuseio de instrumentos como

bastão e armas de fogo. Isso define essas agências como instituições dotadas de poder coercitivo imediato e principalmente responsáveis em individualizar, detectar o autor, restringir e prevenir condutas consideradas como legalmente inaceitável (BAYLEY, 2003; REINER, 2004; BRICEÑO, 2010).

Frequentemente surgem queixas sobre os abusos ou excessos no uso da força. Os questionamentos supõem que a força foi usada fora de um curso legalmente autorizado, ou seja, se excedeu o limite autorizado em sua aplicação (REINER, 2004; BRICEÑO, 2010). Muitos dos casos alegados envolvem o uso de força como punição, quando se assume que o uso da força extrapola o limite instrumental para evitar a prática de um crime e/ou a submissão do cidadão (BRICEÑO, 2010).

Em qualquer caso, dentro do moderno sistema de legalidade, o poder de punição corresponde ao poder jurisdicional, com base no reconhecimento de princípios da divisão de poderes e garantia dos direitos individuais. E o uso progressivo ou seletivo da força, ou a seleção adequada dos meios e níveis de força disponíveis para o agente de segurança, deve obedecer aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência²⁴.

A força empregada está legalmente amparada na ação em legítima defesa e no estrito cumprimento do dever legal. A necessidade reside em usar o nível de força mais intenso, apenas, quando menores níveis de força não atingirem o objetivo legal requerido. O agente deve utilizar sempre força proporcional à ação do agressor, isto é, a força legal deve ser proporcional, sem excesso, à injusta agressão, o que passa dessa medida pode ser considerado abuso de autoridade. O princípio da conveniência está diretamente condicionado ao local e momento da intervenção, devendo o agente observar se sua ação gera mais risco do que benefício, ainda que seja legal, necessária e proporcional.

No Carnaval de Salvador, as intervenções violentas dos agentes da segurança estatal em brigas e tumultos são frequentes. As intervenções imediatistas de contenção dos distúrbios têm o castigo corporal (BRICEÑO, 2010) como padrão de intervenção. O castigo corporal funciona como um ritual de punição direta e esse ritual congrega funções manifestas e funções latentes. Dentre as funções manifestas do castigo corporal, mostrar serviço para o público tende a ser a principal delas.

²⁴ Desde janeiro de 2011, o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos editaram uma portaria conjunta que estabelece as Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2011/01/05-governo-brasileiro-estabelece-diretrizes-sobre-o-uso-da-forca-por-agentes-de-seguranca-publica.html>. Acesso em: 18 jul. 2018.

Eles [os policiais] são agressivos porque tem que ser. Se chegar com calma, eles [os foliões envolvidos em tumultos] não vão respeitar. Então, tem que chegar botando moral, tem que chegar mostrando serviço. [...] Eu acho que eles têm que chegar com atitude sim, mostrando serviço e se impondo, porque se chegar devagar, pedindo com licença, por favor, obrigado, o ladrão não vai respeitar, vagabundo não vai respeitar (Helen, 20 anos, Foliã).

O castigo corporal é reconhecido como uma prática violenta, porém necessária para mostrar serviço. Existe uma expectativa entre os foliões acerca do uso da força em certas circunstâncias. De todas as ações preventivas e proativas de policiamento, o castigo corporal é a que dá maior visibilidade ao trabalho dos agentes. Para mostrar serviço, os agentes fazem do castigo corporal um ritual de espetacularização da violência.

Com não está explícita a atuação efetiva das redes informais de segurança na manutenção da ordem pública festiva, o castigo corporal empregado nas contenções de distúrbios facilmente figura como o promotor da preservação dessa ordem. Com efeito, o emprego da força dos agentes extrapola a intensidade necessária para a contenção dos distúrbios ou os ânimos exaltados na multidão.

Tem alguns anos que eu não vou brincar, não vou curtir, muito também por conta da violência. A polícia hoje em dia está batendo antes de averiguar os fatos conclusivos. Eu no ano retrasado voltei com uma costela quebrada, por conta de uma “fantada” de um policial. Eu estava trabalhando, todo paramentado, rolou uma briga com integrantes do bloco e integrantes da pipoca. Eu estava fazendo a cobertura da produção e fui separar essa briga... eu e alguns colegas. Estava lá todo paramentado, com rádio comunicador, camisa do bloco, escrito bem grande atrás, produção. Mesmo assim, o policial chegou batendo em todo mundo. Consequência, uma costela minha foi quebrada (Rogério, 28 anos, Segurança).

Para mostrar serviço nas contenções de distúrbios, nem mesmo os seguranças dos blocos estão imunes ao castigo corporal, ainda que estejam cumprindo com o seu papel.

Além de extrapolar a intensidade da força necessária para a contenção das brigas e tumultos, o castigo policial também é aplicado em situações que não requerem o uso da força. A aplicação do castigo corporal extrapola a contenção de distúrbios e se verifica durante a locomoção dos agentes em meio à multidão, nas revistas e nas conduções de detidos.

A locomoção em meio à multidão costuma ser difícil. Além de formarem uma massa densa e coesa, os foliões quando não estão de costas para o fluxo, estão distraídos, conversando, dançando, curtindo a festa. Para abrirem caminho, as tecnologias utilizadas pelos policiais militares são a cutucada, os empurrões e a “fantada” (uso violento e predatório do cassetete). O uso e a intensidade variam de acordo com a circunstância da folia. Quanto maior a distração e agitação do corpo do folião, as cutucadas no braço ou nas costas dão lugar aos empurrões e às “fantadas”.

Quando eles [policiais] estão passando e nós estamos ali assistindo, parados, em pé, somos empurrados. Por quê? Por quê passam assim? Se estou ali na minha, assistindo, por que tem que passar e empurrar? Eles fazem isso com todos, passam metendo o cassetete. Por que, se eu estou parada ali? Quem está passando é ele, caberia pedir licença e a gente abrir, né? (Suzana, 52 anos, Folião).

A violência de muitos empurrões e a “fantada” provocam o deslocamento brusco do corpo e geram hematomas na região atingida.

Na impossibilidade de empregar a “fantada” como castigo, os agentes utilizam outras práticas mais “sutis”. As revistas ou a busca pessoal para verificar a posse de armas e outros materiais ilícitos também são utilizadas como um ritual de punição via humilhação pública.

Já tomei “baculejo” [revista]. É vergonhoso... no meio de todo mundo. 600 mil pessoas pra o cara revistar [policia], ele vem me revistar. Ele te enverga todo parecendo que você está devendo alguma coisa. Aí, fica todo mundo te olhando e dizendo assim: “o cara deve ser um traficante, alguma parada assim”. No Carnaval a polícia aborda desse jeito. E nesse dia eu nem estava de galera... pra dizer que eu estava com os caras e desconfiou de alguma coisa. Eu acabei de mijar e estava descendo [na lateral do Morro do Gato]. [...] Entrelaçou meus dedos, me envervou todo... A galera toda me olhando e o cara quase me botou de cabeça para baixo (Rafael III, 18 anos, Folião).

Por meio desse ritual fica explícito que o castigo corporal também é moral. Ele atua sobre o corpo e o Eu do castigado. Com o ritual da revista, os agentes colocam os foliões numa ritualização de “exposição contaminadora” (GOFFMAN, 1974).

Esse é um procedimento que alguém inventou, que algum louco inventou. Eu particularmente não faço esse tipo de abordagem. Por quê? Porque, só pelo fato dele está com as mãos na cabeça e você está segurando as mãos dele, ele está sobre o seu controle. Inclusive, você [o policial] não está sozinho, está acompanhado de outros. Então, existe uma margem de segurança caso ele venha a reagir. Não há a necessidade de puxar o cidadão para trás. Eu vejo como uma desmoralização. [...] Na verdade, eu vejo também como um constrangimento (PM-II, 36 anos, Soldado).

A revista em si é um ritual desmoralizante, na medida em que transforma folião/cidadão em suspeito. E a “entortada”, ato de puxar as mãos do revistado que se encontra sobre a sua cabeça em direção às costas, além de castigar, pode indicar que se trata de um suspeito perigoso. Assim, com o emprego do castigo se pretende a profanação e o abatimento do Eu do folião (GOFFMAN, 1974).

A profanação do Eu e a exposição contaminadora também costumam ocorrer na condução de detidos com a ameaça da publicização midiática da sua detenção.

Foi uma situação horrível. Eu sei que um baseado não ia dar em nada para cinco pessoas. Só que o jeito com que eles se comportam e fazem com que a gente se comporte é muito diferente. [...] Eles amarraram a gente, pediram o nosso documento, e o que tivesse, botasse no saco. Amarraram a gente com

um lacre. [...] aí, separaram as mulheres e os homens, e começaram a amarrar os homens, a botar o lacre. Eu disse que eles não tinham o direito de fazer isso com a gente [mulheres]. Isso é muito constrangedor... a gente foi no lacre. Machucou o meu pulso, o cara botou errado. Subiu todo mundo no lacre. Isso é muito... errado. Durante o percurso, a gente ia amarrada e os policiais iam gritando, filmando e dizendo que era para colocar nas redes sociais (Cinara, 22 anos, Foliã).

Como não está limitada a contenção dos distúrbios e não é empregado somente em situações que exigem intervenções, o castigo corporal exerce funções não manifestas, que estão desvinculadas da provisão de segurança e preservação da ordem pública.

No meu ponto de vista a polícia não está ali para fazer segurança. Só de ela ver uma movimentação, alguma agitação, ela não chega pra apaziguar ou pra ver quem é certo ou errado. Ela chega batendo. A polícia não procura ver quem é você, o que aconteceu... ela chega picando o "pau". Ela vê aquela muvuca e sai batendo em todo mundo. E depois disso, ela não procura ver que são os envolvidos. Ela bate ali, viu que parou e vai embora. Então, eu não acho que a polícia está ali pra fazer segurança. No meu ponto de vista, ela não está ali para fazer esse papel (Kelvin, 18 anos, Folião).

As funções latentes do castigo corporal envolvem a punição dos atos considerados desviantes e a manutenção da reputação da autoridade dos agentes da segurança estatal. Primeiramente, esse é um recurso policial para a contenção e a não condução dos suspeitos para os postos policiais. O castigo corporal seria uma maneira de não deixar “ímpune” os envolvidos nos distúrbios. Dessa forma, em muitos casos, o excesso de força empregada nas contenções dos distúrbios tem como objetivo a aplicação da punição.

Em segundo lugar, o emprego recorrente do castigo corporal revela a construção de uma autoridade que não conta com a obediência e confiança dos foliões. Dessa maneira, a autoridade dos agentes não está amparada pelas normas legais que regulamentam e definem as condutas lícitas e ilícitas, nem pelo poder discricionário vinculado ao exercício da atividade e interesse público. Ele significa uma reputação violenta cuja autoridade é estabelecida pelas relações assimétricas e se funda na ameaça do uso da força.

A razão de ser do castigo está menos na provisão de segurança e mais na demonstração de poder por parte dos agentes. Com efeito, a assimetria tem de ser explicitada e a afronta feita à reputação não pode ser reparada de modo leve. Existe uma assimetria entre o agente e o folião “pipoca” que precisa ser demonstrada. O poder, portanto, deve continuar agindo sobre o corpo mesmo após a contenção dos distúrbios (FOUCAULT, 1999; 2013).

Assim, o castigo corporal é uma demonstração de poder, de punir diretamente. As condutas desviantes parecem ser uma afronta à reputação dos agentes, mas não se pune

somente as condutas legalmente definidas como ilícitas. Desse modo, as condutas que afrontam à reputação dos agentes são também punidas mediante castigo.

Os agentes punem os desvios e restabelecem a sua reputação através do castigo. Em contrapartida, o excesso da violência empregada no castigo mostra também a fragilidade deste dispositivo de poder (FOUCAULT, 1999; 2013). A dependência do castigo, a falta de confiança e obediência como fundamento da autoridade são pontos de vulnerabilidade. É justamente por ser uma relação de poder frágil que os agentes precisam usar constantemente a violência. Por um lado, o castigo restabelece o poder que foi ameaçado pelo “desvio”, mas, por outro, ao tornar esse castigo um espetáculo, os agentes ameaçam a ordem pública festiva.

9.3 A REDE DE SAÚDE E A GESTÃO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

A rede de saúde é organizada para prestar serviços médicos durante o Carnaval e gerenciar informações geradas nos Módulos Assistenciais (postos de saúde), visando subsidiar as ações inter e intrassetorial da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) nesse período. A rede concentra nódulos de outras redes, fazendo com que as suas conexões ultrapassem os limites da emergência médica. As informações geradas pelo sistema fornecem subsídios para o planejamento estratégico de outras áreas, como a segurança estatal.

9.3.1 Organização e caracterização da rede

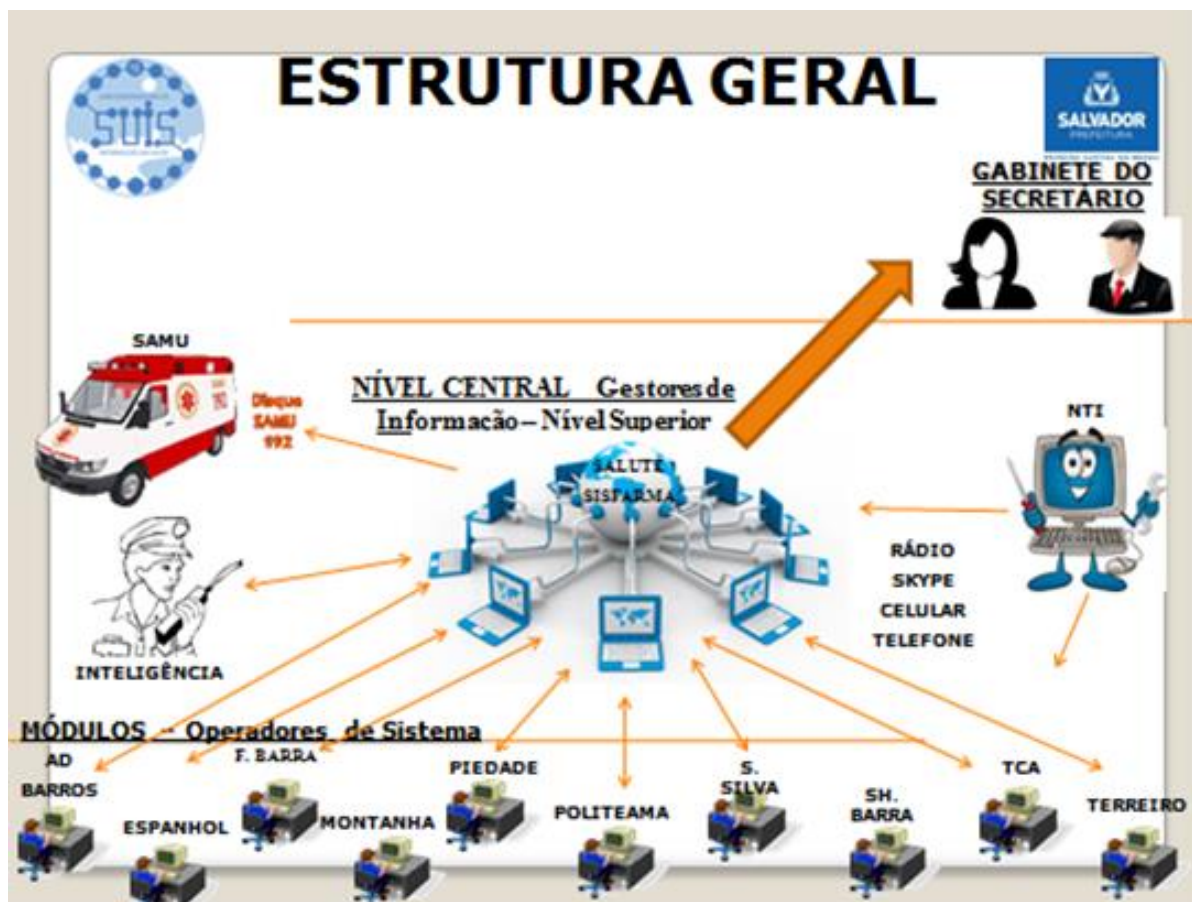
A Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, através da Subcoordenadoria de Informações em Saúde (SUIS), gerencia as redes de informação em saúde do município. A SUIS é subordinada à Coordenação de Apoio às Ações de Vigilância, dirigida pela Diretoria de Vigilância da Saúde, e tem como missão coordenar o processo de gerenciamento dos sistemas de informações em saúde nas diversas instâncias geradoras e produtoras de dados.

Desde 2002 vem sendo utilizado o sistema Salute com a finalidade de registrar os atendimentos dos módulos de atendimentos. Ele é um Sistema de Gestão de Saúde em Festas Populares, que viabilizou à SIUS e à SMS centralizar as informações dos atendimentos feitos nos eventos festivos de grandes multidões.

No Carnaval, em torno desse sistema é formada uma rede nodular integrada de modo que os dados possam ser acessados a qualquer instante. Todos os dias, o gestor da rede gera um relatório do perfil dos atendimentos. Isso possibilita que atos de violências sejam

rastreados e as diversas agências e observatórios atuem no sentido de minimizar a exposição desses grupos.

Figura 4 – Rede de gerenciamento de informação da Secretaria Municipal de Saúde



Fonte: Subcoordenação de Informação em Saúde – SUIS, 2019

A rede concentra os nódulos estatais em três níveis: o nível operacional, o nível de gestão da informação e o nível de coordenação governamental.

O nível operacional concentra os operadores de sistema que atuam nos registros de dados referentes aos atendimentos médicos nos Módulos Assistenciais de saúde. Os operadores realizam os registros por meio das Fichas de Atendimento, e antes de incluí-las no sistema, eles devem interagir com todos os atores envolvidos no processo de geração do dado (profissionais da área médica e enfermagem, recepcionistas e assistentes sociais).

Já o nível de gestão da informação concentra os atores responsáveis pelo processamento e armazenamento dos dados coletados. Neste nível nodular ocorre a interface da rede de saúde com outros atores institucionais e organizacionais que atuam na gestão de multidão, tais como Polícia Militar e os observatórios que agem contra o preconceito, discriminações e violência.

Por fim, no nível da coordenação governamental estão os atores que compõem o gabinete da Secretaria Municipal de Saúde.

9.3.2 Módulos Assistenciais e unidades de atendimento médico

A SMS instala Módulos Assistenciais (postos de saúde) funcionando 24 horas, com vistas a garantir assistência aos foliões e aos demais atores plurais que atuam no Carnaval de Salvador. Neste último ano foram montadas dez unidades ao longo dos circuitos oficiais. Essas unidades de saúde disponibilizaram um total de 130 leitos para atendimento aos pacientes clinicamente instáveis²⁵.

Os Módulos Assistenciais são constituídos e se diferenciam pela quantidade de macas e a equipe de plantão, totalizando quatro tipos: os postos tipo IV, com capacidade para 20 leitos, são instalados em locais de maior concentração de foliões e, conseqüentemente, ocorrências; o tipo III oferta 15 leitos; o tipo II, 10 leitos; e o tipo I, cinco leitos. Todos contaram com área de estabilização e com equipamentos de suporte avançado.

Quadro 10 – Módulos Assistenciais e unidades de atendimento médico

CIRCUITO	MÓDULO	TIPO	Nº LEITOS	ENDEREÇO
BATATINHA	Pelourinho	I	5	Praça do Terreiro de Jesus - em frente à Faculdade de Medicina da UFBA
OSMAR	Montanha	II	10	Estacionamento de baixo – Praça Castro Alves, Ladeira da Montanha
	Piedade	IV	20	Praça da Piedade
	Politeama	II	10	Calçada em frente ao Orixá Center
	TCA	II	10	Estacionamento do Teatro Castro Alves – Rua Leovigildo Figueira – Garcia
DODÔ	Farol da Barra	IV	20	Rua Professor Lemos de Brito, transversal entre a Marques de Leão e Afonso Celso
	Shopping Barra	II	10	Estacionamento E5 do Shopping Barra, com acesso pela Rua Miguel Bournier
	Morro do Gato	II	10	Rua José Sátiro Dias de Oliveira, subindo Shopping Barra
	Sabino Silva	III	15	Rua José Mirabô Sampaio, atrás do Hotel Ondimar
	Ademar de Barros	IV	20	Avenida Adhemar de Barros, na Praça Bahia Sol, em frente à Ortoped

Fonte: SECOM

²⁵ Disponível em: <<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/53684-operacao-da-prefeitura-para-o-carnaval-envolve-10-mil-colaboradores>> Acesso em: 20 mar. 2019.

Os módulos contam com recepção, salão de atendimento, sanitários para os pacientes e banheiro com ducha para higiene dos pacientes quando necessário. Na estrutura instalada, ainda há uma sala de digitação, de coordenação e sala de resíduos contaminados. Para uso da equipe plantonista, os postos são instalados com copa, sanitário, banheiro e um pequeno alojamento com camas. Dentro do salão, os médicos e enfermeiros atendem aos pacientes diretamente nas macas. Todos os postos têm uma sala de estabilização para onde os pacientes críticos são direcionados (Diário de Campo, 2019).

Os módulos são instalados em vias públicas bloqueadas ou praças públicas. A SMS fica responsável pela definição do local onde as estruturas serão montadas ao longo do circuito. Os módulos estão localizados a cada 1 km dentro do circuito²⁶. Desse modo, a distribuição das unidades é dimensionada de modo que, de cada local do circuito, o trajeto para remoção de vítimas até uma delas tenha no máximo 500 metros (PAIVA, 2016). Esse fluxo de pacientes para os postos é realizado pelos acompanhantes das vítimas, pelo Corpo de Bombeiros ou pelo policiamento estatal.

Como os módulos estão situados em áreas habitadas, não raro, moradores dos prédios vizinhos às unidades, mesmo que não estejam participando do Carnaval, solicitam atendimento para doenças crônicas e emergências médicas (PAIVA, 2016).

Todos os módulos de saúde contam com uma equipe multidisciplinar de médicos intervencionistas, enfermeiros, assistente social, técnicos de enfermagem, apoio operacional, recepcionistas, higienizador e digitador. Ainda comporá o grupo assistencial cinco equipes de cirurgiões bucomaxilofacial, sendo duas móveis e três fixas, situadas nos módulos da Montanha, Adhemar de Barros e Farol da Barra.

Além dos módulos de atendimento, a rede de serviços médicos conta com atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) e unidades de emergência/hospitais. A equipe do SAMU funciona em plantão de 24 horas, com 55 ambulâncias, oito motolâncias, um helicóptero e uma “ambulancha”, com a finalidade de proporcionarem agilidade na prestação de serviços aos pacientes, que necessitem de atendimento médico de urgência ou emergência²⁷.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que ficam no em torno dos circuitos Dodô e Osmar, podem receber atendimento por demanda própria, caso optem por não se deslocarem para os módulos, recebendo os pacientes transferidos pelo SAMU. Os principais

²⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6489696/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

²⁷ Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/53684-operacao-da-prefeitura-para-o-carnaval-envolve-10-mil-colaboradores>> Acesso em: 20 mar. 2019.

hospitais públicos da cidade, Hospital Geral do Estado, Hospital Geral Ernesto Simões Filho, Hospital do Subúrbio e Hospital Geral Roberto também compõem a rede de atendimento. Estas são as unidades para onde são transferidos os pacientes considerados graves. As transferências imediatas desses pacientes ocorrem para o esvaziamento das unidades de emergência, disponibilizando a oferta de vagas para eventuais demanda dentro do Carnaval (PAIVA, 2016).

9.3.3 As Fichas de Atendimento e gerenciamento dos registros de ocorrências

Nos Módulos Assistenciais, as fichas de atendimento são organizadas pelo Operador de Sistema de Informação em Saúde (OSIS). Este operador é responsável pela organização e detalhamento das informações acerca do evento que gerou a solicitação médica do paciente e o tratamento médico efetuado. Dentre as atribuições do Operador de Sistema, destaque para a avaliação do preenchimento das fichas de atendimento e resolução das inconsistências, antes de incluí-las no sistema, a exemplo da solicitação da correção de distorções/não conformidades identificadas (campos em branco, etc.) na ficha de atendimento; atenção a todos os fatores que possam interferir com a qualidade das informações, corrigindo-os quando possível; elaboração de relatório diário das principais ocorrências do posto, enfocando os problemas e dificuldades relativos à gestão da informação; e envio, on-line, via Skype, para a SUIS (SUIS, 2019).

Na avaliação e resolução das inconsistências das fichas de atendimento, a reconstituição dos eventos deve contemplar o registro de algumas informações essenciais: tipo de folião, sexo, idade, tipo de agressor, local da ocorrência e evolução do paciente.

Nº da ficha de Atendimento: 50419 / Módulo: Farol da Barra
W.H.B.S, 18 anos, sexo masculino, folião pipoca, foi gravemente ferido com lesões de arma branca (espeto e lâminas) no abdômen/tórax, atingindo a 5ª costela, cotovelo com exposição óssea, tendão e nervos, além de perfuração em coxa esquerda. Informa ter sido assaltado por 04 indivíduos. Transferido para o HGE (SUIS, 2019).

Quando os eventos registrados têm a agressão como causa externa, pode ocorrer persistência de inconsistências na ficha de atendimento. A motivação da violência impingida pode ser ocultada ou informada incorretamente.

Nº da Ficha de Atendimento: 48814 / Módulo: Morro do Gato
Paciente I.C.D.S., folião pipoca, 24 anos, sexo masculino, sofreu agressão física com socos por folião pipoca em frente ao Clube Espanhol, na passagem do Bloco de Saulo, ocasionando lesão corto-contusa em região

frontal à esquerda. Realizado atendimento pelo bucomaxilo. Liberado por alta (SUIS, 2019).

Apesar dos limites informacionais na reconstrução do evento acidental e violento, o padrão de exigência no preenchimento das fichas de atendimento permite não somente saber a natureza e o segmento corpóreo das lesões que atingem às vítimas e propor o tratamento adequado, mas também conhecer as circunstâncias dos eventos causadores dessas lesões para elaboração de estratégias de prevenção.

Assim, para cada demanda de atendimento, uma resolução é tomada em tempo real ou no planejamento para o ano subsequente. Em tempo real, os módulos de assistências notificam à Polícia Militar o elevado número de ocorrências em um determinado local, fazendo com que o comando de operações intensifique o policiamento e as ações na respectiva área (SUIS, 2019).

9.3.4 Os registros de atendimento e as bases para o controle externo informal da violência policial

A violência policial no Carnaval é uma das formas de violência perpetrada na festa e fonte de grande preocupação social e política. Isso ocorre, muito em parte, porque “é praticada por agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública, a quem a sociedade confia a responsabilidade do controle da violência” (MESQUITA NETO, 1999). Os casos de violência policial no Carnaval têm alimentado um sentimento de descontrole e insegurança e contribuído para a escalada de outras formas de violência na festa. Por outro lado, essa violência policial tem reafirmado o sentimento de segurança daqueles que a enxergam como uma resposta à escalada das outras formas de violência.

Ambiguidade à parte, o controle sobre a violência policial vem crescendo com a diversificação dos meios formais e informais. Na vida cotidiana, as práticas de controle policial seguem, pelo menos, quatro tipos de estratégias diferentes.

Quadro 11 – Práticas de controle da violência policial

MECANISMO	EXTERNO	INTERNO
FORMAL/LEGAL	Ministério Público	Corregedoria
INFORMAL/CONVENCIONAL	Imprensa, Opinião Pública, Organizações dos Direitos Humanos	Profissionalização

Fonte: MESQUITA NETO, 1999

As práticas de controle da violência policial têm estratégias que enfatizam a relevância de mecanismos de controle externo e formal/legal das polícias como o Ministério Público; controle interno e formal/legal das polícias, por meio das corregedorias de polícia; controle externo e informal/convencional das polícias, através da imprensa, da opinião pública, da Universidade e das organizações de direitos humanos; e controle interno e informal/convencional das polícias, através da profissionalização das polícias e dos policiais, apoiados em padrões claros e precisos de competência e responsabilidade profissional (MESQUITA NETO, 1999).

No Brasil, desde a transição para o regime democrático, as práticas de controle da violência policial estão apoiadas basicamente em estratégias de controle formal/legal e mecanismo externo ou interno, porém, as estratégias informais de controle da violência policial têm se tornado relevante por apresentarem vantagens em relação às formais. Uma dessas vantagens do controle informal é a sua vocação para apontar a responsabilidade de autoridades policiais e políticas, e não apenas dos agentes policiais isoladamente, pelas práticas de violência (MESQUITA NETO, 1999).

A geração de dados que evidencie a magnitude e o impacto do padrão predatório do policiamento estatal fornece uma base sólida para o controle externo e informal da violência policial. Os registros de ocorrências feitos pela polícia dão conta somente da produtividade policial. Nesses registros, a violência perpetrada pelos agentes não é contabilizada. Uma parte da dimensão dessa violência é conhecida por conta das informações produzidas pelos operadores de sistema nos módulos de assistenciais.

Os registros de atendimento descrevem com alguns detalhes as circunstâncias e causas das lesões corporais provocadas na atuação policial. As descrições explicitam a imperícia, os excessos e a arbitrariedade dos agentes. É recorrente o uso do cassetete contra a cabeça das vítimas.

Paciente relatou que se envolveu em uma briga e preposto da PM chegou para separar a briga e deu-lhe uma pancada na cabeça com o cassetete (trabalhador do carnaval, 25 anos). [...] Folião curtindo a música, próximo a ladeira da montanha quando recebeu o cassetete na face, causando ferimento leves (Folião pipoca, 20 anos). [...] Estava na Praça da Piedade quando foi agredida, sem motivo, por PM a golpes de cassetete na região dorsal ficando tonta e caindo (Folião pipoca, 16 anos). [...] Estava pulando na avenida, foi agredido por PM a golpes de cassetete na região da cabeça e pescoço, havendo sangramento intenso (Folião pipoca, 26 anos) (SUIS, 2019).

Quando a intensão não é causar danos maiores do que as brigas causariam aos envolvidos, os policiais devem seguir o procedimento padrão na utilização do cassetete na contenção do distúrbio.

Por fim, mesmo com as omissões, limitações e desvio de informação nos registros de atendimento, é possível evidenciar a parcela de contribuição do polícia, sobretudo da Polícia Militar, na perpetração da violência e ampliação das oportunidades predatórias na multidão carnavalesca.

10 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as redes formais e informais de segurança e as práticas de policiamento na preservação da ordem pública festiva na multidão do Carnaval de Salvador.

A criatividade, irreverência e participação popular, que se refletem nas oportunidades festivas, sem sombras de dúvidas são a marca do Carnaval de Salvador. Os encontros são regados de danças, abraços e outras possibilidades de se expressar corporalmente livres das censuras imposta às condutas da vida cotidiana. Por outro lado, os eventos de violência que acompanham ou permeiam a fruição das oportunidades festivas também caracterizam a festa. As oportunidades predatórias de assédio, confrontos e covardias são momentos festivos para muitos foliões.

Apesar desses eventos de violência ameaçarem a festividade, um dos maiores espetáculos dessa festa é a segurança na multidão, tanto na sua condição objetiva de estar seguro como na condição subjetiva de se sentir seguro (ZEDNER, 2003). Tal espetáculo decorre da supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias.

Em torno do espetáculo da segurança e da supremacia da festividade surgiu alguns mitos carnavalescos. Carnaval e mito sempre andaram juntos na representação e caracterização de diversos festejos. Muitas celebrações mitológicas (SEBE, 1986), que ocorreram em diversas épocas, foram interpretadas como embriões do que conhecemos hoje como Carnaval.

Na contemporaneidade, os mitos sobre o Carnaval continuam presentes tanto nas representações sociais e no imaginário popular como na literatura acadêmica. São três os grandes mitos: o mito do Carnaval, como a inversão da vida cotidiana; o mito da multidão homogênea e patológica; e o mito da ordem verticalizada. Enquanto que o Carnaval como inversão da vida cotidiana é o mito teoricamente referenciado, os mitos relacionados à segurança e à ordem na multidão carnavalesca são os mais popularmente aceitos. Contudo, no Carnaval de Salvador, os três mitos estão inter-relacionados e se retroalimentam.

Os diversos autores que estudam o Carnaval, no Brasil e fora do país, o definem em geral como um período em que, numa sociedade dada, uma mesma emoção e alegria se apodera de todos os indivíduos, apagando as diferenças socioeconômicas e étnicas vigentes no cotidiano. O conjunto de normas com as quais os cidadãos se conformam habitualmente nos seus comportamentos parecem abolidas, ou teriam estes decididos a desobedecê-lo. Nessa perspectiva, a ordem social cotidiana deixa de existir e as idades se misturam, as cores da pele

deixam de fragmentar, homens se vestem de mulher e mulheres de homem, as classes sociais não ficam discerníveis. Logo, há a instauração da desordem durante esse período, ficando impossível a regulação das relações definidas pelas leis sociais ordinárias. A loucura coletiva subverteria a estrutura social numa atmosfera de descontração e de alegria (QUEIROZ, 1995).

O mito do Carnaval como a inversão do ordenamento da vida cotidiana tem a sua origem e inspiração nos antigos eventos carnavalescos da Idade Média (QUEIROZ, 1995, FERREIRA, 2004; ORTIZ, 1978). Por conta disso, a produção desse mito é atribuída de forma errônea aos escritos clássicos de Mikhail Bakhtin (2013). Dentre estas obras, os escritos de Roberto DaMatta (1986; 1997) atualizam e reforça o mito do Carnaval como inversão da ordem ordinária da vida.

Bakhtin (2013) analisa a dualidade do mundo que contrapunha a cultura popular do riso e a cultura oficial, elevada e erudita, do Estado e da Igreja. Ao traduzir o riso e o realismo grotesco na obra de François Rabelais, o autor elabora uma concepção de Carnaval demarcada por uma lógica contrária às festas oficiais. No Carnaval triunfa a espécie de liberação temporária da verdade dominante, juntamente com a abolição provisória das relações hierárquicas e os privilégios. Enquanto os festejos oficiais consagram e reatualizam a ordem e a desigualdade, no Carnaval todos os participantes são iguais e mantém um contato livre e familiar.

A partir de Bakhtin, a ideia de que no Carnaval há inversão da ordem social foi adotada nas pesquisas especializadas. Para interpretar o Carnaval brasileiro, a reflexão clássica de Roberto DaMatta utiliza a teoria da inversão da ordem social para argumentar que essa festa é o momento em que se infundem valores igualitários numa sociedade hierárquica e autoritária. A ideia básica de DaMatta (1986; 1997) reside na concepção do Carnaval como um rito que dramatiza as relações hierárquicas da sociedade brasileira em forma de inversão da ordem da vida cotidiana. O Carnaval seria uma inversão do mundo.

O segundo mito caracteriza a multidão carnavalesca como um aglomerado homogêneo, disforme e patológico. Esse mito é reproduzido nos discursos oficiais, jornalísticos e dos foliões que não curtem mais a festa e dos que ainda vão, mas assistem a folia do camarote. Os discursos enfatizam a relação da escalada da violência com a degeneração crescente da multidão com o passar dos anos.

Essa é uma concepção de multidão que se aproxima das elaborações teóricas à moda de Le Bon. Tais elaborações explicam os comportamentos das massas “apenas por processos internos e assumem que as patologias de alguns contaminam todo grupo” (MUNIZ, PAES-MACHADO, 2010, p. 444). Nesse sentido, toda multidão é um aglomerado disforme,

desordenado e homogêneo de indivíduos com características patológicas pré-estabelecidas. Assim, os indivíduos integrados às multidões são incapazes de autogoverno, pois nela ocorre o desaparecimento do sentimento de responsabilidade dos indivíduos diante do anonimato; o “contágio mental”, que envolve os indivíduos e os fazem seguir cegamente as ideias e emoções predominantes; e o “poder de sugestão”, que determina características específicas, às vezes, bastante opostas aos do indivíduo isolado (LE BON, 1980).

Por outro lado, existe uma dificuldade das teorias contemporâneas sobre as massas em compreender o comportamento das multidões que transcendem movimentos organizados (BRUHNS, 2011). Essas teorias, sobretudo as que compõem a literatura nacional, têm como foco a mobilização e as ações dos movimentos sociais (JESUS, 2013). Quando o foco teórico não está direcionado para as manifestações e protestos, a literatura concentra os seus esforços para estudar as torcidas organizadas.

Quando a multidão é carnavalesca, as teorias especializadas têm muito pouco a dizer sobre a massa de pessoas que tomam as ruas durante os dias de festa. A multidão carnavalesca soteropolitana é um fenômeno empírico que escapa do enquadramento rígido dos modelos teóricos da psicologia das massas. Primeiramente, a escala é o primeiro desafio imposto às abordagens teóricas pela multidão carnavalesca. Enquanto os modelos teóricos convencionais estudam concentrações de pessoas numa escala de centena de milhões, o Carnaval de Salvador, ao longo dos circuitos principais, concentra uma multidão na escala de milhares.

Além disso, as teorias da psicologia de massa mais atualizadas sobre multidões – a teoria da desindividualização, a teoria da identidade social, a teoria da convergência e o modelo da norma emergente –, embora reconheçam a racionalidade, a fragmentação e a ênfase na cognição e comportamentos individuais, não permitem compreender os múltiplos aspectos da multidão carnavalesca. Com efeito, a ausência de teorias contundentes expressa e reforça o mito patologizante desse fenômeno de massa.

O terceiro mito defende que a instauração da ordem pública multidão carnavalesca é verticalizada, ou seja, a ordem seria estabelecida de cima para baixo. Para aqueles que compartilham da visão tradicional de multidão, a instituição da ordem pública só é possível por meio de estímulos externos, pois, tratar-se-ia de uma ordem estabelecida de fora para dentro. Os divulgadores desse mito confundem a preservação da ordem com a instauração da ordem e situa o policiamento estatal como o agente provedor exclusivo. Esse é um mito que encontra fundamento na teoria política tradicional que atribui ao Estado o monopólio do poder (MACHADO, 2012; FOUCAULT, 2012) e exclusividade na manutenção da ordem. Na visão do poder hierarquizado, descendente ou verticalizado, o poder do Estado de prover a ordem é

exercido e se sustenta por subjugar, submeter, constranger, obrigar, sempre de cima para baixo. Assim, na multidão carnavalesca, a ordem seria imposta de fora para dentro pelas autoridades estatais.

Os resultados dessa pesquisa corroboram com as contribuições inovadoras sobre os comportamentos das multidões (QUEIROZ, 1995; FERREIRA, 2004; ORTIZ, 1978; MCPHEIL, 1991; ADANG, 2010), que desmitificam a concepção de Carnaval como uma inversão do ordenamento da vida ordinária, de multidão homogênea e patológica e de ordem verticalizada. Ao contrário dessas concepções, o Carnaval soteropolitano reproduz a ordem social e cultural da vida cotidiana e, por conta disso, a multidão carnavalesca é heterogênea, racional, estruturada e ordenada.

Contra o primeiro mito está o Carnaval soteropolitano. O Carnaval-negócio e os blocos de trio representam a reprodução e a manutenção da hierarquia social durante os dias da festa. A segregação da multidão imposta pelos blocos, com a corda erguida, atende a uma demanda por demarcação identitária e distinção socioespacial dos foliões associados. Esse modelo de Carnaval conserva as hierarquias sociais vigentes e produz outras, como o folião associado e o folião “pipoca”. Além disso, o desfile de blocos demarca uma distinção entre espetáculo e espectadores.

Na atualidade, o Carnaval brasileiro difere da concepção que defende a inversão da ordem da vida social na festa carnavalesca. O próprio Bakhtin (2013) antecipa a crítica transformações do Carnaval na era moderna e os festejos na forma de espetáculo. A visão do Carnaval como uma inversão da vida cotidiana seria em si um mito, na medida em que o Carnaval vivido não inverte, mas sim, reflete a ordem social estabelecida. O enquadramento do Carnaval no paradigma da inversão social é inapropriado para as manifestações carnavalescas que se transformaram em espetáculo e entretenimento.

O Carnaval-negócio e os blocos de trio tornam a teoria da inversão insuficiente e o paradigma empregado faz do Carnaval uma ficção. O afrouxamento das regras e a liberdade consensuada ampliam as oportunidades de curtição e aventura, mas não expressam uma relação de rupturas entre o Carnaval e a vida cotidiana.

Contra o mito da multidão desestruturada, homogênea e patológica, promulgado por Le Bon (1980), a multidão carnavalesca soteropolitana está caracterizada como estruturada, heterogênea e salúfera. Em primeiro lugar, a multidão que se concentra nas ruas soteropolitanas durante o Carnaval é estruturada pelo *layout* do circuito, pelo fracionamento de multidão e pelas redes informais.

A multidão é estruturalmente definida na ocupação dos espaços da festa pelos foliões. O *layout* dos circuitos estrutura o comportamento dos foliões ao moldar a acomodação da multidão. A forma como os isopores se encontram perfilados nas calçadas, como os elevados de vigilância policial estão alocados, como os tapumes dos camarotes estão situados e como a caixa da rua é destinada à folia “pipoca” produzem padrões de experiências e comportamentos. Os tipos e as alocações dos equipamentos interferem na organização e disposição corporal dos foliões.

Do desfile dos trios independentes emergem um fracionamento de multidão. As frações configuram níveis de estrutura que envolvem o corpo plural, o corpo plural ampliado e a folia corporal. A formação das frações e a sua distribuição pelo circuito estão relacionadas com as atrações artísticas significativas, as expectativas recíprocas de curtição e a disposição corporal dos foliões.

A multidão carnavalesca é uma rede de redes formais e informais de segurança. Os nódulos dessas redes são as frações da multidão, formadas pelos foliões individuais, o corpo plural ou o corpo plural ampliado.

Em segundo, a heterogeneidade da multidão é marcada pelos diferentes estilos culturais dos foliões. O corpo plural ampliado e folia corporal são frações da multidão carnavalesca que demarcam no seu interior circunscrições identitárias. A identidade sociocultural das frações é definida pelas expectativas de curtição previamente estabelecidas. A fração de multidão reflete ideias, atitudes e comportamentos, isto é, o estilo cultural prevalecente entre os foliões envolvidos. A multidão carnavalesca é uma amálgama de frações de estilos culturais similares e distintos.

Por fim, a dimensão salutífera da multidão carnavalesca decorre da supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias. A multidão proporciona aos foliões tanto oportunidades festivas como predatória. Essas oportunidades carnavalescas, por sua vez, estruturam os comportamentos e as experiências dos foliões. Isso contraria não somente a noção de multidão desestruturada e homogênea, como também a degenerada. A predominância da fruição das oportunidades festivas derruba o mito que estabelece uma relação direta entre multidão e violência e reforça a perspectiva de que indivíduos reunidos em multidões não tendem a usar a violência mais do que em outras situações da vida cotidiana (MCPHEIL, 1991).

A favor do mito da ordem verticalizada na multidão carnavalesca está a dupla confusão acerca da concepção dessa ordem. De um lado, a ordem pública festiva é confundida com a ordem pública cotidiana. Do outro, há a confusão da produção da ordem com a

manutenção da ordem. Nas duas situações a ordem pública é associada à polícia, sobrepondo a razão do Estado aos interesses coletivos e considerando a ordem pública responsabilidade exclusiva da polícia (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 1997). Esta associação é de inspiração weberiana: a ordem pública nasceria com o Estado moderno ao reivindicar o monopólio legítimo da força e a polícia viabilizaria essa reivindicação.

Primeiramente, contra o mito da ordem verticalizada, a ordem pública festiva não se confunde com a ordem pública cotidiana. Enquanto uma reprodução mimética da sociedade, a multidão carnavalesca é uma reprodução ampliada da ordem de definições de situações que envolvem as interações dos foliões na vida cotidiana. A ordem pública festiva se caracteriza pelo afrouxamento das regras e normas da vida cotidiana. Com esse afrouxamento os foliões desfrutam de uma liberdade pactuada ou licença social, fazendo coisas que na vida ordinária são consideradas “proibidas” ou não convencionais.

A liberdade pactuada amplia as oportunidades festivas ao definir as condutas aceitáveis e não aceitáveis para sua fruição, uma vez que, esta liberdade emerge das expectativas recíprocas estabilizadas na multidão carnavalesca. Tais expectativas são de encontros que envolvam afeto, troca e satisfação. Esses encontros possuem regras de interação (GOFFMAN, 2010; 2011), que guiam e regulam a fruição da oportunidade festiva oferecida por ele. Se os foliões quiserem aproveitar as oportunidades de curtição e aventura, eles terão que seguir as regras de interação. Por conta disso, a multidão carnavalesca oferece oportunidades festivas ampliadas de encontros significativos, que atendem a diferentes expectativas de curtição e de aventuras dos foliões.

Dessa maneira, a ordem pública festiva na multidão carnavalesca não é exógena e verticalizada, ou seja, não é estabelecida de fora para dentro e nem de cima para baixo (DREYFUS; RABINOW, 2010; FOUCAULT, 2012).

Em segundo lugar, contra o mito da ordem verticalizada, a produção da ordem não se confunde com a manutenção da ordem. A ordem pública na multidão carnavalesca emerge da disposição organizada da fruição das oportunidades festivas. Na fruição das oportunidades festivas, os foliões inserem uma racionalidade (THOMPSON, 1988) e estabelecem uma ordem na multidão carnavalesca. Eles transferem para a multidão a racionalidade das estruturas organizacionais e das relações de reciprocidade do contexto social de inserção (THOMPSON, 1988; MCPHEIL, 1991). As expectativas recíprocas estabilizadas são relações de conformidade mútua que conferem limites e possibilidades às experiências festivas na multidão carnavalesca.

A ordem pública festiva na multidão carnavalesca é estabelecida pela supremacia da fruição das oportunidades festivas sobre as predatórias, logo manter a ordem é garantir essa predominância. Uma parte da preservação da ordem é garantida pelas redes formais de segurança e a outra parte pelas redes informais de autogestão da multidão.

As redes formais e informais de segurança preservam a ordem pública festiva fazendo a gestão da multidão. O fracionamento de multidão é o processo pelo qual a gestão se realiza. Nessa perspectiva, a gestão é feita em níveis, e cada nível corresponde aos limites de atuação das redes. A gestão ao nível do corpo plural (simples e ampliado) é feita pelos foliões mediante o autogoverno e a experiência de risco, representando, portanto, a gestão das interações focadas e desfocadas (GOFFMAN, 2010; 2011). Enquanto nódulo, os foliões realizam a gestão da expressividade do corpo, dos embates corporais e dos conflitos instaurados. A gestão ao nível da folia corporal é feita em rede, tendo o artista como o nódulo central. Os fãs clubes e outros foliões tientes são nódulos relevantes dessa rede. A rede atua na gestão da atmosfera efervescente da folia e dos embates e conflitos corporais. O policiamento estatal de segurança forma uma rede cujos nódulos intervêm repressivamente sobre as condutas predatórias, desviantes ou não aceitáveis. Gozando da legalidade do uso e da ameaça do uso, a gestão é feita mediante intervenção nas situações de flagrantes e captura dos envolvidos.

Assim, as forças de segurança são necessárias, mas não são suficientes para manter a ordem, pois a fruição das oportunidades festivas não pode ser garantida somente com o policiamento estatal. A ordem pública não pode ser mantida pela coerção, porque as intervenções policiais são sempre limitadas e provisórias, sendo recursos temporários e não soluções em si (MUNIZ E PROENÇA JR., 2014).

Por essa via, a presença e a atuação de outros guardiões são necessárias para inibir o aproveitamento das oportunidades predatórias. Em torno das expectativas recíprocas estabilizadas emergem tanto as oportunidades festivas de encontros, como também as redes informais de segurança de preservação da ordem pública festiva. A fruição das oportunidades festivas está condicionada à organização de redes identitárias dos foliões. Essas redes configuram o meio pelo qual os foliões se organizam para aproveitar as oportunidades festivas e organizam a autogestão de risco e o autopolicamento. Dessa maneira, o império da fruição das oportunidades festivas significa a predominância das interações reguladas sobre as predatórias e desfaz o mito da ordem pública verticalizada, na qual a ordem é estabelecida de fora para dentro, pois, a ordem pública festiva na multidão carnavalesca “pipoca” é construída

pelos foliões e a segurança estatal configura uma das redes formais responsáveis pela preservação dessa ordem.

Na vida cotidiana o que chamamos de manutenção da ordem pública configura um pacto estabelecido entre os grupos sociais, instituições civis e as agências estatais de segurança e justiça (MUNIZ E PROENÇA JR., 2014). No Carnaval isso não é diferente, pois a manutenção da ordem festiva decorre da confluência das gestões de multidão das redes formais e informais de segurança formadas pelos foliões, trabalhadores, segurança privada e segurança estatal.

No entanto, não existe uma concordância entre as redes acerca dos limites legítimos dessa ordem. As redes têm pontos de inflexões quanto às oportunidades festivas, às definições de condutas aceitáveis para a fruição dessas oportunidades e à atuação repressiva do policiamento estatal sobre essas condutas. Alguns foliões, blocos e agentes de segurança estatal colocam a ordem pública festiva em disputa. Certos foliões reivindicam para si o “direito” de perpetrar covardias como uma ação em legítima defesa, impondo a disposição ofensiva predatória como padrão de resolução de conflitos. Muitos blocos reivindicam o uso legítimo da violência na disputa por espaço, a fim de promover conforto e comodidade para os foliões associados, impondo uma segregação sociorracial mediante insulamento contensivo-expansivo. Os agentes da segurança estatal reivindicam a legitimidade do emprego do castigo corporal como punição e manutenção da reputação moral.

Por último, a garantia da ordem pública festiva exige das redes formais e informais um pacto que sobreponha, entre os foliões, a disposição festiva sobre as predatórias; entre os blocos de trio, a negociação sobre o a disputa violenta pelo espaço; e, entre o policiamento estatal, a seleção adequada dos meios e níveis de força disponíveis, que obedeçam aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência sobre o castigo corporal. É um pacto de festividade carnavalesca que não se sobrepõe somente à fruição das oportunidades predatórias, mas também aos padrões disjuntivos de provisão da segurança.

REFERÊNCIA

ADANG, Otto M. j. Mantenimiento del ordem público: teoria, práctica y educación del policiamento de los campeonatos europeos de fútbol de 2000 y 2004. Salvador, **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, p. 475-486, Set/Dez. 2010.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 419 p.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução Renê Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 269p.

BRICEÑO, Yona Monsalve. **Control Social y castigo: percepción Del castigo em funcionarios policiales venezolanos**. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 60, p. 511-523, Set/Dez 2010.

BRUHNS, Heloisa Turini. **Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro**. Campinas, SP: Papiros, 2000. 158 p.

BOURDIEU, Pierre Gostos de classe e estilos de vida. In ORTIZ, R. (org.) **Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2012. p. 73-111.

BURNS, T. Pseudoscience and the london riots: folk psychology run amok. 2011. Disponível em: <<http://blogs.scientificamerican.com/guest-blog/2011/08/16/pseudoscience-and-the-london-riots-folk-psychology-runamok>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CAVALCANTE, Maria Laura Viveiros de Castro. É carnaval. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Agenda brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2011. cap. 7, p. 80-91.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000, 399 p.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHEN, Lawrence; FELSON, Marcus. 1979. Social change and crime rate trends: A Routine Activity approach. **American Sociological Review**, vol. 44, n.04, p. 588-608.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986, 125 p.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 p.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do direito: a abordagem do fenômeno jurídico como fato social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 258p.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 348 p.

DUPONT, Benoit. Security in the Age of Networks. **Policing and Society**, v. 14, n. 1, p. 76-91, March. 2004.

_____. **As redes de segurança**. In SLAKMON, Catherine; MACHADO, Maíra Rocha; BOTTINI, Pierpaolo Cruz (Orgs.). *Novas direções na governança da justiça e da segurança*. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 2006.

Elias, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008. 202p.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 421p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.176p.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 269 p.

_____. **Microfísica do Poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012. 431p.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosália; EISENBERG, Zena. Produção e análise de vídeogravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.2, p. 249-262, mai./ago. 2011.

GARLAND, David. El castigo y La solidaridad social: La obra de Émile Durkheim. **Castigo y sociedad moderna: um estudio de teoria social**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1999. cap. 2, p. 39-65.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. 2ª ed. Petrópolis: Editora vozes, 2011. 255p.

_____. **Comportamentos em lugares Públicos**. Petrópolis: Editora vozes, 2010. 236 p. 263

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 13. ed. Petrópolis: Editora vozes, 2007. 236 p.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 312 p.

_____. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 158 p.

GREENBERG, Martin S. **Crowd psychology**. Encyclopedia of Psychology, 2010. Disponível em: <https://search.credoreference.com/content/topic/crowd_psychology>. Acesso em: 10 out. 2018.

JARMAN, N.; BRYAN, D. Independent intervention: monitoring the police, paredes end public order. Belfast. **Community Development Centre**, Research and Policy Reports 12, october, 1999.

JARMAN, N.; BRYAN, D. Stewarding crowds and managing public safety: developing a coordinated policy for Northern Ireland. Belfast. **Community Development Centre**, Research and Policy Reports 12, october, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia das massas: contexto e desafios brasileiros. *Psicol. Soc.* [online]. 2013, vol.25, n.3, p.493-503. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/03.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

KNOPP, Glauco; ALCOFORADO, Flávio. Governança social, intersetorialidade e territorialidade em políticas públicas: o caso da OSCIP centro mineiro de alianças intersetoriais (CEMAIS). In: **III Congresso Consad de Gestão Pública**, Painel 29/111, Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/250/1/c3_tp_governan%20social%20intersetorialidade%20e%20territorialidade.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Lana Mara Siman. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 337 p.

LE BON, Gustave. Psicologia das multidões. Rio de Janeiro: Edições Roger Delraux, 1980. 114p.

LOPES, Cleber da Silva. Segurança privada e direitos civis na cidade de São Paulo. **Revista Sociedade e Estado**. 2015, vol.30, n.3, p.651-671.

MAIA, Juliana M. **O carnaval dos cordeiros**: trabalho e violência entre auxiliares de segurança de Salvador. 2008. 250f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2008. Orientador: Eduardo Paes Machado.

MCPHAIL, Clark. Prologue to The Myth of the Madding Crowd. In: **The Myth of the Madding Crowd**. Aldine de Gruyter, 1991. p. 22-48

MCPHAIL, Clark; SCHWEINGRUBER, David; MCCARTHY, John. Policing protest in the united states: 1960-1995. Minneapolis: University of Minnesota Press, **Policing protest**: The control of mass demonstrations in Western democracies, p. 49-69, 1998.

MELO, Antônio Jorge Ferreira; MELO, Carlos Henrique Ferreira. **A Gestão no Reino de Momo: Dilemas e Perspectivas da Segurança Pública no Carnaval de Salvador**. 2006. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em gestão de segurança pública) - Universidade Federal da Bahia.

MESQUITA NETO, Paulo. **Violência policial no Brasil**: abordagens teóricas e práticas de controle. In: CIDADANIA, justiça e violência/ Organizadores Dulce Pandolfi...[et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p.130-148

MIGUEZ, Paulo. O carnaval da Bahia: do intrudo lusitano aos desafios contemporâneos. In: BIÃO, Armindo; PEREIRA, Pereira; CAJAÍBA, Luiz C.; PITOMBO, Renata Duarte (Org.). **Viagens do carnaval**: no espaço, no tempo, na imaginação: EDUFBA, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. p. 75-93.

MOURA, Milton. O carnaval como engenho de representação consensual da sociedade baiana. Salvador, **Revista do CRH**, n.24/25, p.171-192, jan./dez. 1996.

_____. O nome da cena: uma reflexão entre violência e espetáculo. In: BIÃO, Armindo; PEREIRA, Pereira; CAJAÍBA, Luiz C.; PITOMBO, Renata Duarte (Org.). **Temas em contemporaneidade, imaginário e teatralidade**: Pontes Editoras, 2000. p. 55-68.

MOURA, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições para os estudos de policiamento. Salvador, **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, p. 437-447, Set/Dez. 2010.

MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA JÚNIOR, Domício. **Administração estratégica da ordem pública**. In. Lei e liberdade. Comunicações do ISER. Grupo de Estudos Estratégicos – GEE/COPE – UFRJ. Rio de Janeiro: ISER, 1997, p. 14 – 16.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições para os estudos de policiamento. Salvador, **Caderno CRH**, v. 23, n. 60, p. 437-447, Set/Dez. 2010.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora brasiliense, 1978. 148p.

PAIVA, Ivan de Mattos Filho. **Organização da assistência à saúde em eventos de massa - análise do planejamento e atendimentos médicos realizados durante o carnaval de salvador no ano de 2016**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Saúde Coletiva) Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês.

PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. Conduzindo o perigo: práticas e redes nodulares de governança da segurança entre taxistas. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 23 n. 3, p. 403-433, jul/set. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval brasileiro**. São Paulo: brasiliense, 1999. 237 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Gradiva, 1992. 275p.

RABINOW, Paul. **Antropologia da Razão**: ensaios de Paul Rabinow. Tradução, João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 203p.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 376 p.

ROSENAU, James N. Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. **Governança sem governo**: ordem e

transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 96p

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n.1, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00009.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SHEARING, Clifford D. A relação entre policiamento público e policiamento privado, In: TONRY, Michael & MORRIS, Norval (orgs.), **Policiamento Moderno**. São Paulo: Edusp, 2001. (série Polícia e Sociedade n. 08)

_____. Nodal Security (January 22, 2005). **Police Quarterly**, 8(1), 57-63, 2005.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. v. II. 347p.

VALVERDE, Mariana. Studying the governance of crime and security: Space, time and jurisdiction. Toronto, **Criminology and Criminal Justice**, v. 14, ano 4, p. 379–391, 2014.

ZEDNER, Lúcia. The concept of security: an agenda for comparative analysis, **Legal Studies**, 23, p.153-176, 2003.

_____. Governing Security. In: **Security**. London and New York: Routledge – Taylor & Francis Group, 2009. p. 142-174.

ZANETIC, André. **A questão da segurança privada**: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. Dissertação de Mestrado do Departamento em Ciência Política da USP. São Paulo: USP, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE I: ROTEIROS DE OBSERVAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	
FOLIA PIPOCA E BLOCO	
INDICADORES	PONTOS
Identidade foliã	O signífica do carnaval... O significado de sair na pipoca e no bloco
Reconhecimento da condição de folião	Preferência de participação, sozinho(a) ou em grupo... Presença e perfil dos grupos
Optar pelos horários efervescentes	Horário de preferência e perfil dos foliões
Escolha do circuito pelas atrações festivas	Atrações... Os meios de transportes ofertados e utilizados
Itinerância	Permanência e circulação entre os foliões, audiência e corredor da folia
Disposição corporal	As grandes concentrações... Locomoção de um lugar para o outro no meio da multidão e aperto Manipulação do capital muscular e do vigor bélico corporal O porte físico como facilitador ou empecilho
Azaração	
Espaços para praticas sexuais	Azaração, paquera e beijos
Bebidas alcoólicas diversas	Atos sexuais durante a festa... locais mais comuns
Circulação de subs. Psicoativas	Uso de bebidas alcoólicas, bêbados e travados

<p>Espaços para coreografias</p> <p>Músicas e concentrações efervescentes</p> <p>Tolerância à agressividade</p> <p>O “vacilão”</p> <p>Camuflagem</p> <p>Foliões encurralados</p> <p>Pequenos grupos</p> <p>Presença de grupos rivais</p> <p>Performance corporal</p> <p>Bens a amostra</p>	<p>Circulação e uso de substâncias psicoativas... quais os tipos</p> <p>Os chapados... consequências danosas... Solicitação de auxílio médico</p> <p>Ritmos musicais coreografados ou efervescentes</p> <p>O tombo... diferenciações</p> <p>Os atos dos foliões considerados um dano, uma afronta</p> <p>Ataques físicos (soco, chute etc.) inesperados</p> <p>Agressões perpetradas por grupos</p> <p>Dinâmicos dos confrontos</p> <p>Roubos e furtos</p> <p>Objetos e bens levados para festa... Uso de adornos atraentes</p> <p>Tentativa de provocar brigas e reações</p> <p>Comportamentos considerados agressivos e reações</p> <p>Dinâmicas dos confrontos</p> <p>Provocação sistemática... Comportamentos agressivos.... Intolerância exacerbada</p>
<p>Ausência de vigilantes capazes</p> <p>Presença descontínua dos controladores</p>	<p>Brigas entre foliões pipoca e seguranças e cordeiros do bloco</p> <p>Locais e situações consideradas perigosos... Como reconhecer as suas características</p> <p>Circulação de polícias e guardas municipais</p> <p>Presença e as ações da polícia</p>

Atuação efetiva e positiva dos controladores	Serviços solicitados pela segurança pública... solicitações Medidas dos órgãos de segurança pública no controle da violência e garantia da segurança
Condições de produção individual de segurança	Resistência a assaltos Preocupação com a segurança para evitar a violência

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

POLICIAMENTO

INDICADORES	PONTOS
Identidade foliã	
Reconhecimento da condição de folião	
Vigiar as condutas e proteger os corpos	Prevenção e repressão do crime... Inibição à prática de delitos e restabelecimento imediato da ordem pública... Impor ou proibir condutas... Reafirmação do consenso moral
Vigiar os corpos e proteger as condutas	Prevenção situacional do crime... Definição situacional das condutas aceitáveis e não aceitáveis... Definição mínima de condutas não aceitáveis... Afrouxamento das normas e regras... Proteção de comportamentos desviantes... Ocultação de condutas ilícitas
Vigiar as condutas e subjugar os corpos	O outro como obstáculo, ameaça ou perigo a ser eliminado
<i>Modus operandi</i> discreto	Divisão hierárquica do esquema de segurança do bloco... a função de cada um desses postos... as atribuições do cargo / Como são passadas as atribuições... verificação da existência de padronização na atuação... os procedimentos formalmente estabelecidos / Atuação em caso de sexo dentro do bloco... uso de drogas... brigas... roubo...receios / Atuação nas ocorrências fora e dentro da corda /Como ocorre a comunicação entre os postos da segurança
<i>Modus operandi</i> invasivos	
<i>Modus operandi</i> arbitrário	
Impossibilidade do uso da violência / Ameaça do uso da violência / Uso progressivo da violência física /	Quando está autorizado uso da força contra os foliões do bloco dentro e fora do bloco / Verificar se o uso da força segue uma progressão de acordo com a gravidade das ocorrências... os limites impostos para o uso da força durante a festa / As situação ou ocorrências que requerem o uso mais enérgico da

<p>Predominância do monitoramento Controle mediante negociação / Atuação ostensiva e reativa</p> <p>Uso sistemático e antecipado da força / Gradiente de violência / Monitoramento ostensivo / Atuação ostensiva e inibitória</p> <p>Uso predatório da violência / Minimização do papel do monitoramento / Controle ofensivo com gradiente de predação</p>	<p>força (maior potencial ofensivo) / Os resultados esperados com o emprego enérgico da força / Os excessos na aplicação do uso da força</p> <p>O porte físico como facilitador ou empecilho para o atendimento e a condução das ocorrências de confrontos violentos entre os foliões / Os instrumentos utilizados para dar conta da segurança e das demandas de atendimento das ocorrências de violências</p>
<p>Formação de redes de segurança</p> <p>Compartilhamento de recursos e informações</p>	<p>Conjunto de parceiros formais e informais... Contatos individuais no âmbito da organização parceira... Existência de relações privilegiadas com um desses contatos individuais... Existência de atividades extraprofissionais com esses contatos e o seu contexto... Distribuição das responsabilidades quanto à ativação das interações... Meios privilegiados de realização de contato... Tipo e nível de responsabilidade esperado do parceiro... Caráter de formalidade ou informalidade da parceria</p>
<p>Articulação de componentes estatais e privados</p>	<p>Colonização de componentes e recursos estatais... Participação remunerada de agentes do Estado na segurança privada... Apoio corporativista... Submissão da ação policial aos interesses privados</p>
<p>Potencial de governo</p> <p>Mandato expandido</p>	<p>Capilaridade da governança... Expansão do mandato para além dos limites da jurisdição... Selva de jurisdições conflitantes... Reivindicação de autoridade por agentes não autorizados... Informalidade na resolução de conflitos</p>
<p>Padrões de policiamento</p>	<p>Articulação entre funções e práticas de policiamento</p>

	<p>Diferencial dos policiais com relação aos demais profissionais de segurança</p> <p>Ocorrência conflituosa entre os policiais em serviço e os seguranças dos blocos... Relação entre participação de agentes do Estado na segurança dos blocos com a violência na corda</p>
--	---

APÊNDICE II: ROTEIROS DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA	
ENTREVISTADO	FOLIÃO
Dados sociodemográficos	Nome, Idade, Raça/cor, Orientação sexual, Local de moradia, Nível de escolaridade, Ocupação
INDICADORES	PERGUNTAS
Identidade foliã Optar pelos horários efervescentes Circuitos com opções de atrações de peso Opções de atrações artísticas de peso Opções de folia “pipoca” Opções de folia de bloco Itinerância	<p>O que significa o carnaval pra você? Há quanto tempo curte o carnaval?</p> <p>Por que sair na Pipoca? // Bloco? O que significa? Há quanto tempo sai? Você sairia no Bloco? // Pipoca? O que significaria?</p> <p>Qual o horário você gosta de curtir a festa? Por quê?</p> <p>Como escolhe o circuito que irá sair? Curte o mesmo circuito durante os dias do carnaval? Qual o meio de transporte você utiliza para chegar até o circuito?</p> <p>Como escolhe o bloco que irá sair? Curte o mesmo bloco durante os dias do carnaval?</p> <p>Como escolhe a “pipoca” que irá sair? Curte a mesma “pipoca” durante os dias do carnaval?</p> <p>Costuma permanecer num mesmo lugar dentro do bloco durante o seu desfile? Ou circular muito? Por quê? Como você faz para se locomover de um lugar para o outro dentro do bloco? No momento de aperto no bloco, o que você faz? O porte físico funciona como facilitador ou empecilho?</p> <p>Em que momento do desfile você começa a curtir o bloco? Antes o que gosta de fazer? Você costuma sair do bloco? Com muita frequência?</p> <p>Costuma permanecer em um mesmo lugar na folia “pipoca”? Ou costuma circular muito? Por quê?</p> <p>Você tem restrições quanto as grandes concentrações? Como você faz para se locomover de um lugar</p>

Registro e postagem dos eventos significativos	para o outro no meio da multidão? No momento de aperto na pipoca, o que você faz? Como usa seu corpo? O porte físico funciona como facilitador ou empecilho? Você costuma registrar os eventos significativos da festa? Quais as ocasiões? Dentro e fora do bloco? Toma algum cuidado especial para fazer o registro e a postagem?
Reconhecimento da condição de folião	Você se sente folião na pipoca da mesma forma que no bloco ou vice-versa? Existe diferença entre ser folião na “pipoca” com o trio independente e ser folião “pipoca” foras das cordas do bloco? Onde prefere curtir mais a folia “pipoca”, na audiência ou no corredor da folia?
“Azaração”	Beijar muito faz parte da festa? Costuma azarar muito durante a festa? Você é bastante paquerado(a)?
Práticas sexuais	O você avalia a forma com a qual os homens azararam as mulheres?
Ingestão de bebidas alcoólicas	Já praticou algum ato sexual durante a festa? Onde? Conhece alguém que já praticou? Onde?
Circulação e consumo de substâncias psicoativas	Durante a folia faz uso de bebidas alcoólicas? Costuma ficar ou já ficou bêbado(a)? Travou? Alguma vez fez uso de drogas ilícitas? Qual a substância? Como conseguiu? Onde fez uso? Ficou chapado(a)? Teve consequências danosas? Precisou de auxílio médico?
Expressividades corporais diferenciadas	Você curte as coreografias do pagode baiano? É necessário pra você encontra espaço pra dançar? Qual
Concentrações efervescentes	a sensação de curtir uma folia efervescente?
Tolerância contativa	O que acha do tombo? Você já jogou o tombo? Gosta de Jogar? Qual a sensação? Quais os atos dos outros foliões você aceita, não considera um dano, uma afronta? Por quê? O que você considera um comportamento agressivo? Eles são comuns? Qual é a sua reação? Entrou em confronto, numa trocação? Pode descrever alguma situação?

<p>O “vacilão” Foliões encurralados Comportamentos intolerantes e agressivos Pequenos grupos Presença de grupos rivais Baixa performance corporal Bens à amostra</p> <p>Ausência de guardiões capazes Pontos cegos de monitoramento Vigilância fragmentada Presença descontínua dos controladores</p>	<p>Algum dos seus comportamentos já foi considerado agressivo? Alguns deles provocaram reações agressivas ou violentas?</p> <p>Prefere curtir a festa sozinho(a) ou em grupo? Qual a vantagem disso? Com quem costuma ir? Por quê? Já sofreu algum ataque físico (soco, chute etc.) inesperadamente? Como foi? Sofreu alguma agressão perpetrada em grupo? Como foi? Houve confronto?</p> <p>Já golpeou (esmurrou, chutou) alguém que estava distraído. Por quê? Como foi? Perpetrou alguma agressão em grupo? Por quê? Como foi? Houve confronto?</p> <p>O que você faz para evitar a violência e para se sentir mais protegido(a)?</p> <p>Já teve algum dos seus bens roubados? Em algum momento resistiu a um assalto? Já sofreu algum furto?</p> <p>Quais os objetos costuma levar para festa? Usa adornos atraentes? Como guarda os documentos, dinheiro e outros bens?</p> <p>Você já se deparou com outros foliões tentando provocar uma briga? Costuma ocorrer com frequência durante a folia? Qual foi a sua reação?</p> <p>Você já provocou alguma briga?</p> <p>Quanto se sente seguro na festa dentro do bloco? E na pipoca? Quem ou o quê você teme quando está nesses espaços?</p> <p>Existem locais ou situações que você considera perigosos? Como reconhece? Quais são as características? Quais as medidas poderiam ter sido tomadas contra esses perigos?</p> <p>Como você avalia a presença e as ações da segurança dos blocos (cordeiro)? Presenciou muitas brigas</p>
--	---

Atuação negativa dos controladores	<p>entre foliões pipoca e seguranças e cordeiros do bloco?</p> <p>Você acha quantidade de policias e guardas observados suficientes para a manutenção da segurança?</p> <p>Como você avalia a presença e as ações da polícia? Você acha que a polícia deveria fazer incursões dentro dos blocos?</p> <p>Você já necessitou do serviço da segurança pública? Chegou a solicitar? Foi atendido a contento?</p> <p>Acredita que as medidas dos órgãos de segurança pública são eficazes no controle da violência e em garantir a segurança na festa?</p>
------------------------------------	---

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	
POLICIAMENTO	
INDICADORES	PONTOS
Identidade foliã	O que significa o carnaval pra você? Você costuma curtir a festa? Você sairia no Bloco? // Pipoca? O que significaria?
Reconhecimento da condição de folião	
Vigiar as condutas e proteger os corpos	Prevenção e repressão do crime... Inibição à prática de delitos e restabelecimento imediato da ordem pública... Impor ou proibir condutas... Reafirmação do consenso moral
Vigiar os corpos e proteger as condutas	Prevenção situacional do crime... Definição situacional das condutas aceitáveis e não aceitáveis... Definição mínima de condutas não aceitáveis... Afrouxamento das normas e regras... Proteção de comportamentos desviantes... Ocultação de condutas ilícitas
Vigiar as condutas e subjugar os corpos	O outro como obstáculo, ameaça ou perigo a ser eliminado
<i>Modus operandi</i> discreto	Divisão hierárquica do esquema de segurança do bloco... a função de cada um desses postos... as atribuições do cargo / Como são passadas as atribuições... verificação da existência de padronização na atuação... os procedimentos formalmente estabelecidos / Atuação em caso de sexo dentro do bloco... uso de drogas... brigas... roubo...receios / Atuação nas ocorrências fora e dentro da corda /Como ocorre a comunicação entre os postos da segurança
<i>Modus operandi</i> invasivos	
<i>Modus operandi</i> arbitrário	
Impossibilidade do uso da violência / Ameaça do uso da violência / Uso	Quando está autorizado uso da força contra os foliões do bloco dentro e fora do bloco / Verificar se o uso da força segue uma progressão de acordo com a gravidade das ocorrências... os limites impostos

<p>progressivo da violência física / Predominância do monitoramento Controle mediante negociação / Atuação ostensiva e reativa Uso sistemático e antecipado da força / Gradiente de violência / Monitoramento ostensivo / Atuação ostensiva e inibitória Uso predatório da violência / Minimização do papel do monitoramento / Controle ofensivo com gradiente de predação</p>	<p>para o uso da força durante a festa / As situação ou ocorrências que requerem o uso mais enérgico da força (maior potencial ofensivo) / Os resultados esperados com o emprego enérgico da força / Os excessos na aplicação do uso da força O porte físico como facilitador ou empecilho para o atendimento e a condução das ocorrências de confrontos violentos entre os foliões / Os instrumentos utilizados para dar conta da segurança e das demandas de atendimento das ocorrências de violências</p>
<p>Formação de redes de segurança Compartilhamento de recursos e informações</p>	<p>Conjunto de parceiros formais e informais... Contatos individuais no âmbito da organização parceira... Existência de relações privilegiadas com um desses contatos individuais... Existência de atividades extraprofissionais com esses contatos e o seu contexto... Distribuição das responsabilidades quanto à ativação das interações... Meios privilegiados de realização de contato... Tipo e nível de responsabilidade esperado do parceiro... Caráter de formalidade ou informalidade da parceria</p>
<p>Articulação de componentes estatais e privados</p>	<p>Colonização de componentes e recursos estatais... Participação remunerada de agentes do Estado na segurança privada... Apoio corporativista... Submissão da ação policial aos interesses privados</p>
<p>Potencial de governo Mandato expandido</p>	<p>Capilaridade da governança... Expansão do mandato para além dos limites da jurisdição... Selva de jurisdições conflitantes... Reivindicação de autoridade por agentes não autorizados... Informalidade na resolução de conflitos</p>

Padrões de policiamento	Articulação entre funções e práticas de policiamento Diferencial dos policiais com relação aos demais profissionais de segurança Ocorrência conflituosa entre os policiais em serviço e os seguranças dos blocos... Relação entre participação de agentes do Estado na segurança dos blocos com a violência na corda
-------------------------	--

ENTREVISTADO		AGENTE DO ESTADO	
Dados sociodemográficos		Nome, Idade, Raça/cor, Local de moradia, Nível de escolaridade, Patente	
INDICADORES		PERGUNTAS	
<p><i>Modus operandi</i> discreto</p> <p><i>Modus operandi</i> invasivos</p> <p><i>Modus operandi</i> arbitrário</p> <p>Impossibilidade ou inviabilidade do uso da violência</p> <p>Uso defensivo e progressivo da força</p> <p>Uso sistemático e antecipado da força</p> <p>Violência como prática de punição</p> <p>Uso predatório da violência</p>		<p>O que você acha do carnaval? Você gosta? Participa como folião?</p> <p>Há quanto tempo trabalha no carnaval? Em micaretas já trabalhou?</p> <p>Existem treinamentos periódicos para atuar na segurança de eventos? E para a participação durante a festa, foram oferecidas orientações, instruções ou procedimentos específicos?</p> <p>Pela sua experiência, essa preparação é suficiente para atuar na segurança do evento? Ou ela está distante do que é necessário saber para atender e conduzir as solicitações e ocorrências [uma avaliação de modo geral]? Quais são as estratégias que você considera necessárias?</p> <p>Nos casos de detenção para averiguações, existem critérios que definem quando o folião deve ser conduzido ou não? Quais são eles?</p> <p>Como é feita a escolha dos foliões que serão revistados? Como se realiza a revista? Os foliões dos blocos costumam ser revistados?</p> <p>Com relação aos confrontos violentos entre foliões, quais são as estratégias de combate? Quando o confronto envolve o folião pipoca e folião de bloco a estratégia é a mesma? Nos confrontos violentos envolvendo foliões e segurança ou cordeiros dos blocos, quais medidas são tomadas?</p> <p>Nesses casos, existem critérios que definem quando os envolvidos devem ser conduzidos para</p>	

<p>Dispensa de técnicas de progressão de uso da força</p>	<p>averiguação? Quais são eles?</p> <p>No carnaval, o uso da força segue uma progressão de acordo com a gravidade das ocorrências? Quais as situação ou ocorrências requerem o uso mais enérgico da força (maior potencial ofensivo)? O que é considerado excesso na aplicação do uso da força? Quais os resultados se espera alcançar com o emprego enérgico da força? São impostos limites para o uso da força durante a festa?</p> <p>O seu porte físico facilita ou dificulta o atendimento e a condução das ocorrências de confrontos violentos entre os foliões?</p> <p>Os instrumentos utilizados dão conta da segurança e das demandas de atendimento das ocorrências de violências?</p>
<p>Predominância do monitoramento</p> <p>Uso intensivo do monitoramento</p> <p>Monitoramento ostensivo</p> <p>Minimização do papel do monitoramento</p> <p>Controle instrutivo com negociação discursiva</p> <p>Atuação ostensiva e reativa</p> <p>Atuação ostensiva e inibitória</p> <p>Controle ofensivo com gradiente de predação</p> <p>Afrouxamento das normas e regras</p>	

<p>Proteção de comportamentos desviantes</p> <p>Ocultação de condutas ilícitas</p> <p>Desumanização do outro</p> <p>O outro como perigo a ser eliminado</p> <p>Selva de jurisdições conflitantes</p> <p>Mandatos negociados</p> <p>Reinvindicação de autoridade por agentes não autorizados</p> <p>Participação remunerada de agentes do Estado na segurança privada</p> <p>Apoio corporativista</p> <p>Submissão da ação policial aos interesses privados</p>	<p>Vincula-se na mídia que a beleza do carnaval é o desfile dos blocos, por ser o lugar de maior concentração de gente bonita da festa. Qual o seu ponto de vista sobre isso?</p> <p>Você acredita que esse tipo de concentração ocorre pelo fato dos foliões considerarem o espaço dos blocos seguros? E essa segurança seria decorrente da presença de policiais fora de serviço atuando no interior dos blocos?</p> <p>Os policiais que atuam no interior dos blocos costumam pedir apoio aos que estão de serviço? Como ocorre? Qual a situação mais comum?</p> <p>Os policiais dão suporte aos que estão atuando no interior dos blocos?</p>
--	---

	<p>Em sua opinião, qual seria o diferencial dos policiais com relação aos demais profissionais de segurança?</p> <p>Você acredita que os seguranças dos blocos conseguiriam sem a participação dos policiais na segurança dá conta da violência na corda?</p> <p>Você já se deparou com alguma ocorrência conflituosa entre os policiais em serviço e os seguranças dos blocos?</p>
--	---

ENTREVISTADO		AGENTE DO ESTADO	GESTÃO DE MULTIDÃO
Dados sociodemográficos		Nome, Idade, Raça/cor, Local de moradia, Nível de escolaridade	
INDICADORES		PERGUNTAS	
Carnaval		<p>Fora de serviço, qual a sua relação com o Carnaval de Salvador? Gosta da festa? Participa como folião?</p> <p>Qual o significado do Carnaval para o senhor?</p> <p>Há quanto tempo trabalha no Carnaval? Em micaretas, já trabalhou?</p>	
Gestão da multidão carnavalesca		<p>O que é gestão de multidão? Para a gestão é adotada alguma concepção (conceitual) de multidão? São usados indicadores na avaliação da multidão?</p>	
Os níveis de gestão policial		<p>Qual a relação da Guarda Municipal com as forças policiais estatais na gestão de multidão carnavalesca?</p>	
Planejamento e Supervisão		<p>Quais são as etapas do planejamento da gestão da multidão? Como é realizada a supervisão da gestão da multidão?</p>	
Recursos humanos e tecnológicos		<p>Quais os recursos são mobilizados para a gestão da multidão?</p>	
Comando e controle		<p>Como é feito o comando e controle da gestão? Qual o papel da sala de comando? Como é feito o monitoramento via câmeras? Como elas estão distribuídas nos circuitos? Como ocorre a comunicação</p>	

<p>Distribuição do efetivo policial</p>	<p>com os agentes em campo?</p> <p>Como é feita a distribuição do efetivo policial e os limites de atuação nos circuitos?</p> <p>Como funciona a parceria com a Guarda Municipal?</p>
<p>Segurança</p>	<p>Qual a avaliação pode ser feita do número de foliões e os crimes e a violência cometidos por dia durante a festa?</p>
<p>Avaliação</p>	<p>Como o senhor avalia as intervenções dos policiais no controle da multidão? Existe treinamento para fazer essas intervenções? O que é considerado excesso na aplicação do uso da força? São impostos limites para o uso da força durante a festa?</p> <p>Qual a avaliação do senhor da participação de policiais atuando, fora de serviço, na segurança dos blocos de trio?</p> <p>Em sua opinião, por que os blocos contratam policiais agentes da guarda para atuarem na segurança?</p> <p>Qual seria o diferencial dos policiais e dos agentes da guarda com relação aos demais profissionais de segurança?</p>